Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis 1

1.1 – Declaração do Diretor Presidente 2

1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores 3

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores 4

2.3 - Outras informações relevantes 5

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras 10

3.2 - Medições não contábeis 11

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras 13

3.4 - Política de destinação dos resultados 14

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido 16

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas 17

3.7 - Nível de endividamento 18

3.8 - Obrigações 19

3.9 - Outras informações relevantes 20

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco 21

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado 32

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes 38

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores 41

4.5 - Processos sigilosos relevantes 42

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto 43

4.7 - Outras contingências relevantes 45

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados 46

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Política de gerenciamento de riscos 47
5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado 49
5.3 - Descrição dos controles internos 55
5.4 - Alterações significativas 58
5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos 59

6. Histórico do emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM 60
6.3 - Breve histórico 61
6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial 69
6.6 - Outras informações relevantes 70

7. Atividades do emissor

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas 71
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais 72
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais 75
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total 112
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades 113
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior 120
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades 121
7.8 - Políticas socioambientais 122
7.9 - Outras informações relevantes 123

8. Negócios extraordinários

8.1 - Negócios extraordinários 124
8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor 125
8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais 126
8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord. 127

Índice

9. Ativos relevantes

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros 128
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados 129
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis 134
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades 135
9.2 - Outras informações relevantes 138

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais 139
10.2 - Resultado operacional e financeiro 165
10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras 172
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor 173
10.5 - Políticas contábeis críticas 174
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras 181
10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras 183
10.8 - Plano de Negócios 184
10.9 - Outros fatores com influência relevante 187

11. Projeções

11.1 - Projeções divulgadas e premissas 188
11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas 189

12. Assembleia e administração

12.1 - Descrição da estrutura administrativa 190
12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais 196
12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração 199
12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem 200
12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal 201
12.7/8 - Composição dos comitês 217
12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores 219

Índice

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros 220

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores 222

12.12 - Práticas de Governança Corporativa 223

12.13 - Outras informações relevantes 224

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária 226

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal 232

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal 236

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária 237

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatuária 239

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatuária 240

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatuária 241

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções 242

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão 243

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários 244

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal 245

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria 246

13.13 - Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores 247

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam 248

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor 249

13.16 - Outras informações relevantes 252

14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos 253

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos 255

Índice

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados 256

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos 258

14.5 - Outras informações relevantes 259

15. Controle e grupo econômico

15.1 / 15.2 - Posição acionária 260

15.3 - Distribuição de capital 266

15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico 267

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte 268

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor 271

15.7 - Principais operações societárias 272

15.8 - Outras informações relevantes 274

16. Transações partes relacionadas

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas 275

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas 276

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado 292

16.4 - Outras informações relevantes 293

17. Capital social

17.1 - Informações sobre o capital social 294

17.2 - Aumentos do capital social 295

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações 296

17.4 - Informações sobre reduções do capital social 297

17.5 - Outras informações relevantes 298

18. Valores mobiliários

18.1 - Direitos das ações 299

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública 300

Índice

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto 302

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados 303

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil 304

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação 307

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros 308

18.8 - Títulos emitidos no exterior 309

18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor 310

18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios 311

18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros 312

18.12 - Outras infomações relevantes 313

19. Planos de recompra/tesouraria

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor 314

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria 315

19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria 317

20. Política de negociação

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários 318

20.2 - Outras informações relevantes 319

21. Política de divulgação

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações 320

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas 321

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações 323

21.4 - Outras informações relevantes 324

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Thilo Mannhardt**
Cargo do responsável	Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Andre Pires de Oliveira Dias**
Cargo do responsável	Diretor de Relações com Investidores

Os diretores acima qualificados, declaram que:

a. reviram o formulário de referência

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

Declaração do Diretor-Presidente

Thilo Helmut Georg Mannhardt, alemão, solteiro, engenheiro, portador da cédula de identidade RNE nº V031505W-CGPI/DIREX/DPF, e inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o nº 050.114.298-30, na qualidade de Diretor-Presidente da Ultrapar Participações S.A. ("Companhia"), declara que:

(a) reviu o Formulário de Referência;

(b) todas as informações contidas no Formulário de Referência atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19; e

(c) o conjunto de informações contido no Formulário de Referência é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários de sua emissão.

Thilo Mannhardt
Diretor-Presidente

Declaração do Diretor de Relações com Investidores

André Pires de Oliveira Dias, brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade nº 8.470.815-3 (SSP/SP), inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o nº 094.244.028-56, na qualidade de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Ultrapar Participações S.A. ("Companhia"), declara que:

(a) reviu o Formulário de Referência;

(b) todas as informações contidas no Formulário de Referência atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19; e

(c) o conjunto de informações contido no Formulário de Referência é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários de sua emissão.

André Pires de Oliveira Dias
Diretor Financeiro e
de Relações com Investidores

ASSESSORIA JURÍDICA CORPORATIVA ULTRA

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	385-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
CPF/CNPJ	49.928.567/0001-11
Período de prestação de serviço	01/01/2012
Descrição do serviço contratado	Auditoria das demonstrações financeiras de 2012 a 2015 e revisão das Informações Trimestrais a partir do primeiro trimestre de 2012
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Honorários referentes ao exercício de 2015 (em milhares de Reais) Honorários relativos a serviços de auditoria externa: 5.753,8 Honorários relativos a serviços relacionados à auditoria externa: Honorários relativos a serviços de impostos: 131,2 Demais serviços: -Total: 5.885,0
Justificativa da substituição	A substituição visou atender ao disposto no artigo 31 da Instrução CVM 308/99, o qual determina a rotatividade dos auditores independentes a cada cinco anos, e contou com a anuência dos nossos antigos auditores, KPMG Auditores Independentes.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Edimar Facco	01/01/2012	012.937.208-01	Rua Henri Dunant, nº 1.383, Chácara SantoAntônio, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04709-111, Telefone (011) 51861230, Fax (011) 51861333, e-mail: efacco@deloitte.com

2.3 - Outras informações relevantes

2.3 - Outras informações que o emissor julgue relevantes

As referências a “Ultrapar”, “nós”, “nosso(a)(s)” e a “Companhia”, contidas nesse Formulário de Referência, correspondem à Ultrapar Participações S.A. e suas subsidiárias (observado o contexto em que se insere a informação). Adicionalmente, todas as referências nesse Formulário de Referência a:

“ABIHPEC” são para Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos;

“ABIQUIM” são para Associação Brasileira da Indústria Química;

“ABRAFARMA” são para Associação Brasileira de Redes de Farmácias e Drogarias;

“Acordos para aquisição do Grupo Ipiranga” são para acordos relativos a aquisição do Grupo Ipiranga pela Ultrapar, Petrobras e Braskem.

“ADRs” são para *American Depositary Receipts*;

“ADSs” são para *American Depositary Shares*, cada um representando (i) uma ação ordinária de nossa emissão para qualquer período a partir de 17 de agosto de 2011; ou (ii) uma ação preferencial para qualquer período anterior a 17 de agosto de 2011;

“am/pm” são para as lojas de conveniência am/pm da Ipiranga, que operam sob a marca am/pm e são administradas pela am/pm Comestíveis Ltda.;

“American Chemical” são para American Chemical I.C.S.A., empresa que foi adquirida pela Oxiteno em novembro de 2012. Após a aquisição, a empresa passou a se chamar Oxiteno Uruguay S.A.;

“ANFAVEA” são para Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores;

“ANP” são para Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis;

“ANVISA” são para Agência Nacional de Vigilância Sanitária;

“Arch Andina” são para Arch Química Andina, C.A., empresa adquirida pela Oxiteno em setembro de 2007. Após a aquisição, a empresa passou a se chamar Oxiteno Andina C.A.;

“Banco Central” são para o Banco Central do Brasil;

“BM&FBOVESPA” são para a BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo;

“Braskem” são para Braskem S.A. e Quattor Participações S.A. (“Quattor”), adquirida pela Braskem em abril de 2010;

“Canamex” são para o negócio de especialidades químicas anteriormente pertencente ao Berci Group, empresa adquirida pela Oxiteno em dezembro de 2003. Após a aquisição, a empresa alterou sua denominação para Oxiteno Mexico S.A. de C.V;

“CBL” são para Chevron Brasil Ltda. (atualmente denominada IPP), uma antiga subsidiária da Chevron que, junto com a Galena, detinha a Texaco;

“CBPI” são para Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga, empresa incorporada pela IPP em novembro de 2009;

2.3 - Outras informações relevantes

"CDI" são para Certificado de Depósito Interbancário;

"Chevron" são para Chevron Latin America Marketing LLC e Chevron Amazonas LLC;

"Cia. Ultragaz" são para Companhia Ultragaz S.A.;

"ConectCar" são para ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A., uma *joint venture* inicialmente constituída pela IPP e pela Odebrecht TransPort S.A. ("OTP"), que iniciou suas operações em novembro de 2012. Em janeiro de 2016, a Redecard S.A. adquiriu da OTP a participação na ConectCar.

"Conversão" são para a conversão de todas as ações preferenciais emitidas pela Companhia em ações ordinárias, na proporção de uma (1) ação preferencial para uma (1) ação ordinária, conforme aprovado em assembleia geral extraordinária e em assembleia especial de acionistas titulares de ações preferenciais, ambas realizadas em 28 de junho de 2011;

"CVM" são para a Comissão de Valores Mobiliários;

"DNP" são para a Distribuidora Nacional de Petróleo Ltda., empresa adquirida pela Ipiranga em outubro de 2010;

"DPPI" são para a Distribuidora de Produtos de Petróleo Ipiranga S.A., empresa incorporada pela CBPI em dezembro de 2008;

"EMCA" são para Empresa Carioca de Produtos Químicos S.A.;

"Extrafarma" são para Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A., que opera a marca Extrafarma;

"FGTS" são para Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;

"Galena" são para Sociedade Anônima de Óleo Galena Signal, uma antiga subsidiária da Chevron que, junto com a CBL, detinha a Texaco;

"GLP" são para gás liquefeito de petróleo;

"Governo Brasileiro" são para o governo federal da República Federativa do Brasil;

"Grupo Ipiranga" são para RPR, DPPI, CBPI, Ipiranga Química S.A., Ipiranga Petroquímica S.A., Companhia Petroquímica do Sul S.A. e suas subsidiárias, antes da venda para Ultrapar, Petrobras e Braskem;

"IAS" são para *International Accounting Standard;*

"IASB" são para *International Accounting Standard Board*;

"IFRS" são para *International Financial Reporting Standards*;

"Incorporação de Ações" são para as trocas de ações preferenciais e ordinárias remanescentes da RPR, da DPPI e da CBPI por ações preferenciais da Ultrapar em consequência da aquisição do Grupo Ipiranga, conforme aprovado nas respectivas assembleias gerais extraordinárias;

"IMS Health" são para IMS Health Holdings, Inc.;

2.3 - Outras informações relevantes

"ICVM 527/12" são para Instrução CVM nº 527/12, emitida pela CVM em 4 de outubro de 2012, que rege a divulgação voluntária pelas companhias abertas de informações denominadas LAJIDA (EBITDA) – Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização; e LAJIR (EBIT) – Lucro Antes dos Juros e Impostos sobre a Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, para as divulgações de resultados a partir do dia 1º de janeiro de 2013. Para maiores informações sobre o EBITDA, veja o "Item 3.2.c. Motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações".

"IGP-M" são para Índice Geral de Preços do Mercado, calculado pela Fundação Getúlio Vargas;

"Ipiranga" são para as subsidiárias da Ultrapar que atuam na distribuição de combustíveis e lubrificantes e atividades correlatas;

"IPP" são para Ipiranga Produtos de Petróleo S.A., antiga CBL;

"Lei das S.A." são para a Lei nº 6.404 de dezembro de 1976, modificada pela Lei nº 8.021 de abril de 1990, pela Lei nº 9.457 de maio de 1997, pela Lei nº 10.303 de outubro de 2001, pela Lei nº 11.638 de dezembro de 2007, pela Lei nº 11.941 de maio de 2009, pela Lei nº 12.431 de junho de 2011, pela Lei nº 12.810 de maio de 2013 e pela Lei nº 12.838 de julho de 2013;

"LPG International" são para LPG International Inc.;

"Maxfácil" são para Maxfácil Participações S.A., companhia que foi cindida entre as acionistas na proporção de suas participações e posteriormente incorporada por cada uma em novembro de 2012;

"Negócios de Distribuição Sul" são para os negócios de distribuição de combustíveis e lubrificantes do Grupo Ipiranga e atividades correlatas localizados nas regiões Sul e Sudeste do Brasil;

"Negócios Petroquímicos" são para Ipiranga Química S.A., Ipiranga Petroquímica S.A. e sua participação na COPESUL;

"Nota Explicativa" são as notas explicativas das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014, arquivadas na CVM em 25 de fevereiro de 2015, exceto quando de outra forma mencionado;

"Novo Mercado" são para o segmento de listagem da BM&FBOVESPA;

"NYSE" são para *New York Stock Exchange*, a bolsa de valores de Nova Iorque;

"Oleoquímica" são para a Oleoquímica Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda.;

"Oxiteno Andina" são para o negócio da Oxiteno conduzido na Venezuela;

"Oxiteno Mexico" são para o negócio da Oxiteno conduzido no México;

"Oxiteno USA", são para o negócio da Oxiteno conduzido nos Estados Unidos;

"Oxiteno Nordeste" são para Oxiteno Nordeste S.A. Indústria e Comércio;

"Oxiteno Overseas" são para Oxiteno Overseas Corporation;

"Oxiteno" são para a Oxiteno S.A. Indústria e Comércio, nossa subsidiária integral, e suas subsidiárias que produzem óxido de eteno e seus principais derivados, álcoois graxos e outras especialidades químicas;

2.3 - Outras informações relevantes

“Petrobras” são para Petróleo Brasileiro S.A.;

“Puma” são para Puma Storage do Brasil Ltda.;

“Real”, “Reais” ou “R$” são para a moeda oficial do Brasil;

“Repsol” são para Repsol Gás Brasil S.A., empresa adquirida pela Ultragaz em outubro de 2011. Após a aquisição a Repsol foi renomeada Distribuidora de Gás LP Azul S.A.;

“RPR” são para a Refinaria de Petróleo Riograndense S.A. (antiga Refinaria de Petróleo Ipiranga S.A.), *joint venture* de propriedade da Petrobras, Braskem e Ultrapar;

“SBP” são para Sociedade Brasileira de Participações Ltda., empresa incorporada à IPP em agosto de 2009;

“SEC” são para a *U.S. Securities and Exchange Commission*, regulador do mercado de capitais norte-americano;

“Selic” são para o Brasil a taxa de juros básica;

“Serma” são para a Associação dos Usuários de Equipamentos de Processamento de Dados e Serviços Correlatos, associação totalmente detida pelas empresas do grupo, responsável pelos serviços de informática corporativa na Ultrapar;

“Sindicom” são para o Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis;

“STF” são para o Supremo Tribunal Federal;

“SUDENE” são para Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste;

“Tequimar” são para Terminal Químico de Aratu S.A., subsidiária operacional da Ultracargo;

“Temmar” são para Terminal Marítimo do Maranhão S.A., empresa adquirida pela Ultracargo em agosto de 2012 e incorporada por Tequimar em dezembro de 2013;

“Texaco” são para o negócio de distribuição de combustíveis Texaco no Brasil, anteriormente conduzido pela CBL e Galena;

“Transação da Extrafarma” são para a incorporação de ações de emissão da Extrafarma pela Ultrapar em 31 de janeiro de 2014;

“Tropical” são para Tropical Transportes Ipiranga Ltda.;

“TRR” são para Transportadores Revendedores Retalhistas, revendedores de combustíveis especializados;

“Ultra S.A.” são para Ultra S.A. Participações, empresa de participações pertencente a certos membros da família fundadora da Companhia e da alta administração da Ultrapar. Ultra S.A. é atualmente a maior acionista individual da Ultrapar, com 22% do seu capital total em 31 de dezembro de 2014. Antes da Conversão, a Ultra S.A. detinha 66% do capital votante da Ultrapar;

“Ultracargo” são para Ultracargo Operações Logísticas e Participações Ltda., nossa subsidiária e suas subsidiárias que prestam serviços de armazenagem, manuseio e logística para granéis líquidos;

“Ultragaz” são para as subsidiárias da Ultrapar que atuam na distribuição de GLP;

2.3 - Outras informações relevantes

"União Terminais" são para União Terminais e Armazéns Gerais Ltda., empresa incorporada no Tequimar em dezembro de 2008;

"União Vopak" são para União Vopak Armazéns Gerais Ltda., *joint venture* na qual a Ultracargo detém 50% do capital social;

"Unipar" são para União das Indústrias Petroquímicas S.A. e;

"US$", "dólar", "dólares" ou "dólares norte-americanos" são para a moeda oficial dos Estados Unidos da América.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Exercício social (31/12/2015)	Exercício social (31/12/2014)	Exercício social (31/12/2013)
Patrimônio Líquido	7.974.129.000,00	7.726.595.000,00	6.546.886.000,00
Ativo Total	20.966.049.000,00	19.480.382.000,00	16.378.545.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	75.655.274.000,00	67.736.298.000,00	60.940.246.000,00
Resultado Bruto	6.721.572.000,00	5.431.667.000,00	4.774.864.000,00
Resultado Líquido	1.512.972.000,00	1.251.213.000,00	1.228.713.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	543.083.740	549.256.940	536.412.440
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	14,683056	14,067360	12,204948
Resultado Básico por Ação	2,764900	2,275300	2,293800
Resultado Diluído por Ação	2,74	2,26	2,28

3.2 - Medições não contábeis

3.2 - Medições não contábeis divulgadas

a. Valor das medições não contábeis

(em milhões de Reais)	2015
LAJIDA (EBITDA)	3.953,3
Caixa (endividamento) líquido	(4.928,4)

b. Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

(em milhões de Reais)	2015
Lucro líquido do exercício	1.513,0
(+) Contribuição social e imposto de renda	734,3
(+) Resultado financeiro, líquido	703,3
(+) Depreciações e amortizações	1.002,6
LAJIDA (EBITDA)	**3.953,3**

(em milhões de Reais)	2015
Caixa e equivalentes de caixa	2.702,9
Aplicações financeiras – curto prazo	803,3
Aplicações financeiras – longo prazo	467,0
Empréstimos, debêntures e arrendamento mercantil financeiro – curto prazo	(1.097,9)
Empréstimos, debêntures e arrendamento mercantil financeiro – longo prazo	(7.803,8)
Caixa (endividamento) líquido	**(4.928,4)**

c. Motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

LAJIDA (EBITDA)

O LAJIDA (EBITDA – *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) apresentado neste documento corresponde ao lucro líquido antes (i) do imposto de renda e contribuição social, (ii) da despesa (receita) financeira líquida e (iii) da depreciação e amortização, apresentado de acordo com a ICVM 527/12. A divulgação de informações sobre o LAJIDA visa apresentar uma medida utilizada pela administração para avaliação interna de resultados operacionais, além de vincularmos esta medida a uma parcela da participação nos lucros e resultados dos empregados. É também um indicador financeiro amplamente utilizado por analistas e investidores para mensurar nossa capacidade de gerar caixa a partir de nossas operações e nosso

3.2 - Medições não contábeis

desempenho operacional. Adicionalmente, utilizamos o LAJIDA como referência em obrigações (*covenants*) relacionadas a alguns de nossos contratos de financiamento, conforme descrito no Item 10.1.f. - Níveis de endividamento e as características de tais dívidas. Acreditamos que o LAJIDA permite uma melhor compreensão não só do nosso desempenho financeiro como também da nossa capacidade de cumprir com os pagamentos de juros e principal do nosso endividamento e de obter recursos para nossos investimentos e capital de giro. Nossa definição de LAJIDA pode diferir de, e, consequentemente, não ser comparável com nomenclaturas similares utilizadas por outras companhias, limitando assim seu uso como medida comparativa. Em razão de não serem consideradas para o seu cálculo as receitas e despesas financeiras, o imposto de renda e contribuição social, a depreciação e a amortização, o LAJIDA é um indicador de desempenho econômico geral que não é afetado por reestruturações de dívidas, flutuações nas taxas de juros, alterações de imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização. O LAJIDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil ou as IFRS, tampouco deve ser considerado isoladamente ou como uma alternativa ao lucro líquido como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais como medida de liquidez. O LAJIDA apresenta limitações materiais que prejudicam a sua utilização como medida de nossa lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes de nossos negócios que poderiam afetar de maneira significativa os nossos lucros, tais como despesas financeiras, imposto de renda e depreciação e amortização.

Caixa (endividamento) líquido

A divulgação de informações sobre o caixa (endividamento) líquido visa apresentar uma visão geral do endividamento e da posição financeira da Companhia. O caixa (endividamento) líquido é igual ao caixa e equivalentes de caixa acrescido de aplicações financeiras de curto e de longo prazo, deduzidos os empréstimos, debêntures e arrendamento mercantil financeiro de curto e de longo prazo. O caixa (endividamento) líquido não é uma medida de desempenho financeiro ou de liquidez segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil ou o IFRS. Na gestão de nossos negócios, utilizamos o caixa (endividamento) líquido como forma de avaliar nossa posição financeira. Acreditamos que essa medida funciona como uma ferramenta importante para comparar, periodicamente, a posição financeira da Companhia, bem como para embasar determinadas decisões gerenciais. Adicionalmente, utilizamos o caixa (endividamento) líquido em obrigações (*covenants*) relacionadas com alguns de nossos contratos de financiamento. Veja “Item 10.1.f.iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições”.

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

As informações prestadas neste item referem-se aos mesmos eventos subsequentes que constaram das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 divulgadas em 17 de fevereiro de 2016 e das Informações Trimestrais – ITR de 31 de março de 2016 divulgadas em 11 de maio de 2016 para a CVM e são, portanto, posteriores ao encerramento do exercício social de 2015.

Renegociação de financiamentos

Em fevereiro de 2016, a IPP renegociou um empréstimo com o Banco do Brasil, que venceria em fevereiro de 2016, com o valor de principal no total de R$ 166,7 milhões, estendendo o prazo até fevereiro de 2019, alterando a taxa de juros flutuante para 114% do CDI.

Em maio de 2016, a IPP renegociou empréstimos com o Banco do Brasil, que venceriam em maio de 2016 e janeiro de 2017, com os valores de principal no total de R$ 100 milhões e R$ 909,5 milhões, respectivamente, estendendo o prazo até maio de 2022, e alterou as taxas de juros flutuantes para 110,9% do CDI.

Contrato de empréstimo

Em fevereiro de 2016, a Oxiteno EUA firmou contrato de empréstimo no valor de US$ 40 milhões, com vencimento em fevereiro de 2021 e com juros de LIBOR + 3% a.a., pagos trimestralmente. O empréstimo é garantido pela Ultrapar e pela subsidiária Oxiteno Nordeste e os recursos desse empréstimo serão usados para financiar a construção de uma nova fábrica de alcoxilação, no estado do Texas.

Emissão de debêntures

Em maio de 2016, foi aprovada a quarta emissão, pela Ipiranga, de 500 debêntures simples, em série única, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, nominativas e escriturais, com valor nominal unitário de R$ 1.000.000,00. As debêntures terão prazo de 5 anos, com pagamento de juros semestrais, amortização em três parcelas anuais e consecutivas a partir do trigésimo sexto mês e remuneração de 105,00% do CDI. As obrigações principais e acessórias assumidas pela Ipiranga na emissão de debêntures são garantidas pela Companhia. Este evento não impactou as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015.

Ultracargo – Incêndio no terminal de Santos

Em março de 2016, a Ultracargo pagou uma multa para a CETESB (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo) no valor de R$ 16 milhões como resultado de uma decisão desfavorável em âmbito administrativo. Ainda em março de 2016, a Ultracargo recebeu adiantamento de seguros relativos a certas despesas de contenção e salvamento, no valor de R$ 29,8 milhões, e pagou adiantamentos a clientes no valor de R$ 30,0 milhões.

Adicionalmente, processos judiciais e pedidos de indenização extrajudiciais de terceiros, reivindicando danos, apresentados até a data deste formulário, estão sendo analisados pelas seguradoras.

3.4 - Política de destinação dos resultados

3.4 - Política de destinação dos resultados dos 3 últimos exercícios sociais, indicando:

a. Regras sobre retenção de lucros

De acordo com o Estatuto Social da Ultrapar, apurados o balanço patrimonial e as demonstrações financeiras do exercício e deduzidos os prejuízos acumulados, a provisão para pagamento do imposto de renda e, se for o caso, da provisão para participação dos administradores no resultado do exercício, o lucro líquido ajustado terá a seguinte destinação:

i. 5% para constituição da reserva legal, até que esta atinja a 20% do capital social;
ii. 50% para pagamento de dividendo obrigatório aos acionistas, compensados os dividendos semestrais e intermediários que tenham sido declarados;
iii. por proposta dos órgãos da administração, até 45% para a constituição da reserva para investimentos, com a finalidade de preservar a integridade do patrimônio social e reforçar o capital da Companhia, visando a permitir a realização de novos investimentos, até o limite de 100% do capital social, observado que o saldo desta reserva, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas as reservas de lucros a realizar e reservas para contingências, não poderá ultrapassar 100% do valor do capital social e, uma vez atingido esse limite, a assembleia geral poderá deliberar sobre a aplicação do excesso no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos; e
iv. o saldo terá a destinação que for deliberada pela assembleia geral, observada a proposta do Conselho de Administração.

Os montantes destinados à reserva legal nos exercícios de 2015, 2014 e 2013 foram de R$ 75,2 milhões, R$ 62,1 milhões e R$ 61,3 milhões, respectivamente.

Em 2015, 2014 e 2013, valores foram destinados à reserva estatutária para investimentos em conformidade com o artigo 194 da Lei das S.A. e o artigo 55.c) do Estatuto Social da Companhia, com a finalidade de preservar a integridade do patrimônio social e reforçar o capital da Ultrapar, permitindo a realização de novos investimentos. Em 2015, 2014 e 2013, o montante de lucro líquido destinado à reserva estatutária para investimentos foi de R$ 557,0 milhões, R$ 400,8 milhões e R$ 420,4 milhões, respectivamente, não tendo sido destinados valores à reserva de retenção de lucros.

As reservas de retenção de lucros e estatutária para investimentos são livres para distribuição aos acionistas e totalizavam R$ 3.329,6 milhões, R$ 2.772,5 milhões e R$ 2.371,5 milhões em 31 de dezembro de 2015, 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, respectivamente.

b. Regras sobre distribuição de dividendos

De acordo com as regras citadas acima contidas no Estatuto Social da Companhia, devemos distribuir aos nossos acionistas dividendo mínimo obrigatório equivalente a 50% do lucro líquido ajustado. Em 2015, 2014 e 2013, de acordo com a proposta do Conselho de Administração e deliberação da assembleia geral, o saldo do lucro líquido destinado ao pagamento de dividendos foi superior ao dividendo mínimo obrigatório.

3.4 - Política de destinação dos resultados

Veja “Item 3.9. Outras informações que o emissor julgue relevantes” para informações sobre a adoção do IFRS na apresentação das demonstrações financeiras.

c. Periodicidade das distribuições de dividendos

As regras abaixo descritas aplicam-se aos exercícios de 2015, 2014 e 2013.

Dentro dos quatro primeiros meses seguintes ao encerramento de cada exercício social, nossos acionistas reúnem-se em assembleia geral ordinária para deliberar, dentre outros assuntos, sobre a destinação do lucro líquido apurado no exercício e sobre a distribuição de dividendos aos acionistas. Em 2015, 2014 e 2013, a Ultrapar distribuiu semestralmente dividendos aos seus acionistas. De acordo com nosso Estatuto Social, dividendos não reclamados em três anos são revertidos em favor da Companhia.

d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Não houve restrições à distribuição de dividendos nos últimos três exercícios sociais.

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2015	Exercício social 31/12/2014	Exercício social 31/12/2013
Lucro líquido ajustado	1.428.293.000,00	1.179.484.000,00	1.163.885.000,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado	61,000000	66,020000	63,880000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor	18,970000	16,190000	18,770000
Dividendo distribuído total	871.309.000,00	778.717.000,00	743.527.000,00
Lucro líquido retido	556.984.000,00	400.767.000,00	420.359.000,00
Data da aprovação da retenção	13/04/2016	15/04/2015	16/04/2014

Lucro líquido retido		Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Outros							
Ordinária		97.962.000,00	21/08/2015	130.209.000,00	22/08/2014	103.754.000,00	16/08/2013
Ordinária		59.201.000,00	04/03/2016				
Ordinária				58.766.000,00	13/03/2015		
Ordinária						57.831.000,00	12/03/2014
Dividendo Obrigatório							
Ordinária		338.880.000,00	21/08/2015	259.344.000,00	22/08/2014	250.279.000,00	16/08/2013
Ordinária		375.266.000,00	04/03/2016				
Ordinária				330.398.000,00	13/03/2015		
Ordinária						331.663.000,00	12/03/2014

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

3.6 - Informar se, nos 3 últimos exercícios sociais, foram declarados dividendos a conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores

Para os exercícios de 2015, 2014 e 2013, não foram declarados dividendos a conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores.

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2015	12.991.920.000,00	Índice de Endividamento	1,60000000	
	0,00	Outros índices	1,25000000	Método: (caixa) endividamento líquido em 31 de dezembro de 2015, dividido pelo LAJIDA do ano de 2015. Acreditamos que o índice de endividamento financeiro líquido sobre LAJIDA, em adição ao índice de endividamento financeiro, seja apropriado para a correta compreensão da situação financeira da companhia, uma vez que proporciona uma medida dinâmica da alavancagem financeira da companhia e de sua capacidade de pagar a dívida através de sua geração operacional de caixa. Adicionalmente, utilizamos tal índice como medida em obrigações (covenants) relacionadas com alguns de nossos contratos de financiamento. Veja “Item 3.2.c. Motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações” e “Item 10.1.f.iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições” para maiores informações.

3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2015)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Financiamento	Garantia Real		728.000,00	450.000,00	170.000,00	0,00	1.348.000,00
Empréstimo	Garantia Real		1.630.000,00	77.994.000,00	0,00	0,00	79.624.000,00
Títulos de dívida	Quirografárias		47.372.000,00	2.198.843.000,00	0,00	0,00	2.246.215.000,00
Empréstimo	Quirografárias		520.121.000,00	3.836.942.000,00	1.061.311.000,00	0,00	5.418.374.000,00
Financiamento	Quirografárias		528.004.000,00	444.959.000,00	183.084.000,00	0,00	1.156.047.000,00
Total			1.097.855.000,00	6.559.188.000,00	1.244.565.000,00	0,00	8.901.608.000,00

Observação

A Ultrapar e suas subsidiárias não possuem dívidas com garantia flutuante. As informações prestadas neste item se referem às demonstrações financeiras consolidadas. Em adição para a finalidade do quadro 3.8:
- Os empréstimos e financiamentos não garantidos por garantia real foram incluídos na modalidade quirografárias.
- As dívidas financeiras foram apresentadas de acordo com os respectivos prazos de vencimento.

3.9 - Outras informações relevantes

3.9 - Outras informações que o emissor julgue relevantes

As demonstrações financeiras consolidadas estão sendo apresentadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro - IFRS emitidas pelo IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela CVM.

A partir de 2013, tornou-se obrigatória a adoção das normas IFRS 11 e IAS 19 Revisado na apresentação das demonstrações financeiras, resultando nas seguintes alterações: (i) investimentos provenientes de *joint ventures* deixaram de ser consolidados de maneira proporcional e passaram a ser reconhecidos através do método de equivalência patrimonial; e (ii) ganhos e perdas atuariais decorrentes do benefício pós-emprego deixaram de ser reconhecidos no resultado e passaram a ser reconhecimentos no patrimônio líquido, e os custos dos serviços passados na data da transição foram reconhecidos no patrimônio líquido em lucros acumulados. Veja “Item 10.4.a. Mudanças significativas nas práticas contábeis” e “Item 10.4.b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis”.

Os resultados da Extrafarma passaram a ser consolidados pela Ultrapar nas suas demonstrações financeiras a partir de 1º de fevereiro de 2014. Consequentemente, as demonstrações financeiras da Ultrapar em períodos anteriores a 1º de fevereiro de 2014 não incluem os resultados da Extrafarma.

Para informações relacionadas à verificação de cross-default em contratos de dívida, veja “Item 10.1.f.iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições”.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

4.1 - Fatores de risco que podem influenciar a decisão de investimento, em especial, aqueles relacionados:

a. Ao emissor

Somos uma companhia holding e dependemos do resultado das nossas subsidiárias

Somos uma *holding* operacional e nossa capacidade de honrar nossas obrigações financeiras depende do fluxo de caixa e dos ganhos das nossas subsidiárias e da distribuição destes ganhos para nós na forma de dividendos e juros sobre capital próprio. Consequentemente, a capacidade da Ultrapar em cumprir com as suas obrigações financeiras e de pagar dividendos aos seus acionistas depende da distribuição do fluxo de caixa e dos lucros de suas subsidiárias.

b. Ao seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

Antes da Conversão, a Ultra S.A. detinha 66% do capital votante da Companhia. Na data subsequente à Conversão, a Ultra S.A. passou a deter 24% do capital votante e total da Ultrapar e hoje detém 22% do capital total da Companhia. A Ultrapar, portanto, não possui mais um acionista controlador nos termos do artigo 116 da Lei das S.A. Ver “Item 15.4.a. Organograma dos acionistas da Ultrapar e do grupo econômico em que se insere - controladores diretos e indiretos e, caso o emissor deseje, os acionistas com participação igual ou superior a 5% de uma classe ou espécie de ações”.

c. A seus acionistas

A família fundadora e parte de nossa alta administração, através de sua participação na Ultra S.A., detêm parte significativa das ações da Companhia e podem influenciar a gestão, a direção e as políticas da Ultrapar, incluindo o resultado de qualquer assunto submetido ao voto dos acionistas.

Embora não haja um acionista controlador da Ultrapar, a família fundadora e certos membros de nossa alta administração, titulares de ações de emissão de Ultra S.A., detinham, indiretamente ações representativas de 22% do total de ações de emissão da Ultrapar em 31 de dezembro de 2015. A família fundadora e os referidos membros da administração são signatários do acordo de acionistas da Ultra S.A. datado de 24 de fevereiro de 2014. Assim, esses acionistas, atuando em conjunto por meio de Ultra S.A., podem exercer influência significativa sobre todos os assuntos que requerem a aprovação dos acionistas, incluindo a eleição dos membros do nosso Conselho de Administração. Apesar de nosso Conselho de Administração ser responsável pela nomeação da chapa de conselheiros a serem eleitos pelos nossos acionistas em nossas assembleias gerais ordinárias, alguns dos atuais membros do nosso Conselho de Administração, que foram eleitos em nossa assembleia em 15 de abril de 2015, são os mesmos que anteriormente atuaram como membros de nosso Conselho de Administração eleitos pela Ultra S.A. em 27 de abril de 2011, que, à época, detinha aproximadamente 66% das nossas ações ordinárias.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Nenhum acionista ou grupo de acionistas detém mais de 50% do nosso capital social, o que pode aumentar a possibilidade de alianças entre acionistas e de outros eventos que possam ocorrer como resultado das mesmas.

Nenhum acionista ou grupo de acionistas detém mais de 50% do nosso capital social. Devido à inexistência de acionista controlador, podemos estar sujeitos a futuras alianças ou acordos entre nossos acionistas, que podem resultar no exercício de influência significativa sobre a Companhia. Caso um grupo de controle seja formado e decida exercer sua influência sobre a Companhia, estaremos sujeitos a mudanças inesperadas em nossa governança corporativa e estratégias, incluindo a substituição de executivos importantes. Qualquer mudança inesperada em nossa equipe de gestão, política de negócios e estratégia, qualquer disputa entre nossos acionistas, ou qualquer tentativa de aquisição de controle da Companhia pode gerar impacto adverso sobre nós. O prazo de mandato dos atuais membros do Conselho de Administração da Ultrapar irá expirar na assembleia geral ordinária de acionistas que ocorrerá em 2017.

Detentores de ações de emissão da Companhia podem não receber dividendo.

De acordo com nosso Estatuto Social, exceto se houver proposta em contrário do nosso Conselho de Administração e aprovação pela assembleia geral de acionistas, devemos distribuir aos nossos acionistas dividendo mínimo obrigatório equivalente a 50% de nosso lucro líquido ajustado. No entanto, nosso lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízos e/ou então alocado em reservas, conforme previsto na Lei das S.A., e pode não ser disponibilizado para distribuição de dividendos, inclusive na forma de juros sobre capital próprio. Dessa forma, o recebimento ou não do dividendo depende da distribuição obrigatória ou da suspensão dos mesmos pelo Conselho de Administração e acionistas.

A venda de quantidades significativas de nossas ações pode fazer com que o valor de mercado das mesmas se reduza.

Os acionistas da Ultra S.A., que detinham 22% de nossas ações em 31 de dezembro de 2015, têm o direito de converter suas ações de Ultra S.A. em ações da Ultrapar e livremente negociá-las no mercado. Outros acionistas, que detêm parcela significativa de nossas ações remanescentes, podem negociar livremente as suas ações ordinárias. A venda de um número significativo de ações de nossa emissão pode afetar negativamente o valor de mercado das ações. O valor de mercado de nossas ações pode reduzir significativamente se os detentores de ações venderem suas participações ou se o mercado perceber alguma intenção de venda.

d. A suas controladas e coligadas

A produção, o armazenamento e o transporte de GLP, combustíveis e produtos petroquímicos são atividades inerentemente perigosas.

As operações que realizamos em nossas plantas envolvem riscos de segurança e outros riscos operacionais, incluindo o manuseio, a produção, o armazenamento e o transporte de materiais altamente inflamáveis, explosivos e tóxicos. Estes riscos podem resultar em lesão corporal ou morte, danificação ou destruição de instalações ou equipamentos, e danos ambientais. Um acidente

4.1 - Descrição dos fatores de risco

suficientemente grande em uma de nossas plantas, postos de serviços ou instalações de armazenagem poderá nos forçar a suspender temporariamente nossas atividades no local, resultando em custos de remediação significativos, perda de receitas e passivos contingentes. Em adição, nossa cobertura de seguro pode não ser disponibilizada tempestivamente ou ser insuficiente para cobrir todas as nossas perdas. A quebra de equipamentos, desastres naturais e atrasos na obtenção de produtos importados ou de peças de reposição ou de equipamentos também poderão afetar nosso processo produtivo e, consequentemente, o resultado de nossas operações.

Por exemplo, no dia 2 de abril de 2015, uma parte das instalações de armazenamento operada pela Ultracargo em Santos (SP) sofreu um incêndio que durou nove dias e atingiu seis tanques de gasolina e etanol. Não houve vítimas e a causa do acidente e seus impactos ainda estão sendo investigados, incluindo a extensão das perdas operacionais, danos aos ativos, potenciais danos ambientais e outros passivos e danos à reputação.

Nossas apólices de seguros podem ser insuficientes para cobrir potenciais despesas que podemos incorrer.

A operação de qualquer planta química e a distribuição de produtos petroquímicos, bem como operações de logística de petróleo, produtos químicos, GLP, combustíveis e produtos farmacêuticos, envolvem riscos substanciais de danos ambientais e pessoais, e, consequentemente, podem resultar em custos e obrigações materiais. Apesar de acreditarmos que o nível atual de cobertura de seguro que possuímos seja adequada, a ocorrência de danos que não estejam cobertos por nossas apólices ou que excedam a sua cobertura pode resultar em custos adicionais inesperados significativos.

Como resultado das aquisições relevantes da Ipiranga, União Terminais, Texaco, associação com a Extrafarma, assim como outras aquisições menores e possíveis futuras aquisições, a Ultrapar assumiu e poderá assumir no futuro certas obrigações relacionadas às transações e certos passivos dos negócios adquiridos e todos os riscos relativos a essas obrigações.

A Ultrapar assumiu certas obrigações dos negócios adquiridos nos últimos anos e, por isso, algumas obrigações financeiras existentes, obrigações legais ou outras contingências ou riscos conhecidos ou desconhecidos dos negócios adquiridos passaram a ser de responsabilidade da Ultrapar. A Ultrapar poderá adquirir novos negócios no futuro e, consequentemente, estará sujeita a obrigações e riscos adicionais.

Essas obrigações podem fazer com que a Ultrapar tenha que efetuar pagamentos, incorrer em despesas ou tomar decisões que podem afetar negativamente a posição financeira, os resultados e o preço das ações de emissão da Ultrapar.

Em fevereiro de 2014, a Ultrapar passou a operar no negócio de varejo farmacêutico, em uma nova unidade de negócio na qual tem pouca experiência e que poderia se sujeitar a riscos operacionais e de negócio adicionais e desconhecidos.

Em fevereiro de 2014, a Ultrapar passou a operar no negócio de varejo farmacêutico através da Extrafarma, nossa subsidiária integral operando no setor, com a aprovação da incorporação de ações pelas assembleias gerais extraordinárias da Ultrapar e da Extrafarma (Ver Item 6.3 “Breve histórico da Ultrapar”). Anteriormente à transação, a Ultrapar não atuava no varejo farmacêutico. O negócio de varejo farmacêutico é complexo e envolve ativos e operações nos quais a Companhia tem pouca

4.1 - Descrição dos fatores de risco

experiência operacional. A capacidade de sucesso nessa atividade depende da habilidade da Companhia de endereçar e superar a nossa pouca experiência no negócio. As dificuldades de integrar uma nova unidade de negócio com as operações da Ultrapar existentes incluem, entre outros fatores, operar em segmentos distintos e que exigem diferentes estratégias operacionais e expertise de gestão, necessidade de coordenar os sistemas operacionais e instalações em diferentes localidades e integração de pessoal com experiências e culturas organizacionais distintas. Se não formos capazes de superar essas limitações e dificuldades podemos sofrer um efeito adverso em nossos negócios, condições financeiras e resultados operacionais.

Se não formos bem sucedidos na implantação de nossa estratégia de crescimento orgânico na Extrafarma, os resultados operacionais futuros da Ultrapar poderão não corresponder às expectativas dos investidores, o que poderia afetar negativamente o preço das nossas ações.

Nossa principal estratégia de crescimento para a Extrafarma consiste na abertura acelerada de novas farmácias no Brasil, que inclui nosso acesso aos pontos de revendas da Ipiranga e da Ultragaz (postos de combustíveis e revendas de GLP). Nossa capacidade de abrir novas farmácias pode ser afetada se não conseguirmos encontrar locais apropriados suficientes para abertura das novas farmácias, ou se os investimentos necessários para adaptar a propriedade às nossas necessidades forem muito altos. Regulamentações mais rígidas, incluindo as relativas ao uso do terreno e leis de zoneamento nas regiões em que atuamos podem também resultar em um aumento nas despesas e assim tornar mais difícil de encontrar locais adequados para abrirmos nossas farmácias.

Ainda, farmácias novas ou abertas recentemente podem não atingir os níveis de vendas esperados no período típico de maturação. Adicionalmente, nossas farmácias novas ou abertas recentemente podem afetar negativamente nossa rentabilidade, o que pode afetar nosso negócio e nossos resultados consolidados.
Além disso, equipes qualificadas de lojas são um fator chave para o sucesso no negócio de varejo farmacêutico e nós podemos ser negativamente afetados se não conseguirmos contratar, treinar e reter nossos funcionários. Nossa estratégia de negócio requer a abertura de novas farmácias, aumentado a necessidade de contratar, treinar e reter funcionários. Se não o conseguirmos fazer, o processo de abertura de novas lojas e nossos resultados operacionais e financeiros podem ser impactados negativamente. Adicionalmente, a escassez de farmacêuticos no Brasil, em decorrência de contínuo crescimento robusto do mercado, pode gerar aumentos salariais ou limitar nossa capacidade de manter ou recrutar novos farmacêuticos e, consequentemente, limitar nossa capacidade de abrir novas farmácias no longo prazo.

Outros riscos associados à abertura de novas farmácias incluem (i) a entrada de novos competidores no negócio de varejo farmacêutico, (ii) o conhecimento limitado sobre novas regiões nas quais podemos abrir novas farmácias e (iii) a queda da demanda por nossos produtos como resultado de restrições nos gastos do consumidor ou de outros fatores. Qualquer desses riscos pode afetar negativamente nossa capacidade de implantação da nossa estratégia orgânica de crescimento para a Extrafarma e, portanto, nosso negócio e nossos resultados operacionais e financeiros. Isso pode levar ao não atingimento das expectativas dos investidores e de nossas metas de resultados operacionais e financeiros para o negócio de farmácia.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

e. A seus fornecedores

A Petrobras é a principal fornecedora de GLP e combustíveis derivados de petróleo no Brasil. As distribuidoras de combustíveis e GLP, incluindo a Ipiranga e a Ultragaz, possuem contrato formal com a Petrobras para o fornecimento de derivados de petróleo. Qualquer interrupção no suprimento de GLP ou combustíveis derivados de petróleo pela Petrobras afetará imediatamente a capacidade da Ultragaz de distribuir GLP ou da Ipiranga de distribuir combustíveis derivados de petróleo aos seus clientes.

Até 1995, a Petrobras detinha, constitucionalmente, o monopólio sobre a produção e importação de derivados de petróleo no Brasil. Apesar de ter sido retirado este monopólio da Constituição Federal, a Petrobras permanece como a principal fornecedora de GLP e combustíveis derivados de petróleo no Brasil. Atualmente, todas as distribuidoras de GLP no Brasil, incluindo a Ultragaz, compram todo, ou praticamente todo, o GLP necessário para suas operações da Petrobras. As receitas líquidas das vendas e dos serviços prestados pela Ultragaz representaram 6% de nossas receitas líquidas consolidadas de vendas e serviços no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015. Os procedimentos de compra de GLP da Petrobras são, geralmente, comuns a todas as distribuidoras de GLP, inclusive a Ultragaz.

Com relação à distribuição de combustíveis, a Petrobras também forneceu em 2015 praticamente todo o volume de combustíveis derivados de petróleo necessário para a Ipiranga e outros distribuidores. O fornecimento da Petrobras à Ipiranga é regido por um contrato anual. As receitas líquidas das vendas e dos serviços prestados pela Ipiranga representaram 86% de nossas receitas líquidas consolidadas de vendas e serviços no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015.

A última interrupção significativa no fornecimento de derivados de petróleo pela Petrobras às distribuidoras de GLP e combustíveis ocorreu em 1995, em virtude de uma greve trabalhista realizada pelos funcionários da Petrobras.

A Petrobras está atualmente sob investigação da CVM, SEC, Departamento de Justiça dos EUA, Polícia Federal do Brasil e outras autoridades públicas brasileiras em função de acusações de corrupção (as investigações conhecidas como operação Lava Jato) que consistem, entre outras coisas, em pagamentos ilegais feitos a funcionários e diretores da Petrobras para influenciar decisões comerciais. Além disso, a Petrobras está enfrentando litígios envolvendo valores mobiliários de sua emissão (incluindo ações coletivas) nos Estados Unidos. Tais investigações e litígios têm tido um efeito desestabilizador sobre a Petrobras, e é difícil determinar qual impacto as investigações e os litígios terão sobre o suprimento pela Petrobras de GLP e combustíveis derivados de petróleo para nós.

Interrupções significativas de fornecimento de GLP e combustíveis derivados de petróleo podem ocorrer no futuro. Qualquer interrupção no suprimento de GLP ou combustíveis derivados de petróleo pela Petrobras afetará imediatamente a capacidade da Ultragaz e da Ipiranga de distribuir GLP e combustíveis derivados de petróleo aos seus consumidores. Se não formos capazes de obter um suprimento adequado de GLP ou de combustíveis derivados de petróleo da Petrobras em condições aceitáveis, teremos que satisfazer as nossas necessidades de GLP ou combustíveis derivados de petróleo no mercado internacional. A infraestrutura logística brasileira para importação do GLP e combustíveis derivados de petróleo é limitada, e é praticamente toda controlada pela Petrobras. Como consequência, qualquer interrupção de fornecimento poderia aumentar nossos custos e, consequentemente, afetar adversamente nossas margens operacionais.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

O eteno, a principal matéria-prima utilizada em nossas operações petroquímicas, provém de fontes de fornecimento limitadas. Qualquer redução no fornecimento de eteno teria um impacto imediato na produção da Oxiteno e nos resultados de suas operações.

Todas as empresas brasileiras de segunda geração que utilizam o eteno como principal matéria-prima, inclusive a Oxiteno, compram eteno de fornecedores brasileiros. Aproximadamente 3% de nossas receitas líquidas decorreram da venda de produtos químicos derivados do eteno em 2015. A Oxiteno compra eteno de duas das três unidades craqueadoras de nafta do Brasil, que representam as únicas fontes de eteno no Brasil. Em conformidade com contratos de longo prazo, a Braskem supre toda a demanda de eteno das nossas unidades localizadas em Camaçari e Mauá. Veja "Item 10.6.b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras". Em virtude de suas características químicas, o armazenamento e o transporte do eteno são difíceis e dispendiosos, o que desestimula a sua importação. Consequentemente, a Oxiteno depende quase que exclusivamente do eteno produzido pela Braskem para o abastecimento das suas plantas. No ano encerrado em 31 de dezembro de 2015, as importações brasileiras de eteno totalizaram aproximadamente 19 toneladas, representando menos de 0,01% da capacidade instalada no Brasil.

Em virtude das características químicas do eteno, a Oxiteno não mantém estoques deste produto. Por esta razão, reduções ou interrupções de fornecimento pela Braskem afetariam imediatamente nossa produção e resultados de nossas operações. No caso de ampliação futura da nossa capacidade de produção, não podemos assegurar que conseguiremos suprir nossas necessidades adicionais de eteno por meio da Braskem. Adicionalmente, a Petrobras é a principal fornecedora de nafta às craqueadoras brasileiras, de modo que qualquer interrupção no fornecimento de nafta pela Petrobras às craqueadoras pode prejudicar a capacidade de fornecimento de eteno à Oxiteno.

f. A seus clientes

Não identificamos riscos materiais relacionados a clientes, além daqueles já mencionados, que possam influenciar a decisão de investimento.

g. Aos setores da economia nos quais o emissor atue

A intensa concorrência geralmente inerente aos mercados de distribuição e de varejo, especialmente de GLP, combustíveis e de farmácias, podem afetar nossas margens operacionais.

O mercado brasileiro de GLP apresenta elevada competição em todos os seus segmentos: residencial, comercial e industrial. A Petrobras, nosso fornecedor de GLP, e outras grandes empresas participam do mercado brasileiro de distribuição de GLP. A intensa concorrência no mercado de distribuição de GLP poderá reduzir o volume de vendas do GLP e aumentar as nossas despesas com marketing e, consequentemente, afetar adversamente nossas margens operacionais.

O mercado brasileiro de distribuição de combustíveis é altamente competitivo nos segmentos atacado e varejo. A Petrobras, nossa fornecedora de combustíveis derivados de petróleo, e outras grandes empresas com recursos significativos participam do mercado brasileiro de distribuição de combustíveis. A intensa concorrência no mercado de distribuição de combustíveis poderá reduzir o volume de vendas e aumentar as nossas despesas com marketing e, consequentemente, afetar adversamente nossas margens operacionais. Adicionalmente, alguns pequenos distribuidores locais e

4.1 - Descrição dos fatores de risco

regionais entraram no mercado de distribuição no final dos anos 90, após a desregulamentação do mercado, o que aumentou a concorrência nesse mercado.

O mercado de varejo farmacêutico no Brasil também é altamente competitivo. A Extrafarma compete com redes de drogarias nacionais, regionais e locais, farmácias independentes, serviços de venda por telefone, empresas de marketing direto, lojas de produtos farmacêuticos e de produtos de beleza via internet, e outros varejistas como supermercados, lojas de produtos de beleza e lojas de conveniência. Além disso, novos varejistas podem entrar no mercado e passar a competir conosco. A concorrência no mercado de varejo farmacêutico é determinada por uma variedade de fatores, como localização, variedade de produtos, publicidade, práticas comerciais, preço, qualidade dos serviços e da força de marca, entre outros. Se não formos capazes de antecipar, prever e atender as preferências dos nossos clientes, podemos perder receitas e mercado para os nossos concorrentes.

Práticas anticompetitivas de nossos concorrentes podem distorcer os preços de mercado.

No passado recente, práticas anticompetitivas têm sido um dos principais problemas para os distribuidores de combustíveis no Brasil, incluindo a Ipiranga. Geralmente essas práticas envolvem uma combinação de evasão fiscal e adulteração de combustíveis, tais como a diluição de gasolina pela mistura de solventes ou pela adição de etanol anidro em proporções superiores às permitidas pela lei vigente.

Impostos constituem uma parcela significativa dos custos de combustíveis vendidos no Brasil. Por esta razão, evasão fiscal tem sido uma prática recorrente de alguns distribuidores, permitindo-os cobrar preços menores. Como os preços finais para os produtos vendidos por estes distribuidores, incluindo a Ipiranga, são calculados com base nos impostos incidentes na compra e venda de combustíveis, entre outros fatores, práticas anticompetitivas como a evasão fiscal podem afetar o volume de vendas e afetar adversamente nossas margens operacionais. Caso haja aumento nos impostos incidentes em combustíveis, a evasão fiscal poderá aumentar, resultando em uma maior distorção nos preços dos combustíveis vendidos.

Tais práticas têm permitido a certos distribuidores fornecer combustíveis a preços menores que os praticados pelos grandes distribuidores, incluindo a Ipiranga.

Apesar de o Governo Brasileiro estar implementando medidas para coibir tais práticas, se tais práticas se tornarem mais predominantes a Ipiranga poderá ter seu volume de vendas e suas margens reduzidos, o que poderia afetar adversamente os resultados de nossas operações.

O GLP e os combustíveis derivados de petróleo concorrem com fontes alternativas de energia. A competição com fontes alternativas de energia e o desenvolvimento de novas fontes no futuro poderão afetar adversamente o mercado de GLP e combustíveis derivados de petróleo.

O GLP concorre com fontes alternativas de energia, como o gás natural, a lenha, o óleo diesel, o óleo combustível e a energia elétrica. Atualmente, o gás natural é a principal fonte de energia que concorre com o GLP. O gás natural é atualmente mais barato que o GLP para consumidores industriais, que demandam altos volumes de consumo, porém mais caro para a grande maioria dos consumidores residenciais. Variações no preço relativo ou o desenvolvimento de fontes alternativas de energia podem afetar o mercado de distribuição de GLP e, consequentemente, nossos negócios,

4.1 - Descrição dos fatores de risco

situação financeira e resultado das operações. Os combustíveis derivados de petróleo também competem com fontes alternativas de energia, como a energia elétrica.

Os preços do eteno e do óleo de palmiste, principais matérias-primas da Oxiteno, estão sujeitos a flutuações no mercado internacional.

O preço do eteno, que é o principal componente do custo dos produtos vendidos da Oxiteno, está diretamente relacionado ao preço da nafta, que, por sua vez, está em grande parte relacionado ao preço do petróleo. Por conseguinte, o preço do eteno está sujeito às variações do preço internacional do petróleo. Um aumento significativo no preço do petróleo, e, como resultado, da nafta e do eteno, poderá aumentar os nossos custos e, consequentemente, afetar adversamente os resultados de nossas operações, sobretudo no Brasil.

O óleo de palmiste é uma das principais matérias-primas da Oxiteno, utilizado na produção de álcoois graxos e seus co-produtos na unidade oleoquímica. A Oxiteno importa o óleo de palmiste dos principais países produtores, especialmente Malásia e Indonésia. O óleo de palmiste é um óleo vegetal, também comumente utilizado pela indústria alimentícia. Consequentemente, os preços do óleo de palmiste estão sujeitos a variações ambientais e climáticas que afetam as plantações de palma, a variações do período de colheita, ao ambiente econômico dos principais países produtores e a variações em sua demanda pela indústria alimentícia. O aumento significativo do preço do óleo de palmiste pode aumentar nossos custos, podendo afetar materialmente o resultado operacional da Oxiteno.

Novas reservas de gás natural, principalmente na América do Norte, podem reduzir o preço global do eteno derivado de gás natural, o que pode afetar a competitividade da Oxiteno com relação a produtos petroquímicos importados.

O eteno utilizado na indústria química e petroquímica pode ser obtido através de etano, que é derivado do gás natural, ou de nafta, que é derivada do petróleo. Durante os últimos anos, o eteno derivado de nafta foi mais caro que o eteno derivado de gás natural, uma vez que o preço do petróleo tem sido maior que o do gás natural. A descoberta de novas reservas de gás de xisto na América do Norte e os avanços na tecnologia de extração de gás natural do gás de xisto têm intensificado a diferença de preços entre o eteno derivado de gás natural e o derivado de nafta. A maioria do eteno produzido no Brasil é derivado de nafta. Como a Oxiteno compete no mercado brasileiro principalmente com produtos importados, custos mais baixos de matéria-prima dos competidores internacionais podem afetar a competitividade da Oxiteno, podendo afetar materialmente o resultado da Oxiteno.

A indústria petroquímica brasileira é influenciada pelo desempenho da indústria petroquímica internacional e pela sua ciclicidade.

O mercado petroquímico internacional tem natureza cíclica, alternando períodos tipicamente caracterizados por oferta restrita, aumento de preços e margens altas, ou por períodos de excesso de capacidade, preços em declínio e margens baixas. A diminuição das alíquotas brasileiras para importação de produtos petroquímicos, o aumento da demanda destes produtos no Brasil e a contínua integração dos mercados regionais e mundiais de commodities químicas contribuíram para a inserção da indústria petroquímica brasileira no mercado petroquímico internacional. Consequentemente, eventos que afetam a indústria petroquímica mundialmente podem afetar de maneira relevante a Oxiteno, nossa situação financeira e o resultado das operações.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

h. À regulação dos setores em que o emissor atue

A diminuição dos impostos de importação sobre os produtos petroquímicos pode reduzir nossa competitividade perante os produtos importados.

Os preços finais pagos pelos importadores de produtos petroquímicos incluem os impostos de importação. Consequentemente, os impostos de importação definidos pelo Governo Brasileiro afetam os preços que podemos cobrar por nossos produtos. A negociação de acordos comerciais conduzida pelo Governo Brasileiro poderá resultar em diminuições nos impostos brasileiros incidentes sobre as importações de produtos petroquímicos, que geralmente variam entre 12% e 14%, e reduzir a competitividade de nossos produtos em relação aos produtos petroquímicos importados. Adicionalmente, a competitividade da Oxiteno pode ser reduzida caso haja aumento dos impostos de importação nos países para os quais a empresa exporta seus produtos.

Podemos ser adversamente afetados por mudanças nas leis e regulamentações específicas em nossos setores de atuação.

Estamos sujeitos a uma extensa legislação e regulamentação federal e estadual emitidas por órgãos reguladores com competência sobre os negócios nos quais atuamos. Normas relacionadas com a qualidade dos produtos, dias de armazenamento do produto, horas de trabalho dos funcionários, entre outras, poderão se tornar mais severas, ser alteradas ao longo do tempo, exigir novos investimentos ou culminar no aumento de despesas para adequar nossas operações às novas exigências. Estas mudanças poderão afetar negativamente as condições em que atuamos, podendo ocasionar efeitos materiais negativos para os nossos negócios e resultados.

A suspensão, o cancelamento ou a não renovação de incentivos fiscais podem afetar adversamente nossos resultados.

Somos titulares de incentivos fiscais federais que nos garantem redução do imposto de renda em nossas operações na região nordeste do Brasil. Tais incentivos possuem prazo definido e podem ser cancelados ou suspensos a qualquer momento, caso os valores do imposto que deixou de ser pago em virtude do benefício fiscal sejam distribuídos aos nossos acionistas, ou as autoridades fiscais competentes resolvam não mais conceder estes incentivos. Como consequência, poderemos ser obrigados a pagar a alíquota integral dos tributos. Caso não consigamos renová-los, ou apenas renová-los em condições substancialmente menos favoráveis que as esperadas, nossos resultados serão adversamente afetados. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013, os incentivos de imposto de renda totalizaram, respectivamente, R$ 82,4 milhões, R$ 63,4 milhões e R$ 52,8 milhões. Veja “Item 7.3.c. Características dos mercados de atuação” para maiores informações.

i. Aos países estrangeiros onde o emissor atue

A condição regulatória, política, econômica e social nos países em que temos operações ou projetos pode impactar negativamente nossos negócios e os preços das nossas ações no mercado.

Nosso desempenho financeiro e operacional pode ser afetado negativamente pela condição regulatória, política, econômica e social dos países em que temos operações ou projetos. Em algumas

4.1 - Descrição dos fatores de risco

dessas jurisdições, nós estamos expostos a vários riscos como potencial renegociação, anulação ou modificação forçada de contratos existentes, expatriação e nacionalização de propriedades, controles cambiais estrangeiros, mudanças nas leis, regulações e políticas locais e instabilidade política e social. Também enfrentamos o risco de ter de nos submeter à jurisdição de um tribunal ou painel de arbitragem estrangeiro ou de ter de executar uma sentença contra uma nação soberana dentro de seu próprio território.

Mudanças políticas e sociais efetivas ou potenciais e mudanças econômicas podem prejudicar a confiança do investidor, o que pode dificultar o investimento e, assim, reduzir o crescimento econômico, ou pode afetar negativamente as condições econômicas e outras condições sob as quais operamos, de forma a causar um efeito material negativo sobre o nosso negócio.

j. A questões socioambientais

Podemos ser afetados adversamente pela imposição de leis e regulamentos ambientais mais severos.

Estamos sujeitos a uma extensa legislação federal e estadual e regulação por agências governamentais responsáveis pela implementação de leis e políticas ambientais e de saúde no Brasil, no México, nos Estados Unidos, no Uruguai e na Venezuela. Assim como outras empresas similares, devemos obter licenças para as nossas unidades industriais junto aos órgãos ambientais competentes, que podem, adicionalmente, prescrever condutas específicas como condição para regular a execução de nossas atividades. Os regulamentos ambientais aplicam-se, em particular, à emissão, ejeção e emanação de produtos e subprodutos resultantes de nossa atividade industrial, sob a forma sólida, líquida ou gasosa.

Em 2007, uma legislação denominada REACH (Registro, Avaliação, Autorização e Restrição de Produtos Químicos) foi estabelecida pela União Europeia, visando controlar a produção, importação e utilização de produtos químicos na região. De acordo com a REACH, todos os produtos químicos comercializados no Espaço Econômico Europeu (“EEE”) devem ser registrados, através da apresentação de informações sobre as propriedades, usos e segurança de cada substância, que serão analisadas pela Agência Regulatória Europeia, para conclusão do processo. Em 2014, 2% do volume vendido pela Oxiteno foi exportado para essa região. Dado que a REACH é agora uma regulação estabelecida e tem sido bem aceita por organizações comerciais multilaterais, como a Organização Mundial do Comércio, é possível que outros países possam adotar procedimentos semelhantes no futuro. Não podemos garantir os efeitos que alterações a esta nova legislação possam ter em nossas exportações para o EEE, tampouco podemos prever os efeitos sobre nossas exportações caso legislação semelhante passe a ser aplicável a outras regiões.

Mudanças nestas leis e regulamentos ou em sua execução, com o fim de torná-los mais severos, podem nos afetar adversamente, aumentando nossos custos de adequação e operações. Adicionalmente, é possível que novas leis e alterações na legislação ambiental, bem como interpretação mais rígida das autoridades competentes sobre as leis e regulamentos existentes, exijam investimentos adicionais relativos a questões ambientais, para a manutenção de nossas plantas e operações de acordo com a legislação vigente, aumentando nossos custos e afetando adversamente nossos resultados.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Preocupações crescentes com as alterações climáticas podem levar à exigência de medidas regulatórias adicionais, que podem resultar em aumento de custos operacionais e de custos para cumprimento destas regulações, bem como em menor demanda por nossos produtos.

Devido à preocupação quanto ao risco das alterações climáticas, uma série de países, incluindo o Brasil, adotou ou está considerando a adoção de marcos regulatórios que, entre outras regras, visam reduzir a emissão de gases do efeito estufa. Isso inclui a adoção de limites e regimes de comércio, impostos sobre a emissão de gás carbônico, aumento nos padrões de eficiência e incentivos ou obrigações do uso de energias renováveis. Tais exigências podem reduzir a demanda por hidrocarbonetos, assim como levar a uma substituição da sua demanda por fontes com menor teor de carbono. Adicionalmente, muitos governos têm proporcionado vantagens tarifárias e outros subsídios, além da exigência de regras obrigatórias, para tornar as fontes alternativas de energia mais competitivas que o petróleo ou gás. Os governos também vêm promovendo pesquisas na busca por novas tecnologias para reduzir o custo e aumentar a escala de produção de fontes alternativas de energia, o que poderia implicar em redução da demanda por nossos produtos. Ainda, a atual regulamentação sobre gases de efeito estufa, ou regulamentação que eventualmente venha a ser aprovada, poderá aumentar substancialmente nossos custos para estarmos em conformidade e, consequentemente, aumentar os preços dos produtos que produzimos ou distribuímos.

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

4.2. - Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros

O Governo Brasileiro e outras entidades da administração pública têm exercido influência significativa sobre a economia brasileira. Condições políticas e econômicas no Brasil, incluindo a atual instabilidade política e a percepção destas condições no mercado internacional, podem influenciar adversamente nossas atividades e o preço de nossas ações.

O Governo Brasileiro intervém frequentemente na economia brasileira e, ocasionalmente, implementa mudanças substanciais na política e regulamentação econômica. As medidas do Governo Brasileiro para controlar a inflação e implementar outras políticas e regulamentações incluem controle sobre preços e salários, desvalorizações da moeda, controles sobre o fluxo de capital e limitações à importação, entre outras. Nossos negócios, situação financeira e resultado de nossas operações poderão ser adversamente afetados por mudanças de políticas públicas ou regulamentação, referentes a tarifas públicas e controles sobre o câmbio, bem como por outros fatores, tais como:

- variações cambiais;
- inflação;
- taxas de juros;
- instabilidade de preços;
- escassez e racionamento de energia e água;
- liquidez do mercado doméstico financeiro e de capitais;
- política fiscal; e
- outros acontecimentos políticos, econômicos, sociais, comerciais e diplomáticos e que ocorram no Brasil ou que afetem o Brasil.

A incerteza acerca das possíveis alterações políticas e regulatórias que o Governo Brasileiro poderá implementar no futuro, alterando estes ou outros fatores, podem contribuir para a incerteza do cenário econômico do Brasil e para uma maior volatilidade no mercado de valores mobiliários brasileiro e dos valores mobiliários emitidos no exterior por empresas brasileiras, como também para maior volatilidade do Real. Estes e outros futuros acontecimentos na economia brasileira e na política governamental podem afetar adversamente nossos negócios, o resultado de nossas operações e o valor de mercado das nossas ações. Adicionalmente, o Governo Brasileiro poderá aprovar novas regulamentações que eventualmente poderão afetar adversamente nossos negócios.

O país enfrentou uma série de dificuldades políticas e econômicas em 2015. Entre as adversidades podemos destacar aumento na taxa de desemprego, queda na confiança do consumidor e do comércio, queda na produção industrial, déficit primário nas contas do Governo Brasileiro, retração do PIB, inflação crescente acima dos níveis observados recentemente, aumento das incertezas relacionadas às decisões do Congresso Nacional, instabilidade política e desvalorização significativa do Real. Além disso, a crise política nos últimos meses pode piorar as condições econômicas no Brasil. Todos estes fatores contribuíram para a perda do grau de investimento do país e para a recessão econômica.

A presidente do Brasil Dilma Rousseff foi reeleita para um segundo mandato de quatro anos em outubro de 2014, com início em janeiro de 2015. A incerteza sobre as políticas futuras e nomeações para cargos governamentais influentes após a reeleição, bem como investigações em curso sobre denúncias de corrupção, afetaram a confiança dos investidores e do público em geral.

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

Adicionalmente, protestos ocorridos em todo o país pediam o impeachment de Dilma Rousseff. Em 17 de abril de 2016, o Congresso Nacional votou a favor da abertura do processo de impeachment contra Dilma Rousseff e seu consequente encaminhamento ao Senado. Em 12 de maio de 2016, o Senado aprovou o afastamento temporário de Dilma Rousseff por até 180 dias para julgamento do impeachment pelo Superior Tribunal Federal. A presidência foi assumida interinamente na mesma data pelo vice-presidente do Brasil, Michel Temer. Qualquer um desses fatores pode ter um impacto adverso sobre a economia brasileira, nossos negócios, condição financeira, resultados operacionais e o preço de nossas ADSs e ações.

Atualmente, o mercado brasileiro vem enfrentando maior volatilidade devido às incertezas decorrentes da operação Lava Jato, que é conduzida pela Justiça do Paraná e pela Procuradoria Geral da União, e seus efeitos na economia brasileira e no ambiente político. Membros do governo e da esfera legislativa, bem como executivos de grandes empresas estatais e privadas enfrentaram alegações de corrupção, incluindo alegações de suborno através do recebimento de propina em contratos oferecidos pelo governo para empresas de infraestrutura, óleo e gás e construção civil. O potencial resultado das investigações é incerto, mas já trouxeram impactos adversos na imagem e reputação nas empresas indiciadas, bem como na percepção geral do mercado da economia brasileira. Não podemos prever se estas alegações poderão gerar mais instabilidade política e econômica ou se novas alegações contra membros do governo poderão surgir no futuro. Adicionalmente, não podemos prever as consequências de nenhuma destas alegações e nem de seus efeitos na economia do país. A evolução destes casos pode afetar negativamente nossos negócios, as condições financeiras e os resultados operacionais.

Os principais fatores de risco a que a Ultrapar está exposta refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Estamos expostos a riscos estratégico-operacionais, tais como, entre outros, comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica e mudanças relevantes na estrutura da indústria. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Ultrapar utiliza e as suas contrapartes.

A legislação brasileira determina que sempre que houver um sério desequilíbrio no balanço de pagamentos brasileiro, ou razões para prever um desequilíbrio dessa magnitude, o Governo Brasileiro poderá impor restrições temporárias às remessas para os investidores estrangeiros das receitas de seus investimentos no Brasil. A probabilidade de que o Governo Brasileiro venha a impor tais restrições pode ser determinada pelo volume das reservas cambiais brasileiras em moeda estrangeira, pela disponibilidade de moeda estrangeira nos mercados cambiais na data de vencimento de um pagamento, pelo tamanho do ônus do serviço da dívida brasileira em relação à economia como um todo e pela política brasileira em relação ao Fundo Monetário Internacional, entre outros fatores. Não podemos assegurar que o Banco Central não irá modificar suas políticas ou que o Governo Brasileiro não irá instituir restrições ou atrasos nos pagamentos, por emissores brasileiros, de dividendos relativos aos títulos emitidos nos mercados de capitais estrangeiros até o momento. Tais restrições ou atrasos podem impactar negativamente sua habilidade de converter e remeter dividendos, distribuições ou recursos provenientes da venda de ações e nossa habilidade em pagar dividendos a titulares não residentes no Brasil, afetando o preço das nossas ações.

Riscos relacionados à inflação

No passado, o Brasil registrou índices de inflação extremamente altos. A inflação e as medidas adotadas pelo Governo Brasileiro para combatê-la resultaram em um impacto negativo significativo

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

sobre a economia brasileira. Desde a introdução do Real, em julho de 1994, a inflação no Brasil foi substancialmente menor do que em períodos anteriores. Entretanto, durante os últimos anos, a economia passou por períodos de aumento das taxas de inflação e as medidas para contê-la, combinadas com a especulação sobre possíveis intervenções governamentais, têm contribuído com a incerteza econômica no Brasil e com a alta volatilidade do mercado de capitais brasileiro. A inflação apurada pelo IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado) foi de 10,5% em 2015, 3,7% em 2014, 5,5% em 2013, 7,8% em 2012, e 5,1% em 2011. De janeiro a março de 2016, a inflação apurada pelo IGP-M foi de 3,0%. A inflação apurada pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), índice oficial do Governo Brasileiro para estabelecer metas inflacionárias, foi de 10,7% em 2015, 6,4% em 2014, 5,9% em 2013, 5,8% em 2012 e 6,5% em 2011.

O Brasil poderá continuar apresentando altas taxas de inflação no futuro. Em 2015, o Brasil registrou os maiores níveis de inflação desde 2002 e o governo colocou em prática uma série de políticas com objetivo de tentar conter a pressão inflacionária, o que pode resultar em redução do crescimento econômico brasileiro. Não há qualquer garantia de que os baixos níveis de inflação experimentados no Brasil em 2014 retornarão ou que a tendência de alta seja revertida em 2015. Nossas despesas operacionais são basicamente denominadas em Reais e tendem a aumentar com a inflação brasileira. Pressões inflacionárias também podem afetar nossa habilidade de acessar mercados financeiros estrangeiros ou resultar em maior intervenção governamental na economia, incluindo a adoção de políticas governamentais que podem causar danos aos nossos negócios ou afetar adversamente o valor de mercado de nossas ações.

Riscos de crédito

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Ultrapar a riscos de crédito de contraparte são representados, basicamente, pelas disponibilidades (caixa e bancos), aplicações financeiras, instrumentos de proteção e contas a receber.

A Ultrapar está exposta a risco de crédito de instituições financeiras, caso haja incapacidade por parte destas instituições de cumprirem suas obrigações financeiras com a Companhia por insolvência, o que poderá afetar negativamente o caixa da Companhia. A Ultrapar poderá eventualmente aplicar seus recursos disponíveis em títulos públicos federais, deixando-a exposta a risco de crédito de governos emissores de tais títulos, com a possibilidade também de afetar adversamente o caixa da Companhia.

Além disso, estamos sujeitos ao risco de crédito de nossos clientes, que poderão deixar de honrar seus compromissos financeiros com a Ultrapar e, desta forma, impactar negativamente o resultado da Companhia.

Risco de moedas

Durante as últimas décadas, o Governo Brasileiro implementou vários planos econômicos e diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, pequenas desvalorizações periódicas durante as quais a frequência de ajustes variou de diária para mensal, sistemas de flutuação de câmbio, controle de câmbio e mercados de câmbio paralelos. Embora a desvalorização da moeda brasileira a longo prazo seja geralmente relacionada à taxa de inflação no Brasil, verificou-se, historicamente, curtos períodos de oscilações significativas nas taxas de câmbio, particularmente nos últimos 10 anos.

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

Em 2010, os efeitos do crescimento robusto da economia brasileira, associados à oferta de ações da Petrobras no terceiro trimestre, resultaram na entrada recorde de investimentos estrangeiros no Brasil, contribuindo para a valorização de 4% do Real frente ao dólar americano. Em 2011, o ambiente econômico internacional instável, consequência da crise europeia, contribuiu para a desvalorização de 13% do Real frente ao dólar no ano. Em 2012, os efeitos do menor crescimento econômico, da menor taxa de juros e do cenário internacional instável resultaram em uma desvalorização de 9% do Real frente ao dólar. Em 2013, o Real apresentou desvalorização de 15% frente ao dólar influenciado pelo desempenho da economia brasileira, pela recuperação da economia dos Estados Unidos e pela instabilidade econômica no mercado internacional. Em 2014, apesar do desempenho fraco da economia brasileira, em contraste a um cenário de recuperação da economia americana, o Real permaneceu relativamente estável frente ao dólar até o terceiro trimestre, quando passou a se desvalorizar, levando a uma desvalorização de 13% no ano. Em 2015, a deterioração do cenário econômico agravada pela situação política no país, combinados com altas taxas de juros e inflação, levaram o Real a se desvalorizar 47% frente ao dólar.

As desvalorizações do Real em relação ao dólar também criam pressão inflacionária no Brasil, o que pode nos prejudicar. Essas desvalorizações geralmente restringem nosso acesso aos mercados financeiros internacionais e podem levar a intervenção governamental, incluindo a implantação de políticas recessivas. As desvalorizações também reduzem os valores em dólares das distribuições e dividendos e do valor de mercado equivalente em dólares de nossas ações. Por outro lado, a valorização do Real em relação ao dólar pode deteriorar as contas públicas e o balanço de pagamentos brasileiro, prejudicando um crescimento sustentado das exportações.

Apesar de grande parte de nossa receita ser denominada em Reais, os preços e alguns custos praticados pelo segmento químico (principalmente, mas não limitado a, eteno e óleo de palmiste, adquiridos pela nossa subsidiária Oxiteno) acompanham os preços praticados nos mercados internacionais. Como resultado, estamos expostos a riscos cambiais que podem afetar negativamente nossos negócios, nossa situação financeira e os resultados das nossas operações, bem como nossa capacidade de pagar as dívidas existentes.

A maior parte das operações da Ultrapar se localiza no Brasil e, portanto, a moeda de referência para a gestão do risco de moedas é o Real. A Ultrapar considera como suas principais exposições cambiais os ativos e passivos em moeda estrangeira e o fluxo de curto prazo das vendas líquidas em moeda estrangeira decorrentes das atividades da Oxiteno.

Risco de juros

As aplicações financeiras da Ultrapar e de suas controladas são mantidas principalmente em operações vinculadas ao CDI, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 4. As captações são principalmente oriundas de financiamentos do Banco do Brasil, BNDES e outros órgãos de fomento, debêntures e captações em moeda estrangeira, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 14.

Em 31 de dezembro de 2015, nossas dívidas atreladas ao CDI e TJLP totalizaram R$ 5.520,9 milhões e R$ 420,8 milhões, respectivamente, equivalente a aproximadamente 67% de nossa dívida bruta total. Nossa posição de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras está substancialmente indexada ao CDI. Alterações significativas nas taxas de juros podem elevar as despesas financeiras da Ultrapar, além de tornar captações de recursos para fins de fluxo de caixa e investimentos mais onerosas, e desta forma trazem riscos significativos para os resultados da Companhia.

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

Riscos relacionados à instabilidade e volatilidade nos mercados financeiros globais

A crise nos mercados financeiros globais e a escassez de crédito em 2008 e 2009 e, em menor extensão, a deterioração da situação financeira de certos países europeus em 2011, resultaram em perda na confiança dos consumidores, aumento na volatilidade dos mercados financeiros e em redução generalizada da atividade econômica. Uma desaceleração econômica poderá afetar materialmente a liquidez, o desempenho dos negócios e/ou a condição financeira de nossos clientes, que por sua vez poderá resultar não apenas em menor demanda por nossos produtos, mas também em maior inadimplência. Adicionalmente, uma eventual nova crise financeira mundial pode afetar negativamente nosso custo de captação e nossa capacidade de captar recursos futuramente. As crises nos mercados financeiros também podem levar a uma redução na disponibilidade de crédito comercial em função de preocupações relacionadas à liquidez das contrapartes. Se nossos produtos tiverem sua demanda reduzida ou se houver aumento na inadimplência de nossos recebíveis, ou ainda se não conseguirmos realizar empréstimos para nossos negócios, nossa condição financeira e o resultado de nossas operações podem ser materialmente afetados.

O mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, incluindo as dos demais países latinos americanos e de mercados emergentes. Ainda que as condições econômicas sejam diferentes em cada país, a reação dos investidores aos acontecimentos pode ter um efeito adverso significativo sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras. Crises como a crise financeira global iniciada ao final de 2008 podem reduzir a demanda de investidores por valores mobiliários de companhias brasileiras, incluindo nossas ações. Isto pode dificultar, ou mesmo impedir, nosso acesso ao mercado de capitais e o financiamento de nossas operações no futuro, em termos aceitáveis.

A instabilidade nos mercados financeiros globais poderá afetar materialmente nossa capacidade de acesso ao crédito em condições financeiras aceitáveis. Se a volatilidade do mercado financeiro causar saída de capital e/ou significativas variações cambiais, poderão ocorrer pressões inflacionárias e, por consequência, nossas despesas operacionais, que são substancialmente em Reais, poderão ser afetadas.

Risco de liquidez dos valores mobiliários

Investir em valores mobiliários, como ações, ou emissões de mercados emergentes, incluindo o Brasil, envolve um maior grau de risco do que investir em valores mobiliários cujos emissores são provenientes de países mais desenvolvidos. Pelas razões acima, investimentos envolvendo riscos relacionados ao Brasil são geralmente considerados especulativos por natureza, e estão sujeitos a certos riscos políticos e econômicos, entre outros:

- Mudanças no ambiente político, econômico, fiscal e regulatório, que podem afetar a capacidade dos investidores em receber pagamentos, no todo ou em parte, relacionados aos seus investimentos; e
- Restrições a investimentos estrangeiros ou de repatriação do capital investido.

O mercado de capitais brasileiro é substancialmente menor, menos líquido, mais concentrado e mais volátil do que a maioria dos mercados de capitais dos Estados Unidos. Isso pode limitar sua agilidade para vender as ações no preço e no tempo desejado. A BM&FBOVESPA, a única bolsa de valores brasileira, obteve uma capitalização de mercado de aproximadamente US$ 0,5 trilhão em 31 de dezembro de 2015, e atingiu uma média mensal de negociação de aproximadamente US$ 42 bilhões

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

em 2015. Em comparação, a NYSE tinha uma capitalização de mercado nos Estados Unidos de aproximadamente US$ 18,4 trilhões em 31 de dezembro de 2015, e atingiu uma média diária de negociação de aproximadamente US$ 0,9 trilhão em 2015.

O mercado de capitais brasileiro também é muito concentrado. As dez maiores empresas da BM&FBOVESPA, em valor de mercado, representavam aproximadamente 51% da capitalização da BM&FBOVESPA em 31 de dezembro de 2015. O volume médio diário de negociações da Ultrapar na BM&FBOVESPA e na NYSE em 2015, 2014 e 2013 foi de R$ 136,7 milhões, R$ 88,4 milhões e R$ 69,9 milhões, respectivamente.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

4.3. - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que a Ultrapar ou suas controladas sejam parte, discriminando entre tributários, trabalhistas, cíveis, ambientais e regulatórios: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios da Ultrapar ou de suas controladas

A Ultrapar e suas controladas possuem processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista, cível, ambiental e regulatória e possuem provisão para as contingências no total de R$ 729,9 milhões.

Processos tributários

Em 31 de dezembro de 2015, a Ultrapar e suas controladas possuíam provisão de R$ 604,3 milhões para fazer face às contingências tributárias.

A Ultrapar e suas controladas também possuem contenciosos judiciais que visam à recuperação de impostos e contribuições, que não foram registrados nas demonstrações financeiras em razão de sua natureza contingente.

Seguem abaixo as contingências consideradas individualmente relevantes:

Processo nº	**2005.61.00.022700-5**
a. Juízo	11ª Vara de São Paulo/SP
b. Instância	Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal
c. Data de instauração	06/10/2005
d. Partes no processo	Impetrantes: Cia. Ultragaz e Bahiana, Impetrado: Delegado da Receita Federal de São Paulo
e. Valores, bens ou direitos envolvidos (em milhares de Reais)	R$ 422.678
f. Principais fatos	Em 7 de outubro de 2005, as controladas Cia. Ultragaz e Bahiana Distribuidora de Gás Ltda (“Bahiana”), ingressaram com mandado de segurança e obtiveram liminar para realizar a compensação de crédito de PIS e COFINS sobre compras de GLP com outros tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal, notadamente IRPJ e CSLL. A decisão foi confirmada em sentença favorável em 16 de maio de 2008. Diante da liminar concedida e confirmada em sentença, as controladas realizaram depósitos judiciais cujo saldo atual totaliza R$ 422.678 em 2015 (R$ 388.675 em 2014). Em 18 de julho de 2014, foi publicada decisão de 2ª instância desfavorável, e as controladas suspenderam os depósitos, voltando a recolher tais tributos. Para reestabelecer o direito a compensação por meio dos depósitos judiciais, foi apresentada medida cautelar que foi indeferida em 30 de dezembro de 2014, sendo que as controladas recorreram da decisão em 3 de fevereiro de 2015, o recurso aguarda julgamento. Em relação ao mérito, foram apresentados recursos aos respectivos tribunais superiores (STJ e STF) cujo julgamento está pendente.
g. Chance de perda	Provável
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Conversão em renda da UF dos depósitos judiciais efetuados

Processo nº	**Processo Administrativo nº 16682.721098/2013-73 – MPF nº 0718500201200824**
a. Juízo	Receita Federal do Brasil
b. Instância	2ª Instância
c. Data de instauração	22/11/2013

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

d. Partes no processo	Autuante: Receita Federal do Brasil, Autuado: IPP
e. Valores, bens ou direitos envolvidos (em milhares de Reais)	R$ 122.460
f. Principais fatos	A fiscalização da RFB lavrou um auto de infração, por entender que os registros contábeis e fiscais dos efeitos da incorporação foram realizados de forma inadequada quanto à amortização integral do ágio e, em decorrência de tal fato, glosou as amortizações fiscais realizadas. Os principais argumentos de defesa consistem no fato de que o procedimento adotado não causou qualquer prejuízo ao fisco, uma vez que os lançamentos questionados foram empregados apenas para segregar, do montante do ágio, os valores de IRPJ e CSLL diferidos. Em 31.10.2014 foi proferido acórdão favorável pela Delegacia Regional de Julgamento da Receita Federal (1ª instância administrativa) exonerando o crédito tributário referente ao auto de infração. Foi apresentado recurso de ofício pela Fazenda e os autos foram remetidos ao CARF (2ª instância administrativa), onde aguarda julgamento.
g. Chance de perda	Remota
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso do valor.

Processos trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2015, algumas controladas eram parte passiva em reclamações trabalhistas movidas por ex-empregados e por funcionários de prestadores de serviços, nas quais as controladas foram acionadas subsidiariamente e para as quais possuem provisão de R$ 65,4 milhões.
Tais processos de natureza trabalhista versam principalmente sobre as seguintes matérias: (i) pagamento de direitos trabalhistas, (ii) indenizações e (iii) responsabilidade subsidiária. Segue abaixo a contingência considerada individualmente relevante:

Processo nº	**RE 194662**
a. Juízo	Supremo Tribunal Federal
b. Instância	STF
c. Data de instauração	23/05/1990
d. Partes no processo	(i) Autor: Sindicato das Indústrias de Produtos Químicos para fins Industriais, Petroquímicas e de Resinas Sintéticas de Camaçari (SINPEQ), Réu: Sindicato dos Trabalhadores do Ramo Químico e Petroleiro do estado da Bahia (SINDIQUÍMICA)
e. Valores, bens ou direitos envolvidos (em milhares de Reais)	Entendemos que, em face das ações individuais movidas contra Oxiteno e EMCA, com decisão favorável já transitada em julgado, não haverá impacto para as empresas, qualquer que seja o resultado desta ação.
f. Principais fatos	O Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Petroquímicas (Sindiquímica), ao qual são filiados os empregados das controladas situadas no Polo Petroquímico de Camaçari, Oxiteno Nordeste e EMCA, ajuizou, em 1990, ações individuais contra as controladas, pleiteando o cumprimento da cláusula quarta da Convenção Coletiva de Trabalho, que previa reajuste salarial, em detrimento às políticas salariais efetivamente praticadas. No mesmo ano houve também o ajuizamento da ação coletiva de natureza declaratória pelo Sindicato Patronal (SINPEQ), contra o Sindiquímica, com pedido de reconhecimento de perda de eficácia da mesma cláusula quarta. As ações individuais, que já transitaram em julgado, foram julgadas de

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	forma favorável às controladas Oxiteno Nordeste e EMCA e a ação coletiva permanece aguardando julgamento no STF. Em 2010, algumas empresas do Polo de Camaçari firmaram acordo com o Sindiquímica e noticiaram o fato na ação coletiva em trâmite no STF. Em outubro de 2015, o Sindiquímica ajuizou ações de cumprimento em face de todas as empresas que não celebraram acordo, entre elas a Oxiteno Nordeste e a EMCA.
g. Chance de perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso do valor.

Processos cíveis, ambientais e regulatórios

Algumas controladas da Ultrapar são partes passivas em processos judiciais e administrativos de natureza cível, ambiental e regulatória que versam, principalmente, sobre cláusulas de contratos com clientes e ex-prestadores de serviços, indenizações, bem como sobre questões ambientais e regulatórias, para as quais mantêm provisão de R$ 60,3 milhões, em 31 de dezembro de 2015.

Segue abaixo a contingência considerada individualmente relevante:

Processo nº	**2009.34.00.028441-8**
a. Juízo	9ª Vara Federal do Distrito Federal
b. Instância	1ª instância Judicial
c. Data de instauração	24/08/2009
d. Partes no processo	(i) Autor: Cia Ultragaz, Réu: CADE
e. Valores, bens ou direitos envolvidos (em milhares de Reais)	R$ 23.104
f. Principais fatos	A controlada Cia. Ultragaz respondeu a processo administrativo junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”), sob alegação de prática anticoncorrencial em municípios da região do Triângulo Mineiro em 2001, no qual foi condenada à multa de R$ 23.104. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial.
g. Chance de perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Desembolso do valor

4.3.1 - O valor total provisionado (em milhares de Reais) relativo aos processos descritos no item 4.3 é de R$ 422.678.

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

4.4. Processos judiciais, administrativos ou arbitrais, que não estejam sob sigilo, em que a Ultrapar ou suas controladas sejam parte e cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Ultrapar ou de suas controladas

Processo nº	**0253416-46.2007.8.26.0100** (Apelação 9159953-32.2009.8.26.0000; REsp 815.825)
a. Juízo	3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça
b. Instância	3ª - Superior Tribunal de Justiça
c. Data de instauração	26/11/2007 (distribuição da ação)
d. Partes no processo	Autores (Apelantes): Polo Fundo de Investimentos em Ações, Polo Norte Fundo de Investimento Multimercado, Tarpon, HG Master - Fundo de Investimento em Ações, Clube de Investimento Tarpon, Fundo de Investimento de Ações Cinco Cinco, Clube de Investimento Tarpon CFJ, HG TOP Fundo de Investimento Multimercado, Hedging-Griffo Verde Master Fundo de Investimento Multimercado, Hedging-Griffo Carteira Administrada - Real Fundo de Investimento Multimercado, HG Star Fundo de Investimento Multimercado e HG Top 30 Fundo de Investimento Multimercado. Réus (Apelados): Ultrapar Participações S.A, Braskem S.A, Petróleo Brasileiro S.A. Petrobras, Refinaria de Petróleo Ipiranga S.A, Distribuidora de Produtos de Petróleo Ipiranga S.A e Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos (em milhares de Reais)	R$ 168
f. Principais fatos	Os pedidos formulados na ação ordinária -- (i) condenação das Rés Ultrapar, Braskem e Petrobrás a cumprir a obrigação de fazer, consistente na realização de OPA da totalidade das ações da RPI, CBPI e DPPI em circulação no mercado como condição para a segregação e transferência dos ativos para Braskem e Petrobras; (ii) proibição da realização da incorporação das ações da RPI, CBPI e DPPI pela Ultrapar sem a prévia realização da OPA; (iii) anulação e cassação dos efeitos de qualquer ato praticado sem o cumprimento dos itens anteriores foram julgados improcedentes. A apelação interposta em face da referida sentença tramitou perante o Tribunal de Justiça de São Paulo, sendo que, em 18 de fevereiro de 2014, foi negado provimento à apelação, em favor da Ultrapar e Outras, por 3 votos a zero. Em face do referido acórdão, os Apelantes, Polo e Outros, interpuseram recurso especial, devidamente contrarrazoado pelas Apeladas, Ultrapar e Outras. Em 26 de fevereiro de 2015 foi disponibilizada decisão negando seguimento ao recurso especial de Polo e Outros. Em 10 de março de 2015 foi interposto agravo em face dessa decisão. Após a apresentação de contraminuta pela Ultrapar e Outras, os autos foram remetidos ao Superior Tribunal de Justiça onde aguardam julgamento desde 20.11.2015.
g. Chance de perda	Remota.
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Os pedidos (i) e (ii) supra perderam o seu objeto com a realização da operação. O pedido (iii), se julgado procedente, implicaria a anulação e cassação dos efeitos de qualquer ato praticado sem o cumprimento dos itens anteriores.

4.4.1 – Não há valor provisionado em relação ao processo informado no item 4.4.

4.5 - Processos sigilosos relevantes

4.5 - Processos sigilosos relevantes em que a Ultrapar ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados nos itens 4.3 e 4.4 acima, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos

Atualmente, a Ultrapar ou suas controladas não são parte em processos sigilosos cujos elementos atuais permitam determinar sua relevância e possível impacto em caso de perda.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes, em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre tributários, trabalhistas, cíveis, ambientais e regulatórios

Os processos judiciais, administrativos ou arbitrais, repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam considerados relevantes estão listados abaixo:

Processos tributários

Tipo de ação	**Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS**
Valores, bens ou direitos envolvidos (em milhares de Reais)	R$ 99.874
Principais fatos	As controladas Oxiteno S.A., Oxiteno Nordeste, Cia. Ultragaz, Tequimar, Tropical Transportes Ipiranga Ltda., EMCA, IPP e Extrafarma possuem Mandados de Segurança objetivando a exclusão do ICMS na base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS. A Oxiteno Nordeste e a IPP efetuaram depósitos judiciais dos valores questionados, bem como constituíram a respectiva provisão no montante de R$99.874 em 2015.

Tipo de ação	**IPI - produtos imunes**
Valores, bens ou direitos envolvidos (em milhares de Reais)	R$ 154.821
Principais fatos	A controlada IPP e suas controladas discutem a não homologação de compensação de créditos de Imposto sobre Produtos Industrializados (“IPI”) apropriados em entradas de insumos tributados cujas saídas posteriores se deram sob o abrigo da imunidade. O montante referente a esta contingência é R$ 154.821 em 2015.

Tipo de ação	**PIS Semestralidade**
Valores, bens ou direitos envolvidos (em milhares de Reais)	R$ 202.458
Principais fatos	As empresas possuem ações judiciais e administrativas visando garantir a compensação de valores pagos a maior, no período compreendido entre 1988 e 1995, com base nos Decretos-leis 2.445/88 e 2.449/88, que, posteriormente, foram declarados inconstitucionais pelo STF (RE 148.754-2 – 24 de junho de 1993). Referidos créditos foram compensados com débitos diversos e ante a não homologação das compensações pela Receita Federal do Brasil, em alguns casos foram instaurados processos administrativos e em outros foram ajuizadas execuções fiscais, onde se discute a validade das compensações realizadas.

Tipo de ação	**IRPJ/CSLL/PIS/COFINS - Compensações indeferidas e glosa de créditos**
Valores, bens ou direitos envolvidos (em milhares de	R$ 1.059.890

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

Reais)	
Principais fatos	A Sociedade e suas controladas também são parte em ações administrativas e judicias envolvendo IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, substancialmente envolvendo indeferimento de compensações e glosa de créditos.

Tipo de ação	**IRPJ/CSLL/PIS/COFINS – Desconsideração da escrita fiscal**
Valores, bens ou direitos envolvidos (em milhares de Reais)	R$ 305.525
Principais fatos	As empresas AMPM e Tropical sofreram autos de infração nos quais a Receita Federal alegou suposta omissão de receitas, glosa de despesas bem como glosa de custos não comprovados, acarretando a exigência de IRPJ e CSLL, com efeitos reflexos em PIS e COFINS. Além disso, a controlada Oxiteno Nordeste sofreu auto de infração no qual a Fiscalização glosou a integralidade dos créditos considerados quando da apuração do PIS e da COFINS inerentes às aquisições de bens utilizados como insumos, despesas de armazenagem e frete em operações de vendas.

Tipo de ação	**ICMS – Crédito de FUPA (Fundo de Uniformização dos Preços de Álcool)**
Valores, bens ou direitos envolvidos (em milhares de Reais)	R$ 119.663
Principais fatos	As autuações fiscais decorrem em sua maioria de créditos considerados indevidos referentes à exigência de estorno proporcional de créditos de ICMS relacionados às aquisições de álcool hidratado.

Tipo de ação	**ICMS – Diferenças de estoque (variação de temperatura)**
Valores, bens ou direitos envolvidos (em milhares de Reais)	103.428
Principais fatos	O presente quadro abrange, em relação à controlada IPP e suas subsidiárias, autuações decorrentes de sobra ou falta de estoque ocorridas em função de diferenças de temperatura ou manuseio do produto, nas quais a fiscalização entende haver entrada ou saída sem a correspondente emissão de nota fiscal.

Processos cíveis, ambientais e regulatórios

Tipo de ação	**Ambiental**
Valores, bens ou direitos envolvidos (em milhares de Reais)	R$ 150.961
Principais fatos	O presente quadro se refere às ações movidas pelo Ministério Público, órgãos ambientais ou particulares em que as controladas IPP e suas subsidiárias foram acionadas para responder por eventuais danos ambientais de forma solidária.

4.6.1. O valor total provisionado (em milhares de Reais) relativo aos processos descritos no item 4.6 é de R$ 134.731.

4.7 - Outras contingências relevantes

4.7. - Outras contingências relevantes

A Ultrapar ou suas controladas não possuem outras contingências cujos elementos em 31 de dezembro de 2015 permitiam determinar sua relevância que não estejam descritas nos itens 4.3, 4.4, 4.5 e 4.6.

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

4.8. - Em relação às regras do país de origem do emissor estrangeiro e às regras do país no qual os valores mobiliários do emissor estrangeiro estão custodiados, se diferente do país de origem, identificar

a. Restrições impostas ao exercício de direitos políticos e econômicos
b. Restrições à circulação e transferência dos valores mobiliários
c. Hipóteses de cancelamento de registro, bem como os direitos dos titulares de valores mobiliários nessa situação
d. Hipóteses em que os titulares de valores mobiliários terão direito de preferência na subscrição de ações, valores mobiliários lastreados em ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, bem como das respectivas condições para o exercício desse direito, ou das hipóteses em que esse direito não é garantido, caso aplicável
e. Outras questões do interesse dos investidores

Não aplicável, pois a Ultrapar é uma emissora nacional.

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

5.1. - Em relação aos riscos indicados no item 4.1, informar:

a. <u>Política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política</u>

b. <u>Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando:</u>

i. Riscos para os quais se busca proteção
ii. Instrumentos utilizados para proteção
iii. Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

c. <u>Estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada</u>

A Ultrapar não possui uma política formalizada única de gestão integrada de riscos para todos os negócios, mas adota procedimentos de levantamento e mitigação de seus riscos em todos os ângulos a que seus negócios estão expostos. A gestão de riscos da Ultrapar é centralizada para os temas onde os riscos são comuns a todas as suas unidades, como a Política de Riscos Financeiros, Código de Ética, Política Anticorrupção e Política de Investimentos, todas elas aprovadas pelo Conselho de Administração da Ultrapar, além de manter uma estrutura centralizada de Auditoria Interna e de *Compliance*.

Os riscos operacionais e estratégicos são gerenciados pelos negócios e monitorados pela estrutura de controles internos e auditoria da Companhia, com reporte aos órgãos de fiscalização, como, por exemplo, o Conselho Fiscal. A administração faz o acompanhamento e monitoramento das mudanças na conjuntura econômica, regulação e legislação, dentre outros fatores relacionados ao seu setor de atuação que possam influenciar seus negócios e atividades. Adicionalmente, também analisa periodicamente o comportamento de seus indicadores de desempenho.

Buscando evoluir este modelo descentralizado de gestão de riscos, a Ultrapar passará a adotar uma matriz consolidada de seus riscos, buscando estabelecer uma discussão integrada dos mesmos com todas as suas instâncias de governança. Neste processo a Ultrapar formalizará uma política de gestão integrada de riscos buscando consolidar em documento as suas práticas já adotadas e a organização de sua governança para o tema.

Com o objetivo de aprimorar as práticas de governança em conduta e controles, zelando proativamente pela manutenção de um ambiente ético e pela integridade das nossas transações, a área responsável pela Auditoria Interna passou ao status de Diretoria de Auditoria e *Compliance* em dezembro de 2015. Apoiada pelo Comitê de Conduta, a referida diretoria se reporta diretamente à presidência, além de também possuir reporte ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal/Comitê de Auditoria, atua também no Comitê de Conduta.

A diretoria também mantém as funções de auditoria interna para atendimento à Lei Sarbanes-Oxley (ver “Item 5.3 – Controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis”) e auditoria operacional, auxiliando os negócios na manutenção dos altos níveis de controles, apoiando também em crises e na gestão integrada de riscos da Companhia.

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

Em janeiro de 2016, também foi aprovada pelo Conselho de Administração, a criação da área de Gestão de Riscos, subordinada à Diretoria de Auditoria e Compliance. A área tem como objetivo analisar e corrigir eventuais deficiências nos processos e evoluir para uma visão integrada de riscos na Companhia, facilitando a gestão de crises.

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

5.2. - Em relação aos riscos de mercado indicados no item 4.2, informar:

a. Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso de afirmativo, o órgão que aprovou e a data de sua aprovação, e em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Ultrapar possui uma Política de Riscos Financeiros aprovada pelo seu Conselho de Administração em 10 de dezembro de 2008.

b. Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:

i. Os riscos de mercado para os quais se busca proteção

Os riscos para os quais a Companhia busca proteção são os riscos relacionados a moedas, juros, crédito e seleção de utilização de instrumentos financeiros conforme especificado no Item 4.2 “Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros”.

ii. A estratégia de proteção patrimonial (hedge)

Na estratégia de proteção patrimonial relacionada aos riscos de crédito pelos quais a Ultrapar está sujeita, estão incluídas as seguintes medidas:

Risco de crédito de instituições financeiras - A Companhia e executa regularmente análise de crédito das instituições nas quais mantém disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção através de diversas metodologias que avaliam liquidez, solvência, alavancagem, qualidade da carteira, etc. As disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção são mantidos somente em instituições com histórico de sólida posição de crédito, privilegiando segurança e liquidez. O volume de disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção são objeto de limites máximos por cada instituição, requerendo, portanto, diversificação de contrapartes.

Risco de crédito de governos - A Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia permite aplicação em títulos públicos federais de países classificados como grau de investimento AAA ou Aaa por agências de risco especializadas e em títulos públicos federais do Governo Brasileiro. O volume de aplicações financeiras é objeto de limites máximos por país, requerendo, portanto, diversificação de contrapartes.

Risco de crédito de clientes - Tais riscos são administrados por cada unidade de negócio através de critérios específicos de aceitação de clientes e análise de crédito, além de serem mitigados pela diversificação de vendas. Em 31 de dezembro de 2015, a provisão para perdas nas contas a receber mantida pela Ipiranga, Ultragaz, Oxiteno, Extrafarma e Ultracargo totalizava R$ 151,9 milhões, R$ 28,1 milhões, R$ 12,4 milhões, R$ 5,4 milhões e R$ 3,0 milhões, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2015, nenhum cliente individual ou grupo representava mais de 10% da receita total.

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

Risco de moedas - A maior parte das operações da Ultrapar se localiza no Brasil e, portanto, a moeda de referência para a gestão do risco de moedas é o Real. A gestão do risco de moedas é guiada pela neutralidade de exposições cambiais e considera os riscos transacional, contábil e operacional da Companhia às mudanças nas taxas de câmbio. A Ultrapar considera como suas principais exposições cambiais os ativos e passivos em moeda estrangeira e o fluxo de curto prazo das vendas líquidas em moeda estrangeira da Oxiteno.

	Contraparte	Vencimento	Valor de referência (*nocional*)[1]		Valor Justo		Valor a receber	Valor a pagar
			2015	2014	2015	2014	2015	
Instrumentos de proteção					R$ milhões	R$ milhões	R$ milhões	R$ milhões
i – *Swaps* cambiais ativos em dólares norte-americanos								
Ativos em dólares norte-americanos (LIBOR)	Bradesco, BTMU, Itaú, JP Morgan, Santander e Scotiabank	jan/2016 a nov/2018	US$ 350,0	US$ 290,0	1.364,4	761,8	1.364,4	-
Ativos em dólares norte-americanos (Pré)			US$ 334,5	US$ 50,6	1.335,1	136,6	1.335,1	-
Passivo em taxa de juros CDI			US$ (684,5)	US$ (340,6)	(2.225,1)	(749,1)	-	2.225,1
Resultado acumulado			-	-	474,4	149,3	2.699,5	2.225,1
ii – *Swaps* cambiais passivos em dólares norte-americanos + CUPOM								
Ativo em taxa de juros CDI	Bradesco, Citibank, Itaú, Santander	jan/2016 a mar/2016	US$ 7,9	US$ 42,9	30,6	114,2	30,6	-
Passivo em dólares norte-americanos (Pré)			US$ (7,9)	US$ (42,9)	(32,3)	(115,6)	-	32,3
Resultado acumulado			-	-	(1,7)	(1,4)	30,6	32,3
iii – *Swap* de juros em Reais								
Ativo em taxa de juros pré-fixada		mar/2016 a	R$ 27,5	R$ 327,5	27,4	532,0	27,4	-
Passivo em taxa de juros CDI	Itaú	ago/2016	R$ (27,5)	R$ (327,5)	(27,8)	(486,1)	-	27,8
Resultado acumulado			-	-	(0,4)	45,9	27,4	27,8
iv – *Swaps* cambiais ativos em euros								
Ativos em euro (Pré)			-	€ 0,2	-	0,5	-	-
Passivo em taxa de juros CDI	-	-	-	€ (0,2)	-	(0,5)	-	-
Resultado acumulado			-	-	-	-	-	-
Resultado acumulado total bruto					472,3	193,8	2.757,5	2.285,2
Imposto de renda					(86,0)	(36,7)	(86,0)	-
Resultado acumulado total líquido					386,3	157,1	2.671,5	2.285,2
Resultado acumulado positivo (vide Nota Explicativa nº 4)					433,7	164,5		
Resultado acumulado negativo (vide Nota Explicativa nº 14)					(47,4)	(7,4)		

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

A Ultrapar utiliza instrumentos de proteção cambial (principalmente entre o Real e o dólar norte-americano) disponíveis no mercado financeiro para proteger seus ativos, passivos, recebimentos e desembolsos em moeda estrangeira e investimentos líquidos em entidades no exterior, com o objetivo de reduzir os efeitos da variação cambial em seus resultados e fluxo de caixa em Reais, dentro dos limites de exposição de sua Política de Riscos Financeiros. Tais instrumentos de proteção cambial possuem montantes, prazos e índices substancialmente equivalentes aos dos ativos, passivos, recebimentos e desembolsos em moeda estrangeira aos quais se encontram vinculados.

iii. Os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

A Ultrapar utiliza como instrumentos para proteção patrimonial contratos a termo, *swaps*, opções e contratos futuros para a gestão de riscos identificados. Instrumentos alavancados em derivativos não são utilizados. Como a utilização de instrumentos financeiros derivativos é limitada à cobertura de riscos identificados, a Ultrapar utiliza a terminologia "instrumentos de proteção" quando se referem a instrumentos financeiros derivativos.

Estão descritos abaixo os instrumentos de proteção existentes em 31 de dezembro de 2015, de acordo com sua categoria, risco e estratégia de atuação:

i. Proteção à exposição cambial de passivos em moeda estrangeira - Swaps cambiais ativos em dólares americanos - o objetivo destes contratos é (i) compensar o efeito da variação cambial em dívidas ou compromissos firmes em dólares norte-americanos, transformando-as em dívidas ou compromissos firmes em Reais indexados ao CDI, e (ii) transformar uma aplicação financeira indexada ao CDI dada em garantia de empréstimo em dólares norte-americanos por uma aplicação financeira atrelada ao dólar norte-americano. As tabelas abaixo resumem nossa posição líquida dessa categoria de *swap*, em 31 de dezembro de 2015:

Swap	**Vencimento**	
	2016	**2017 em diante**
Valor nocional dos swaps (em milhões de Reais) (1)	642,4	663,8
Valor nocional dos swaps (em milhões de dólares)	164,5	170,0
Taxa média de recebimento	US$ + 0,08%	US$ + 2,50%
Taxa média de pagamento	82,09% do CDI	100,59% do CDI

(1) Valor nocional convertido pela cotação média de venda do dólar (PTAX), divulgada pelo Banco Central em 31 de dezembro de 2015.

Swap	**Vencimento**	
	2016	**2017 em diante**
Valor nocional dos swaps (em milhões de Reais) (1)	-	1.366,7
Valor nocional dos swaps (em milhões de dólares)	-	350,0
Taxa média de recebimento	-	US$+ LIBOR+0,85%
Taxa média de pagamento	-	101,50% do CDI

(1) Valor nocional convertido pela cotação média de venda do dólar (PTAX), divulgada pelo Banco Central em 31 de dezembro de 2015.

ii. *Proteção à exposição cambial operacional - Swaps cambiais passivos em dólares norte americanos*– o objetivo destes contratos é igualar a taxa de câmbio do faturamento das subsidiárias Oleoquímica, Oxiteno S.A. e Oxiteno Nordeste à taxa de câmbio do respectivo custo de suas principais matérias-primas. A tabela abaixo apresenta nossa posição nesta categoria de swap em 31 de dezembro de 2015:

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

Swap	Vencimento
	2016
Valor nocional dos swaps (em milhões de Reais) (1)	30,9
Valor nocional dos swaps (em milhões de dólares)	7,9
Taxa média de recebimento	75,69% do CDI
Taxa média de pagamento	US$

(1) Valor nocional convertido pela cotação média de venda do dólar (PTAX), divulgada pelo Banco Central em 31 de dezembro de 2015.

iii. *Proteção à taxa de juros fixa em empréstimo nacional - Swaps de juros em Reais* - o objetivo destes contratos é transformar a taxa de juros de empréstimos contratados em Reais de fixa para flutuante. A tabela abaixo apresenta nossa posição nesta categoria de swap em 31 de dezembro de 2015:

Swap	Vencimento
	2016
Valor nocional dos swaps (em milhões de Reais) (1)	27,5
Valor nocional dos swaps (em milhões de dólares)	7,0
Taxa média de recebimento	8,0% a.a.
Taxa média de pagamento	88,81% do CDI

(1) Valor nocional convertido pela cotação média de venda do dólar (PTAX), divulgada pelo Banco Central em 31 de dezembro de 2015.

A Ultrapar verifica, ao longo de toda a duração do hedge, a eficácia de seus instrumentos financeiros derivativos, bem como suas alterações de valor justo. A Ultrapar designa como hedge de valor justo instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar variações decorrentes de mudanças de taxas de juros e câmbio, no valor de mercado de dívidas contratadas em Reais e dólares norte-americanos.

Em 31 de dezembro de 2015, os instrumentos de proteção de taxa de juros totalizavam R$ 27,5 milhões de valor nocional referentes ao principal dos empréstimos pré-fixados em Reais, sendo reconhecida no resultado em 2015 uma receita de R$ 2,0 milhões referente ao resultado dos instrumentos de proteção, uma despesa de R$ 0,9 milhões referente ao ajuste de valor justo da dívida e uma despesa de R$ 25,0 milhões referente a apropriação de juros da dívida, transformando o custo médio efetivo das operações em 88,8% do CDI.

Em 31 de dezembro de 2015, os instrumentos de proteção de taxa de câmbio designados como hedge de valor justo totalizavam US$ 440,0 milhões de valor nocional, sendo reconhecida no resultado em 2015, uma receita de R$ 285,3 milhões referente ao resultado dos instrumentos de proteção, uma despesa de R$ 4,6 milhões referente ao ajuste de valor justo da dívida e uma despesa de R$ 403,2 milhões referente a resultado financeiro da dívida, transformando o custo médio efetivo da operação em 102,5% do CDI (vide Nota Explicativa nº 14.c.1).

Em 31 de dezembro de 2015, o valor nocional referente a parte dos investimentos realizados em entidades que possuem moeda funcional diferente do Real era zero, sendo reconhecida no resultado em 2015 uma despesa de R$ 31,3 milhões. Os efeitos da variação cambial do investimento e do instrumento de proteção se compensaram no patrimônio líquido.

Para maiores informações sobre as dívidas acima citadas, ver “Item 10.1.f.i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes –Banco do Brasil” e “Item 10.1.f.i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes – Financiamento externo”.

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

iv. Os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Os parâmetros utilizados para o gerenciamento de riscos estão descritos na Política de Riscos Financeiros e são definidos e revisados periodicamente pelo Comitê de Riscos e Aplicações Financeiras e pelo Conselho de Administração. A Ultrapar privilegia liquidez e segurança na administração dos seus recursos, a fim de garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios, incluindo suas expansões.

v. Se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

A Ultrapar não utiliza instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial.

vi. A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

A governança da gestão dos riscos e instrumentos financeiros segue a segregação de responsabilidades abaixo:

- A execução da gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros é feita pela diretoria financeira, através da tesouraria da Ultrapar, com acompanhamento das áreas fiscal e contábil.

- A supervisão e o monitoramento do cumprimento dos princípios, diretrizes e parâmetros da Política são de responsabilidade do Comitê de Riscos e Aplicações Financeiras. O Comitê se reúne regularmente e tem como atribuições, entre outras, a discussão e o acompanhamento das estratégias financeiras, das exposições existentes e das operações relevantes que envolvam aplicação, captação de recursos ou mitigação de riscos. O Comitê monitora mensalmente os parâmetros de risco estabelecidos pela Política através de um mapa de acompanhamento.

- As alterações da Política de Riscos Financeiros ou revisões dos seus parâmetros são sujeitas à aprovação do Conselho de Administração da Ultrapar.

- O contínuo aprimoramento da Política de Riscos Financeiros é responsabilidade conjunta do Conselho de Administração, do Comitê e da área financeira.

A Companhia também dispõe da Diretoria de Auditoria e *Compliance*, responsável pelo acompanhamento dos riscos citados no “Item 4.2. – Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros”.

c. A adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Ultrapar é uma companhia listada na NYSE com ADRs nível III desde 1999, e mantém padrões de controles internos de acordo com os requisitos definidos pela Lei Sarbanes-Oxley. A administração da Ultrapar avalia anualmente os controles internos sobre a divulgação de informações financeiras sob a supervisão do nosso Diretor-Presidente (*Chief Executive Officer*, ou CEO) e diretor financeiro (*Chief Financial Officer*, ou CFO). A administração avalia a efetividade dos controles internos

5.2 - Política de gerenciamento de riscos de mercado

baseada nos critérios estabelecidos pelo *Internal Control – Integrated Framework* (1992) (Estrutura Integrada de Controles Internos), divulgados pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (“COSO”).

Tal estrutura de controles prevê, dentre outras visões, a avaliação dos controles de atividade e o monitoramento contínuo destes controles. Desta forma, a aplicação da Política de Riscos Financeiros e seus objetivos são monitorados continuamente pelo Comitê e pela Diretoria de Auditoria e *Compliance*. Com base nesses critérios, a administração da Ultrapar acredita que os controles internos voltados para o gerenciamento de riscos de mercado são adequados e efetivos, e estão sendo adotados correta e continuamente.

5.3 - Descrição dos controles internos

5.3. - Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

a. As principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Ultrapar é uma companhia listada na NYSE com ADRs nível III, e mantém padrões de controles internos de acordo com os requisitos definidos pela Lei Sarbanes-Oxley.

A administração da Ultrapar avalia anualmente os controles internos sobre a divulgação de informações financeiras com a supervisão do nosso Diretor-Presidente e diretor financeiro. Referida avaliação está baseada nos critérios estabelecidos pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (“COSO”).

Os controles internos utilizados incluem a verificação de normas e procedimentos para permitir o registro, o processamento, o resumo e a divulgação destas informações, propiciando garantia razoável quanto à confiabilidade das informações financeiras e a preparação das demonstrações financeiras.

Devido às limitações inerentes aos controles internos utilizados na divulgação de informações financeiras, possíveis deficiências causadas por erros ou fraudes podem não ser prevenidas ou detectadas a tempo. Porém, acreditamos que estes sistemas tidos como efetivos podem assegurar de forma razoável a elaboração e a apresentação das demonstrações financeiras.

b. As estruturas organizacionais envolvidas

A Companhia dispõe da Diretoria de Auditoria e *Compliance*, responsável, entre outros aspectos de controle, pelo cumprimento das exigências estabelecidas pela Lei Sarbanes-Oxley.

O Estatuto Social da Companhia prevê um Comitê de Auditoria como órgão auxiliar do Conselho de Administração, sendo integrado por três membros independentes, dos quais pelo menos dois serão membros externos ao Conselho de Administração. A Companhia possui um Conselho Fiscal, que funciona em caráter não permanente, sendo instalado pela assembleia geral nas hipóteses legais. Caso o Conselho Fiscal venha a ser instalado, exercerá todas as competências que são atribuídas ao Comitê de Auditoria. O Comitê de Auditoria não funcionará no exercício social em que o Conselho Fiscal tiver sido instalado. Em 2013, 2014 e em 2015, o Conselho Fiscal foi instalado a pedido de acionistas.

O Conselho Fiscal está atualmente instalado, com mandato até a AGO de 2017.

c. Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Visando atender a Lei Sarbanes-Oxley – seção 404, a Ultrapar efetua anualmente auditorias especificamente voltadas para avaliações e validação dos controles adotados na elaboração das

5.3 - Descrição dos controles internos

demonstrações financeiras. Esse processo é supervisionado pela Diretoria da Ultrapar e reportado ao Conselho Fiscal e Conselho de Administração.

Este processo consiste em quatro etapas:

- Auditoria interna dos controles: efetuada pela Auditoria Corporativa, que possui independência na estrutura organizacional da empresa;

- Ratificação dos trabalhos internos por auditoria externa independente: efetuada por empresa de auditoria externa (Deloitte);

- Certificação dos controles internos sobre demonstrações financeiras pelo Diretor Presidente e Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, apoiada por documento certificando a revisão dos controles internos pela diretoria da Ultrapar, pelos dos diretores de administração e controle de cada unidade de negócio e pelos diretores de controladoria, tesouraria e TI da Ultrapar;

- Parecer emitido pela empresa de auditoria externa validando, ou ressalvando, a estrutura de controles internos que suportam as demonstrações financeiras.

Na etapa de auditoria interna, todas as contas contábeis relevantes, de todas as empresas da Ultrapar, são relacionadas a um processo operacional (fundamento do saldo contábil).
Cada um destes processos operacionais é mapeado e analisado, catalogando-se os controles internos em uma matriz de riscos. Neste processo, eventuais deficiências de controles são levantadas e discutidas com os respectivos gestores.

Esta matriz, que relaciona a conta contábil ao processo operacional e seus controles, é a base dos testes de aderência que são aplicados no processo de validação que, efetuados, classificarão a qualidade das demonstrações financeiras.

Paralelamente, ao ambiente de tecnologia de informação aplicam-se as metodologias de controle que validam a integridade dos processamentos de dados.

Neste processo também são analisados os controles de entidade (*Entity Level Controls*), buascando-se avaliar a qualidade e proximidade da alta gestão no ambiente de controles da empresa.

Na etapa de auditoria externa, todos os trabalhos efetuados internamente são validados sob a metodologia do COSO – *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Comission*, de acordo com a última atualização ocorrida em 2013.

Isto é realizado através do compartilhamento de toda a documentação depositada em um sistema de Matriz de Risco da Auditoria Interna, que é validada por testes independentes. Este sistema sumariza e qualifica toda a estrutura de controles e sua aderência em um painel acessível pelas diversas instâncias da Governança Corporativa.

Adotadas todas as etapas de avaliação dos controles internos, não foram detectadas deficiências materiais ou significativas, o que possibilitou a Certificação dos Controles Internos adotados pela administração – Seção 404 sem ressalvas.

5.3 - Descrição dos controles internos

d. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Não houve deficiências significativas apontadas pela auditoria independente.

e. Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Não aplicável, pois não houve deficiências significativas apontadas pela auditoria independente.

5.4 - Alterações significativas

5.4 - Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

Não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado ou na política de gerenciamento de riscos adotada.

5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

5.5 – Outras informações que o emissor julgue relevantes

Não existem outras informações que a Ultrapar julgue relevantes sobre este item.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	20/12/1953
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade Anônima
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	27/09/1999

6.3 - Breve histórico

6.3. - Breve histórico da Ultrapar

A Ultrapar é um grupo empresarial brasileiro com quase 80 anos de história, que possui posição de liderança em seus mercados de atuação: varejo e distribuição especializada, através da Ultragaz, da Ipiranga e da Extrafarma, produção de especialidades químicas, através da Oxiteno, e serviços de armazenagem para granéis líquidos, através da Ultracargo. A Ultragaz é a maior distribuidora de gás liquefeito de petróleo no Brasil, com 23% de participação no mercado brasileiro em 2015, e uma das maiores distribuidoras independentes do mundo em termos de volume vendido. Distribuímos gás liquefeito de petróleo a cerca de 11 milhões de domicílios utilizando nossa frota e a nossa rede de aproximadamente 5.100 revendedores independentes no segmento envasado e aproximadamente 50 mil consumidores no segmento granel. A Ipiranga é a segunda maior distribuidora de combustíveis do Brasil, com uma rede de 7.230 postos e 22% de participação no mercado brasileiro em 2015. A Oxiteno é uma das maiores produtoras de óxido de eteno e de seus principais derivados na América Latina, grande produtora de especialidades químicas e a única produtora de álcoois graxos e co-produtos na América Latina. A Oxiteno possui 12 unidades industriais no Brasil, México, Estados Unidos, Uruguai e Venezuela e escritórios comerciais na Argentina, Bélgica, China e Colômbia. A Ultracargo possui posição de liderança em seu setor, sendo a maior provedora de armazenagem para granéis líquidos do Brasil, com seis terminais e capacidade de armazenagem de 630 mil m³ em 31 de dezembro de 2015. A Extrafarma é uma das maiores redes de drogarias das regiões Norte e Nordeste do Brasil, com 254 drogarias e dois centros de distribuição em dezembro de 2015. A Transação da Extrafarma foi concluída em 31 de janeiro de 2014 e, consequentemente, os resultados da Extrafarma passaram a ser consolidados aos resultados da Ultrapar a partir de 1º de fevereiro de 2014.

Fomos constituídos em 20 de dezembro de 1953, e nossas origens remontam a 1937, quando Ernesto Igel fundou a Ultragaz e foi pioneiro no uso de GLP como gás de cozinha no Brasil, utilizando vasilhames de gás adquiridos da Companhia Zeppelin. O fogão a gás passou a substituir os tradicionais fogões a lenha e, em menor escala, querosene e carvão mineral, que dominavam as cozinhas brasileiras naquela época.

Em 1966, a demanda no mercado por serviços de transporte de alta qualidade e segurança levou ao ingresso no segmento de transporte e armazenamento de produtos químicos, petroquímicos e GLP. Em 1978, foi fundado o Tequimar, que passou a responder pelo negócio de armazenamento. O Tequimar é uma subsidiária operacional da Ultracargo.

Também fomos pioneiros no desenvolvimento da indústria petroquímica brasileira, o que levou à constituição da Oxiteno em 1970, cuja primeira planta localizava-se no polo petroquímico de Mauá, na região metropolitana de São Paulo. Em 1974, a Oxiteno inaugurou sua segunda unidade industrial, no polo petroquímico de Camaçari (BA). Em 1986, para atender às necessidades específicas de seus clientes, a Oxiteno criou seu centro de pesquisa e desenvolvimento.

Em 1997, através da Ultragaz, introduzimos o UltraSystem – sistema de abastecimento a granel de pequeno porte para os segmentos residencial, comercial e industrial. No mesmo período, iniciamos o processo de expansão geográfica da Ultragaz através da construção de novas bases de engarrafamento de GLP e bases satélites. Adicionalmente, nós concretizamos a expansão da planta da Oxiteno no polo petroquímico de Camaçari.

Em 6 de outubro de 1999, concluímos a oferta pública inicial (IPO) e nossas ações preferenciais passaram a ser negociadas simultaneamente na BM&FBOVESPA e na NYSE.

6.3 - Breve histórico

Em 2000, a Ultragaz deu início à construção de quatro novas bases de engarrafamento, passando assim a abranger grande parte do território nacional. Ainda em 2000, entrou em operação a primeira das quatro novas bases, localizada na cidade de Goiânia (GO). Em 2001, a Ultragaz inaugurou duas novas bases de engarrafamento de GLP: uma na cidade de Fortaleza (CE), e outra na cidade de Duque de Caxias (RJ). Em 2002, a Ultragaz iniciou operações em uma nova base de engarrafamento na cidade de Betim (MG).

Em março de 2000, os acionistas da Ultra S.A., então companhia controladora da Ultrapar, assinaram um acordo de acionistas garantindo tratamento igualitário para todos os acionistas da Ultrapar (detentores de ações ordinárias e preferenciais) no caso de mudança de controle – direito de *tag along*. O acordo previa que qualquer transferência de controle, direta ou indireta, somente poderia ser executada mediante uma oferta pública de ações, pela entidade adquirente, para aquisição das ações de todos os acionistas, pelo mesmo preço e condições de pagamento oferecidas aos controladores.

Em abril de 2002, a Oxiteno completou uma oferta pública para aquisição de ações de sua subsidiária Oxiteno Nordeste, com a aquisição, pela Oxiteno, de aproximadamente, 73,3% das ações detidas por acionistas minoritários. Como resultado, a Oxiteno aumentou sua participação no capital total da Oxiteno Nordeste de 97% para 98,9%, desembolsando R$ 4,4 milhões.

Em dezembro de 2002, concluímos um processo de reorganização societária, que teve início em outubro de 2002. Esta reorganização societária consistiu basicamente na: (i) a incorporação da Gipóia Ltda. pela Ultrapar, aumentando nossa participação no capital da Cia Ultragaz para 100% e (ii) a troca de ações de emissão da Oxiteno por ações de emissão da Ultrapar.

Em agosto de 2003, adquirimos a operação de distribuição de GLP da Royal Dutch/Shell N.V. no Brasil – Shell Gás, pelo montante total de R$ 170,6 milhões. Com esta aquisição, a Ultragaz se tornou a líder de mercado neste segmento, com 24% de participação naquela data.

Em dezembro de 2003, concluímos a compra da Canamex, empresa mexicana de especialidades químicas. Em junho de 2004, adquirimos os ativos operacionais da Rhodia Especialidades S.A. de C.V. no México. As aquisições tiveram como objetivo estabelecer uma maior presença no mercado petroquímico mexicano e criar uma plataforma de produção e distribuição para atender o mercado dos Estados Unidos. Desde julho de 2007, a Canamex passou a ser denominada Oxiteno Mexico, S.A., de C.V., ou Oxiteno México.

Em abril de 2005, concluímos uma oferta primária e secundária de ações preferenciais e em julho de 2005, em assembleia geral extraordinária, foi aprovada a proposta de grupamento da totalidade das ações ordinárias e preferenciais de emissão da Ultrapar.

Em julho de 2005, a Ultracargo inaugurou o terminal intermodal de Santos (SP), sua segunda instalação portuária que integra os modais de transporte rodoviário, ferroviário e marítimo, com capacidade de armazenagem própria de 33,5 mil m³ para produtos químicos, e capacidade de terceiros de 40 mil m³ para álcool e 38 mil m³ para óleos vegetais à época.

Em agosto de 2006, anunciamos a assinatura de um acordo entre a Oxiteno Nordeste e a Braskem, para fornecimento de eteno, por um prazo de 15 anos. Também em agosto de 2006, a Oxiteno inaugurou seu primeiro escritório comercial no exterior, em Buenos Aires, na Argentina, a Oxiteno Argentina S.R.L.

6.3 - Breve histórico

Em março de 2007, Ultrapar, Petrobras e Braskem anunciaram a sua intenção de adquirir o Grupo Ipiranga e a Ultrapar, com interveniência da Petrobras e Braskem, assinou o acordo de aquisição de ações junto aos controladores que constituíam o Grupo Ipiranga. Em abril de 2007, a Ultrapar adquiriu o controle de certas empresas do Grupo Ipiranga, passando a deter os Negócios de Distribuição Sul, a EMCA e um terço das operações de refino. Após a aquisição do Grupo Ipiranga, a Ultrapar, que já era a maior distribuidora de GLP do Brasil, tornou-se a segunda maior distribuidora de combustíveis do país, detendo 14% do mercado em 2007. Após a conclusão de todas as etapas da aquisição do Grupo Ipiranga, seus negócios foram divididos entre a Petrobras, a Ultrapar e a Braskem. A Ultrapar ficou com os negócios de distribuição de combustíveis e lubrificantes localizados nas regiões Sul e Sudeste do Brasil; a Petrobras recebeu os negócios de distribuição de combustíveis e lubrificantes localizados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil; a Petrobras e a Braskem receberam os Negócios Petroquímicos, na proporção de 60% para a Braskem e 40% para a Petrobras.

Em abril de 2007, a Ultrapar adquiriu os ativos de sulfatados e sulfonados da Unión Química S.A. de C.V. em San Juan del Río no México através de sua subsidiária Oxiteno México.

Em setembro de 2007, a Oxiteno adquiriu a Arch Andina, uma subsidiária da americana Arch Chemicals, Inc. Na data da aquisição, a Arch Andina era a única empresa produtora de etoxilados da Venezuela, o único país da América Latina produtor de óxido de eteno onde a Oxiteno não possuía operações. O valor pago pela aquisição foi de US$ 7,6 milhões. A companhia passou a se chamar Oxiteno Andina. Ainda em setembro de 2007, a Oxiteno também anunciou a abertura de um escritório comercial nos Estados Unidos.

Em janeiro de 2008, a Ultrapar aumentou significativamente a liquidez de suas ações através da emissão de 55 milhões de ações preferenciais como consequência do processo de Incorporação de Ações. A Incorporação de Ações elevou o *free float* da Ultrapar de 32 milhões de ações para 87 milhões de ações, sendo que o *free float* passou para 64% do capital total da Companhia. Este significativo aumento possibilitou a entrada das ações da Ultrapar no índice Ibovespa, o índice da BM&FBOVESPA.

Em junho de 2008, a Ultrapar, através da Ultracargo, anunciou o acordo de compra e venda das quotas correspondentes a 100% do capital total da União Terminais detido pela Unipar. Em outubro de 2008, a Ultrapar concluiu a aquisição correspondente aos portos de Santos e Rio de Janeiro. Em novembro de 2008, concluiu a aquisição de 50% do capital social detido pela Unipar na União/Vopak, que possui um terminal no porto de Paranaguá (PR). O valor total pago pela União Terminais foi R$ 519 milhões, incluindo a assunção da dívida líquida de R$ 32 milhões em 30 de setembro de 2008. Os desembolsos foram realizados em outubro e novembro de 2008, nas respectivas datas de transferência dos ativos. A combinação de suas operações com a União Terminais dobrou o tamanho da Ultracargo em termos de EBITDA, tornando-a a maior empresa de armazenagem para granéis líquidos do Brasil, reforçando sua escala de operação. Com esta aquisição, a Ultracargo aumentou sua presença no porto de Santos, principal porto do país, e passou a estar estrategicamente posicionada nos portos do Rio de Janeiro e de Paranaguá, onde não possuía operações.

Em julho de 2008, a Oxiteno inaugurou seu primeiro escritório comercial na Europa e o terceiro fora do Brasil em Bruxelas, na Bélgica como parte da sua estratégia de internacionalização.

Em agosto de 2008, a Ultrapar anunciou que sua subsidiária SBP assinou contrato de compra e venda com a Chevron para a aquisição de 100% das quotas da CBL e Galena. Antes da liquidação

6.3 - Breve histórico

financeira, a CBL e a Galena tiveram as atividades de lubrificantes e exploração de petróleo no Brasil segregadas e transferidas para outras pessoas jurídicas da Chevron. Em março de 2009, a Ultrapar concluiu a aquisição e pagou R$ 1.106 milhões à Chevron, em adição ao depósito de US$ 38 milhões feito à Chevron em agosto de 2008. Em agosto de 2009, a Ultrapar também desembolsou R$ 162 milhões relativos ao ajuste previsto de capital de giro, refletindo o maior capital de giro efetivamente recebido pela Ultrapar na data da liquidação financeira da aquisição (conforme previsto no contrato de compra e venda). A combinação com a Texaco criou um negócio de distribuição de combustíveis nacional, possibilitando melhor posicionamento da Ipiranga para o crescimento e maior competitividade através da maior escala de operações. Após a conclusão desta aquisição, a Ipiranga implementou seu plano de negócios, que consistiu em duas frentes de trabalho principais; (i) integração operacional, administrativa e financeira da Texaco e (ii) implementação do modelo de negócios da Ipiranga na rede ampliada, com uma vasta gama de produtos e serviços e uma abordagem diferenciada com seus revendedores. Em 31 de dezembro de 2012, a Ultrapar tinha efetivado toda a conversão dos postos adquiridos da marca Texaco da rede adquirida para a marca Ipiranga. Nos termos dos Acordos para Aquisição do Grupo Ipiranga, a Petrobras tinha o direito exclusivo de usar a marca Ipiranga nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste por cinco anos, a contar da data da aquisição, expirado em março de 2012. Até este período, a Ipiranga operou nessas regiões com a marca Texaco.

Também em agosto de 2008, a Ultrapar anunciou a assinatura de um contrato de fornecimento de eteno entre a Oxiteno e a Braskem para o fornecimento de eteno para a unidade de Mauá no estado de São Paulo, em vigor até 2023. Ao mesmo tempo, a Oxiteno vendeu para a Braskem participação acionária que possuía na Quattor, equivalente a 2.803.365 ações, por R$ 46 milhões.

Em outubro de 2008, algumas expansões de capacidade da Oxiteno foram concluídas, incluindo (i) o início da operação da unidade oleoquímica, com capacidade anual de produção de aproximadamente 100 mil toneladas de álcoois graxos e co-produtos; (ii) a expansão da unidade de óxido de eteno em Mauá, acrescentando 38 mil toneladas à capacidade anual de produção desse produto; e (iii) a expansão das unidades de etoxilados e etanolaminas em Camaçari, que adiciona 120 mil toneladas à capacidade anual de produção desses produtos.

Em fevereiro de 2009, foi aprovado, em assembleia geral extraordinária da RPR, o aumento de capital em R$ 15 milhões, mediante a emissão de 15 milhões de novas ações ordinárias e preferenciais e a admissão de novos acionistas no seu capital social, como parte do processo de aquisição do Grupo Ipiranga. Como consequência, a RPR alterou sua condição de subsidiária integral da Ultrapar para sociedade pluripessoal. A Ultrapar possui atualmente participação de 33% na RPR.

Em dezembro de 2009, a Ultrapar, através da Ultracargo, pagou R$ 44 milhões pela aquisição da Puma Storage do Brasil Ltda., um terminal para armazenagem para granéis líquidos com capacidade de 83 mil m³ localizado no porto de Suape (PE).

Em março de 2010, a Ultrapar celebrou um contrato para a venda dos negócios de logística interna, armazenagem de sólidos e transporte rodoviário da Ultracargo por R$ 82 milhões. O fechamento da transação ocorreu em julho de 2010.

Em agosto de 2010, a Oxiteno concluiu a expansão da unidade de etoxilação de Camaçari, adicionando 70 mil toneladas à capacidade anual de produção.

Em outubro de 2010, a Ultrapar anunciou a assinatura do contrato de compra e venda para a aquisição de 100% das quotas da DNP. O valor da aquisição totalizou R$ 73 milhões. A DNP

6.3 - Breve histórico

distribuía combustíveis nos estados do Amazonas, Rondônia, Roraima, Acre, Pará e Mato Grosso através de uma rede de 110 postos, com 4% de participação de mercado na região Norte do Brasil, sendo a quarta maior distribuidora de combustíveis desta área geográfica.

Em fevereiro de 2011, foi aprovado em assembleia geral extraordinária o desdobramento das ações de emissão da Ultrapar, de forma que cada ação passou a ser representada por 4 ações, sem qualquer alteração do montante financeiro e da participação do acionista no capital da Companhia. Com o desdobramento, a relação existente entre as ações emitidas e os ADRs foi mantida à razão de 1/1, ou seja, cada ADR continuou a ser representado por uma ação de emissão da Ultrapar.

Em abril de 2011, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a proposta de (i) conversão da totalidade das ações preferenciais de sua emissão em ações ordinárias, na proporção de 1 ação preferencial para 1 ação ordinária; (ii) nova redação do Estatuto Social, prevendo diversas alterações em relação ao estatuto anteriormente vigente, visando ao fortalecimento de sua governança corporativa; e (iii) adesão às regras do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, matérias extras que foram aprovadas pela AGE e AGESP em junho de 2011.

Em agosto de 2011, as ações da Ultrapar passaram a ser negociadas no Novo Mercado sob o símbolo UGPA3. Nesta mesma data, os ADRs da Ultrapar, anteriormente lastreados em ações preferenciais, passaram a ser lastreados em ações ordinárias de emissão de Ultrapar e passaram a ser negociados na NYSE sob esse novo formato.

Em agosto de 2011, concluímos a expansão da unidade de óxido de eteno em Camaçari, adicionando 90 mil toneladas por ano a sua capacidade produtiva.

Em agosto de 2011, a Oxiteno abriu um escritório comercial em Bogotá, Colômbia – Oxiteno Colombia S.A.S..

Em setembro de 2011, a expansão do terminal de Suape da Ultracargo entrou em operação, aumentando a capacidade de armazenagem da Ultracargo em 26 mil m³. Este projeto era parte do plano de expansão da Ultracargo iniciado em 2010.

Em outubro de 2011, a Ultragaz adquiriu o negócio de distribuição de GLP da Repsol no Brasil por R$ 50 milhões, incluindo R$ 2 milhões relativos ao caixa líquido da empresa adquirida.

Em abril de 2012, a Oxiteno adquiriu uma planta de especialidades químicas por US$ 15 milhões, sem assunção de dívida. A planta está localizada em Pasadena, Texas, um dos mais importantes centros mundiais de produção de químicos, beneficiando-se de condições atrativas de matérias-primas, incluindo matérias-primas competitivas derivadas de gás natural, além de infraestrutura logística altamente eficiente. A Oxiteno investiu, em 2012 e 2013, R$ 42 milhões para modernização da planta para sua linha de produtos de tensoativos. A capacidade total de produção é de 32 mil toneladas por ano e o início das operações ocorreu no fim de 2012.

Em maio de 2012, o Conselho de Administração aprovou a nomeação de Thilo Mannhardt para a sucessão de Pedro Wongtschowski como Diretor-Presidente da Companhia, com mandato a partir de 1º de janeiro de 2013. Pedro Wongtschowski substituiu Thilo Mannhardt no Conselho de Administração. O processo de sucessão aconteceu de acordo com a filosofia da Ultrapar de planejar e conduzir com transparência sucessões na administração.

6.3 - Breve histórico

Em maio 2012, Oxiteno abriu um escritório comercial em Xangai, na China – Oxiteno Shanghai Trading LTD.

Em julho de 2012, a Ultracargo adquiriu a Temmar da Temmar Netherlands B.V. e a Noble Netherlands B.V., subsidiárias do Noble Group Limited, por R$ 68 milhões, além de ter assumido uma dívida líquida no valor de R$ 91 milhões. Em dezembro de 2013, visando a simplificação da estrutura societária, a subsidiária Temmar foi incorporada pela Tequimar. A Temmar possuía um terminal no porto de Itaqui (MA), aumentando em 55 mil m³ a capacidade da Ultracargo.

Em setembro de 2012, a Ultracargo concluiu a expansão do terminal de Santos, aumentando em 30 mil m³ sua capacidade de armazenagem. Essa expansão, juntamente com a expansão de 12 mil m³, realizada também em Santos e concluída em janeiro de 2012, e com a expansão de 4 mil m³ no terminal de Aratu, concluída em junho de 2012, representou uma capacidade combinada adicional de 46 mil m³ para a Ultracargo. O projeto foi parte do plano de expansão da Ultracargo iniciado em 2010, para aumentar sua capacidade de armazenagem total em 15%.

Em novembro de 2012, a Oxiteno adquiriu a American Chemical (atual Oxiteno Uruguay), uma empresa uruguaia de especialidades químicas, pelo valor de R$ 114 milhões, mais a assunção de dívida líquida de R$ 33 milhões. A Oxiteno Uruguay tem capacidade de produção de 81 mil toneladas por ano, principalmente tensoativos sulfonados e sulfatados para os mercados de cosméticos e detergentes e produtos para a indústria de couro. Com a aquisição da Oxiteno Uruguay, a Oxiteno deu continuidade à expansão das suas atividades internacionais, iniciada em 2003 e fundamentada em seu profundo conhecimento da tecnologia para a produção e aplicação de tensoativos e especialidades químicas e no forte relacionamento com seus clientes.

Em novembro de 2012, a Ipiranga criou uma *joint venture* para atuar no segmento de pagamento eletrônico de pedágios, estacionamentos e combustíveis – a ConectCar. A iniciativa foi motivada pelas novas regras implantadas em 2012 para incentivar a concorrência nesse segmento e reúne a experiência e a complementaridade de seus sócios, cada um deles com participação de 50% na sociedade. A ConectCar se encaixa na estratégia de diferenciação da Ipiranga, oferecendo mais produtos e serviços em sua rede de postos, com foco em conveniência e praticidade, gerando benefícios aos seus consumidores, revendedores e à Companhia. As operações da ConectCar tiveram início em abril de 2013 e a empresa atua em mercados com grandes perspectivas de crescimento.

Em maio de 2013, a Ultracargo concluiu a expansão no terminal de Aratu, adicionando 22 mil m³ e no terminal de Santos adicionou 4 mil m³, totalizando 26 mil m³ de capacidade de armazenagem adicional.

Em setembro de 2013, a Ultrapar anunciou a associação com a Extrafarma, uma das dez maiores redes de farmácias do Brasil, marcando a entrada no negócio de varejo farmacêutico. Em janeiro de 2014, em assembleia geral extraordinária instalada com presença de 74% do capital da Ultrapar, 99,8% dos acionistas presentes aprovaram a associação entre Extrafarma e Ultrapar, mediante a incorporação da totalidade das ações de emissão da Extrafarma pela Companhia, transformando a Extrafarma em nossa subsidiária integral e os seus antigos acionistas em acionistas da Ultrapar.

Em fevereiro de 2014, os acionistas de Ultra S.A. assinaram um novo acordo de acionistas que substitui o acordo de acionistas de Ultra de S.A. assinado em 2011. Os principais termos do acordo de acionistas da Ultra S.A. versam substancialmente sobre (i) o processo de decisão do voto da Ultra S.A. nas assembleias gerais da Ultrapar; e (ii) os procedimentos para a realização de permuta, por

6.3 - Breve histórico

parte de qualquer acionista membro do acordo de acionistas, de ações de Ultra S.A. por ações da Ultrapar. Os termos e as condições do novo acordo de acionistas são substancialmente os mesmos que os do acordo de acionistas anterior, datado de 2011, exceto, principalmente, pela substituição das reuniões prévias dos signatários do acordo por assembleias gerais de Ultra S.A. para determinar o voto da Ultra S.A. em certas matérias das assembleias gerais de Ultrapar. Para maiores informações sobre o acordo de acionistas, veja “Item 15.5”.

Em abril de 2015, parte do terminal operado pela Ultracargo em Santos foi atingida por um incêndio, afetando 6 tanques com a capacidade total de 34 mil m³. Em consequência do evento, as operações da Ultracargo em Santos encontram-se parcialmente suspensas desde abril. A parte indisponível do terminal corresponde a 185 mil m³ de capacidade, 55% da capacidade operada pela Ultracargo em Santos e 23% da capacidade total da Companhia. A Ultracargo, iniciou em fevereiro de 2016, a segunda etapa do plano de descomissionamento, que consiste na retirada dos equipamentos e estruturas da parte do terminal atingido pelo incêndio. A previsão é que o terminal esteja apto para solicitar o licenciamento operacional junto às autoridades ao final de 2016.

Em junho de 2015, a Ultrapar anunciou mudanças em sua diretoria aprovadas pelo Conselho de Administração. Depois de oito anos como Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Ultrapar, André Covre assumiu o cargo de Diretor Superintendente da Extrafarma. André Covre sucedeu Paulo Lazera, que continuará envolvido com Ultrapar como acionista e como consultor especial para Extrafarma. A posição de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores foi assumida por André Pires de Oliveira Dias.

Em outubro de 2015, a Redecard S.A. firmou um acordo com a Odebrecht Transport para adquirir a totalidade de sua participação na ConectCar, por R$ 170 milhões. O novo acionista irá proporcionar oportunidades para ConectCar expandir seus serviços a novos mercados, continuando com a sua finalidade de oferecer aos clientes a mobilidade, conveniência, flexibilidade e, acima de tudo, benefícios diferenciados.

Desenvolvimentos recentes

Renegociação de financiamentos

Em fevereiro de 2016, a IPP renegociou um empréstimo com o Banco do Brasil, que venceria no mesmo mês, com o valor de principal de R$ 166,7 milhões, estendendo seu vencimento até fevereiro de 2019 e alterando a taxa de juros pós-fixada para 114% do CDI.

Em maio de 2016, a IPP renegociou empréstimos com o Banco do Brasil, que venceriam em maio de 2016 e janeiro de 2017, com os valores de principal no total de R$ 100 milhões e R$ 909,5 milhões, respectivamente, estendendo o prazo até maio de 2022, e alterou as taxas de juros flutuantes para 110,9% do CDI.

Contrato de empréstimo

Em fevereiro de 2016, a Oxiteno USA contratou um empréstimo de US$ 40 milhões, com vencimento em fevereiro de 2021 e com juros de LIBOR + 3% a.a., pagos trimestralmente. O empréstimo é garantido pela Ultrapar e pela subsidiária Oxiteno Nordeste e os recursos desse empréstimo serão usados para financiar a construção de uma nova fábrica de alcoxilação, no estado do Texas (EUA).

6.3 - Breve histórico

Emissão de debêntures

Em maio de 2016, foi aprovada a quarta emissão, pela Ipiranga, de 500 debêntures simples, em série única, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, nominativas e escriturais, com valor nominal unitário de R$ 1.000.000,00. As debêntures terão prazo de 5 anos, com pagamento de juros semestrais, amortização em três parcelas anuais e consecutivas a partir do trigésimo sexto mês e remuneração de 105,00% do CDI. As obrigações principais e acessórias assumidas pela Ipiranga na emissão de debêntures são garantidas pela Companhia. Este evento não impactou as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015.

Ultracargo – Incêndio no terminal de Santos

Em março de 2016, a Ultracargo pagou uma multa para a CETESB (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo) no valor de R$ 16 milhões como resultado de uma decisão desfavorável em âmbito administrativo. Ainda em março de 2016, a Ultracargo recebeu adiantamento de seguros relativos a certas despesas de contenção e salvamento, no valor de R$ 29,8 milhões, e pagou adiantamentos a clientes no valor de R$ 30,0 milhões.

Adicionalmente, processos judiciais e pedidos de indenização extrajudiciais de terceiros, reivindicando danos, apresentados até a data deste formulário, estão sendo analisados pelas seguradoras.

6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

6.5. - Indicar se houve pedido de falência, desde que fundado em valor relevante, ou de recuperação judicial ou extrajudicial do emissor, e o estado atual de tais pedidos

Não houve pedido de falência, de recuperação judicial ou extrajudicial da Ultrapar.

6.6 - Outras informações relevantes

6.6. - Outras informações que o emissor julgue relevantes

Não existem outras informações que a Ultrapar julgue relevantes sobre este item.

7.1 - Descrição das principais atividades do emissor e suas controladas

7.1. - Descrição sumária das atividades desenvolvidas pela Ultrapar e suas controladas

A Ultrapar é uma companhia *holding* que tem por objeto a aplicação de capital próprio no comércio, na indústria, na agricultura e em empresas de prestação de serviços, mediante a subscrição ou aquisição de ações ou quotas de sociedades.

Com quase 80 anos de história, a Ultrapar possui posição de liderança em seus mercados de atuação: varejo e distribuição especializada, através da Ultragaz, da Ipiranga e da Extrafarma, especialidades químicas, por meio da Oxiteno, e armazenagem para granéis líquidos, através da Ultracargo.

A Ultragaz é a maior distribuidora de GLP no Brasil, com 23% de participação no mercado brasileiro em 2015, e uma das maiores distribuidoras independentes do mundo em termos de volume vendido. Distribuímos GLP a cerca de 11 milhões de domicílios através de uma rede de aproximadamente 5.100 revendedores independentes e aproximadamente 50 mil consumidores no segmento granel.

A Ipiranga é a segunda maior distribuidora de combustíveis do Brasil, com 22% de participação no mercado brasileiro em 2015, com uma rede de 7.230 postos revendedores.

A Oxiteno é uma das maiores produtoras de óxido de eteno e de seus principais derivados na América Latina, grande produtora de especialidades químicas e a única produtora de álcoois graxos e co-produtos na América Latina. A Oxiteno possui 12 unidades industriais no Brasil, México, Estados Unidos, Uruguai e Venezuela e escritórios comerciais na Argentina, Bélgica, China e Colômbia.

A Ultracargo possui posição de liderança em seu setor, sendo a maior provedora de armazenagem para granéis líquidos do Brasil, com seis terminais e capacidade de armazenagem disponível de aproximadamente 630 mil m³ em 31 de dezembro de 2015.

A Extrafarma é uma das maiores redes de drogarias do Norte e Nordeste do Brasil, com 254 drogarias e dois centros de distribuição em dezembro de 2015. A Transação da Extrafarma foi concluída em 31 de janeiro de 2014 e, consequentemente, os resultados da Extrafarma passaram a ser consolidados aos resultados da Ultrapar a partir de 1 de fevereiro de 2014.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

7.2. - Informações relativas a cada segmento operacional que tenha sido divulgado nas últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social ou, quando houver, nas demonstrações financeiras consolidadas

a. Produtos e serviços comercializados

Ultragaz

O GLP é utilizado, principalmente, nos seguintes segmentos:

- Segmento envasado - utilizado principalmente em residências como gás de cozinha; e
- Segmento granel - utilizado no setor comercial como gás de cozinha e para aquecimento de água em *shopping centers*, hotéis, condomínios, restaurantes, lavanderias, hospitais e indústrias, com várias outras aplicações para cada processo industrial, como aquecimento de fornos, produção de asfalto, entre outros.

A Ultragaz opera nos mercados envasado e a granel em âmbito nacional, incluindo os estados mais populosos do Brasil, como São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia. Distribui GLP envasado a consumidores residenciais, por meio de suas lojas de varejo próprias e de terceiros, bem como mediante sua frota de caminhões, com venda porta a porta ou através de entrega programada. Em relação ao mercado a granel, atende seus consumidores por meio de sua frota própria de caminhões.

Ipiranga

A Ipiranga distribui diesel, gasolina, etanol, GNV, óleo combustível, querosene, arla e lubrificantes em todo o Brasil. Em complemento ao tradicional negócio de distribuição de combustíveis e como estratégia de conveniência e serviços, a Ipiranga é franqueadora de lojas da marca “am/pm”, além de uma franquia de troca de lubrificantes, cuja marca é “Jet Oil”, e outros produtos e serviços complementares.

Oxiteno

A Oxiteno é a única produtora brasileira de óxido de eteno, etilenoglicóis, etanolaminas, álcoois graxos, éteres glicólicos e metil-etil-cetona e também é uma importante produtora de especialidades químicas. Exceto por uma planta na Venezuela, a Oxiteno é a única produtora de óxido de eteno na América do Sul. Seus produtos são empregados em muitos setores industriais, como cosméticos, detergentes, defensivos agrícolas, poliéster, embalagens, tintas e vernizes e petróleo.

Ultracargo

A Ultracargo é a maior provedora de armazenagem para granéis líquidos no Brasil. Seu maior diferencial é a localização estratégica das suas instalações, localizadas próximos aos principais terminais portuários e entroncamentos ferroviários do Brasil. A Ultracargo armazena e movimenta principalmente granéis líquidos, especialmente químicos, combustíveis e óleos vegetais.

Extrafarma

Com mais de 50 anos de atividade no atacado e varejo de produtos farmacêuticos, a Extrafarma é uma rede de farmácias líder nas regiões Norte e Nordeste do país, regiões com crescimento econômico acima da média nacional. A Extrafarma comercializa, através de suas lojas e de vendas no atacado, medicamentos, produtos farmacêuticos, de beleza e higiene pessoal, entre outros.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

b. Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Ultrapar

(em milhões de Reais)	2015	%	2014	%	2013	%
Ultragaz	4.621	6%	4.091	6%	3.982	7%
Ipiranga	65.350	86%	58.830	87%	53.384	88%
Oxiteno	4.082	5%	3.414	5%	3.278	5%
Ultracargo	316	0%	346	1%	332	1%
Extrafarma[1]	1.336	2%	1.101	2%	-	-

[1] Referente aos meses de fevereiro a dezembro para 2014. Não incluído nos resultados consolidados da Ultrapar de 2013.

As informações financeiras e operacionais da Ultragaz, Ipiranga, Oxiteno, Ultracargo e Extrafarma são apresentadas sem eliminação de transações realizadas entre as sociedades. Os percentuais apresentados acima foram calculados sobre a receita líquida consolidada da Ultrapar, conforme "Item 10.1.h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras".

c. Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Ultrapar

Lucro operacional

(em milhões de Reais)	2015	%	2014	%	2013	%
Ultragaz	214	7%	169	7%	147	7%
Ipiranga	2.155	73%	1.758	77%	1.575	73%
Oxiteno	580	20%	264	12%	309	14%
Ultracargo	(16)	0%	117	5%	109	5%
Extrafarma[1]	5	0%	17	1%	-	-

[1] Referente aos meses de fevereiro a dezembro para 2014. Não incluído nos resultados consolidados da Ultrapar de 2013.

EBITDA

(em milhões de Reais)	2015	%	2014	%	2013	%
Ultragaz	357	9%	306	10%	281	10%
Ipiranga	2.769	70%	2.288	72%	2.030	70%
Oxiteno	740	19%	404	13%	441	15%
Ultracargo	26	1%	167	5%	158	5%
Extrafarma[1]	29	1%	30	1%	-	-

[1] Referente aos meses de fevereiro a dezembro para 2014. Não incluído nos resultados consolidados da Ultrapar de 2013.

As informações financeiras e operacionais da Ultragaz, Ipiranga, Oxiteno, Ultracargo e Extrafarma são apresentadas sem eliminação de transações realizadas entre as sociedades. Os percentuais apresentados acima foram calculados sobre o lucro operacional e o EBITDA consolidado da

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

Ultrapar, conforme “Item 10.1.h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras”.

A partir de 2013, tornou-se obrigatória a adoção das normas IFRS 11 e IAS 19 Revisado na apresentação das demonstrações financeiras. Veja “Item 3.9 Outras informações que o emissor julgue relevantes” e “Item 10.1.h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras”.

Para maiores informações com relação à adoção do EBITDA por segmento veja “Item 3.2.c. Motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações”.

A informação de lucro líquido por segmento não é informada em função da centralização da gestão financeira.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

7.3. - Descrição relativa aos produtos e serviços que correspondam aos segmentos operacionais divulgados no item 7.2

a. Características do processo de produção

Ultragaz

Em função da natureza de distribuição das atividades da Ultragaz, consideramos como processo de produção as etapas anteriores ao processo de distribuição de seus produtos aos seus consumidores e clientes.

A rede de distribuição de GLP da Ultragaz compreende 17 bases de engarrafamento. O GLP é transportado das instalações da Petrobras para as bases de engarrafamento por meio de gasodutos ou caminhões-tanque. As bases que recebem GLP por meio de gasodutos são conhecidas como primárias, enquanto as que recebem por meio de caminhões são conhecidas como secundárias. A Ultragaz também opera bases de armazenamento de GLP, conhecidas como bases satélites, para abastecimento de nossos caminhões de granel. A Ultragaz mantém instalações para armazenamento de vasilhames de GLP e bases satélites de distribuição de GLP a granel em locais estratégicos, a fim de manter o fornecimento próximo aos seus clientes e, consequentemente, reduzir os custos com transporte. O GLP é armazenado nas bases de engarrafamento em grandes tanques de armazenamento de GLP cuja capacidade por tanque é normalmente de 60 toneladas. No caso de GLP a granel, o GLP é bombeado dos tanques de armazenamento diretamente para os caminhões-tanque. No caso de vasilhames, o GLP é bombeado dos tanques de armazenamento para os carrosséis de engarrafamento, que abastecem os vasilhames de GLP.

Em 31 de dezembro de 2015, a Ultragaz possuía capacidade de armazenamento de GLP de aproximadamente 19,4 mil toneladas, incluindo a capacidade de armazenagem da Utingás. Com base em suas vendas médias de 2015, a Ultragaz apresentava capacidade de armazenamento para, aproximadamente, 3,5 dias de venda de GLP. Consequentemente, qualquer interrupção na produção de GLP poderá resultar em escassez de GLP, tal como ocorreu durante a greve da Petrobras em 1995.

Ipiranga

Em função da natureza das atividades da Ipiranga, consideramos como processo de produção as etapas anteriores ao processo de distribuição dos produtos aos seus consumidores e clientes, descrevendo ainda informações adicionais sobre o produto distribuído.

Os produtos derivados de petróleo são transportados de refinarias até as bases primárias através de dutos e transporte via cabotagem ou fluvial. O transporte de produtos derivados de petróleo entre bases primárias e secundárias é feito por dutos, ferrovias, caminhões e embarcações de cabotagem ou fluviais. O etanol é transportado das diversas usinas até as bases primárias e secundárias através de caminhões e ferrovias. A entrega aos postos, grandes consumidores e TRRs é feita exclusivamente por caminhões.

Todo volume de gasolina vendido no Brasil deve conter certa proporção de etanol anidro, que pode variar entre 18% e 27,5%. Em outubro de 2011, o Ministério da Agricultura reduziu a proporção requerida de etanol anidro na gasolina de 25% para 20%. Em maio de 2013, o percentual obrigatório de etanol anidro misturado à gasolina foi novamente elevado para 25%. Em março de 2015, houve

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

novo aumento na proporção, de 25% para 27,5%, proporção que se mantém até o arquivamento desse relatório.

A gasolina "A", como é conhecida em sua forma não misturada, é misturada ao etanol anidro nas bases primárias ou secundárias. A gasolina “A” misturada com o etanol anidro forma a gasolina “C”, que é então entregue diretamente aos postos e grandes consumidores por caminhões. Desde janeiro de 2008, está vigente o Programa Biodiesel, obrigando os distribuidores a incluir determinado percentual de biodiesel no volume de diesel a ser vendido, a fim de reduzir a emissão de gases de efeito estufa. Adicionalmente, o programa também tem um propósito social de incentivar e desenvolver pequenos produtores de matérias-primas base para o biodiesel. De janeiro a junho de 2008, a participação de biodiesel requerida era de 2%. Em 1º de julho de 2008 e 2009, a participação de biodiesel requerida foi elevada para 3% e posteriormente para 4%, respectivamente. Em 1º de janeiro de 2010, essa obrigação de participação de biodiesel passou a ser de 5% e, em 1º de julho de 2014, de 6%. Em 1º de novembro de 2014 foi para 7%. Em março de 2016, o governo sancionou a Lei 13.263 que aumenta o percentual necessário de mistura de biodiesel ao diesel a 8% até 2017, atingindo 10% em 2019.

A distribuição de produtos derivados de petróleo é realizada através de uma extensa rede de terminais primários e secundários de armazenagem.

A Ipiranga operava através de 91 bases de armazenagem em 31 de dezembro de 2015, as quais estão estrategicamente localizadas para proporcionar uma entrega rápida e econômica de seus produtos. Existem dois tipos de bases: primárias, geralmente localizadas próximas ao litoral e a grandes cidades, que são abastecidas por refinarias através de oleodutos, e bases secundárias, principalmente localizadas no interior e abastecidas pelas bases primárias através de transporte ferroviário ou transporte rodoviário nos locais não atendidos por sistemas ferroviários. O etanol é fornecido aos terminais através de transporte rodoviário. A Ipiranga possui sua própria frota de caminhões, através de sua empresa de transportes Tropical, que foi responsável pelo transporte de 28% do volume de combustíveis vendido pela Ipiranga em 2015, sendo a parcela remanescente de transporte atendida por terceiros. Em 2015, a capacidade de armazenagem da Ipiranga era de 576.211 m³. Com base nas vendas médias de 2015, a Ipiranga tem capacidade para armazenar o equivalente a 8 dias de suprimento, em linha com a média da indústria de distribuição. Consequentemente, qualquer interrupção na produção de combustíveis derivados de petróleo em um período mais longo poderá resultar em desabastecimento, como o que ocorreu durante a greve da Petrobras em 1995.

Oxiteno

A principal matéria-prima da Oxiteno é o eteno. Em 2015, o eteno foi responsável por 30% do custo de produção variável e 24% do custo total das vendas e serviços da Oxiteno. Dentre as demais matérias-primas, as principais são o óleo de palmiste, C4, álcool butílico, amina graxa e fenol.

O eteno é utilizado na produção de óxido de eteno nas plantas de Camaçari e de Mauá, sendo fornecido pela Braskem através de dutos, o que minimiza os custos de entrega e contribui para garantir a confiabilidade do fornecimento.

O óxido de eteno é um produto intermediário utilizado pela Oxiteno principalmente na produção de seus derivados – o óxido de eteno respondeu por apenas 1% do volume total de vendas da Oxiteno em 2015. Portanto, a capacidade total de produção de uma planta não deve ser determinada através da soma de todas as capacidades de óxido de eteno e seus derivados.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Como a capacidade dos derivados de óxido de eteno excede a capacidade de produção de óxido de eteno, a Oxiteno não pode produzir o montante máximo de cada derivado em cada ano e, desta forma, a produção atual de derivados de óxido de eteno é menor do que sua capacidade de produção.

Entretanto, a capacidade de produção de derivados de óxido de eteno acima da capacidade de produção do próprio óxido de eteno proporciona à empresa certo grau de flexibilidade operacional, que a capacita, até certo ponto, a amenizar os efeitos da redução da demanda de certos produtos em decorrência de eventuais períodos de desaquecimento no ciclo comercial do setor petroquímico.

Em 2015, outras matérias-primas, sobretudo óleo de palmiste, C4, álcool butílico, ácido acético, noneno, fenol, amina graxa primária, etanol, oxigênio, óleos básicos, amônia, entre outras foram responsáveis por, aproximadamente, 35% dos custos variáveis da Oxiteno e 28% dos custos totais de vendas e serviços da Oxiteno.

A energia elétrica, o vapor e o gás natural constituem as principais utilidades necessárias à produção da Oxiteno. Parte da eletricidade e do vapor utilizados é gerada internamente, e parte adquirida de empresas de eletricidade e fornecedores de vapor em regiões em que a Oxiteno está localizada. O gás natural é adquirido de companhias locais. Em 2015, custos com energia elétrica representaram 3% dos custos variáveis da Oxiteno.

A Oxiteno realiza programa de manutenção preventiva em todas as suas plantas, utilizando análise estatística para auxiliá-la na previsão de problemas na cadeia de produção. As paradas relativas ao programa de manutenção, geralmente, coincidem com as paradas para a troca de catalisador do reator de óxido de eteno. No caso das unidades de óxido de eteno e de etilenoglicol das plantas de Mauá e Camaçari, que têm processos de produção contínua, a manutenção é preferencialmente para períodos em que a respectiva craqueadora, que fornece eteno para a planta, esteja programada para manutenção. Cada craqueadora realiza parada para manutenção por cerca de 20 dias, com periodicidade de aproximadamente 36 a 48 meses. O mesmo acontece com a unidade de Triunfo, que recebe o C4 da Braskem. No caso das demais unidades de produção dessas plantas e também na planta de Tremembé, a manutenção é realizada durante paradas de produção previamente agendadas, cuja frequência e tempo variam conforme a natureza do produto. A Oxiteno utiliza seus próprios empregados para manutenção especializada, utilizando também terceiros contratados para manutenção de rotina. Além disso, a Oxiteno possui um grupo de empregados responsável pelo controle de qualidade, que opera ininterruptamente.

Ultracargo

Em relação à Ultracargo, devido à natureza de suas atividades, não há processo de produção.

A Ultracargo presta serviços de armazenagem e movimentação de granéis líquidos em seus terminais.

Para maiores detalhes sobre nossas unidades industriais e equipamentos veja “Item 9. Ativos relevantes”.

Extrafarma

Em relação à Extrafarma, devido à natureza de suas atividades, não há processo de produção.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

O setor de varejo farmacêutico caracteriza-se principalmente pela compra, distribuição e revenda de medicamentos aos consumidores finais por meio de drogarias.

Para maiores detalhes sobre nossos centros de distribuição veja “Item 9. Ativos relevantes”.

Seguros mantidos pela Ultrapar

A Companhia contrata apólices de seguro, visando cobrir diversos riscos aos quais está exposta, incluindo seguros patrimoniais com cobertura para os prejuízos causados por incêndio, queda de raio, explosão de qualquer natureza, vendaval, queda de aeronave e danos elétricos, entre outros, protegendo as plantas industriais, bases de distribuição e filiais de suas controladas Oxiteno, Ultragaz, Ipiranga, Extrafarma e Ultracargo. Os valores máximos indenizáveis, em 31 de dezembro de 2015, com base na análise de risco da perda máxima de cada negócio é assim demonstrada:

		Valor máximo indenizável (*)
Oxiteno	US$	1.062
Ipiranga	R$	769
Ultracargo	R$	550
Ultragaz	R$	300
Extrafarma	R$	125

* Em milhões. Moeda conforme indicado.

O programa de Seguro de Responsabilidade Civil Geral atende a todas as subsidárias da Companhia, com valor de cobertura global máximo de US$ 400 milhões em 31 de dezembro de 2015, cobrindo os prejuízos que eventualmente possam ser causados a terceiros decorrentes de acidentes relacionados às operações comerciais e industriais e/ou à distribuição e comercialização de produtos e serviços.
São contratados, também, seguros nas modalidades de vida em grupo e acidentes pessoais, saúde, transportes nacionais e internacionais, entre outros.

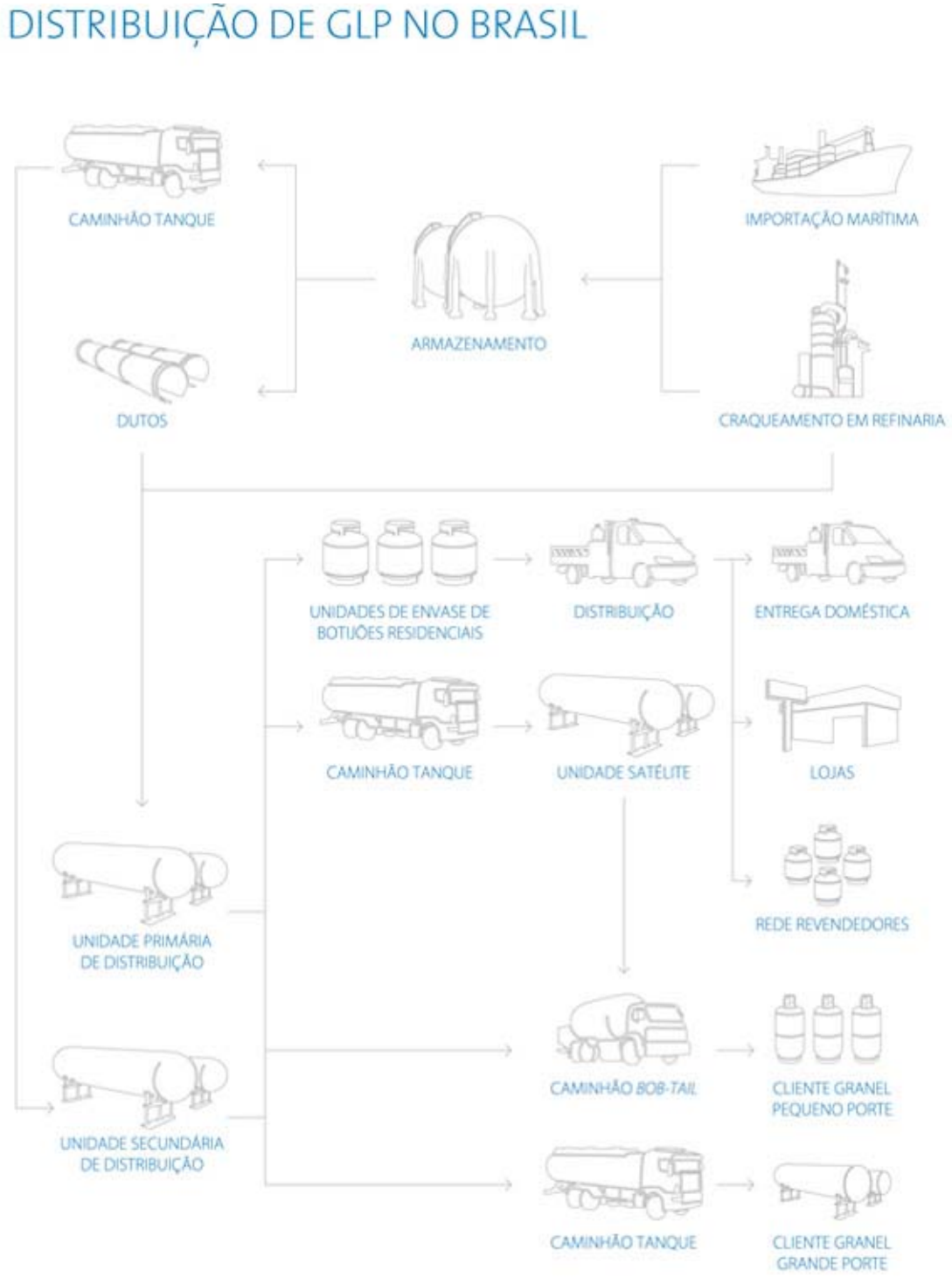
As coberturas e limites segurados nas apólices contratadas são baseados em criterioso estudo de riscos e perdas realizado por consultores independentes de seguros, sendo a modalidade de seguro contratada considerada, pela administração, suficiente para cobrir os eventuais sinistros que possam ocorrer, tendo em vista a natureza das atividades realizadas pelas empresas.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

b. Características do processo de distribuição

Ultragaz

O diagrama a seguir indica o processo de distribuição de GLP:



A distribuição de GLP envasado inclui vendas por telefone e por meio de lojas de varejo, através do sistema de distribuição da Ultragaz e revendedores autônomos, utilizando principalmente vasilhames

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

de 13 kg padronizados pela ANP. Os vasilhames da Ultragaz são pintados na cor azul, que entendemos ser um importante elemento do reconhecimento da marca “Ultragaz”.
A distribuição de GLP a granel é feita com tanques de aproximadamente 190 kg instalados nos estabelecimentos dos clientes. Desde 1997, a Ultragaz opera instalações a granel de pequeno e médio porte com caminhões de tecnologia *bob-tail*, que entregam GLP a granel para segmentos residencial, comercial e industrial que compõem o sistema de distribuição denominado UltraSystem. Os consumidores da Ultragaz no setor comercial consistem em *shopping centers*, hotéis, condomínios, restaurantes, lavanderias e hospitais. Os caminhões da Ultragaz abastecem diretamente recipientes instalados nos estabelecimentos destes consumidores, em um processo ágil, seguro e econômico.

As vendas no segmento granel da Ultragaz incluem grandes clientes industriais, principalmente empresas dos setores alimentício, metalúrgico e siderúrgico. Estes consumidores, que possuem grandes tanques instalados em suas plantas industriais, consomem um volume mensal acima de 5 toneladas de GLP. Estes consumidores representam uma parcela pequena do volume de vendas da Ultragaz visto que, no caso de consumidores de grande volume, a Ultragaz está concorrendo com outras fontes energéticas altamente competitivas, como o gás natural, diesel e óleo combustível.

A Ultragaz atende seus consumidores a granel por meio de contratos de fornecimento com prazos que variam normalmente de dois a cinco anos. Este tipo de contrato limita a volatilidade das vendas da Ultragaz, na medida em que, ao realizar a instalação dos tanques nos estabelecimentos de seus consumidores, a mudança de fornecedor de GLP imporia ao respectivo consumidor o ressarcimento à Ultragaz desses investimentos. O contrato também prevê que o tanque fornecido pela Ultragaz somente poderá ser abastecido com GLP entregue pela Ultragaz. Por ocasião do vencimento do contrato a granel, este poderá ser renegociado ou o tanque removido pela Ultragaz. Considerando que a instalação do tanque representa investimento significativo, a Ultragaz procura assegurar que o retorno de seu investimento seja realizado no prazo do respectivo contrato.

A estratégia da Ultragaz para a distribuição de GLP a granel reside na inovação de produtos e serviços e no fortalecimento de sua marca. A Ultragaz conta com uma equipe de profissionais para identificar as necessidades de cada consumidor de GLP a granel e desenvolver soluções técnicas para utilização do GLP como fonte de energia. Além disso, em 2015 a Ultragaz acelerou a implementação de um novo conceito de operação para pequenas e médias empresas, chamado Ultrapronto. Como um conceito inovador na indústria de GLP, o Ultrapronto representa um atendimento mais ágil e completo ao cliente, incluindo prospecção de clientes, equipamentos, logística e serviços pós-venda, e permeia toda a cadeia do segmento granel, baseado em: (i) valor agregado diferente para o cliente, (ii) padronização do processo, a fim de facilitar o serviço, (iii) aumento significativo de criação de novos negócios, e (iv) racionalização do processo de instalação (redução de 30%, em média, do tempo de execução do projeto no cliente).

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

O quadro a seguir indica o volume de vendas de GLP da Ultragaz a consumidores dos mercados envasado e a granel, nos períodos indicados:

	Exercício findo em 31 de dezembro de		
Categoria de consumidores	**2015**	**2014**	**2013**
	(em milhares de toneladas)		
Segmento envasado:			
Entregas em residências pela Ultragaz/ Lojas de varejo da Ultragaz	63,2	65,9	64,4
Revendedores autônomos(1)	1.104,5	1.089,6	1.069,6
Total de vendas envasado	**1.167,8**	**1.155,4**	**1.134,0**
Total de vendas granel	**528,8**	**555,8**	**562,3**
Total de vendas	**1.696,6**	**1.711,2**	**1.696,3**

(1) Inclui entregas em residências e distribuições através de lojas de revendedores.

A entrega residencial evoluiu durante os últimos anos, de entrega porta a porta para principalmente entrega programada ou mediante pedido telefônico.

A distribuição de GLP é um mercado de varejo muito dinâmico, no qual os hábitos dos consumidores mudam constantemente, gerando assim oportunidades para a empresa. Visando acompanhar a evolução do mercado e diferenciar-se da concorrência, a Ultragaz desenvolveu e ampliou novos canais de venda e meios de pagamentos. Na última década, a empresa expandiu a participação do Disk Gás (venda de botijões de GLP por telefone) e sistemas de pedidos, como a possibilidade de fazer pedidos por meio de um aplicativo de celular, chamado Ultragaz Connect. Estas iniciativas oferecem maior comodidade para os clientes e geram maior valor agregado e otimização logística à Ultragaz. Estes princípios também se estendem para o segmento granel, em que a Ultragaz é pioneira e líder destacada, e no qual vem desenvolvendo novas formas de aplicação para seus produtos, como o aquecimento localizado para inicializar o funcionamento de fornos industriais, principalmente de siderúrgicas e metalúrgicas. Também visando atender às necessidades de consumo no segmento granel, a Ultragaz passou a intensificar o serviço de conta única em condomínios residenciais, através do qual fornece a conta de gás individual aos moradores de condomínios.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Devido a sua capilaridade e ao alcance de comunidades remotas em todo o Brasil, a Ultragaz desenvolve uma série de iniciativas e parcerias a fim de promover inclusão social, educação e cultura. A tabela abaixo traz alguns exemplos:

Projeto	Ano de lançamento	Descrição
Ultragaz Cultural	2000	✓ Através de um carrinho móvel, o projeto oferece música, literatura, cinema e teatro para alunos de escolas públicas e instituições públicas de todo o Brasil ✓ 2008 – 2014: alcançou 22 estados brasileiros beneficiando 125 mil crianças ✓ 2015: beneficiou mais de 12 mil crianças em 13 estados brasileiros
Parceria com Ministério da Saúde	2008	✓ Leva informação preventiva sobre como combater a dengue, H1N1 e como promover a conceitos básicos de saúde e amamentação
Pacto Global das Nações Unidas (ONU)	2009	✓ Signatária do Pacto Global das Nações Unidas (ONU)
Junior Achievement	2009	✓ Maior e mais antiga organização dedicada à educação em negócios ✓ 2015: beneficiou mais de 300 mil estudantes em 13 estados brasileiros
Pega Pilhas, Baterias e Celulares	2012	✓ Coleta de pilhas, baterias e telefones celulares usados é realizada por caminhões e revendedores da empresa ✓ 2015: mais de uma tonelada de baterias foram coletadas em 10 estados
Junte Óleo: Ultragaz e Soya Recicla Coleta	2013	✓ Em parceria com a Bunge e a ONG Instituto Triângulo, projeto trata da importância da reciclagem do óleo, evitando o descarte do produto na água ✓ 2015: mais de 300 mil litros de óleo, atingindo 180 mil domicílios brasileiros ✓ 2015: projeto foi vencedor da 14º edição do Prêmio Marketing Best Sustentabilidade
Nossa Escola é 10	2014	✓ Em parceria com o BNDES, o projeto propõe melhorar a infraestrutura das cooperativas brasileiras de material reciclável, além de treinamento básico para manuseio de ferramentas ✓ 2014 – 2015: desenvolvido em 6 cidades no Brasil
Somar Sustentabilidade	2014	✓ Projeto visa promover as melhores práticas e conceitos de sustentabilidade entre os revendedores

Infraestrutura de distribuição

A estratégia de distribuição da Ultragaz inclui a propriedade de sua própria infraestrutura de distribuição para o GLP granel, uma vez que a proximidade com seus consumidores representa vantagem significativa na formulação de suas estratégias de distribuição e de comercialização. A Ultragaz também mantém uma grande rede de revendedores independentes para o GLP envasado. Os serviços associados à entrega em domicílio pela Ultragaz são importantes elementos da estratégia de posicionamento da marca “Ultragaz” no mercado envasado. A Ultragaz procura desenvolver serviços associados à sua marca, incluindo a entrega com maior velocidade, qualidade e conforto para seus clientes, tendo entregadores que dão recomendações de segurança aos consumidores residenciais. A entrega de GLP envasado e a granel é realizada por funcionários trajando uniformes da Ultragaz e utilizando veículos que exibem o seu logotipo. A Ultragaz também tem investido em tecnologia da

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

informação para melhorar o seu processo, como por exemplo otimização logística e eficiência de produção.

A Ultragaz distribui GLP envasado por meio de estrutura própria, que em 2015 incluía 52 pontos de venda, e aproximadamente 5.100 revendedores autônomos. Em 2015, a Ultragaz possuía uma frota composta de 93 veículos para a entrega de vasilhames em residências e 281 veículos para a entrega em estabelecimentos comerciais. A Ultragaz também mantém um *call center* que centraliza os pedidos de botijões feitos pelo telefone.

A capacidade de vendas de GLP envasado decorre do número de vasilhames em posse da Ultragaz e dos seus revendedores autônomos. A Ultragaz estima que, em 31 de dezembro de 2015, havia no mercado, aproximadamente, 23,2 milhões de vasilhames de 13 kg com a sua marca.

A distribuição a granel de grande porte, classificada pela Ultragaz como consumo de mais de cinco toneladas ao mês e que consiste, em grande parte, de usuários industriais, é realizada por caminhões-tanque. O GLP é entregue diretamente aos tanques de armazenamento localizados nos estabelecimentos dos consumidores. A distribuição a granel de pequeno porte, classificada pela Ultragaz como consumo menor que 5 toneladas ao mês e que compreende usuários residenciais, comerciais e pequenos usuários industriais, é realizada principalmente por caminhões bob-tail. A Ultragaz utiliza o nome comercial UltraSystem para sua distribuição a granel de pequeno porte por meio de caminhões bob-tail. A Ultragaz realiza vendas a granel diretamente a seus consumidores utilizando sua frota própria e transporte fornecido por terceiros.

Revendedores autônomos

A rede de revendedores autônomos da Ultragaz inclui desde empresas de distribuição, que realizam entregas em domicílio em uma área ampla, até lojas de varejo, que vendem pequenas quantidades de vasilhames de GLP. Até a publicação da Portaria n° 297 da ANP, de 18 de novembro de 2003 (“Portaria nº 297”), para a venda de vasilhames de GLP, os revendedores autônomos precisavam apenas de cadastro junto à ANP, e de usuais licenças de funcionamento municipais e do corpo de bombeiros. Com a Portaria n° 297, os revendedores autônomos, além da manutenção de seus cadastros junto à ANP, passaram a ter a obrigação de atender a uma série de requisitos previstos na Portaria n° 297 e a condições exigidas por lei para armazenamento de recipientes transportáveis de até 90kgs de GLP. Cada município estabelece normas de segurança aplicáveis às respectivas lojas, incluindo restrições quanto à proximidade com determinados locais, tais como escolas. Em 2015, 95% do volume de vendas residenciais da Ultragaz foi feito por meio de revendedores autônomos, incluindo as entregas solicitadas pelo telefone.

Os contratos firmados entre a Ultragaz e os revendedores autônomos preveem a utilização do logotipo da Ultragaz, tanto nos veículos destinados às entregas como nos uniformes dos entregadores. Neste caso, todos os direitos sobre a marca e o logotipo, devidamente registrados no INPI, são de titularidade da Ultragaz. Os revendedores autônomos contratados são representantes exclusivos da Ultragaz. Nos termos dos respectivos contratos, cada revendedor concorda em não entregar vasilhames que não sejam da Ultragaz.

A Ultragaz entende que o investimento na eficiência da sua rede de revendedores é essencial para estar à frente na competição e ao mesmo tempo alinhada com as demandas do mercado de GLP. A Ultragaz desenvolve diversos programas para promover a qualificação e padronização da gestão dos revendedores.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

A principal ferramenta é o "Programa de Qualificação de Revendas", que tem como objetivo padronizar as boas práticas de gestão das revendas da Ultragaz, que incluem padronização da marca, qualidade de gestão e conhecimento da legislação do setor. Através de um processo de avaliação, as revendas são classificadas em categorias (diamante azul, diamante, ouro, bronze e oportunidade), o que permite ao participante verificar o seu nível de desempenho em relação ao padrão de excelência de gestão Ultragaz e serve como estímulo para o constante aprimoramento. Em 2014, aproximadamente 4.600 revendas participaram do programa, um crescimento expressivo em relação a 2008, início do programa, quando cerca de 700 revendas foram avaliadas. Das revendas que participaram do programa em 2015, 74% (ou 3.500) foram qualificadas como bronze ou superior, em linha com o resultado de 2014 e 2013, atestando a conformidade das revendas com a maioria dos requisitos de qualidade da Ultragaz. A Ultragaz acredita que a melhoria da eficiência dos revendedores autônomos é fator decisivo para a melhoria da rentabilidade de toda a cadeia.

A Ultragaz também investe no desenvolvimento de programas de treinamento oferecidos aos seus revendedores. O primeiro deles foi o projeto SOMAR – Soluções de Marketing aplicadas à Revenda, um programa que inclui a replicação das melhores práticas e recomendações para mudança da operação dos revendedores, com o objetivo de impulsionar a eficiência nas suas operações.

A principal iniciativa, em prática desde 2007, é a Academia de Revendores que inclui os programas Formação em Gestão de Revendas e O Especialista Em Atendimento. Esses programas visam promover nos revendedores e nos empregados importantes competências para assegurar uma gestão eficiente no mercado de varejo de GLP e aumentar a qualificação da rede de revendedores.

As vendas da Ultragaz por meio de lojas de varejo, bem como por entrega em domicílio, são efetuadas predominantemente à vista. As vendas da Ultragaz aos seus revendedores autônomos e usuários industriais e comerciais são feitas a prazo e contam com prazos de pagamento de 18 dias em média.

Centros de destroca / requalificação de vasilhames

Em conformidade com o Código de Auto-Regulamentação, estabelecido em 1996 e homologado pela ANP, as distribuidoras brasileiras de GLP instituíram nove centros operacionais de destroca para facilitar a devolução de vasilhames à respectiva distribuidora. De acordo com o Código de Auto-Regulamentação, apesar de uma distribuidora poder coletar qualquer vasilhame de GLP vazio de seus consumidores em troca de um vasilhame cheio, a partir de outubro de 1997 as distribuidoras de GLP não têm mais permissão para envasar vasilhame de terceiros. Consequentemente, as distribuidoras de GLP podem entregar o vasilhame de terceiros a um centro de destroca, no qual será trocado por um de seus vasilhames. Os centros de destroca atualmente cobram uma taxa média de R$ 0,48 por vasilhame de GLP trocado. Em áreas em que somente uma distribuidora de GLP possui considerável participação de mercado, é comum que a mesma utilize suas instalações como centro de destroca não-oficial.

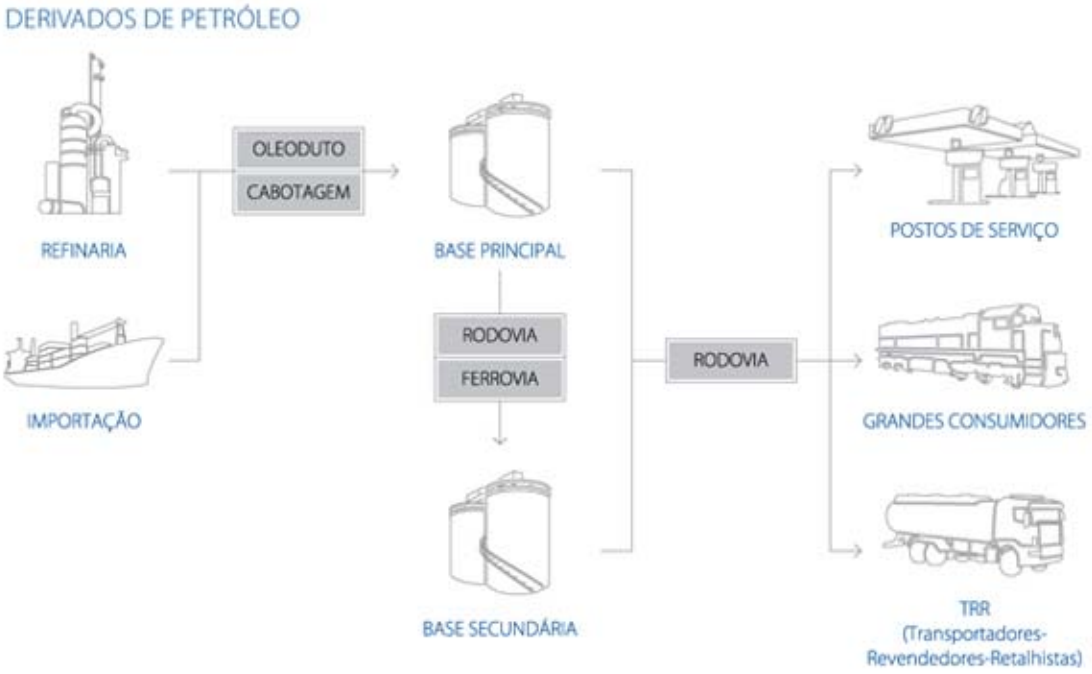
A vida útil de um vasilhame depende de uma série de fatores, dentre os quais os mais importantes são a exposição do vasilhame à corrosão atmosférica e os eventuais danos por ele sofridos. O Código de Auto-Regulamentação e a regulação da ANP preveem que todos os vasilhames devam ser requalificados após seus primeiros 15 anos de uso e, subsequentemente, a cada 10 anos. Cada cilindro é inspecionado visualmente para aferição de dano e corrosão, determinando-se, deste modo, se possui qualidade suficiente para ser requalificado ou se deve ser descartado como sucata. Caso o

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

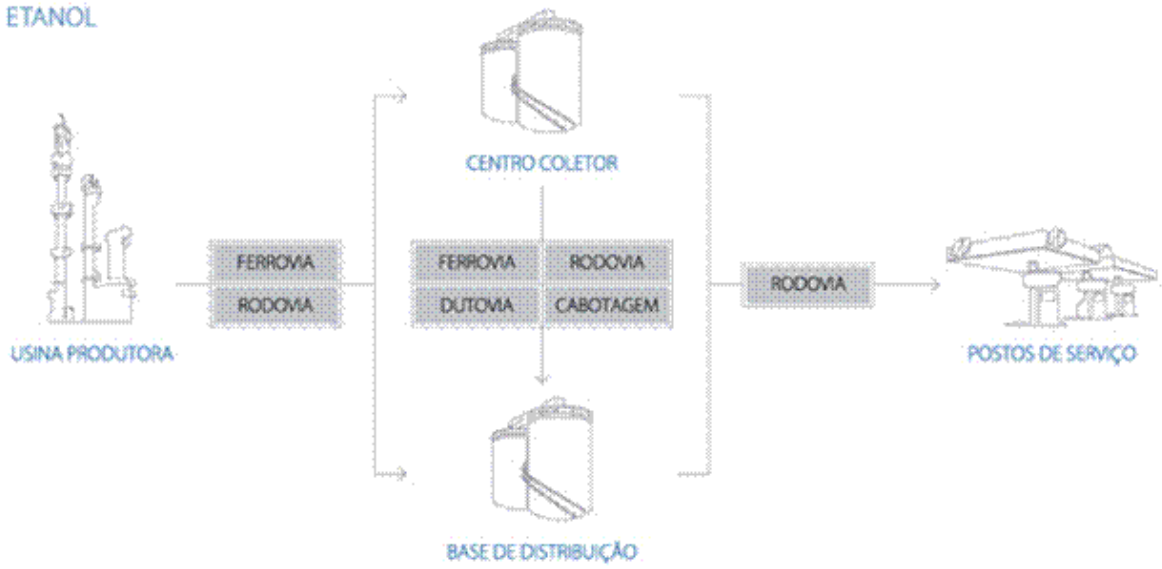
vasilhame apresente condição suficiente para requalificação, diversos procedimentos são seguidos antes de ser gravado com o ano de requalificação e o novo prazo para retornar à requalificação.

Ipiranga

O quadro a seguir apresenta o processo de distribuição de combustíveis derivados de petróleo no Brasil:



O quadro a seguir apresenta o processo de distribuição de etanol no Brasil:



7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Os distribuidores de combustíveis são proibidos de operar postos, exceto para fins de treinamento ou para o desenvolvimento e teste de novos produtos e serviços. Os postos de combustíveis são, portanto, operados por revendedores independentes das distribuidoras. Três tipos de acordos entre distribuidores e revendedores são geralmente utilizados no setor de combustíveis: (i) o distribuidor é proprietário do terreno, dos equipamentos e dos prédios para um posto de serviço e os aluga a um revendedor, (ii) um terceiro é proprietário do terreno e o aluga a um distribuidor, que constrói um posto ou promove melhorias em um posto existente e o aluga a um operador, e (iii) o revendedor ou um terceiro é proprietário do terreno e constrói um posto ou promove melhorias em um posto existente, que é geralmente financiado pelo distribuidor (sendo esta última a prática mais comum no Brasil). Os acordos entre distribuidores e revendedores são geralmente exclusivos por certo período. Em contrapartida de possuir um fornecedor exclusivo, o revendedor tem o direito de operar sob a marca do distribuidor. O contrato pode incluir ainda disposições relativas ao empréstimo em comodato de bombas e tanques, padrões de layout, treinamento, controle de qualidade, suporte técnico e financeiro, suporte de marketing e publicidade e franquias para serviços suplementares, tais como lojas de conveniência (am/pm) e franquias de troca de óleo (Jet Oil).

O volume vendido pela Ipiranga na sua rede de postos representou 75% de suas vendas totais em 2015. Em 31 de dezembro de 2015, havia 7.230 postos de serviços operando sob a marca Ipiranga, dos quais 795 encontram-se em terrenos nossos ou sob contrato de arrendamento de longo prazo e 6.435 em terrenos pertencentes a terceiros. Em 2015, 90% destes postos estavam localizados em áreas urbanas, densamente povoadas, e os 10% restantes em rodovias.

A distribuição para grandes consumidores representou 18% das vendas da Ipiranga em 2015. A Ipiranga vendeu diretamente a aproximadamente 5.630 clientes em 2015, incluindo governos estaduais e municipais, indústrias e proprietários de frotas de transporte de carga e passageiros.

A Ipiranga também vende diesel, lubrificantes, óleo combustível e querosene para 281 TRRs independentes, que redistribuem estes produtos a empresas de pequeno e médio porte em todo o Brasil. A maioria dos clientes TRRs da Ipiranga consiste em empresas que possuem grandes tanques fixos em suas instalações. Esses clientes representaram 7% do volume de vendas da Ipiranga em 2015.

O relacionamento entre a Ipiranga e seus clientes é regido por contratos de fornecimento com prazos que variam de 1 a 10 anos. O tipo de contrato muda de acordo com o canal de distribuição. Para postos, os contratos geralmente são válidos por prazos mais longos (5 a 10 anos) e incluem a instalação de bombas e tanques nas dependências dos clientes e a concessão de financiamentos e bônus. O fornecimento a grandes clientes e TRRs raramente é feito com base em contratos. Quando existem contratos, os prazos variam de 1 a 3 anos.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

A tabela abaixo mostra as vendas da Ipiranga por produto:

	Exercício findo em 31 de dezembro de		
Produto	**2015**	**2014**	**2013**
	(em milhares de m³)		
Diesel:			
Posto de combustíveis	6.982,9	7.226,2	7.003,5
Consumidores finais	4.379,5	4.386,0	4.619,1
TRR	1.733,8	1.696,4	1.709,7
Total de Diesel	**13.096,2**	**13.308,6**	**13.332,3**
Gasolina	**8.554,4**	**9.204,1**	**8.580,9**
Etanol	**3.444,8**	**2.478,5**	**2.194,6**
Outros (1)	**629,5**	**622,3**	**650,1**
Total de vendas	**25.724,5**	**25.613,5**	**24.757,9**

(1) Inclui GNV, óleos combustíveis, querosene, ARLA e lubrificantes.

Revendedores independentes

A Ipiranga geralmente pratica três tipos de acordos com os revendedores: (i) acordos em que é proprietária do terreno, dos equipamentos e dos prédios de um posto de serviço e os aluga a um revendedor, (ii) um terceiro é proprietário do terreno e o aluga à Ipiranga, que constrói um posto ou promove melhorias em um posto existente e aluga a um operador e (iii) o revendedor ou um terceiro é proprietário do terreno e constrói um posto ou promove melhorias em um posto existente, que geralmente é financiado pela Ipiranga. De acordo com os termos dos contratos e em conformidade com a lei aplicável, cada revendedor em operação sob a marca Ipiranga deve comprar exclusivamente nossos combustíveis. No ano de 2015, 75% do volume vendido pela Ipiranga ocorreu através de postos.

A fim de fortalecer o relacionamento com a rede de revendedores, diferenciar-se dos concorrentes e fortalecer a fidelidade à marca, a Ipiranga criou alguns programas de incentivo. Como parte destes incentivos, a Ipiranga anualmente recompensa os revendedores com viagens internacionais através do programa de relacionamento "Clube do Milhão", mediante o cumprimento de objetivos pré-estabelecidos. A Ipiranga também estabelece programas de relacionamento com os frentistas dos postos, como o "Clube Vip", para incentivar a venda de produtos e serviços de maior valor agregado, incluindo cartões de crédito, como o cartão Ipiranga e o "Cartão Ipiranga Carbono Zero", gasolina *Premium* e lubrificantes. Treinamentos são oferecidos a estes funcionários com foco na apresentação dos produtos e serviços oferecidos e na capacidade de venda.

Em 2009, a Ipiranga criou o "Km de Vantagens", programa pioneiro de fidelização no mercado de combustíveis por meio de recompensas e benefícios a clientes e revendedores. A Ipiranga desenvolveu parcerias estratégicas para ampliar o escopo do programa e os benefícios para seus clientes e revendedores, incluindo parcerias nas áreas de entretenimento, turismo, revistas e passagens aéreas, entre outros. No final de 2015, o "Km de Vantagens" contava com mais de 21

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

milhões de participantes registrados. A cada ano, a Ipiranga busca novas iniciativas para adicionar mais valor ao programa, manter os participantes atuais e aumentar o número de novos participantes.

Em 2010, através das lojas am/pm, maior rede de lojas de conveniências do país, a Ipiranga lançou algumas iniciativas para aumentar a oferta de produtos por meio do lançamento de produtos com marcas próprias, incluindo bebidas energéticas e salgados, e da expansão das padarias am/pm, oferecendo ao revendedor o benefício de uma fonte adicional de receita, além de fortalecer a marca am/pm. A Ipiranga encerrou 2015 com 1.910 lojas am/pm, 521 padarias e 237 *Beer Caves*.

As unidades *Jet Oil*, rede especializada em troca de óleo e serviços automotivos, encerraram 2015 com 1.466 franquias, incluindo 251 franquias *Jet Oil* Motos, a primeira rede de troca de óleo e serviços especializada para motocicletas.

Em novembro de 2012, a Ipiranga entrou no segmento de pagamento eletrônico de pedágios, estacionamentos e combustíveis, por meio da ConectCar.

Outra iniciativa desenvolvida em 2013 foi a Ipiranga Frotas, um serviço de gestão de frotas oferecida a clientes corporativos qualificados e cujo objetivo é fortalecer a fidelidade desses clientes.

A fim de reforçar a oferta de produtos e a operação das lojas de conveniência am/pm, a Ipiranga lançou em 2014 a sua própria solução logística. A am/pm Suprimentos concentra logística, vendas e atendimento ao cliente dos principais produtos das lojas de conveniência em apenas uma estrutura. Esta iniciativa visa agilizar a operação de loja de conveniência am/pm, aumentar a competitividade dos franqueados e garantir uma maior gama de produtos de qualidade. No final de 2015, a am/pm Suprimentos fornecia os principais produtos comercializados, exceto cigarros e sorvetes, para lojas do Rio de Janeiro, Espírito Santo, São Paulo, Paraná e Santa Catarina.

Em 2015, a Ipiranga apresentou novos conceitos de lojas de conveniência am/pm em São Paulo, modelos que aumentam as opções de vendas complementares para os revendedores.

Essas iniciativas estratégicas de diferenciação da Ipiranga resultam em uma melhor proposta de valor para os clientes e revendedores, gerando benefícios para a cadeia com um todo – o consumidor tem acesso a produtos diferenciados, o revendedor tem maiores receitas e o posto tem um posicionamento diferenciado, contribuindo para evolução dos resultados da empresa.

Em linha com essa estratégia, a Ipiranga criou uma campanha de marketing “Ipiranga: um lugar completo esperando por você”. Esse conceito consiste em criar um lugar no qual os consumidores possam encontrar uma variada gama de produtos e serviços que eles necessitem. Esse conceito é estimulado pelas comunicações da Ipiranga, especialmente em comerciais de televisão, que incluem a frase característica “Pergunta lá no posto Ipiranga”, comumente utilizada por muitos brasileiros em outras situações que não nos postos.

Desde 2013, a Ipiranga é signatária do Pacto Global das Nações Unidas, uma iniciativa patrocinada pela Organização das Nações Unidas (ONU) formada por empresas, instituições e a sociedade. O seu principal objetivo é mobilizar a comunidade empresarial internacional para a adoção de práticas de negócios internacionalmente aceitos nas áreas de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção para promover o crescimento sustentável e consciência cívica. A Ipiranga publicará anualmente a Comunnication of Progress – COP – mostrando os projetos e ações desenvolvidas durante o ano para cumprir as determinações do Pacto Global da ONU.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Oxiteno

A indústria petroquímica brasileira busca priorizar sua demanda no mercado doméstico, no qual há maior valor agregado, porém geralmente destina parcela de suas vendas ao mercado externo. Apesar da Oxiteno vender parcela significativa de sua produção de *commodities* e especialidades químicas no Brasil, a capacidade de produção excede a demanda do mercado doméstico. Por esta razão, a Oxiteno exporta a parcela remanescente de sua produção a mais de 40 países na Ásia, América Latina, Europa e América do Norte. A Oxiteno mantém sua capacidade de produção acima da demanda local por razões estratégicas. Nos anos encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013, as receitas de vendas e serviços líquidas da Oxiteno no mercado externo corresponderam a 33%, 29% e 31% da receita líquida total da Oxiteno, respectivamente. Nos anos de 2015, 2014 e 2013, o volume de vendas ao mercado externo foi de 28%, 29% e 30%, respectivamente, do volume da Oxiteno foi vendido no mercado externo.

A tabela a seguir apresenta as vendas da Oxiteno no mercado interno por segmento, nos anos indicados:

	Exercício findo em 31 de dezembro de		
Segmento de mercado	**2015**	**2014**	**2013**
	(em milhares de toneladas)		
Poliéster	103,3	101,9	84,0
Cosméticos e detergentes	123,1	121,5	115,4
Agroquímicos	91,2	98,4	104,6
Distribuição	53,5	56,7	58,8
Tintas e vernizes	45,2	54,6	54,7
EO / DOT (fluidos de freios)	33,0	38,1	38,7
Produtos de performance (1)	26,1	28,6	27,7
Glicóis	19,6	19,8	24,2
Petróleo e gás	20,1	30,2	28,5
Outros (2)	6,7	7,7	8,8
Total do mercado interno	**521,8**	**557,3**	**545,5**

(1) Inclui alimentos, construção civil, têxtil, couro e papel.
(2) Inclui óleos minerais e polímeros.

Grande parte dos preços das *commodities* da Oxiteno no mercado interno é referenciada aos preços internacionais, em dólares, apesar de os preços serem denominados em Reais. Para as especialidades químicas, as vendas são efetuadas, principalmente, por meio de negociações e, em alguns casos, por meio de contratos. As especialidades químicas são produtos elaborados para atender necessidades específicas de seus consumidores e são menos sujeitos à pronta substituição por importados. Sendo assim, possuem maior valor agregado e a política de preços para tais produtos da Oxiteno é mais flexível.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

A Oxiteno exporta uma grande variedade de produtos como glicóis, MEK (metiletilcetona), alquifenóis etoxilados, acetatos do éter glicólico, éter glicólico, etanolaminas e demais produtos etoxilados.

As exportações realizadas pela Oxiteno destinam-se, principalmente, a clientes localizados no Mercosul, extremo oriente, Europa e NAFTA. Na Europa, a Oxiteno exporta seus produtos principalmente para Holanda, Alemanha, Itália, Bélgica e Espanha. No extremo oriente, a Oxiteno exporta seus produtos, principalmente, para a China, Taiwan, Japão e Coreia do Sul.

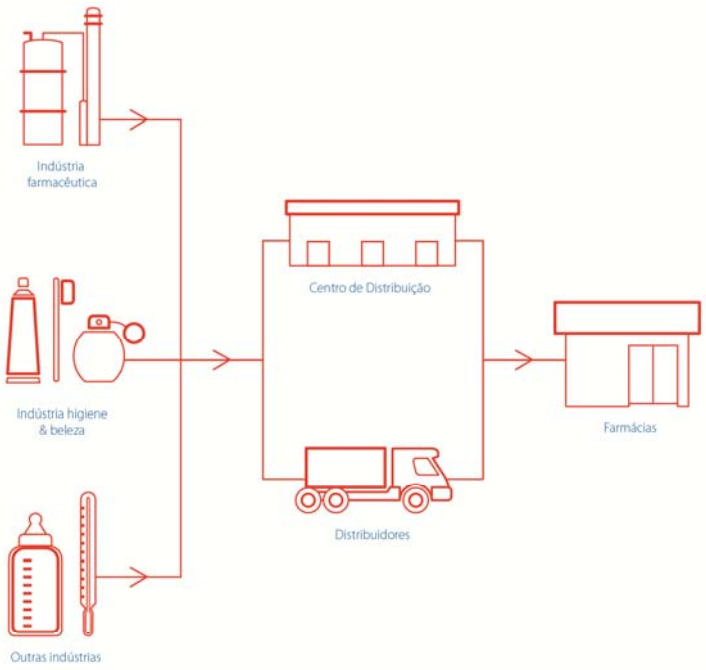
A tabela a seguir apresenta as vendas da Oxiteno no mercado externo, nos anos indicados:

	Exercício findo em 31 de dezembro de					
Volume de vendas no mercado externo	**2015**		**2014**		**2013**	
	(em milhares de toneladas métricas e % do total)					
A partir da Oxiteno Brasil						
Mercosul (exceto Brasil)	40,7	19%	43,4	18%	42,1	17%
Ásia	16,8	8%	19,8	8%	18,7	8%
NAFTA	11,0	5%	13,2	5%	22,3	9%
Europa	12,2	6%	13,7	6%	13,4	6%
Outros	17,1	7%	14,6	7%	16,6	7%
Sub-Total	**97,8**	**46%**	**104,6**	**43%**	**113,1**	**46%**
A partir da Oxiteno México						
México	41,2	19%	34,9	14%	37,6	15%
Estados Unidos	10,5	5%	15,9	7%	14,0	6%
Outros	6,4	3%	9,9	4%	7,3	3%
Sub-Total	**58,0**	**27%**	**60,7**	**27%**	**58,9**	**24%**
A partir da Oxiteno Andina						
Venezuela	6,0	3%	8,0	3%	17,3	7%
Outros	2,9	1%	0,7	0%	0,3	0%
Sub-Total	**8,8**	**4%**	**8,7**	**4%**	**17,6**	**7%**
A partir da Oxiteno Uruguai						
Brasil	14,0	7%	24,4	12%	23,6	3%
Uruguai	9,6	5%	11,6	5%	13,7	6%
EUA	0,7	0%	0,7	0%	1,1	0%
Outros	15,1	7%	15,3	8%	12,0	5%
Sub-Total	**39,5**	**19%**	**52,0**	**24%**	**50,4**	**22%**
A partir da Oxiteno EUA						
EUA	7,4	3%	5,6	3%	3,7	2%
Sub-Total	**7,6**	**3%**	**6,0**	**3%**	**3,7**	**2%**
Total	**211,8**	**100%**	**232,1**	**100%**	**230,1**	**100%**

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Extrafarma

O quadro a seguir apresenta o processo de distribuição de varejo farmacêutico no Brasil:



O setor de varejo farmacêutico caracteriza-se principalmente pela compra, distribuição e revenda de medicamentos aos consumidores finais por meio de drogarias. Também é comum nesta indústria vender produtos de beleza e higiene pessoal, bem como certos produtos de conveniência. Os principais fornecedores são fabricantes de produtos farmacêuticos e de higiene e beleza.

Beneficiando-se de mais de 50 anos de atividade no setor de distribuição e varejo de produtos farmacêuticos, a Extrafarma é uma das líderes no setor farmacêutico em sua região de atuação. A Extrafarma possui operações em áreas que apresentam evolução superior à média nacional, o que acreditamos representar um potencial para o crescimento futuro.

As vendas das farmácias brasileiras, de acordo com dados da IMS Health e da ABIHPEC, superaram R$ 82 bilhões em 2015, um crescimento de 12% em relação a 2014. Nós acreditamos que o setor tem potencial para continuar seu crescimento, principalmente devido: (i) ao envelhecimento da população; (ii) ao maior acesso a medicamentos, em especial decorrente da crescente participação de genéricos; (iii) a crescente demanda por produtos de higiene e beleza; e (iv) a maiores níveis de renda entre os consumidores de longo prazo. Em adição, a consolidação do setor, impulsionada pela crescente formalização e consequentes investimentos, encontra-se em estágio inicial, com as cinco maiores redes do país representando somente 28% do mercado de medicamentos. De acordo com a IMS Health, havia, aproximadamente, 71 mil farmácias no Brasil em 2014.

De acordo com a ABRAFARMA, a venda de medicamentos foi responsável por 66% do total das vendas das suas associadas em 2015, e outros produtos além de medicamentos foram responsáveis pelos 34% restantes das vendas. Durante a estação do inverno, a venda de produtos OTC são

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

geralmente mais elevadas do que em estações mais quentes, enquanto durante o verão as vendas de produtos de cuidados pessoais são normalmente mais elevadas do que em outras estações do ano.

Os principais tipos de produtos farmacêuticos vendidos no Brasil estão listados abaixo:

Remédios de marca – todos os medicamentos que exigem receita médica e são identificados por um fabricante determinado, geralmente consistindo de produtos inovadores, cuja eficácia, segurança e qualidade foram cientificamente comprovadas mediante o registro junto à ANVISA. A empresa farmacêutica que desenvolveu o medicamento normalmente detém sua patente e exclusividade para sua comercialização durante um período mínimo de 10 anos, e, após tal período, o medicamento torna-se uma referência para a produção de medicamentos genéricos ou similares.

Medicamento genérico – medicamento genérico é um medicamento que é comparável ao medicamento de referência (remédios de marca) na forma de dosagem, potência, via de administração, características de qualidade e de desempenho, e objetivo de uso, e deve conter os mesmos ingredientes ativos da formulação original. No entanto, em vez de ser comercializado com uma marca registrada do fabricante que desenvolveu a formulação, o medicamento genérico é designado pelo nome do princípio ativo. Os medicamentos genéricos podem ser prescritos como uma alternativa aos medicamentos de referência ou podem substituí-los no momento da venda do medicamento. Os genéricos só podem ser produzidos e vendidos após a expiração, renúncia ou perda de patente ou outros direitos de exclusividade relativa ao medicamento de referência comparável ao medicamento genérico em questão. Além disso, a produção e comercialização de medicamentos genéricos também exigem a prova da eficácia, segurança e qualidade dos medicamentos genéricos, através da bioequivalência estabelecida e testes de biodisponibilidade, através dos quais a composição e a absorção dos medicamentos genéricos pelo organismo são analisadas em relação aos medicamentos de marca. Os medicamentos genéricos não têm a marca registrada, mas o nome do princípio ativo e o nome do laboratório que o produz e o vende são impressos no rótulo.

Medicamento similar - Medicamentos que contêm os mesmos princípios ativos, a mesma concentração, modo de administração, dosagem e indicação terapêutica do medicamento de referência, porém comercializados através de uma marca diferente, e que não foram submetidos ao teste de bioequivalência para comprovar sua eficácia, segurança e qualidade. Medicamentos similares, como os medicamentos genéricos, só podem ser produzidos e vendidos após a expiração ou renúncia da patente dos medicamentos de referência comparáveis ao medicamento similar em questão. Como os produtores de medicamentos não submetem necessariamente os remédios similares a testes de bioequivalência, que é um processo com alto custo, os medicamentos similares são geralmente mais baratos do que os medicamentos de referência e medicamentos genéricos.

OTC – *Over the Counter* consistem em medicamentos, produtos relacionados à saúde e ao bem-estar que não precisam de prescrição médica para ser vendidos. Esses medicamentos geralmente são usados para tratamentos de fácil diagnóstico para dor, gripe, tosse, febre e resfriado, antiácidos, vitaminas, produtos à base de plantas, produtos para visão, equipamentos de saúde, primeiros socorros, bem como produtos alimentares e nutricionais e de conveniência.

Ultracargo

Em razão da natureza de sua atividade, a Ultracargo não possui processo de distribuição.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

c. Características dos mercados de atuação

Ultragaz

i. Participação em cada um dos mercados

O setor de distribuição de GLP no Brasil é atualmente composto por 15 distribuidoras ou grupos de distribuidoras.

Atualmente, a Ultragaz possui as seguintes subsidiárias operacionais:

- Cia. Ultragaz, empresa com a qual iniciamos nossas operações de GLP;
- Bahiana Distribuidora de Gás Ltda. ("Bahiana"), que principalmente opera na região nordeste do Brasil;
- Utingás Armazenadora S.A. ("Utingás"), uma prestadora de serviços de armazenagem que opera duas unidades em São Paulo e no Paraná. A Utingás foi constituída em 1967, quando a Ultragaz e outras distribuidoras de GLP se uniram para a construção de bases de armazenamento de GLP, nos estados de São Paulo e Paraná. A Ultragaz detém atualmente 57% da Utingás.

Os principais concorrentes da Ultragaz são:

- Liquigás (antiga Agip do Brasil S.A.), foi adquirida pela Petrobras em junho de 2004 do grupo ENI e mantém atividades no setor de distribuição de GLP no Brasil há mais de 60 anos;
- Supergasbras, decorrente da fusão da Minasgás S.A., fundada em 1955, e da Supergasbrás S.A., fundada em 1946, e controlada pela SHV Energy, a maior distribuidora multinacional de GLP. A SHV Gas realiza suas atividades por meio de duas diferentes marcas: Supergasbras e Minasgás;
- Nacional Gás Butano, uma distribuidora brasileira, que atua no setor de distribuição de GLP há mais de 60 anos.

O quadro a seguir mostra a participação de mercado da Ultragaz e de seus concorrentes em termos de volume:

	Exercício findo em 31 de dezembro de		
Distribuidora de GLP	**2015**	**2014**	**2013**
Ultragaz	23,2%	23,0%	23,1%
Liquigás	22,6%	22,5%	22,6%
Supergasbras	20,4%	21,1%	21,1%
Nacional Gás Butano	19,2%	18,8%	18,8%
Outras	14,6%	14,6%	14,3%
Total	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**

Fonte: ANP

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

ii. Condições de competição nos mercados

Quando iniciou suas atividades, a Ultragaz operava apenas na região sudeste do Brasil. Atualmente, a Ultragaz está presente em praticamente todos os centros urbanos mais populosos. Nos últimos cinco anos, a Ultragaz fortaleceu sua presença no Norte e Nordeste do Brasil, comercializando GLP nos estados do Pará e Maranhão, locais onde não possuía operações relevantes e onde o consumo de GLP está crescendo acima da média nacional.

Em agosto de 2003, a Ultragaz adquiriu a Shell Gás, distribuidora de GLP, no Brasil, da Royal Dutch Shell, pelo valor total de R$ 171 milhões. A Shell Gás detinha 4,5% de participação do mercado brasileiro de distribuição de GLP, comercializando 287.400 toneladas de GLP em 2002. Antes da aquisição da Shell Gás, a estratégia de comercialização da Ultragaz para GLP envasado consistia em aumentar sua participação de mercado, por meio da expansão geográfica, protegendo e aumentando sua participação nas regiões em que já atuava. Com a aquisição da Shell Gás, a Ultragaz alcançou a liderança no mercado de GLP brasileiro e sua estratégia evoluiu para o investimento na marca, na proteção de sua participação de mercado e de sua posição em certas regiões onde não possuía participação significativa.

Em outubro de 2011, a Ultragaz adquiriu o negócio de distribuição de GLP da Repsol no Brasil pelo valor de R$ 50 milhões, incluindo R$ 2 milhões relativos ao caixa líquido da empresa adquirida. Em 2011, a Repsol vendeu aproximadamente 22 mil toneladas de GLP.

Antes de 1990, o Governo Brasileiro especificava as áreas em que as distribuidoras de GLP estavam autorizadas a operar, bem como determinava limites de suas vendas de GLP em cada área de atuação. Estes limites restringiam o crescimento das maiores distribuidoras de GLP e a concorrência no mercado. Estas restrições foram removidas como parte do processo de desregulamentação, resultando em substancial aumento da concorrência entre as distribuidoras brasileiras de GLP.

Considerando que o mercado envasado de GLP é um mercado maduro, com crescimento de consumo relativamente baixo, a concorrência baseia-se, em sua maior parte, em tentativas das distribuidoras de GLP de aumentar sua participação de mercado em detrimento dos concorrentes. No mercado envasado, as distribuidoras de GLP concorrem principalmente no reconhecimento de sua marca, confiabilidade de suas entregas e serviços prestados aos consumidores. A Ultragaz acredita ser competitiva em todos estes aspectos. Como o consumo *per capita* é pequeno, o baixo custo de distribuição e entrega é fator crítico de rentabilidade. As distribuidoras, portanto, concorrem significativamente, em termos de eficiência, na distribuição e entrega de GLP, uma vez que todas adquirem praticamente a totalidade de suas necessidades de GLP da Petrobras, a preços uniformes. Como os principais mercados da Ultragaz, incluindo as cidades de São Paulo, Salvador e Recife, apresentam grande concentração de consumidores residenciais, a distribuição neste segmento pode ser realizada com maiores economias de escala, resultando em custos de distribuição mais baixos para a Ultragaz. Adicionalmente, a Ultragaz apresenta baixos custos de distribuição de GLP a granel, em função do sistema UltraSystem.

Além das vantagens competitivas descritas acima, a Ultragaz possui uma rede de distribuição altamente eficiente, uma vez que é a única distribuidora brasileira de GLP com uma rede exclusiva de revendedores autônomos. Esta rede, que compreende aproximadamente de 5.100 revendedores autônomos agindo como revendedores exclusivos da Ultragaz, permite à Ultragaz o controle da qualidade e da produtividade de seus revendedores, levando ao fortalecimento de sua marca, associada à qualidade, segurança e eficiência, bem como permite a manutenção de contato frequente com seus consumidores. Adicionalmente, a Ultragaz introduziu no Brasil o serviço de entrega de

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

GLP a granel de pequeno porte, que apresenta custos de distribuição inferiores em relação à distribuição de GLP envasado, construindo uma sólida base de consumidores.

Além de concorrer com as demais distribuidoras de GLP, a Ultragaz concorre também com empresas que oferecem outras fontes de energia, com destaque para o gás natural, e também a lenha, o óleo diesel, o óleo combustível e a energia elétrica. Atualmente o gás natural é a principal fonte de energia com a qual competimos. O gás natural é atualmente mais barato que o GLP para consumidores industriais, que demandam maiores volumes de consumo, porém mais caro para a grande maioria dos consumidores residenciais. Adicionalmente, o suprimento de gás natural requer altos investimentos em redes de gasodutos. Embora o óleo combustível seja mais barato que o GLP, o GLP apresenta vantagens em termos de desempenho e vantagens ambientais, na maioria dos casos.

Em 2013, o mercado brasileiro de GLP cresceu 2,7% em relação a 2012, em função, principalmente, do crescimento de 5,8% no segmento granel devido ao crescimento econômico e aos investimentos da Ultragaz para captura de novos clientes. Em 2014, o mercado brasileiro de GLP cresceu 1,2% em relação a 2013. O segmento granel apresentou crescimento de 1,4% em relação a 2013, um crescimento menor em relação ao ano anterior, devido principalmente à piora do ambiente econômico no Brasil. Em 2015, o mercado brasileiro de GLP apresentou queda de 1,5% comparado a 2014, devido principalmente à queda de 5,4% no segmento de granel, efeito da piora do cenário econômico no Brasil.

Incentivo fiscal

De acordo com a legislação que oferece incentivos fiscais às indústrias localizadas na região nordeste do Brasil, a Ultragaz beneficia-se de uma redução de 75% no imposto de renda aprovada pela SUDENE em suas bases de engarrafamento em Caucaia (CE), Mataripe (BA), Aracaju (SE) e Suape (PE). O incentivo fiscal da base de engarrafamento de Caucaia (CE) venceu em 2012. Em dezembro de 2015, uma nova solicitação para incentivo fiscal foi protocolada, porém sem resposta até a data da publicação deste relatório. A base de engarrafamento de Mataripe (BA) obteve a renovação de incentivo fiscal até 2024, baseado em investimentos feitos para aumentar a capacidade de produção e a modernização das instalações. Também obtiveram renovação as bases de Aracaju (SE) e Suape (PE) até 2017 e 2018, respectivamente. Nos anos encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 2014, estes incentivos fiscais totalizaram R$ 5,3 milhões e R$ 3,9 milhões, respectivamente. Não podemos garantir que não haverá alterações na legislação tributária vigente. Para mais informações, ver Nota Explicativa nº 9 (c) nas nossas Demonstrações Financeiras Consolidadas de 2015.

Ipiranga

i. Participação em cada um dos mercados

Os principais concorrentes da Ipiranga em 2015 eram:

- Petrobras Distribuidora ("BR"), subsidiária da Petrobras, que opera no setor brasileiro de distribuição de combustíveis desde 1971. A BR é a líder do mercado brasileiro e opera em todo o país.

- Raízen Combustíveis S.A., *joint venture* entre a Cosan S.A. ("Cosan") e a Shell International Petroleum Company Limited ("Shell"), uma subsidiária da Royal Dutch Shell. A Cosan é a

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

maior produtora de açúcar e etanol no Brasil, tendo entrado no mercado de distribuição em 2008, quando adquiriu o negócio de distribuição de combustíveis da Esso no Brasil. Em junho de 2011, a Cosan estabeleceu a Raízen, uma *joint venture* em conjunto com a Shell, através da combinação de alguns de seus respectivos ativos, incluindo seus respectivos negócios de distribuição.

- Alesat, distribuidora nacional de combustíveis, foi criada em 2006, como resultado da fusão da Ale com a Satélite e está presente em 21 estados. Em dezembro de 2008, a Alesat adquiriu o negócio de distribuição de combustíveis da Repsol YPF no Brasil.

A tabela abaixo indica a participação de mercado da Ipiranga e de seus concorrentes com base em dados da ANP:

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de		
Distribuidora[1]	**2015**	**2014**	**2013**
Petrobras	31,3	32,8	33,3
Ipiranga	21,6	21,3	21,8
Raízen	19,3	18,8	18,2
Alesat	3,7	4,1	4,1
Outros	24,1	23,0	22,7
Total	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**

(1) Inclui volume vendido de gasolina, etanol e diesel

O mercado varejista de gasolina, diesel e etanol no Brasil é altamente competitivo, com produtos similares e margens do setor relativamente baixas. Portanto, nossa estratégia é nos diferenciar no mercado através da oferta de serviços de maior valor agregado e maior conveniência ao cliente, em adição ao nosso portfólio de produtos, focando em nos tornar a opção favorita do consumidor.

ii. Condições de competição nos mercados

Até março de 2009, a Ipiranga atuava somente nas regiões Sul e Sudeste do Brasil. Após a aquisição da Texaco, a Ipiranga tornou-se uma distribuidora de abrangência nacional passando a operar no Nordeste, Norte e Centro-Oeste do Brasil, regiões em que o consumo cresce acima da taxa média do país, dada a baixa penetração de veículos e o crescimento acelerado da renda comparado às outras regiões do país. Nos termos dos acordos da aquisição do Grupo Ipiranga a Petrobras tinha o direito de usar a marca Ipiranga nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste por cinco anos a contar da data da aquisição, direito que expirou em março de 2012. Até este período, a Ipiranga operou nessas regiões com a marca Texaco. Em novembro de 2010, a Ultrapar concluiu a aquisição da DNP, que distribui combustíveis nos estados do Amazonas, Rondônia, Roraima, Acre, Pará e Mato Grosso através de uma rede de 110 postos, com 4% de participação de mercado na região Norte do Brasil, sendo a quarta maior distribuidora de combustíveis desta área geográfica. Em 2015, a Ipiranga deu continuidade a sua estratégia de aumento de sua escala operacional, adicionando 174 (líquido de depurações) postos através do embandeiramento de revendedores bandeira branca e a abertura de

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

novos postos. Além disso, a Ipiranga encerrou 2015 com 1.159 postos ecoeficientes (postos com um conjunto de soluções que reduzem o consumo de materiais, recursos naturais e energia desses postos, incluindo a redução de resíduo gerado durante a construção). A Ipiranga também está focada na expansão das franquias *Jet Oil* e am/pm para aumentar o serviço e a conveniência para os consumidores nos postos de sua rede. Em 2015, foram abertas 129 novas franquias *Jet Oil* e 201 franquias am/pm.

O crescimento do setor de combustíveis é diretamente influenciado pelas taxas de crescimento do PIB e pelo tamanho da frota de veículos. Em 2010, 2011 e 2012, o setor automobilístico apresentou novos recordes de licenciamentos, principalmente em função da maior renda e disponibilidade de crédito. Além disso, mudanças na legislação e na fiscalização no setor de distribuição de combustíveis ocorridas nos últimos anos têm gradualmente coibido práticas de concorrência desleal, criando um ambiente competitivo equilibrado no mercado brasileiro de distribuição de combustíveis. Ao longo do tempo, tais melhorias têm beneficiado o mercado formal através da captura de volume do mercado informal.

Em 2013, 3,6 milhões de novos veículos leves foram licenciados de acordo com a ANFAVEA, estável em relação a 2012, sendo 89% a participação dos veículos bicombustíveis no total de veículos licenciados em 2013. A frota total de veículos leves no Brasil em 31 de dezembro de 2013, de acordo com a ANFAVEA, era de 37,0 milhões, um aumento de 7% em relação a 2012, em função do licenciamento de 3,6 milhões de novos veículos e uma mortalidade estimada de 1,3 milhões de veículos leves. Em 2014, 3,3 milhões de novos veículos leves foram licenciados de acordo com a ANFAVEA, uma queda de 7% em relação a 2013, sendo 88% a participação dos veículos bicombustíveis no total de veículos licenciados em 2014. A frota total de veículos leves no Brasil em 31 de dezembro de 2014 era de 39,0 milhões, um aumento de 6% em relação a 2013, em função do licenciamento de 3,3 milhões de novos veículos e uma mortalidade estimada de 1,3 milhões de veículos leves. Em 2015, 2,5 milhões de novos veículos leves foram licenciados de acordo com a ANFAVEA, uma queda de 26% em relação a 2014, sendo 88% a participação dos veículos bicombustíveis no total de veículos licenciados em 2015. A frota total de veículos leves no Brasil em 31 de dezembro de 2015, de acordo com os últimos dados disponíveis da ANFAVEA, era de 40,0 milhões, um aumento de 3% em relação a 2014, em função do licenciamento de 2,5 milhões de novos veículos e uma mortalidade estimada de 1,4 milhão de veículos leves. Em 2015, o volume vendido pela Ipiranga cresceu 0,4% em comparação a 2014, sendo que (i) o volume combinado de venda de gasolina, etanol e GNV cresceu 2,5%, em função do crescimento na frota de veículos leves e dos investimentos realizados para expandir a rede de postos, parcialmente compensado pelos efeitos do aumento do desemprego ao longo do ano e consequentemente impactando o consumo, e (ii) o volume de vendas de diesel caiu 1,6% no período, em função do fraco desempenho da economia brasileira, parcialmente compensado pelos investimentos na captura de novos clientes.

O Sindicom representa os interesses dos maiores distribuidores de combustíveis no Brasil, que controlavam 77% do mercado brasileiro de combustíveis em 2015. O Sindicom foi fundado em 1941 e seus objetivos principais são criar normas uniformes para a regulamentação do setor e promover um fórum para que os associados possam discutir assuntos que afetem o setor. O Sindicom representa seus associados em discussões perante órgãos federais e estaduais e apresenta a seus membros perspectivas relacionadas a leis e normas relevantes, incluindo aqueles referentes a tributação, operações, segurança e proteção ambiental.

Durante os anos 90, quando se iniciou o processo de desregulamentação do setor de combustíveis no Brasil, um grande número de competidores entrou no mercado com um modelo de negócios baseado em vantagens de custo derivadas de práticas anticompetitivas através de adulteração de combustíveis e evasão fiscal, incluindo: (i) a diluição da gasolina pela mistura de solventes ou pela adição de

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

etanol anidro em um percentual acima do permitido pela lei aplicável (o etanol anidro tem sua tributação incorporada na gasolina A e é historicamente mais barato que a gasolina); (ii) não pagamento dos impostos federais sobre combustíveis, impostos sobre o faturamento e ICMS; e (iii) venda de etanol anidro misturado com água como se fosse etanol hidratado. Essas práticas contribuíram para esses competidores, todos não membros do Sindicom, aumentarem sua participação de mercado cobrando preços artificialmente mais baixos baseados em custos também artificialmente mais baixos.

Os distribuidores do Sindicom, incluindo a Ipiranga, tomaram, individual e coletivamente, uma série de medidas com vistas a reduzir ou eliminar os efeitos dessas práticas anticompetitivas e ilegais. Tais medidas incluem: (i) interação significativa com o poder judiciário, incluindo o patrocínio de seminários para juízes e promotores relativos aos problemas enfrentados no setor e o envolvimento direto em ações fiscais envolvendo distribuidores que não são membros do Sindicom; (ii) patrocínio ao desenvolvimento de um corante químico que é adicionado ao etanol anidro para evitar a adição de água (para posteriormente ser vendido como etanol hidratado); (iii) apoio à Resolução Nº 5 da ANP que restringe a venda de etanol hidratado de produtores a distribuidores, proibindo a venda por produtores a revendedores ou consumidores finais; (iv) apoio a regulamentos da ANP que proíbem que os distribuidores vendam combustíveis a revendedores que operam sob outra marca, exceto os revendedores bandeira branca, que operam sem marca; (v) contribuição ao desenvolvimento do CODIF, sistema dedicado ao controle eletrônico da cobrança de impostos incidentes nas vendas de combustíveis; (vi) apoio à implementação da nota fiscal eletrônica em âmbito federal, concluída em 2008; (vii) apoio à Resolução Nº 33 da ANP, que estabeleceu a definição de marca e a obrigação de divulgar a origem dos combustíveis, a fim de inibir determinados distribuidores de utilizar uma falsa marca (conhecidos como postos clonados), e (viii) a sugestão de diversas outras medidas, apoiadas pela ANP, particularmente a concentração da cobrança do PIS e da COFINS nas usinas produtoras de etanol e a instalação de medidores de vazão, que foram incluídas na lei 11.727/2008. Como resultados destes esforços, o mercado mais regulamentado está levando ao enfraquecimento do modelo de negócios baseado em custos artificialmente mais baixos e práticas desleais, criando um ambiente competitivo equilibrado e aumentando as vendas no mercado formal. Em 2015, a participação vendida de etanol pelos membros do Sindicom em relação ao mercado total foi de 62%, uma melhora comparada a participação de 58% em 2011, em decorrência das práticas mencionadas acima e de investimentos realizados por distribuidores com marca na conversão de postos bandeira branca.

Oxiteno

i. Participação em cada um dos mercados

A Oxiteno é uma das maiores produtoras de óxido de eteno e de seus principais derivados na América Latina, além de ser uma grande produtora de especialidades químicas. Nosso negócio químico atende diversos segmentos de mercado, particularmente os segmentos de agroquímicos, alimentos, cosméticos, couros, detergentes, embalagens para bebidas, fios e filamentos de poliéster, fluidos para freios, petróleo, tintas e vernizes. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Oxiteno vendeu 725 mil toneladas de produtos químicos. No Brasil, a Oxiteno compete principalmente com produtos importados.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

ii. Condições de competição nos mercados

Para uma melhor compreensão, os produtos da Oxiteno são divididos em dois grupos principais: (i) *commodities* químicas, que são produtos de maior volume, com especificações padronizadas; e (ii) especialidades químicas, que tendem a ser produtos vendidos em menor volume, sendo desenvolvidos para atender a propósitos específicos de cada cliente. As principais *commodities* químicas da Oxiteno são o óxido de eteno e etilenoglicóis. As especialidades químicas incluem uma grande variedade de produtos que são utilizados como tensoativos, amaciantes, dispersantes, emulsionantes e fluidos hidráulicos.

Na maioria dos casos, os preços de venda da Oxiteno para suas *commodities* químicas no mercado externo baseiam-se em preços contratuais internacionais. Os preços internacionais do mercado à vista são fixados com base em informações públicas sobre os preços pelos quais o produto vem sendo vendido pelos agentes do setor. Em geral, as margens operacionais da Oxiteno sobre os produtos fabricados no Brasil e vendidos no mercado externo são mais baixas que as margens no mercado brasileiro. No entanto, a Oxiteno considera muito importante manter sua presença no mercado externo e tem focado em aumentar sua presença em outros mercados de especialidades químicas através da abertura de escritórios comerciais. A empresa pretende direcionar suas vendas para o mercado interno à medida que a demanda local de seus produtos aumente, sem deixar de exportar e manter sua presença no mercado externo.

Desde 2003, a Oxiteno tem focado sua expansão na América e em aumentar as suas vendas de especialidades químicas, criando uma relação mais próxima com os seus clientes. Como um primeiro passo, em dezembro de 2003, adquiriu a Canamex — empresa mexicana de especialidades químicas (renomeada Oxiteno México). Em abril de 2007, a Oxiteno adquiriu os ativos operacionais da Unión Química S.A. de C.V. em San Juan del Río, no México, adicionando uma capacidade de produção de 8.600 toneladas/ano de sulfatados e sulfonados.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o volume de vendas da Oxiteno México foi de 58.031 toneladas, queda de 4% comparado a 2014.

Em setembro de 2007, a Oxiteno adquiriu 100% das ações da Arch Andina em Santa Rita, Venezuela (renomeada para Oxiteno Andina). No ano de 2015, o volume de vendas da Oxiteno Andina foi de 8.849 toneladas, um crescimento de 1% comparado a 2014.

Em abril de 2012, a Oxiteno adquiriu uma planta de especialidades químicas em Pasadena, Texas, nos Estados Unidos. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o volume das vendas da planta totalizou 7.647 toneladas, um aumento de 27% comparado ao ano de 2014.

Em novembro de 2012, a Oxiteno adquiriu 100% das ações da American Chemical (renomeada para Oxiteno Uruguai), uma sociedade uruguaia de especialidades químicas. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o volume de vendas da Oxiteno Uruguai totalizou 39.473 tons, uma queda de 24% comparado a 2014, devido à decisão de descontinuar uma linha de produtos voltada para o mercado de couros.

Como parte de nossa estratégia de crescimento fora do Brasil, abrimos escritórios comerciais na Argentina em 2006, na Bélgica em 2008, na Colômbia em 2011 e na China em 2012.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

A Oxiteno concorre principalmente com produtos importados no mercado brasileiro. A partir de 1990, a empresa passou a enfrentar concorrência mais intensa de produtos importados advindos de indústrias petroquímicas internacionais e multinacionais. Visto que os produtos importados são em sua maioria *commodities* químicas, a concorrência baseia-se principalmente em preço. Importadores incorrem em custos adicionais na venda de seus produtos no mercado brasileiro, em função de impostos de importação que geralmente variam entre 12% e 14%, além dos fretes. Porém, fatores como a qualidade do produto, o tempo de entrega, a confiabilidade do fornecimento e, ainda, a assistência e o suporte técnico, também são fatores importantes. Sendo uma produtora local, a Oxiteno acredita ter vantagem competitiva sobre as importações em razão do tempo de entrega e da confiabilidade no fornecimento.

Em relação às especialidades químicas, o preço constitui fator menos relevante do que para as commodities químicas, dado que são mais importantes a conformidade com as especificações, o desempenho do produto e a confiabilidade do serviço. O acesso à tecnologia, a assistência técnica e a pesquisa e o desenvolvimento são fatores relevantes com relação à conformidade com as especificações e desempenho do produto, especialmente em relação ao desenvolvimento de novos produtos que satisfaçam as necessidades dos clientes. A estratégia da Oxiteno reside em assegurar acesso à tecnologia por meio de sua própria atividade de pesquisa e desenvolvimento, licenciamento e joint ventures, na medida em que oportunidades apropriadas se concretizem.

Os principais competidores da Oxiteno são a Shell Chemical, Dow Chemical, Clariant, BASF S.A., Solvay e Stepan.

Incentivo fiscal

De acordo com a legislação que oferece incentivos fiscais a negócios localizados na região Nordeste do Brasil, a Oxiteno beneficia-se de uma redução de 75% de imposto de renda aprovada pela SUDENE em ambas as unidades de Camaçari (BA), uma para a Oxiteno Nordeste e a outra para a Oleoquímica, válidas até 2016 e 2021, respectivamente. O valor total do benefício fiscal de imposto de renda da SUDENE para a Oxiteno foi de R$ 75 milhões e R$ 49 milhões em 2015 e 2014, respectivamente. Não podemos garantir que não haverá alteração da legislação tributária vigente. Para mais informações, ver Nota Explicativa 9 (c) nas Demonstrações Financeiras Consolidadas de 2015.

Ultracargo

i. Participação em cada um dos mercados

A Ultracargo é a maior provedora de armazenagem para granéis líquidos do Brasil. Seu maior diferencial é a localização estratégica das suas instalações, localizadas próximas aos principais terminais portuários e entroncamentos ferroviários no Brasil. A empresa também realiza carga e descarga de navios, operação de dutovias, programação logística e engenharia de instalação.

Os últimos dados disponíveis mostram que a Ultracargo foi responsável por 67% da capacidade de tancagem de líquidos do porto de Aratu, na Bahia, que serve o maior complexo petroquímico da América do Sul. A companhia também está presente no porto de Santos, no estado de São Paulo, responsável por 27% de todo o comércio exterior brasileiro em 2015. O terminal de Santos, inaugurado em meados de 2005, se tornou a maior instalação da Ultracargo após a aquisição da União Terminais em 2008. Em dezembro de 2009, com a aquisição de Puma, a Ultracargo adicionou

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

83.400 m³ a sua capacidade de armazenagem. Em maio de 2012, a Ultracargo adquiriu um terminal de armazenagem para granéis líquidos no porto de Itaqui, no estado do Maranhão, que ampliou em 55 mil m³ a capacidade atual da Ultracargo.

ii. Condições de competição nos mercados

A Ultracargo armazena principalmente granéis líquidos, especialmente químicos, combustíveis e óleos vegetais. A Ultracargo fornece instalações de armazenagem à Braskem e à maior parte das indústrias petroquímicas de segunda geração do polo petroquímico do Nordeste, inclusive à Oxiteno. Operações entre a Ultracargo e a Oxiteno são realizadas em bases estritamente comerciais. No final de 2003, a Ultracargo mantinha quatro unidades de armazenamento — em Aratu, no estado da Bahia, em Paulínia e Santos, no estado de São Paulo, e em Suape, no estado de Pernambuco. No final de 2004, a Ultracargo completou a construção do terminal intermodal em Montes Claros, no estado de Minas Gerais. Com a aquisição da União Terminais em 2008, a Ultracargo passou a operar também em Paranaguá, no Paraná, e no Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro. Desde agosto de 2012, a Ultracargo opera em Itaqui, no estado do Maranhão. Em 2012, a Ultracargo vendeu à Ipiranga um terminal de armazenagem para granéis líquidos para combustível em Montes Claros, no estado de Minas Gerais. A Ultracargo operou esse terminal até março de 2013. As operações no terminal de Paulínia foram encerradas em agosto de 2015.

Incentivo fiscal

De acordo com a legislação que oferece incentivos fiscais a negócios localizados na região Nordeste do Brasil, a Ultracargo beneficia-se de uma redução de 75% de imposto de renda aprovada pela SUDENE referente aos terminais de Aratu (BA) e Suape (PE), válidas até 2022 e 2020, respectivamente. Nos anos de 2015 e 2014, estes benefícios fiscais totalizaram R$ 2,3 milhões e R$ 10,5 milhões, respectivamente. Não podemos garantir que não haverá alterações na legislação tributária vigente. Para mais informações, ver Nota Explicativa 9 (c) nas nossas Demonstrações Financeiras Consolidadas de 2015. Em 30 de dezembro de 2014, a Ultracargo apresentou o seu pedido de incentivo fiscal para o terminal em Itaqui (MA), sem retorno até o momento da publicação deste relatório.

Extrafarma

i. Participação em cada um dos mercados

A Extrafarma é uma das maiores redes de drogarias do Norte e Nordeste do Brasil. Em 31 de dezembro de 2015, a Extrafarma operava 254 drogarias em nove estados do Brasil (103 no Pará, 11 no Amapá, 57 no Maranhão, 63 no Ceará, 6 no Piauí, 11 no Rio Grande do Norte, 1 em Pernambuco, 1 na Paraíba e 1 em São Paulo). A Extrafarma opera dois centros de distribuição, um em Belém, no estado do Pará, e outro em Aquiraz, no estado do Ceará, que são responsáveis pelo fornecimento de produtos para todas as nossas lojas.

ii. Condições de competição nos mercados

As redes de drogarias associadas à Abrafarma representaram 43% da receita total do setor em 2015. Em 2015, havia mais de 20 redes de drogarias associadas à Abrafarma. De acordo com Abrafarma os principais concorrentes no Brasil são: Raia Drogasil, DPSP, Pague Menos, Brasil Pharma, Araujo e Panvel.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

d. Eventual sazonalidade

Ultragaz

A utilização de GLP para aquecimento de ambientes no Brasil é irrelevante em comparação a outros países, principalmente em razão do clima tipicamente quente do Brasil. Consequentemente, a sazonalidade da demanda ao longo do ano é relativamente baixa. Além disso, devido ao fato de o GLP não ser utilizado de forma significativa para aquecimento de ambientes no Brasil, o consumo geral *per capita* de GLP é mais baixo em comparação a países nos quais o aquecimento de ambientes constitui um elemento importante da demanda de GLP, tornando os baixos custos de distribuição um diferencial relevante no mercado brasileiro de GLP.

Ipiranga

A sazonalidade das vendas está concentrada na gasolina, etanol e diesel, os quais geram impactos distintos de sazonalidade na receita da empresa.

Na gasolina e etanol, os principais efeitos referem-se ao aumento de consumo no período de férias, substancialmente nos meses de dezembro e janeiro.

No diesel, há variações no consumo influenciado pelo setor agrícola e pela atividade industrial. As condições climáticas no agronegócio têm uma influência relevante na demanda do produto.

Além da sazonalidade de vendas, os resultados da Ipiranga são influenciados pelas safras de cana-de-açúcar. O período típico da safra de cana-de-açúcar no Brasil se estende de maio a dezembro no centro-sul e entre setembro e março no norte do país, períodos em que a oferta de etanol no mercado é geralmente maior do que em outros períodos do ano, influenciando os preços praticados pelos produtores.

Oxiteno

Os produtos da Oxiteno apresentam certa sazonalidade, marcada pelo aumento de vendas típico no terceiro trimestre do ano, decorrente do aumento da produção nas indústrias químicas para o final de ano, e pela diminuição da atividade econômica característica no primeiro trimestre do ano.

Além da sazonalidade de vendas, os resultados da Oxiteno são influenciados pelo desempenho da indústria petroquímica internacional, pelas variações do preço internacional do petróleo e pelo desempenho da economia brasileira. Veja “Item 4. Fatores de risco”.

Ultracargo

O segmento de armazenagem de granéis líquidos apresenta sazonalidade nos terminais que servem os setores de álcool e óleos vegetais, em especial Santos e Paranaguá, que apresentam menor movimentação em época de entressafra.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Extrafarma

O setor de varejo farmacêutico apresenta certa sazonalidade ao longo do ano. Em geral, as vendas de produtos OTC e medicamentos para prevenção e tratamento de gripe, febre, resfriado e outras doenças respiratórias, é maior durante períodos de temperaturas mais baixas. Por outro lado, as vendas de produtos de beleza e higiene pessoal, como protetor solar e hidratantes, é geralmente maior durante o verão.

e. Principais insumos e matérias-primas

Ultragaz

i. Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

Desde a sua constituição em 1953, a Petrobras, empresa brasileira de petróleo e derivados, deteve o monopólio legal sobre a exploração, produção, refino, importação e transporte de petróleo e derivados de petróleo no Brasil e em suas águas continentais. Este monopólio foi confirmado na Constituição Federal promulgada em 1988. Como consequência, a Petrobras permaneceu como a única fornecedora no Brasil de petróleo e derivados, inclusive GLP.

Em novembro de 1995, o monopólio da Petrobras foi retirado da Constituição Federal por uma emenda constitucional aprovada pelo Congresso Nacional. De acordo com essa emenda, outras empresas estatais e privadas poderiam concorrer com a Petrobras, praticamente, em todos os campos nos quais esta atuava. A emenda foi implementada pela Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que garantiu a continuidade do monopólio da Petrobras por um prazo máximo de três anos. A Lei nº 9.478, também conhecida como a Lei do Petróleo, determinou que o término do monopólio da Petrobras seria acompanhado pela desregulamentação dos preços do petróleo, gás e derivados de petróleo, bem como criou uma nova agência normativa, a ANP, destinada a supervisionar as atividades relacionadas ao petróleo. Atualmente a Petrobras permanece, na prática, como a única fornecedora de GLP no Brasil, apesar de não haver restrições legais para outros fornecedores operarem ou importarem.

Em 25 de junho de 2004, a Petrobras ingressou no mercado de distribuição de GLP no Brasil por meio da aquisição da Liquigás, uma das principais empresas do segmento.

Com a descoberta das áreas do pré-sal, o Governo Brasileiro adotou uma série de medidas no ambiente regulatório, estabelecendo um novo quadro legal para a indústria do petróleo, que deverá resultar em uma série de regulamentações para a indústria petrolífera, tais como contratos de partilha de produção e contratos de concessão, entre outros. Essa descoberta deverá trazer um novo cenário para o setor, gerando grandes investimentos e adaptações na infraestrutura, tais como novas refinarias, transporte rodoviário, oleodutos, plataformas, portos e navios, entre outros.

ii. Eventual dependência de poucos fornecedores

Atualmente, todas as distribuidoras de GLP do Brasil adquirem todo ou quase todo GLP da Petrobras. A Ultragaz possui um contrato formal com a Petrobras para fornecimento de GLP. Os procedimentos para aquisição de GLP costumam ser os mesmos para todas as distribuidoras de GLP,

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

incluindo a Ultragaz, e consistem basicamente de ordens de compra de GLP apresentadas à Petrobras com antecedência de quatro meses, e uma estimativa mais precisa de nossas ordens com um mês de antecedência. Não ocorreram interrupções significativas no fornecimento às distribuidoras de GLP pela Petrobras, exceção feita a uma interrupção ocorrida em 1995, em virtude de uma greve trabalhista dos empregados da Petrobras que durou 15 dias.

iii. Eventual volatilidade em seus preços

A venda e a distribuição de GLP no Brasil eram regulamentadas pelo Governo Brasileiro. O período compreendido entre 1960 e 1990 foi caracterizado por intensa regulamentação governamental, incluindo controle de preços, regulamentação das áreas nas quais cada distribuidora de GLP estava autorizada a operar, regulamentação dos serviços oferecidos pelas distribuidoras e cotas governamentais para o GLP vendido pelas distribuidoras. Desta forma, restringia-se o crescimento das distribuidoras de GLP. Em 1990, o Governo Brasileiro deu início a um processo de desregulamentação do mercado de GLP. Este processo incluiu o abrandamento das exigências para entrada no mercado de novas empresas de distribuição, a redução de certos encargos administrativos, a remoção das restrições referentes às áreas nas quais as distribuidoras poderiam conduzir seus negócios e às cotas de distribuição. Não existe atualmente nenhuma restrição à propriedade de empresas de GLP por parte de estrangeiros.

Desde 2001, as distribuidoras estão autorizadas a fixar livremente os preços de varejo, até então determinado pelo Governo Brasileiro. Até o final de 2001, o preço do GLP ex-refinaria, cobrado pela Petrobras das distribuidoras de GLP, também era fixado pelo Governo Brasileiro, que o aplicava uniformemente a todas as distribuidoras de GLP em todas as regiões do Brasil. No passado, este preço foi subsidiado pelo Governo Brasileiro. Em 2002, o Governo Brasileiro deu fim ao subsídio dos preços ex-refinaria e, em janeiro de 2002, a Petrobras passou a ter liberdade para precificar o GLP no mercado nacional, adotando como referência o preço internacional acrescido de sobretaxas. No entanto, o preço ex-refinaria do GLP cobrado pela Petrobras permanece sujeito à influência do Governo Brasileiro, quando este entender conveniente. O preço do GLP ex-refinaria manteve-se inalterado de maio de 2003 até ao final de 2007, apesar do aumento dos preços do petróleo e de GLP nos mercados internacionais, parcialmente compensados pela apreciação do Real em relação ao dólar, reduzindo a diferença entre o preço de GLP no Brasil e no mercado internacional. No entanto, desde 2008 a Petrobras aumentou os preços do GLP para uso comercial e industrial esporadicamente, como mostrado abaixo:

(aumento %)	Jan/08	Abr/08	Jul/08	Jan/10	Dez/14	Set/15	Dez/15
GLP comercial e industrial	15%	10%	6%	6%	15%	11%	4%

O preço do GLP para uso residencial permaneceu inalterado de maio de 2003 a setembro de 2015, quando a Petrobras aumentou os preços em 15%. Nos últimos anos, a prática da Petrobras foi de não refletir imediatamente nos preços de derivados de petróleo no Brasil a volatilidade dos preços internacionais do petróleo e seus derivados.

Em 2013 e 2014, o preço médio ex-refinaria da Petrobras era de US$ 457 e US$ 425 por tonelada, respectivamente, comparado ao preço médio internacional de US$ 575 e US$ 544 por tonelada, respectivamente. Em 2015, o preço médio ex-refinaria da Petrobras foi de US$ 331 por tonelada, comparado ao preço médio internacional de US$ 254 por tonelada.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Ipiranga

i. Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

Desde a sua constituição em 1953, a Petrobras deteve o monopólio legal sobre a exploração, produção, refino, importação e transporte de petróleo e derivados de petróleo no Brasil e em suas águas continentais. Este monopólio foi confirmado na Constituição Federal promulgada em 1988. Como consequência, a Petrobras permaneceu como a única fornecedora no Brasil de petróleo e derivados.

Em novembro de 1995, o monopólio da Petrobras foi retirado da Constituição Federal por uma emenda constitucional aprovada pelo Congresso Nacional. De acordo com esta emenda, outras empresas estatais e privadas poderiam concorrer com a Petrobras, praticamente, em todos os segmentos nos quais a mesma atuava. A emenda foi implementada pela Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que garantiu a continuidade do monopólio da Petrobras por um prazo máximo de três anos. A Lei nº 9.478 determinou que o término do monopólio da Petrobras seria acompanhado pela desregulamentação dos preços do petróleo, gás e derivados de petróleo, bem como criou uma nova agência normativa, a ANP, destinada a supervisionar as atividades relacionadas ao petróleo. Apesar da inexistência de restrições legais para a atuação de outros fornecedores de petróleo e derivados ou para importações, atualmente a Petrobras permanece, na prática, a única fornecedora de derivados de petróleo no Brasil, incluindo a nafta, GLP e combustíveis derivados de petróleo, apesar de não haver restrições legais para outros fornecedores e importações.

Desde 1971, a Petrobras atua no mercado brasileiro de distribuição de combustíveis através de sua subsidiária BR. A BR é líder no mercado de distribuição de combustíveis, com participação no mercado de 31% em 2015, segundo dados da ANP.

Com a descoberta das áreas do pré-sal, o Governo Brasileiro adotou uma série de medidas no ambiente regulatório, estabelecendo um novo quadro legal para a indústria do petróleo, que deverá resultar em uma série de regulamentações para a indústria petrolífera, tais como contratos de partilha de produção e contratos de concessão, entre outros. Essa descoberta deverá trazer um novo cenário para o setor, gerando grandes investimentos e adaptações na infraestrutura, tais como novas refinarias, transporte rodoviário, oleodutos, plataformas, portos e navios, entre outros.

O mercado de etanol no Brasil compreende aproximadamente 400 usinas, produzindo açúcar e etanol a partir da cana-de-açúcar. A produção de etanol ocorre aproximadamente durante oito meses por ano. Uma parte da produção é armazenada nas usinas para atender a demanda durante o período de entressafra. As usinas produzem dois tipos de etanol: (i) etanol anidro, que é obrigatoriamente misturado na gasolina e (ii) etanol hidratado, usado basicamente nos veículos bicombustíveis.

ii. Eventual dependência de poucos fornecedores

A Petrobras é atualmente a única fornecedora relevante de derivados de petróleo no Brasil, responsável por 99% da produção doméstica. Há atualmente 17 refinarias de petróleo no Brasil, 13 das quais pertencem à Petrobras. Em 2015, a capacidade total de refino da Petrobras era de 367 mil m^3 por dia. As refinarias brasileiras localizam-se predominantemente nas regiões Sul e Sudeste. A produção total dessas refinarias em 2015 consistiu em 42% de diesel, 22% de gasolina, 12% de óleo combustível, 6% de GLP e 18% de outros produtos, incluindo nafta. Atualmente, a Ipiranga e outros

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

distribuidores compram praticamente todos os combustíveis derivados de petróleo da Petrobras através de contratos formais de fornecimento que estabelece o volume e termos do fornecimento. O contrato é renovado anualmente e o volume contratado é baseado no volume comprado no ano anterior. Os procedimentos para pedido e compra de combustíveis da Petrobras geralmente são comuns a todos os distribuidores, incluindo a Ipiranga. Não houve interrupções significativas no fornecimento de combustíveis pela Petrobras aos distribuidores, com exceção de uma interrupção em 1995 devido a uma greve de 15 dias dos funcionários da Petrobras.

O etanol é adquirido de diversos produtores. Em 2015, havia aproximadamente 400 usinas no Brasil, que produziram aproximadamente 30 milhões de m^3 de etanol, sendo 39% de etanol anidro e o restante de etanol hidratado. O fornecimento de etanol anidro e hidratado é sazonal e depende da colheita da cana-de-açúcar. Em 2015, 92% desse fornecimento foi proveniente das regiões Central e Sul do Brasil e a parcela remanescente do Nordeste.

O biodiesel é adquirido de inúmeros produtores de biocombustíveis no Brasil e suas principais matérias-primas são o sebo e a soja. Em 31 de dezembro de 2015, existiam 51 produtores de biodiesel, localizados predominantemente na região Centro-Oeste. Em 2015, a produção brasileira de biodiesel alcançou quase metade de sua capacidade produtiva. Desde janeiro de 2008, o primeiro ano do programa de biodiesel, a Petrobras tem sido responsável pela compra de biocombustíveis nos leilões promovidos pela ANP, para posterior fornecimento aos distribuidores em volumes proporcionais à respectiva quantidade de diesel adquirida. Essa medida visa evitar que distribuidores vendam diesel sem a inclusão do mínimo exigido de biodiesel.

iii. Eventual volatilidade em seus preços

O Governo Brasileiro tem historicamente regulado os preços do petróleo e de seus derivados, do etanol, do gás natural e da energia elétrica. A partir de 1990, o setor de óleo e gás no Brasil foi significativamente desregulamentado. Até a adoção da Lei do Petróleo em 1997, o Governo Brasileiro tinha um controle estrito sobre os preços que poderiam ser cobrados: i) pelas refinarias aos distribuidores, ii) pelos distribuidores aos postos e outros canais e; iii) pelos postos aos clientes finais.

Atualmente não existe nenhuma legislação ou regulamentação vigente autorizando o Governo Brasileiro a determinar os preços de derivados de petróleo e etanol. No entanto, considerando que a Petrobras é uma empresa de controle estatal e a maior fornecedora neste mercado, os preços dos derivados de petróleo ainda estão sujeitos a influência governamental, resultando em potenciais diferenças entre os preços internacionais e os preços domésticos de derivados de petróleo. Até 2005, os preços de certos derivados de petróleo, especialmente gasolina e diesel, eram periodicamente atualizados pela Petrobras para minimizar as diferenças de preços praticados no Brasil e nos mercados internacionais. De setembro de 2005 a maio de 2008, os preços da gasolina e diesel permaneceram inalterados.

De 2008 a 2010, a Petrobras alterou somente duas vezes os preços ex-refinaria da gasolina e do óleo diesel, e o Governo Brasileiro alterou simultaneamente a CIDE de modo a compensar total ou parcialmente o efeito da alteração nos preços para o consumidor.

Em outubro de 2011, o Governo Brasileiro reduziu a proporção de etanol anidro misturado à gasolina de 25% para 20%, devido à queda da produção de etanol. Para evitar aumento do preço da gasolina para o consumidor final, o Governo Brasileiro decidiu reduzir simultaneamente CIDE sobre a

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

gasolina A de R$ 230/m^3 para R$ 193/m^3. Em novembro de 2011, a Petrobras aumentou os preços ex-refinaria da gasolina e do diesel em 10% e 2%, respectivamente, e o Governo Brasileiro reduziu simultaneamente, mais uma vez, a CIDE da gasolina A para R$ 91/m^3 e do diesel de R$ 70/m^3 para R$ 47/m^3, sem afetar, portanto, os preços ao consumidor final.

Em junho de 2012, a Petrobras deu início a aumentos esporádicos de preços do diesel e da gasolina, conforme tabela abaixo. Na mesma data, a alíquota da CIDE dos dois produtos foi reduzida a zero, neutralizando pontualmente o efeito do aumento nos preços ao consumidor. Os aumentos subsequentes tiveram impacto nos preços ao consumidor. Em janeiro de 2015, o Governo Brasileiro anunciou a volta da CIDE e a elevação do PIS e Cofins sobre os combustíveis, com impacto de R$ 220/m³ para a gasolina e de R$ 150/m³ para o diesel a partir de 1º de fevereiro de 2015.

(% de aumento)	Jun/12	Jul/12	Jan/13	Mar/13	Nov/13	Nov/14	Set/15
Diesel	3,9%	6,2%	5,4%	4,9%	8,0%	5,0%	4,0%
Gasolina	7,8%	-	6,6%	-	4,0%	3,0%	6,0%

Os preços de etanol não estão sujeitos a regulação, sendo livremente estabelecidos pelos produtores de etanol. A fim de coibir práticas de concorrência desleal na venda de etanol, o governo anunciou algumas medidas, apoiadas pelas empresas que compõem o Sindicom. Em abril de 2008, tornou-se obrigatório a produtores e distribuidores de combustíveis, assim como para TRRs, a emissão de nota fiscal eletrônica em todos os estados do Brasil. Adicionalmente, em junho de 2008, o governo aprovou no Congresso Nacional a Lei 11.727/08, baseada na Medida Provisória 425, que entrou em vigor em outubro de 2008. Essa lei instituiu duas iniciativas para evitar a evasão fiscal: (i) aumentar a proporção de tributação do PIS e COFINS nas usinas de 25% para 40%, que está atualmente em vigor e (ii) a exigência de instalação de medidores de vazão nas usinas para controle do fluxo de etanol, que ainda está aguardando a definição de certos aspectos técnicos para ser implementada. Em 2009, a ANP passou a rastrear as vendas de metanol. A mistura de metanol e etanol é um exemplo de adulteração de produto praticada por alguns distribuidores ou donos de postos, principalmente no estado de São Paulo. Em 7 de maio de 2013, o Governo Brasileiro adotou a Medida Provisória 613 que se converteu na Lei nº 12.859 de 10 de setembro de 2013, que, entre outras resoluções, concedeu incentivo fiscal para os produtores de etanol e de produtos químicos através de créditos e reduções do PIS e COFINS. Como resultado, todo o PIS e COFINS incidentes sobre o etanol, que correspondiam a R$ 120/m³ em 31 de dezembro de 2013, são coletados no produtor, que recebe, por sua vez, um crédito de R$ 120/m³.

Com a publicação da Lei nº 11.097 de 13 de janeiro de 2005, foi criado o Programa Nacional de Biodiesel e o biodiesel foi incluído na matriz energética brasileira. Desde 2008, tornou-se obrigatória a adição de uma quantidade específica deste combustível ao diesel, inicialmente em 2%. Foram determinadas também algumas mudanças nas instalações dos distribuidores, bem como reestruturação da logística. Em março de 2016, sancionada a Lei nº 13.263 que eleva o percentual obrigatório de biodiesel misturado ao diesel para 8% até 2017, chegando a 10% em 2019.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Oxiteno

i. Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

A nafta é a matéria-prima usada no Brasil para a produção de produtos petroquímicos básicos, tais como eteno e propeno. Atualmente, a Petrobras é a mais importante fornecedora de nafta no Brasil, apesar do término de seu monopólio constitucional em agosto de 2000. Veja "Itens 7.3.e.i. Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável - Oxiteno".

As empresas brasileiras de primeira geração, denominadas craqueadoras, quebram ou craqueiam a nafta (produto do processo de refino do petróleo), sua principal matéria-prima, transformando-a em produtos petroquímicos básicos. No Brasil, as craqueadoras adquirem a nafta da Petrobras e através de importação. Atualmente a Petrobras é a maior produtora brasileira de nafta. Os produtos produzidos pelas craqueadoras incluem oleofinas, principalmente eteno, propeno e butadieno, e também aromáticos, como benzeno, tolueno e xileno. A Braskem possui três plantas craqueadoras de nafta, localizadas em Camaçari, em Triunfo e em Mauá. As plantas craqueadoras brasileiras vendem seus produtos às empresas de segunda geração. Esses produtos, em forma gasosa ou liquefeita, são geralmente transportados por meio de tubulações às empresas de segunda geração para posterior processamento. Este setor passou por um processo de reestruturação, com o estabelecimento da Braskem como principal empresa e a Petrobras como acionista minoritário relevante.

ii. Eventual dependência de poucos fornecedores

A principal matéria-prima da Oxiteno é o eteno. Em 2015, o eteno foi responsável por 30% do custo de produção variável e 24% do custo total das vendas e serviços da Oxiteno. Dentre as demais matérias-primas, as principais são o óleo de palmiste, C4, álcool butílico, amina graxa e fenol.

O fornecimento de eteno constitui uma barreira para a entrada de novos produtores de óxido de eteno no Brasil, na medida em que a atual capacidade de produção de eteno pelas craqueadoras brasileiras está comprometida com as empresas de segunda geração existentes, incluindo a Oxiteno, e a instalação de uma nova craqueadora no Brasil exige investimentos significativos. Adicionalmente, o transporte e armazenagem do eteno são complexos e caros, uma vez que o eteno deve estar acondicionado a –100ºC, sua importação e exportação é desfavorecida. Consequentemente, craqueadoras de nafta, como a Braskem, dependem das empresas de segunda geração localizadas nos respectivos polos, como a Oxiteno, para venda do eteno.

A Oxiteno possui um contrato de fornecimento com a Braskem que estabelece um consumo anual mínimo eteno que a Oxiteno é obrigada a adquirir, calculado trimestralmente, e as condições para o fornecimento de eteno até 2021 na unidade de Camaçari. O compromisso mínimo de compra é de 190 mil e um máximo de 205 mil toneladas de eteno por ano. Caso o compromisso mínimo de compra não seja atingido, a Oxiteno deverá pagar uma multa de 40% do preço corrente de eteno pela quantidade não adquirida. O compromisso mínimo de compra está sujeito a redução proporcional em caso de paradas programadas no fornecedor de e/ou nas instalações da Oxiteno.

Em adição, a Oxiteno tem um contrato de fornecimento com a Braskem válido até 2023 na unidade de Mauá. O contrato estabelece e regula as condições de fornecimento de eteno para a Oxiteno baseado no mercado internacional deste produto. A compra mínima é de 22.050 toneladas de eteno

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

semestralmente. Caso o compromisso mínimo de compra não seja cumprido, a Oxiteno está sujeita a uma multa de 30% do preço corrente do eteno, na extensão da quantidade não cumprida. O compromisso mínimo de compra está sujeito a redução proporcional, no caso de paradas das plantas dos fornecedores e/ou da Oxiteno.

A Oxiteno não mantém armazenamento de eteno, sendo que quaisquer interrupções no fornecimento por parte das craqueadoras teriam impacto imediato em sua produção.

Em 2015, outras matérias-primas, sobretudo óleo de palmiste, C4, álcool butílico, ácido acético, noneno, fenol, amina graxa primária, etanol, oxigênio, de-parafina, amônia, entre outras foram responsáveis por, aproximadamente, 35% dos custos variáveis da Oxiteno e 28% dos custos totais de vendas e serviços da Oxiteno. Com exceção do fenol, que é adquirido, principalmente, da Rhodia Poliamida Especialidades Ltda., e do C4, adquirido da Braskem em Triunfo, a Oxiteno obtém as demais matérias-primas de diversas fontes.

A energia elétrica, o vapor e o gás natural constituem as principais utilidades necessárias à produção da Oxiteno. Parte da eletricidade e do vapor utilizados é gerada internamente, e parte adquirida de empresas de eletricidade e fornecedores de vapor em regiões em que a Oxiteno está localizada. O gás natural é adquirido de companhias locais. Em 2015, custos com energia elétrica representaram 3% dos custos variáveis da Oxiteno.

iii. Eventual volatilidade em seus preços

Desde 9 de agosto de 2000, o preço da nafta vem sendo livremente negociado entre a Petrobras e seus clientes no Brasil.

Dado que a nafta é a principal matéria-prima para a produção do eteno no Brasil, flutuações no preço da nafta influenciam diretamente o preço do eteno. Uma vez que o preço do petróleo é o principal fator determinante do preço da nafta, o preço da nafta e, consequentemente, do eteno estão sujeitos também a flutuações provocadas pelas variações no preço internacional do petróleo. Os aumentos no preço do eteno podem impactar a competitividade da Oxiteno no mercado petroquímico.

O preço do eteno fornecido pela Braskem à Oxiteno é referenciado aos preços de eteno no mercado internacional desde agosto de 2006 para nossa planta em Camaçari e desde agosto de 2008 para nossa planta em Mauá.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

A tabela a seguir apresenta os preços médios de eteno referenciados ao preços de contrato *North-Western Europe* (NWE):

Em dólares por tonelada	**NWE**
2015	
Primeiro trimestre	972
Segundo trimestre	1.155
Terceiro trimestre	1.128
Quarto trimestre	996
Preço máximo no ano	1.240
Preço mínimo no ano	946
Média no ano	1.063
2014	
Primeiro trimestre	1.647
Segundo trimestre	1.603
Terceiro trimestre	1.574
Quarto trimestre	1.326
Preço máximo no ano	1.676
Preço mínimo no ano	1.245
Média no ano	1.534
2013	
Primeiro trimestre	1.707
Segundo trimestre	1.567
Terceiro trimestre	1.608
Quarto trimestre	1.654
Preço máximo no ano	1.719
Preço mínimo no ano	1.509
Média no ano	1.634

Ultracargo

i. Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

Em razão da natureza de sua atividade, a Ultracargo não mantém relações com fornecedores relevantes.

ii. Eventual dependência de poucos fornecedores

Em razão da natureza de sua atividade, a Ultracargo não possui dependência de poucos fornecedores.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

iii. Eventual volatilidade em seus preços

Em razão da natureza de sua atividade, a Ultracargo não apresenta volatilidade em seus preços.

Extrafarma

i. Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

O setor de varejo farmacêutico apresenta alto grau de regulação em preços e no sortimento de produtos vendidos nas lojas. O Governo Brasileiro sanciona leis e regulações para aplicação geral, as quais são aplicadas e complementadas por ações dos governos estaduais e municipais. No nível federal, os setores farmacêutico e da saúde são regulamentados e fiscalizados pelo Ministério da Saúde, através da ANVISA, conforme estabelecido pela Lei nº 9.782 de 26 de janeiro de 1999. A aquisição de nossos produtos é realizada por meio de diversos fornecedores, dentre os quais, fabricantes de medicamentos, produtos farmacêuticos, de beleza e higiene pessoal, dentre outros.

ii. Eventual dependência de poucos fornecedores

A Extrafarma comercializa uma variedade grande de produtos, adquiridos de diversos fornecedores. Portanto, a Extrafarma não possui dependência de poucos fornecedores.

iii. Eventual volatilidade em seus preços

Os preços máximos de medicamentos no Brasil são determinados pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamento (CMED). Portanto, os preços praticados pelas empresas de varejo farmacêutico devem se situar entre o preço praticado pelo fabricante e o respectivo preço máximo determinado pela CMED. Veja “Item 7.5 Descrição de efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades da Ultrapar”.

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

7.4. - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total da Ultrapar

a. Montante total de receitas provenientes do cliente

A Ultrapar não possui clientes que sejam responsáveis por mais de 10% de sua receita líquida total.

b. Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Não há segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes de cliente responsável por mais de 10% da receita líquida total da Companhia.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

7.5. - Descrição de efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades da Ultrapar

a. Necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Ultragaz

A ANP é responsável pelo controle, supervisão e implementação das políticas do Governo Brasileiro no setor de petróleo, gás e biocombustíveis. A ANP regulamenta todos os aspectos da produção, distribuição e venda de petróleo e derivados de petróleo no Brasil, estabelecendo padrões de qualidade dos produtos e capacidades de armazenamento mínimas a serem mantidas pelas distribuidoras.

Para operar regularmente no Brasil, uma distribuidora de GLP deve ser credenciada pela ANP e observar certas exigências operacionais mínimas, dentre elas:

- manutenção de capacidade suficiente de armazenamento de GLP;
- manutenção de quantidade adequada de vasilhames de GLP;
- utilização de vasilhames gravados com a marca própria da distribuidora;
- posse de base de engarrafamento própria;
- manutenção de unidades de engarrafamento de GLP apropriadas;
- distribuição de GLP exclusivamente em áreas autorizadas à prestação de assistência técnica ao consumidor, diretamente ou através de revendedor autorizado; e
- conformidade perante o SICAF (Sistema Único de Cadastramento Unificado de Fornecedores).

As distribuidoras de GLP são obrigadas a fornecer à ANP relatórios mensais apresentando as vendas realizadas no mês imediatamente anterior, bem como o volume de GLP encomendado à Petrobras para os quatro meses seguintes. A ANP limita o volume de GLP que pode ser encomendado por cada distribuidora em conformidade com o número de vasilhames disponíveis e de sua infraestrutura de distribuição. Com base nas informações fornecidas pelas distribuidoras brasileiras, a Petrobras fornece o volume de GLP encomendado, desde que sua produção e importações de GLP sejam suficientes para atender a demanda. A distribuição de GLP ao consumidor final pode ser realizada diretamente pelas distribuidoras ou por revendedores autônomos. Cada distribuidor deve fornecer à ANP informações mensais de seus revendedores independentes. A construção e operação de unidades de engarrafamento e de instalações de armazenamento de GLP estão sujeitas à aprovação prévia da ANP e unidades de engarrafamento e de instalações de armazenamento só podem iniciar a operação após a inspeção da ANP.

Em agosto de 1996, sob a supervisão do Governo Brasileiro, a maioria das distribuidoras brasileiras de GLP representando mais de 90% do mercado, os fabricantes de vasilhames, as empresas de transporte de GLP e certas lojas de varejo do setor firmaram um convênio com o fim de instituir o programa de requalificação de vasilhames de GLP (um processo no qual os vasilhames passam por inspeções de segurança e qualidade) e outros procedimentos de segurança, denominado Código de Auto-Regulamentação. Anteriormente à entrada em vigor do Código de Auto-Regulamentação, certas distribuidoras de GLP, que não incluíam a Ultragaz, envasavam vasilhames gravados com a marca das demais distribuidoras. Esta prática resultou em um baixo nível de investimento em vasilhames novos, comprometendo a segurança dos vasilhames mais antigos. O Código de Auto-Regulamentação estabelece, dentre outras coisas, que:

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

- cada distribuidora somente pode envasar e vender vasilhames gravados com sua própria marca;
- cada distribuidora é responsável pela qualidade e pelo controle de segurança de seus vasilhames; e
- cada distribuidora deve manter quantidade suficiente de vasilhames para atender ao seu volume de vendas.

Nos termos da Portaria nº 334 do Ministério das Minas e Energia, de 1º de novembro de 1996 ("Portaria nº 334"), qualquer parte que descumprir as obrigações previstas no Código de Auto-Regulamentação ficará sujeita às penalidades previstas em lei, que incluem desde o pagamento de multa e a interrupção do fornecimento de GLP à parte inadimplente, até a suspensão de suas operações de distribuição de GLP. A Portaria nº 334 estipula o seguinte cronograma para a implementação das medidas aprovadas pelo Código de Auto-Regulamentação:

- construção de, pelo menos, 15 centros de destroca de vasilhame, a partir de novembro de 1996.
- suspensão do envasamento de vasilhames de terceiros a partir de outubro de 1997;
- requalificação, até 1º de novembro de 2006, de 68,8 milhões de vasilhames fabricados até 1991; e
- requalificação, até 1º de novembro de 2011, de 12,8 milhões de vasilhames fabricados entre 1992 e 1996.

O Código de Auto-Regulamentação foi substituído pela Resolução nº 15/2005, que regula a distribuição das atividades de GLP.

A Ultragaz tinha a obrigação de requalificar 13,8 milhões de vasilhames até novembro de 2006 e mais 10,7 milhões de vasilhames até novembro de 2011. A Ultragaz requalificou 3,0 milhões, 3,8 milhões e 3,1 milhões de vasilhames em 2013, 2014 e 2015, respectivamente. Em 2016, a Ultragaz espera requalificar aproximadamente 2,5 milhões de vasilhames.

Ipiranga

A ANP é responsável pelo controle, supervisão e implementação das políticas do Governo Brasileiro sobre as atividades relacionadas a petróleo, gás natural e biocombustível. A ANP regula todos os aspectos da indústria, desde a exploração e/ou produção, transporte até a venda desses produtos, inclusive normas de qualidade de produto e capacidades mínimas de armazenagem a serem mantidas pelos distribuidores. Antes de 1999, não havia exigências formais impostas pelo Governo Brasileiro para a atuação no setor de distribuição de combustíveis. Os distribuidores estavam apenas obrigados a se registrar no Departamento Nacional de Combustíveis ou na Agência Nacional do Petróleo antes de iniciar suas operações. Em 30 de dezembro de 1999, a ANP estabeleceu, por meio da Resolução nº 202, uma série de exigências a serem cumpridas. Em outubro de 2014, a Resolução nº 202 foi substituída pela Resolução nº 58/2014. Segundo as novas regras uma distribuidora de combustíveis, a fim de operar no Brasil, deve obter uma autorização de operação e atender a certos requisitos mínimos de funcionamento, incluindo:

- capital integralizado mínimo de R$ 4.500.000,00;

- comprovação de capacidade financeira equivalente aos volumes de vendas esperados (essa comprovação pode ser feita por meio de comprovação de posse de ativos, seguro ou fiança bancária).

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

A ANP é também responsável por estabelecer os volumes adquiridos pelos distribuidores com base na capacidade de armazenagem. Os distribuidores de combustíveis são obrigados a fornecer à ANP relatórios mensais apresentando as vendas do mês. A distribuição de combustíveis para os postos e grandes consumidores pode ser realizada apenas por um distribuidor registrado. Aos TRRs, é permitida a comercialização de diesel, lubrificantes e graxas à pequenos consumidores finais. Cada distribuidor deve fornecer mensalmente à ANP informações relativas aos seus revendedores independentes. A construção de bases e a aprovação para novos revendedores estão sujeitas à prévia aprovação da ANP. Postos de serviços e instalações de armazenagem só podem começar a operar após inspeção da ANP.

Oxiteno

A Oxiteno não apresenta efeitos relevantes diretos da regulação estatal sobre suas atividades. Cada uma das plantas da Oxiteno possui licença emitida pelas autoridades ambientais competentes. Essas licenças são válidas por um período fixo, devendo ser renovadas. As condições das demais licenças variam de acordo com a legislação aplicável e os resultados obtidos durante inspeções periódicas dos órgãos ambientais.

Ultracargo

Em 11 de julho de 2002, o Tequimar assinou contrato com a CODEBA – Companhia das Docas do estado da Bahia, que permite a exploração da área na qual está situado o Terminal de Aratu por 20 anos, renovável por igual período. Esse contrato estabelece uma movimentação mínima de carga de 100.000 de toneladas por ano até 2016 e, de 2017 a 2022, 900.000 toneladas por ano. Adicionalmente, o Tequimar possui contrato de arrendamento de área adjacente ao Porto de Santos por 20 anos a partir de dezembro de 2002, renovável por igual período, que permite construir, operar e explorar terminal destinado a recepção, tancagem, movimentação e distribuição de granéis líquidos. O Tequimar possui ainda contratos com o Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros, relacionado com sua instalação portuária Suape. Esse contrato estabelece uma movimentação mínima de carga em Suape de 250.000 toneladas por ano, até 2027, e 400.000 toneladas por ano, em 2028 e 2029. Veja “Item 10.6.b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras”.

Extrafarma

O setor de varejo farmacêutico apresenta alto grau de regulação em preços e no sortimento de produtos vendidos nas lojas. No Brasil, a regulação para esse setor é dividida entre os governos federais, estaduais e municipais. O Governo Brasileiro sanciona leis e regulações para aplicação geral, as quais são aplicadas e complementadas por ações dos governos estaduais e municipais. No nível federal, os setores farmacêutico e da saúde são regulamentados e fiscalizados pelo Ministério da Saúde, através da ANVISA, conforme estabelecido pela Lei nº 9.782 de 26 de janeiro de 1999.

As principais regras que regulam o setor de varejo de farmacêutico no Brasil são relacionadas à precificação dos medicamentos e a restrições no seu manuseio, transporte, armazenamento, marketing e venda desses produtos. Todos os anos, no dia 31 de março, o governo aprova reajustes máximos de preços para distribuidores e consumidores, de acordo com uma métrica que inclui inflação no custo dos insumos, câmbio e um fator de ajuste de preços relativos intra-setor, calculado

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

com base no poder de mercado dos fabricantes. No Brasil, a área frontal ocupada pela farmácia é geralmente menor que 300 m².

b. Política ambiental da Ultrapar e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

Em 2015, os investimentos da Ultrapar em meio ambiente totalizaram R$ 49 milhões. Abaixo estão descritas as políticas ambientais para cada um de nossos negócios.

Ultragaz

As distribuidoras de GLP são reguladas pela ANP e estão sujeitas às leis e aos regulamentos brasileiros federais, estaduais e municipais relativos à proteção do meio ambiente, saúde pública e segurança do trabalho. Os principais órgãos regulatórios de distribuição de GLP, em âmbito federal, são o CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente), o Ministério do Trabalho e o Ministério dos Transportes.

A ANP e as legislações brasileiras e estaduais que tratam da proteção do meio ambiente exigem que as distribuidoras de GLP obtenham licenças junto aos órgãos ambientais estaduais competentes, às autoridades municipais e ao corpo de bombeiros. Para tanto, devem comprovar às autoridades reguladoras que a operação, a manutenção e a reforma de seus estabelecimentos estão de acordo com os regulamentos e não são prejudiciais ao meio ambiente e à comunidade. Ademais, existem regulamentos que prescrevem padrões de procedimento para transporte, entrega e armazenamento de GLP, bem como para teste e requalificação dos vasilhames de GLP. Sanções de natureza civil, administrativa e penal, incluindo multas e revogação de licenças, poderão ser aplicadas aos infratores dos regulamentos. De acordo com a lei aplicável, as distribuidoras de GLP têm responsabilidade civil objetiva e danos originados na esfera ambiental.

A indústria e o mercado de GLP também estão sujeitos às leis e aos regulamentos federais, estaduais e locais que prescrevem normas de segurança e saúde no trabalho. Em matéria de saúde pública e segurança do trabalho, as distribuidoras são obrigadas a elaborar, anualmente, relatórios acerca de ocorrências acerca destas questões, para entrega às Secretarias do Ministério do Trabalho em cada um dos estados em que mantém atividades. Adicionalmente, as distribuidoras de GLP estão sujeitas à legislação e fiscalização governamental federal, estadual e municipal geralmente aplicáveis às empresas que realizam operações no Brasil, incluindo leis trabalhistas, previdenciárias e de proteção ao consumidor.

Ipiranga

Os distribuidores de combustíveis estão sujeitos às leis e normas federais, estaduais e municipais relativas a proteção do meio ambiente, segurança e saúde ocupacional, e estão sujeitas a alvará do corpo de bombeiros com relação a segurança e transporte. O Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA é o principal responsável pela regulamentação e deliberação sobre questões ambientais. Além disso, agências ambientais estaduais e departamentos municipais são também responsáveis por estabelecer e supervisionar leis e normas complementares dentro de suas áreas de operação.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Os distribuidores de combustíveis devem obter autorizações e/ou licenças de agências ambientais federais, estaduais e/ou municipais regionais e do corpo de bombeiros para implementar e operar suas instalações. Devem ainda desenvolver programas para controle da poluição do ar e da água e de resíduos perigosos. Também devem ser implementados planos de emergência para plantas operacionais e sedes, envolvendo a comunidade, empresas públicas e outras empresas privadas. Adicionalmente, os distribuidores de combustíveis devem cumprir também as leis do Ministério do Trabalho, que prescrevem normas de saúde e segurança ocupacional. Para manter um ambiente de trabalho seguro e saudável, as empresas devem implementar programas abrangentes de saúde ocupacional e segurança.

Combustíveis devem ser transportados sob condições especiais. No Brasil, o transporte de produtos perigosos é regulamentado e as normas destinam-se a todos os meios de transporte.

Oxiteno

A Oxiteno mantém um processo contínuo para o monitoramento e atendimento dos requisitos da legislação federal, estadual e municipal das localidades em que desenvolve suas atividades. De acordo com a legislação pertinente, a Oxiteno tem responsabilidade objetiva por perdas e danos de caráter ambiental.

Cada planta da Oxiteno é licenciada pela autoridade ambiental competente. As licenças concedidas são válidas por um determinado período de tempo e devem ser renovadas. Os demais termos das licenças variam de acordo com a legislação aplicável e com as inspeções periódicas realizadas pelas autoridades ambientais.

Os resíduos e efluentes gerados pelas unidades industriais da Oxiteno são tratados de acordo com a legislação vigente. Os efluentes líquidos são escoados e tratados em estações de tratamento próprias ou pertencentes aos complexos petroquímicos nos quais a Oxiteno mantém suas atividades. A Oxiteno busca reprocessar resíduos sólidos em fornos de cimento. Nas situações em que o reprocessamento não é recomendado, utilizam-se principalmente métodos de incineração.

Os índices referentes aos tópicos de saúde e segurança são comparáveis aos padrões internacionais, sendo considerados prioritários aos negócios da Oxiteno e no planejamento dos próximos anos.

Além dos requisitos legais, a Oxiteno atende, voluntariamente, a padrões diversificados de qualidade ambiental, dentre os quais o Programa Atuação Responsável, mantido pela ABIQUIM, que estabelece padrões internacionais de proteção ao meio ambiente e à saúde do trabalho, bem como práticas de segurança para fabricantes de produtos químicos.

A Oxiteno desenvolveu um importante projeto para ampliar o uso de matérias-primas renováveis, a unidade oleoquímica, que produz álcoois graxos e subprodutos a partir do óleo de palmiste, extraído da semente do fruto da palma. Com a entrada em operação da unidade oleoquímica, a participação de matérias-primas renováveis no total de matérias-primas utilizadas atingiu 25% em 2015, em comparação a 8% em 2007. Visando fortalecer sua liderança regional e suas práticas de sustentabilidade, a Oxiteno afiliou-se em 2010 à mesa-redonda da produção sustentável de óleo de palmiste (*Roundtable on Sustainable Palm Oil*), uma organização que visa regulamentar o plantio de palmiste.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Ultracargo

Em 2007, o terminal da Ultracargo em Aratu obteve a certificação ISO 14001, e passou por processos de recertificação, sendo o último em 2015. O processo envolveu o Sistema de Gestão da Qualidade da Ultracargo unificado para todo o país. O terminal de Paulínia obteve a certificação ISO 14001 em 2004, e passou por processos de recertificação, sendo o último em 2012. Em 2012, o terminal de Santos obteve o certificado ISO 14001 e, em 2013, o OHSAS 18001. Em 2011, o terminal de Suape obteve a certificação ISO 14001. Em 2012, os terminais de Suape e Aratu obtiveram o certificado OHSAS 18001. Em 2014, o terminal de Aratu foi reconhecido pelo desempenho em Saúde, Segurança e Meio Ambiente pelo Comitê de Fomento Industrial de Camaçari (Cofic). Em 2015, o terminal de Itaqui obteve as certificações ISO 14001 e OHSAS 18001.

Extrafarma

O setor de varejo farmacêutico está sujeito a leis e normas federais, estaduais e municipais relativas à proteção do meio ambiente. As principais regulações referem-se à geração de resíduos de serviços de saúde e ao descarte de medicamentos. Com relação aos resíduos de serviços de saúde, como, por exemplo, seringas, agulhas e gazes, a Resolução RDC nº 306, de 07/12/2004, da ANVISA, e a Resolução nº 358, de 29/04/2005, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) determinam que os estabelecimentos prestadores de serviços de saúde elaborem um Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS) prevendo o transporte, o tratamento e a destinação final adequados desses resíduos. As coletas são feitas por empresas terceiras devidamente habilitadas pela ANVISA. Com relação ao descarte, de acordo com as normas da ANVISA, todo medicamento com prazo de validade expirado, com venda suspensa ou com a embalagem danificada deve ser incinerado por empresas ambientais autorizados pela ANVISA.

c. Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Marcas e patentes

A Ultrapar opera seus negócios sob cinco marcas principais: Ipiranga, Ultragaz, Oxiteno, Ultracargo e, a partir de 1º de fevereiro de 2014, Extrafarma, cada uma com suas próprias famílias de marcas, as quais têm vigência padrão de 10 anos, renovável a cada 10 anos.

Além disso, a Ipiranga detém os registros de marcas comerciais usadas no negócio de distribuição, tais como Ipiranga, Quilômetros de Vantagens (“Km de Vantagens”), *Jet Oil*, Clube VIP Ipiranga, Clube do Milhão Ipiranga, Posto 24 horas, Atlantic, Ipiranga 4x4, Gasolina Original Ipiranga, e diversas outras marcas. O período de validade de 10 anos dos registros dessas marcas comerciais vence entre 2016 e 2022. A IPP também possui uma patente de bomba de fornecimento de combustíveis e outras patentes. A Ipiranga adquiriu a marca am/pm no Brasil em novembro de 2012 através de um contrato assinado com a Atlantic Richfield Company.

Adicionalmente, a Ipiranga requereu registros das marcas Abastece Aí, am/pm Super Store e am/pm Estação, que estão sob análise do INPI.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

Licenças

Como parte da aquisição do Grupo Ipiranga, a Ipiranga licenciou o uso da marca Ipiranga nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte do Brasil para a Petrobras até março de 2012. Nos termos da aquisição da Texaco, a Ipiranga tinha o direito de uso da marca Texaco até março de 2012 nas regiões Sul e Sudeste do Brasil e tinha esse direito até março de 2014 nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte, período após o qual não utilizávamos mais a marca Texaco em nossos postos.

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

7.6. - Em relação aos países dos quais o emissor obtém receitas relevantes, identificar:

a. <u>Receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor</u>

Receita líquida no mercado interno em 2015: R$ 74.338 milhões, equivalente a 98% da receita líquida total da Ultrapar.

b. <u>Receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor</u>

A Ultrapar não possui receitas relevantes em outros países estrangeiros.

c. <u>Receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor</u>

Receita líquida no mercado externo em 2015: R$ 1.317 milhões, equivalente a 2% da receita líquida total da Ultrapar.

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

7.7. - Em relação aos países estrangeiros divulgados no item 7.6, informar em que medida o emissor está sujeito à regulação desses países e de que modo tal sujeição afeta os negócios do emissor

A Ultrapar não possui receitas relevantes em outros países estrangeiros. Ver “Item 4.1.i - Fatores de risco que podem influenciar a decisão de investimento - Aos países estrangeiros onde o emissor atue”.

7.8 - Políticas socioambientais

7.8 - Em relação a políticas socioambientais, indicar

a. Divulga informações sociais e ambientais

Há mais de 10 anos a Ultrapar inclui informações sobre seu desempenho socioambiental em seu Relatório Anual. Neste material, a Companhia destaca programas de inclusão que apoia e participa diretamente, bem como as principais iniciativas adotadas com foco no meio ambiente.

b. Metodologia seguida na elaboração dessas informações

As informações contidas no Relatório Anual não possuem uma metodologia padronizada para a elaboração de todas as informações. Quando possível, as informações seguem os critérios do GRI (*Global Reporting Initiative*).

c. Se essas informações são auditadas ou revisadas por entidade independente

Apenas parte das informações socioambientais são auditadas por entidade independente.

d. Página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas essas informações

As informações estão disponíveis no site da Ultrapar, no endereço www.ultra.com.br.

7.9 - Outras informações relevantes

7.9. - Outras informações que o emissor julgue relevantes

Não foram identificadas outras informações que a Ultrapar julgue relevantes.

8.1 - Negócios extraordinários

8.1. - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Ultrapar

Em 30 de setembro de 2013, a Ultrapar assinou acordo de associação com Extrafarma, que opera utilizando a marca Extrafarma, uma das dez maiores redes de drogarias do Brasil. O fechamento da operação ocorreu em 31 de janeiro de 2014, com a aprovação da incorporação, pela Ultrapar, da totalidade das ações de emissão da Extrafarma. Os resultados da Extrafarma passaram a ser consolidados pela Ultrapar nas suas demonstrações financeiras a partir de 1º de fevereiro de 2014. A associação com a Extrafarma marcou o ingresso da Ultrapar no significativo e crescente mercado de varejo farmacêutico brasileiro, tornando-se o terceiro negócio de distribuição e varejo especializado da Companhia, com características de crescimento, resiliência e diferenciação em serviços e conveniência para os consumidores. Veja “Item 15.7.iv. Incorporação de ações de emissão da Extrafarma”.

8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

8.2. - Alterações significativas na forma de condução dos negócios da Ultrapar

Não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Ultrapar, nos últimos três exercícios sociais.

8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

8.3. - Contratos relevantes celebrados pela Ultrapar e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Em 30 de setembro de 2013, a Ultrapar assinou acordo de associação e outras avenças com os acionistas detentores da totalidade do capital social da Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A.. A Transação da Extrafarma foi concluída em 31 de janeiro de 2014 e, consequentemente, os resultados da Extrafarma passaram a ser consolidados aos resultados da Ultrapar a partir de 1º de fevereiro de 2014. Veja “Item 15.7.iv. Incorporação de ações de emissão da Extrafarma”.

8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.

8.4. - Outras informações relevantes

Não existem outras informações que a Ultrapar julgue relevantes sobre este item.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

9.1. - Descrição dos bens do ativo não-circulante relevantes para o desenvolvimento das atividades da Ultrapar

Para informações sobre bens do ativo não-circulante considerados relevantes para o desenvolvimento das atividades da Ultrapar veja “Item 9.1.a. Ativos imobilizados”, “Item 9.1.b. Ativos intangíveis, patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia, nome de domínio na rede mundial de computadores” e “Item 9.1.c. Sociedades em que a Ultrapar tenha participação”.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Base produtiva secundária	Brasil	SC	Lages	Alugada
Base produtiva secundária - pool	Brasil	PR	Londrina	Própria
Base produtiva primária	Brasil	AP	Macapá	Própria
Planta industrial	Estados Unidos		Pasadena	Própria
Planta industrial	Uruguai		Montevideo	Própria
Base produtiva primária	Brasil	AL	Maceió	Arrendada
Base produtiva primária	Brasil	AM	Manaus	Própria
Base produtiva primária	Brasil	AM	Manaus	Alugada
Base produtiva secundária	Brasil	PA	Marabá	Alugada
Base produtiva secundária	Brasil	PR	Maringá	Alugada
Base produtiva secundária	Brasil	MG	Montes Claros	Própria
Base produtiva secundária	Brasil	AL	Munguba	Própria
Base produtiva secundária	Brasil	SP	Ourinhos	Própria
Base produtiva secundária	Brasil	SP	Ourinhos	Própria
Base produtiva primária	Brasil	RS	Passo Fundo	Arrendada
Base produtiva primária	Brasil	SP	Paulínia	Própria
Base produtiva primária	Brasil	SP	Paulínia	Própria
Base produtiva primária - pool	Brasil	SP	Paulínia	Própria
Base produtiva primária	Brasil	SP	Paulínia	Alugada
Base produtiva secundária	Brasil	SP	Piaçaguera MRS	Alugada
Base produtiva secundária	Brasil	RO	Porto Velho	Própria
Base produtiva secundária	Brasil	SP	Presidente Prudente	Própria
Base produtiva primária - pool	Brasil	SP	Ribeirão Preto	Arrendada
Base produtiva primária	Brasil	RS	Rio Grande	Alugada
Base produtiva secundária	Brasil	RS	Santa Maria	Própria
Base produtiva secundária	Brasil	PA	Santarem	Própria
Base produtiva secundária	Brasil	MG	São Brás do Suaçui	Alugada
Base produtiva primária	Brasil	SP	São Caetano do Sul	Própria
Base produtiva primária	Brasil	BA	São Francisco do Conde	Alugada
Base produtiva secundária	Brasil	SP	São José do Rio Preto	Própria

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Base produtiva secundária	Brasil	SP	São José do Rio Preto	Própria
Base produtiva secundária	Brasil	SP	São José do Rio Preto	Própria
Base produtiva primária	Brasil	SP	São José dos Campos	Própria
Base produtiva secundária	Brasil	SP	São José dos Campos	Alugada
Base produtiva primária	Brasil	MG	Uberlândia	Alugada
Base produtiva primária	Brasil	MA	São Luís	Arrendada
Base produtiva primária	Brasil	MA	São Luís	Alugada
Planta industrial	Brasil	BA	Camaçari	Própria
Planta industrial	Brasil	SP	Mauá	Própria
Planta industrial	Brasil	SP	Tremembé	Própria
Planta industrial	Brasil	RS	Triunfo	Própria
Planta industrial	Brasil	SP	Suzano	Alugada
Base produtiva primária - pool	Brasil	PE	Suape	Alugada
Base produtiva primária	Brasil	PE	Suape	Arrendada
Base produtiva secundária	Brasil	PI	Teresina	Própria
Base produtiva primária	Brasil	MG	Uberaba	Alugada
Base produtiva primária - pool	Brasil	MG	Uberlândia	Própria
Base produtiva secundária	Brasil	RO	Vilhena	Própria
Base produtiva primária	Brasil	ES	Vitória	Alugada
Base produtiva secundária	Brasil	TO	Porto Nacional	Alugada
Terminal	Brasil	SP	Santos	Própria
Terminal	Brasil	BA	Aratu	Arrendada
Base produtiva secundária	Brasil	MT	Rondonópolis	Própria
Terminal	Brasil	PE	Suape	Arrendada
Terminal	Brasil	MA	Itaqui	Arrendada
Terminal	Brasil	SP	Santos	Alugada
Terminal	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Arrendada
Terminal	Brasil	PR	Paranaguá	Arrendada
Terminal	Brasil	SP	Paulínia	Própria
Centro de distribuição	Brasil	PA	Belém	Alugada

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Centro de distribuição	Brasil	CE	Aquiraz	Alugada
Base produtiva primária	Brasil	SP	Capuava - Mauá	Própria
Base produtiva primária	Brasil	SP	Santos	Própria
Base produtiva primária	Brasil	SP	São José dos Campos	Própria
Base produtiva primária	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Base produtiva secundária	Brasil	SP	Barueri	Própria
Base satélite	Brasil	SP	Araraquara	Própria
Base satélite	Brasil	SP	Mauá	Própria
Base satélite	Brasil	MG	Pouso Alegre	Alugada
Base produtiva primária	Brasil	SP	Paulínia	Própria
Base produtiva primária	Brasil	PR	Araucária	Própria
Base produtiva secundária	Brasil	RS	Canoas	Própria
Base produtiva secundária	Brasil	MG	Ibirité	Própria
Base produtiva primária	Brasil	MG	Imbiruçu	Própria
Base produtiva secundária	Brasil	SP	Ribeirão Preto	Própria
Base produtiva secundária	Brasil	GO	Goiânia	Própria
Planta industrial	México		Coatzacoalcos	Alugada
Planta industrial	México		Guadalajara	Própria
Planta industrial	México		San Juan del Río	Própria
Planta industrial	Venezuela		Santa Rita	Própria
Base satélite	Brasil	SP	São José do Rio Preto	Própria
Base satélite	Brasil	SP	Araçatuba	Própria
Base satélite	Brasil	SP	Bauru	Própria
Base satélite	Brasil	PR	Cascavel	Própria
Base satélite	Brasil	PR	Londrina	Própria
Base produtiva primária	Brasil	RS	Canoas	Alugada
Base satélite	Brasil	SC	Chapecó	Alugada
Base satélite	Brasil	SC	Florianópolis	Alugada
Base satélite	Brasil	SC	Joinville	Alugada
Base satélite	Brasil	RS	Caxias do Sul	Alugada

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Base satélite	Brasil	PR	Ponta Grossa	Alugada
Base satélite	Brasil	SP	Sorocaba	Própria
Base produtiva primária	Brasil	BA	Mataripe	Própria
Base produtiva primária	Brasil	PE	Suape	Arrendada
Base produtiva secundária	Brasil	CE	Caucaia	Alugada
Base produtiva secundária	Brasil	SE	Aracaju	Própria
Base satélite	Brasil	BA	Juazeiro	Própria
Base satélite	Brasil	PB	João Pessoa	Própria
Base satélite	Brasil	BA	Pirajá - Salvador	Própria
Base produtiva secundária	Brasil	ES	Aracruz	Alugada
Base produtiva secundária	Brasil	ES	Barra de São Francisco	Alugada
Base produtiva secundária	Brasil	MA	Açailândia	Própria
Base produtiva primária	Brasil	PR	Araucária	Alugada
Base produtiva primária - pool	Brasil	PR	Araucária	Própria
Base produtiva secundária	Brasil	RS	Bagé	Própria
Base produtiva primária	Brasil	PA	Barcarena	Arrendada
Base produtiva secundária	Brasil	RJ	Barra do Piraí	Alugada
Base produtiva primária	Brasil	SP	Barueri	Alugada
Base produtiva secundária	Brasil	SP	Bauru	Alugada
Base produtiva secundária	Brasil	SP	Bauru	Própria
Base produtiva primária	Brasil	PA	Belém	Arrendada
Base produtiva primária	Brasil	PA	Belém	Alugada
Base produtiva secundária	Brasil	MG	Belo Horizonte MRS	Alugada
Base produtiva primária - pool	Brasil	MG	Betim	Própria
Base produtiva primária	Brasil	MG	Betim	Própria
Base produtiva primária	Brasil	SC	Biguaçu	Alugada
Base produtiva primária	Brasil	DF	Brasília	Própria
Base produtiva primária	Brasil	PB	Cabedelo	Alugada
Base produtiva secundária	Brasil	MS	Campo Grande	Própria
Base produtiva secundária - pool	Brasil	RJ	Campos	Própria

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Base produtiva primária	Brasil	RS	Canoas	Própria
Base produtiva secundária	Brasil	PR	Cascavel	Arrendada
Base produtiva primária	Brasil	RJ	Duque de Caxias	Própria
Base produtiva primária - pool	Brasil	RJ	Duque de Caxias	Própria
Base produtiva secundária	Brasil	MS	Chapadão do Sul	Alugada
Base produtiva secundária	Brasil	RS	Cruz Alta	Própria
Base produtiva primária	Brasil	SP	Cubatão	Alugada
Base produtiva secundária	Brasil	MT	Cuiabá	Própria
Base produtiva secundária	Brasil	MT	Cuiabá	Alugada
Base produtiva primária	Brasil	RS	Esteio	Alugada
Base produtiva primária	Brasil	CE	Fortaleza	Alugada
Base produtiva primária - pool	Brasil	GO	Goiânia	Própria
Base produtiva primária	Brasil	GO	Goiânia	Alugada
Base produtiva secundária	Brasil	MG	Governador Valadares	Própria
Base produtiva primária - pool	Brasil	RN	Guamaré	Própria
Base produtiva primária	Brasil	SC	Guaramirim	Alugada
Base produtiva secundária	Brasil	PR	Guarapuava	Própria
Base produtiva primária	Brasil	SP	Guarulhos	Alugada
Base produtiva primária - pool	Brasil	MG	Imbiruçu	Própria
Base produtiva primária	Brasil	BA	Itabuna	Alugada
Base produtiva secundária	Brasil	RJ	Itaguaí MRS	Alugada
Base produtiva secundária	Brasil	PA	itaituba	Arrendada
Base produtiva primária - pool	Brasil	SC	Itajaí	Própria
Base produtiva primária - pool	Brasil	BA	Jequié	Própria
Base produtiva secundária - pool	Brasil	BA	Juazeiro	Própria
Base produtiva secundária	Brasil	SP	Jundiaí MRS	Alugada
Base produtiva primária	Brasil	SC	Itajaí	Alugada
Base armazenagem primária	Brasil	PR	Araucária	Própria
Base armazenagem primária	Brasil	SP	Santo André	Própria

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Ativos intangíveis

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não existem patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de transferência de tecnologia e domínio na rede mundial de computadores cujo valor registrado no ativo não-circulante seja siginificante.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais)**		**Data**	**Valor (Reais)**		
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	33.337.122/0001-27	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Distribuição de combustíveis	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2015	79,000000	0,000000	431.607.000,00	**Valor contábil**	31/12/2015	3.595.034.000,00		
31/12/2014	-7,000000	0,000000	1.022.540.000,00					
31/12/2013	-12,000000	0,000000	560.942.000,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A Ultrapar é uma companhia que tem por objeto a aplicação de capital próprio no comércio, na indústria, na agricultura e em empresas de prestação de serviços, mediante a subscrição ou aquisição de ações ou quotas de sociedades.

Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	33.337.122/0001-27	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Distribuição de combustíveis	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2015	79,000000	0,000000	431.607.000,00	**Valor contábil**	31/12/2013	2.154.904.000,00		
31/12/2014	-7,000000	0,000000	1.022.540.000,00					
31/12/2013	-12,000000	0,000000	560.942.000,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A Ultrapar é uma companhia que tem por objeto a aplicação de capital próprio no comércio, na indústria, na agricultura e em empresas de prestação de serviços, mediante a subscrição ou aquisição de ações ou quotas de sociedades.

Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	33.337.122/0001-27	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Distribuição de combustíveis	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2015	79,000000	0,000000	431.607.000,00	**Valor contábil**	31/12/2014	2.013.962.000,00		
31/12/2014	-7,000000	0,000000	1.022.540.000,00					
31/12/2013	-12,000000	0,000000	560.942.000,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A Ultrapar é uma companhia que tem por objeto a aplicação de capital próprio no comércio, na indústria, na agricultura e em empresas de prestação de serviços, mediante a subscrição ou aquisição de ações ou quotas de sociedades.

Oxiteno S.A. Indústria e Comércio	62.545.686/0001-53	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Indústria química	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2015	-3,000000	0,000000	531.860.000,00	**Valor contábil**	31/12/2013	2.892.330.000,00		
31/12/2014	4,000000	0,000000	117.107.000,00					

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais)**		**Data**	**Valor (Reais)**		
31/12/2013	23,000000	0,000000	51.235.000,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A Ultrapar é uma companhia que tem por objeto a aplicação de capital próprio no comércio, na indústria, na agricultura e em empresas de prestação de serviços, mediante a subscrição ou aquisição de ações ou quotas de sociedades.

Oxiteno S.A. Indústria e Comércio	62.545.686/0001-53	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Indústria química	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2015	-3,000000	0,000000	531.860.000,00	**Valor contábil**	31/12/2015	2.935.315.000,00		
31/12/2014	4,000000	0,000000	117.107.000,00					
31/12/2013	23,000000	0,000000	51.235.000,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A Ultrapar é uma companhia que tem por objeto a aplicação de capital próprio no comércio, na indústria, na agricultura e em empresas de prestação de serviços, mediante a subscrição ou aquisição de ações ou quotas de sociedades.

Oxiteno S.A. Indústria e Comércio	62.545.686/0001-53	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Indústria química	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2015	-3,000000	0,000000	531.860.000,00	**Valor contábil**	31/12/2014	3.020.625.000,00		
31/12/2014	4,000000	0,000000	117.107.000,00					
31/12/2013	23,000000	0,000000	51.235.000,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A Ultrapar é uma companhia que tem por objeto a aplicação de capital próprio no comércio, na indústria, na agricultura e em empresas de prestação de serviços, mediante a subscrição ou aquisição de ações ou quotas de sociedades.

Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	34.266.973/0001-99	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Armazenagem de granéis líquidos	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2015	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2013	1.064.959.000,00		
31/12/2014	2,000000	0,000000	80.000.000,00					
31/12/2013	8,000000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A Ultrapar é uma companhia que tem por objeto a aplicação de capital próprio no comércio, na indústria, na agricultura e em empresas de prestação de serviços, mediante a subscrição ou aquisição de ações ou quotas de sociedades.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais)**		**Data**	**Valor (Reais)**		
Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	34.266.973/0001-99	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Armazenagem de granéis líquidos	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2015	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2015	1.089.092.000,00		
31/12/2014	2,000000	0,000000	80.000.000,00					
31/12/2013	8,000000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A Ultrapar é uma companhia que tem por objeto a aplicação de capital próprio no comércio, na indústria, na agricultura e em empresas de prestação de serviços, mediante a subscrição ou aquisição de ações ou quotas de sociedades.

Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	34.266.973/0001-99	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Armazenagem de granéis líquidos	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2015	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	31/12/2014	1.084.893.000,00		
31/12/2014	2,000000	0,000000	80.000.000,00					
31/12/2013	8,000000	0,000000	0,00					

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

A Ultrapar é uma companhia que tem por objeto a aplicação de capital próprio no comércio, na indústria, na agricultura e em empresas de prestação de serviços, mediante a subscrição ou aquisição de ações ou quotas de sociedades.

9.2 - Outras informações relevantes

9.2. - Outras informações que o emissor julgue relevantes

Informações adicionais sobre marcas e patentes

A Ultrapar opera seus negócios sob cinco marcas principais: Ipiranga, Ultragaz, Oxiteno, Ultracargo e, a partir de 1º de fevereiro de 2014, a Extrafarma, cada uma com suas próprias famílias de marcas, as quais têm vigência padrão de 10 anos, renovável a cada 10 anos.

Informações adicionais sobre as informações fornecidas no item 9.1.a Bens do ativo não-circulante relevantes – ativos imobilizados

Para efeito de preenchimento do item 9.1.a "Bens do ativo não-circulante relevantes – ativos imobilizados", as bases incluídas neste item não necessariamente coincidem com o total de bases informado no item 7.3.a "Descrição relativa aos produtos e serviços que correspondam aos segmentos operacionais divulgados no item 7.2", porque existem bases nas quais a Companhia mantém operações mas que não estão registradas no ativo não-circulante da Companhia.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

10. Comentários dos diretores

10.1 - Comentários sobre:

Os comentários a seguir devem ser lidos em conjunto com nossas demonstrações financeiras consolidadas, arquivadas junto à CVM em 17 de fevereiro de 2016, inclusive as Notas Explicativas a elas relativas, e outras informações financeiras contidas em outras partes do presente documento.

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

Visão geral da Companhia

A Ultrapar é uma companhia multinegócios com quase 80 anos de história, que possui posição de destaque em seus mercados de atuação. Nossas cinco principais áreas de atuação são:

- distribuição de GLP, conduzida pela Ultragaz;
- distribuição de combustíveis, conduzida pela Ipiranga;
- produção e comercialização de produtos químicos e petroquímicos, conduzida pela Oxiteno;
- armazenagem para granéis líquidos, conduzida pela Ultracargo; e
- varejo farmacêutico, conduzido pela Extrafarma.

A Ultragaz distribui GLP para os segmentos residencial, comercial e industrial. A Ipiranga distribui gasolina, etanol, diesel, GNV, óleos combustíveis, querosene, lubrificantes e ARLA através de uma rede de 7,2 mil postos de serviço e diretamente para grandes consumidores. A Oxiteno é uma importante produtora de especialidades químicas, particularmente tensoativos e derivados de óxido de eteno. A Oxiteno produz aproximadamente 1,3 mil produtos, utilizados como matérias-primas de diversos bens industrializados, como cosméticos, detergentes, agroquímicos, embalagens, tecidos, tintas e vernizes. A Ultracargo é a maior provedora de armazenagem para granéis líquidos no Brasil. A Extrafarma atua em distribuição e varejo farmacêutico, com 254 lojas ao final de 2015, sendo uma das líderes em sua região de atuação e a 6ª maior rede de farmácias do país no ranking da Abrafarma.

O fechamento da associação com a Extrafarma ocorreu em 31 de janeiro de 2014, com a aprovação da transação pelas Assembleias Gerais Extraordinárias da Ultrapar e da Extrafarma. Os resultados da Extrafarma passaram a ser consolidados pela Ultrapar nas suas demonstrações financeiras a partir de 1º de fevereiro de 2014. Consequentemente, as demonstrações financeiras da Ultrapar em períodos anteriores a 1º de fevereiro de 2014 não incluem os resultados da Extrafarma, e os dados de desempenho da mesma incluídos neste relatório referem-se, para o ano de 2014, somente aos meses de fevereiro a dezembro de 2014. Com o objetivo de proporcionar uma base de comparação para análise da evolução do desempenho da Extrafarma, apresentamos seus resultados de 2013 contendo os meses de fevereiro a dezembro de 2013.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

2015

O ambiente de negócios seguiu desafiador em 2015, com a combinação de desaceleração econômica, redução dos níveis de emprego, inflação acima da meta, juros ascendentes e desvalorização do Real. A instabilidade política criou obstáculos na aprovação dos ajustes fiscais necessários para o país, resultando no rebaixamento de notas do Brasil por agências de rating. Com o intuito de conter os crescentes índices de inflação verificados ao longo do ano, o Banco Central elevou a taxa de juros básica da economia, de 11,75% ao final de 2014 para 14,25% ao final de 2015. A projeção para o crescimento do PIB em 2015, divulgado pelo Boletim Focus do Banco Central, começou o ano com perspectiva de crescimento de 0,5% e encerrou apontando para uma retração de quase 4%. A cotação média do dólar frente ao Real em 2015 foi de R$ 3,33/US$ em comparação a R$ 2,35/US$ em 2014, um aumento de 42%. O número de veículos leves licenciados totalizou 2,5 milhões, permitindo um crescimento estimado em 3% na frota em 2015. A desaceleração na economia global e as decisões de produção dos países membros da OPEP tiveram influência sobre o preço internacional do petróleo, que iniciou o ano cotado a US$ 56/barril (Brent), permanecendo estável no primeiro semestre e encerrando 2015 a US$ 36/barril. A queda no preço do petróleo e os aumentos de preço de derivados nas refinarias brasileiras mantiveram os preços médios internos acima dos preços internacionais. No mercado petroquímico, dados da ABIQUIM mostraram queda de 7% em 2015 no Consumo Aparente Nacional. No varejo farmacêutico, segundo dados das associadas da Abrafarma, as vendas foram 12% maiores em 2015, seguindo em crescimento nominal, porém inferior ao apresentado nos últimos anos. Em 2015, a Ultrapar apresentou receita líquida de R$ 75,7 bilhões, EBITDA de R$ 3.953,3 milhões e lucro líquido de R$ 1.513,0 milhões. O índice de endividamento financeiro líquido sobre EBITDA foi de 1,2 vezes ao final de 2015, ligeiramente abaixo do índice ao final de 2014. A Ultrapar encerrou 2015 com ativo total de R$ 21,0 bilhões e patrimônio líquido de R$ 8,0 bilhões.

2014

O cenário macroeconômico continuou se deteriorando em 2014, a exemplo de 2013. A combinação de inflação acima do centro da meta, atividade econômica fraca, política fiscal expansionista e juros ascendentes formaram o pano de fundo. Com o intuito de conter os crescentes índices de inflação verificados ao longo do ano, o Banco Central elevou a taxa de juros básica da economia, de 10% ao final de 2013 para 11,75% ao final de 2014. A projeção para o crescimento do PIB em 2014, medido pelo Boletim Focus, começou o ano de 2014 com perspectiva de 2,0% e iniciou 2015 com as projeções apontando para uma evolução negativa. Apesar do desempenho fraco da economia brasileira, em contraste a um cenário de recuperação da economia americana, o Real permaneceu relativamente estável frente ao dólar até o terceiro trimestre, quando passou a se desvalorizar. A cotação média do dólar frente ao Real em 2014 foi de R$ 2,35/US$ em comparação a R$ 2,16/US$ em 2013, porém encerrando 2014 em R$ 2,66/US$. O número de veículos leves licenciados totalizou 3,3 milhões em 2014, permitindo um crescimento de 6% na frota em 2014. No varejo farmacêutico, segundo dados das associadas da Abrafarma, as vendas foram 13% maiores em 2014, em continuidade ao crescimento apresentado nos últimos anos. No ano, a Ultrapar apresentou receita líquida de R$ 67,7 bilhões, EBITDA de R$ 3.157,9 milhões e lucro líquido de R$ 1.251,2 milhões. O índice de endividamento financeiro líquido sobre EBITDA foi de 1,3 vezes ao final de 2014, estável comparado ao índice do final de 2013. A Ultrapar encerrou 2014 com ativo total de R$ 19,5 bilhões e patrimônio líquido de R$ 7,7 bilhões.

2013

O ano de 2013 caracterizou-se pela continuidade de um cenário macroeconômico mais desafiador, com destaque para a manutenção dos altos índices de inflação. Para conter a alta dos indicadores de inflação, o

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Banco Central elevou a taxa anual de juros básica da economia de 7,25% ao final de dezembro de 2012 para 10% ao final de dezembro de 2013. Apesar disso, o produto interno bruto apresentou crescimento de 2,3% no ano que, apesar de modesto, foi acima do crescimento verificado em 2012. A disponibilidade de crédito na economia continuou a crescer e atingiu no quarto trimestre o patamar recorde de 57% do PIB. O cenário macroeconômico contribuiu para uma forte apreciação do dólar frente ao Real em 2013, apresentando cotação média de R$ 2,16/US$ em 2013, 10% acima da cotação de R$ 1,95/US$ verificada em 2012. A Ultrapar atingiu novamente patamares recordes de resultados em 2013, em função do crescimento das operações em todos os negócios, decorrente dos investimentos e aquisições realizados nos últimos anos, associado à sólida posição financeira e à cultura orientada para resultados e criação de valor. No ano, a Ultrapar apresentou receita líquida de R$ 60,9 bilhões, EBITDA de R$ 2.918,0 milhões e lucro líquido de R$ 1.228,7 milhões. O índice de endividamento financeiro líquido sobre EBITDA reduziu de 1,3 vezes ao final de 2012 para 1,2 vezes ao final de 2013, refletindo a forte geração de caixa no período. A Ultrapar encerrou 2013 com ativo total de R$ 16,4 bilhões e patrimônio líquido de R$ 6,5 bilhões.

b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas

Estrutura de capital

O capital social da Companhia subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2015 era de R$ 3.838,7 milhões, dividido em 556.405.096 ações ordinárias, sem valor nominal.

2015

A Ultrapar encerrou o exercício de 2015 com uma dívida bruta de R$ 8.901,6 milhões e caixa bruto de R$ 3.973,2 milhões, perfazendo uma posição de endividamento líquido de R$ 4.928,4 milhões, aumento de R$ 953,4 milhões em relação a 2014, em linha com o crescimento da Companhia. Em 31 de dezembro de 2015, o patrimônio líquido da Ultrapar era de R$ 7.974,1 milhões, perfazendo uma relação entre dívida líquida e patrimônio líquido de 62%.

2014

A Ultrapar encerrou o exercício de 2014 com uma dívida bruta de R$ 8.375,2 milhões e caixa bruto de R$ 4.400,1 milhões, perfazendo uma posição de endividamento líquido de R$ 3.975,1 milhões, aumento de R$ 549,2 milhões em relação a 2013, em linha com o crescimento da Companhia. Em 31 de dezembro de 2014, o patrimônio líquido da Ultrapar era de R$ 7.726,6 milhões, perfazendo uma relação entre dívida líquida e patrimônio líquido de 51%.

Em setembro de 2013, a Ultrapar assinou acordo de associação com a Extrafarma, cujo fechamento ocorreu em 31 de janeiro de 2014, com a aprovação da associação pelas Assembleias Gerais Extraordinárias da Ultrapar e da Extrafarma. Como consequência do fechamento da operação, foram emitidas 12.021.100 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal da Ultrapar, totalizando um aumento no patrimônio líquido de R$ 640,7 milhões. Em adição, foram emitidos bônus de subscrição que, se exercidos, poderiam acarretar uma emissão de até 4.007.031 ações no futuro, sendo 801.409 ações referentes ao bônus de subscrição - capital de giro e 3.205.622 ações referentes ao bônus de subscrição – indenização. Em 30 de junho de 2014, foi apurado que o bônus de subscrição - capital de giro não seria exercido em favor dos acionistas anteriores da Extrafarma. Dessa forma, a Companhia reverteu integralmente a provisão para a emissão das 801.409 ações referentes ao bônus de subscrição -

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

capital de giro. Em 22 de junho de 2015, foi formalizado entre as partes o acordo referente ao ajuste final de capital de giro e endividamento da transação no montante de R$ 26,0 milhões, que foi recebido pela Ultrapar no 3º trimestre de 2015. Os bônus de subscrição - indenização poderão ser exercidos a partir de 2020 e são ajustados conforme as variações dos montantes de provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e passivos contingentes relativos ao período anterior a 31 de janeiro de 2014. Os bônus de subscrição – indenização foram valorizados conforme o preço das ações da Ultrapar (UGPA3) e reduzido pelo *dividend yield* até 2020, uma vez que o seu exercício somente é possível a partir de 2020, não tendo até então direito a dividendos. O valor da associação totalizou R$ 719,9 milhões. Para maiores informações, ver Nota Explicativa nº 3.a e 22 das Demonstrações Financeiras de 2014.

2013

A Ultrapar encerrou o exercício de 2013 com endividamento bruto de R$ 6.969,6 milhões e caixa bruto de R$ 3.543,7 milhões, perfazendo uma posição de endividamento líquido de R$ 3.425,9 milhões, 11% acima do endividamento líquido de 2012, principalmente em função de investimentos em expansão e dividendos pagos em 2013. Em 31 de dezembro de 2013, o patrimônio líquido da Ultrapar era de R$ 6.546,9 milhões, perfazendo uma relação entre dívida líquida e patrimônio líquido de 52%.

(em milhões de Reais)	2015	% sobre Patrimônio Líquido	2014	% sobre Patrimônio Líquido	2013	% sobre Patrimônio Líquido
Endividamento bruto	8.901,6	112%	8.375,2	108%	6.969,6	106%
Caixa e aplicações financeiras	3.973,2	50%	4.400,1	57%	3.543,7	54%
Endividamento líquido	4.928,4	62%	3.975,1	51%	3.425,9	52%

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Nossas principais fontes de liquidez derivam (i) do saldo de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras, (ii) do fluxo de caixa gerado por nossas operações e (iii) de empréstimos. Acreditamos que essas fontes sejam adequadas para atender aos nossos atuais usos de recursos, o que inclui, mas não se limita a, capital de giro, capital de investimento, amortização de dívidas e pagamento de dividendos.

Examinamos, de tempos em tempos, oportunidades de aquisições e investimentos. Consideramos diferentes tipos de investimentos, tanto diretamente quanto através de “joint ventures”, ou empresas coligadas, e financiamos esses investimentos com o caixa gerado pelas nossas operações, com captação de dívida, com aporte de capital, ou pela combinação desses métodos.

Acreditamos possuir capital de giro suficiente para atender as nossas necessidades atuais. Além do fluxo de caixa a ser gerado pelas nossas operações ao longo do ano, em 31 de dezembro de 2015, tínhamos R$ 3.506,2 milhões em caixa, equivalentes de caixa e em aplicações financeiras de curto prazo. O endividamento financeiro bruto a vencer de janeiro a dezembro de 2016, incluindo juros estimados sobre financiamento, totaliza R$ 1.515,7 milhões. Adicionalmente, o plano de investimento para 2016 totaliza R$ 1.809,4 milhões.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Deveremos desembolsar aproximadamente R$ 15,3 bilhões para cumprir com nossas obrigações contratuais ao longo dos próximos 5 anos, incluindo a amortização e pagamento de juros de financiamentos já contratados, bem como para financiar nossos investimentos orçados para 2016.

(em milhões de Reais)	**2016-2020**
Obrigações contratuais	2.097,6
Plano de investimentos 2016	1.809,4
Financiamentos[1]	8.804,0
Juros estimados sobre financiamentos[2]	2.238,9
Instrumentos de proteção[3]	369,7
Total	**15.319,6**

[1] Não inclui resultado de instrumentos de proteção cambial e de juros.

[2] Inclui pagamentos de juros estimados sobre a dívida de curto e longo prazo. Não inclui informações sobre nossos instrumentos derivativos, para os quais o valor justo é divulgado na Nota Explicativa nº 30, arquivadas em 17 de fevereiro de 2016 junto à CVM. Para calcular os juros estimados sobre financiamentos utilizamos algumas premissas macroeconômicas, incluindo, na média para o período: (i) CDI de 16,4%, (ii) taxa de câmbio do Real frente ao dólar de R$ 4,18 em 2016, R$ 4,67 em 2017, R$ 5,25 em 2018, R$ 5,90 em 2019 e R$ 6,64 em 2020, (iii) TJLP de 7,0% e (iv) IGP-M de 7,3% em 2016, 6,5% em 2017, 6,3% em 2018, 6,3% em 2019 e 6,3% em 2020 (fonte: BM&FBOVESPA, Boletim Focus e instituições financeiras).

[3] Os instrumentos de proteção foram estimados com base nos contratos futuros de dólar norte-americano e na curva futura do contrato DI x Pré, cotados na BM&FBOVESPA em 30 de dezembro de 2015, e na curva futura de LIBOR (ICE – IntercontinentalExchange) em 31 de dezembro de 2015. Na tabela acima foram considerados apenas os instrumentos de proteção com resultado negativo projetado no instante da liquidação.

Veja “Item 10.1.f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas”, “Item 10.8.b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras” e “Item 10.10.a.i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos”.

Esperamos atender essas necessidades de caixa por meio da combinação dos fluxos de caixa gerados por nossas atividades operacionais e financeiras, que incluem a contratação de novas dívidas e o refinanciamento de nosso endividamento.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Geramos fluxos de caixa a partir de nossas operações de R$ 3.201,7 milhões, R$ 2.650,7 milhões e R$ 2.120,7 milhões em 2015, 2014 e 2013, respectivamente. Em 2015, nosso fluxo de caixa operacional foi R$ 551,0 milhões maior em relação a 2014, principalmente em função do crescimento de nossas operações, parcialmente compensado pelo maior investimento em capital de giro, que passou de um desinvestimento de R$ 99,0 milhões em 2014 para investimento de R$ 436,2 milhões em 2015. Em 2014, nosso fluxo de caixa operacional foi R$ 530,0 milhões maior em relação a 2013, principalmente como resultado do crescimento de nossas operações e menor investimento em capital de giro, que passou de um investimento de R$ 185,8 milhões para um desinvestimento de R$ 99,0 milhões em 2014.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

O fluxo de caixa das atividades de investimento utilizou recursos de R$ 801,8 milhões, R$ 1.540,2 milhões e R$ 1.287,9 milhões em 2015, 2014 e 2013, respectivamente. Em 2015, A Ultrapar deu sequência a uma estratégia de investimentos voltada à continuidade de crescimento de escala e competitividade, servindo cada vez melhor um número crescente de clientes. Em 2015, 2014 e 2013, foram investidos R$ 1.334,2 milhões, R$ 1.215,7 milhões e R$ 1.101,5 milhões em adições ao imobilizado, equipamentos e ativos intangíveis, líquido de alienações. Adicionalmente, foram realizados aportes de capital na ConectCar de R$ 41,1 milhões (incluindo adiantamento de R$ 4 milhões para futuro aumento de capital), R$ 28,5 milhões e R$ 24,9 milhões em 2015, 2014 e 2013, respectivamente.

Os fluxos de caixa utilizados pelas atividades de financiamentos totalizaram R$ 2.520,7 milhões, R$ 539,3 milhões e R$ 578,9 milhões em 2015, 2014 e 2013, respectivamente. Em 2015, o fluxo de caixa utilizado pelas atividades de financiamentos apresentou aumento de R$ 1.981,4 milhões em relação a 2014, principalmente como resultado de utilização maior de recursos para amortização dos financiamentos e pagamentos de juros, bem como para aquisições de ações de própria emissão (programa de recompra de ações). Em 2014, o fluxo de caixa utilizado pelas atividades de financiamentos diminuiu R$ 39,5 milhões em relação a 2013, principalmente como resultado de um aumento de R$ 369,5 milhões na captação de novos empréstimos e debêntures, o que foi parcialmente compensado por uma utilização de recursos maior em R$ 328,2 milhões para amortização dos financiamentos e debêntures, pagamentos de juros e dividendos. Em 2013, o fluxo de caixa utilizado pelas atividades de financiamentos diminuiu R$ 43,8 milhões, principalmente como resultado de um aumento de R$ 1.307,8 milhões na captação de novos empréstimos e debêntures, o que foi parcialmente compensado por uma utilização de recursos maior em R$ 1.297,9 milhões para amortização dos financiamentos e debêntures, pagamentos de juros e dividendos. Com isso, o saldo de caixa e equivalentes totalizou R$ 2.702,9 milhões em 2015, R$ 2.827,4 milhões em 2014 e R$ 2.276,1 milhões em 2013.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Nos anos de 2015, 2014 e 2013, não apresentamos deficiências de liquidez. Acreditamos que a Ultrapar possui recursos próprios e geração de caixa operacional suficientes para financiamento de capital de giro e investimentos previstos para 2016.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Nosso endividamento total no exercício, considerando todo o passivo circulante e o passivo não circulante, cresceu 11%, de R$ 11.753,8 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R$ 12.991,9 milhões em 31 de dezembro de 2015.

O nosso endividamento financeiro bruto no exercício cresceu 6%, de R$ 8.375,2 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R$ 8.901,6 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015. A parcela de endividamento financeiro de curto prazo correspondia a 12% do nosso endividamento financeiro bruto para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 e 41% para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

A tabela abaixo demonstra nosso endividamento financeiro, nos períodos indicados:

Empréstimos	Moeda	Encargos financeiros médios ponderados em 31 de dezembro 2015	Valor do principal e juros contabilizados até		
			31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
Empréstimos denominados em moeda estrangeira:					
Financiamento externo	US$	LIBOR(1) + 0,7%	1.111,7	603,0	187,3
Financiamento externo	US$	+2,1	576,6	—	—
Financiamento externo	US$	LIBOR(1) + 1,4%	397,6	158,0	140,3
Adiantamento sobre contrato de câmbio	US$	+1,5%	222,5	184,1	136,8
Instituições financeiras	US$	+2,8%	142,8	113,9	95,8
Instituições financeiras	US$	LIBOR(1) + 2,0%	77,8	53,3	46,7
Adiantamento de cambiais entregues	US$	+1,3%	50,1	25,4	25,5
Instituições financeiras	MX$(2)	TIIE(2) + 1,0%	27,1	32,3	31,2
BNDES	US$	+6,0%	24,1	33,2	46,6
Notas no mercado externo	US$	+7,3%	—	664,1	584,5
Empréstimos denominados em Reais:					
Banco do Brasil pós-fixado	R$	105,0% do CDI	3.115,8	2.873,6	2.402,6
Debêntures - 1ª e 2ª emissões IPP	R$	107,9% do CDI	1.413,1	1.409,5	606,9
Debêntures – 5ª emissão	R$	108,3% do CDI	833,1	874,3	852,5
BNDES	R$	TJLP(3) + 2,7%	409,3	531,0	633,8
Nota de crédito à exportação pós-fixada	R$	101,5% do CDI	158,6	—	—
Banco do Nordeste do Brasil	R$	8,5%	66,1	85,1	104,1
FINEP	R$	+4,0%	61,7	74,8	38,8
BNDES	R$	+4,6%	49,7	62,6	47,4
Arrendamento mercantil financeiro	R$	IGP-M(4) + 5,6%	45,5	45,9	44,3
BNDES	R$	SELIC(5) + 2,2%	30,9	—	—
Notas de crédito à exportação	R$	+8,0%	27,0	25,7	25,0
FINEP	R$	TJLP(3) -1,4%	11,2	9,1	6,7
Empréstimo de Capital de Giro - pré-fixado Extrafarma	R$	+10,3%	1,2	3,4	—
Arrendamento mercantil financeiro pós-fixado	R$	CDI+2,8%	0,3	0,5	
FINAME	R$	TJLP(3)+5,6%	0,3	0,5	—
Arrendamento mercantil financeiro pré-fixado	R$	+15,4%	0,1	0,7	0,1
Banco do Brasil pré-fixado	R$	+12,1%	—	503,9	905,9
Total empréstimos			**8.854,2**	**8.367,8**	**6.963,1**
Resultado de instrumentos de proteção cambial e de juros			47,4	7,4	6,6
Total			**8.901,6**	**8.375,2**	**6.969,6**

(1) LIBOR – *London Interbank Offered Rate*.
(2) MX$ é a moeda do México (peso mexicano) e a TIIE é a taxa mexicana de juros interbancária de equilíbrio.
(3) A TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) é o custo básico de financiamento do BNDES e é fixada pelo Conselho Monetário Nacional. Em 31 de dezembro de 2015, a TJLP estava fixada em 7,0% ao ano.
(4) IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), calculado pela Fundação Getúlio Vargas.
(5) SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia).

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Nossos empréstimos consolidados em 31 de dezembro de 2015 apresentavam os seguintes vencimentos:

Ano	Vencimentos
	(em milhões de Reais)
2016	1.097,9
2017	3.393,6
2018	3.165,6
2019	1.155,8
2020	38,6
2021 em diante	50,2
Total	**8.901,6**

Veja "Item 10.1.c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos".

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Notas no mercado externo

Em dezembro de 2005, a controlada LPG International emitiu US$ 250 milhões de notas no mercado externo, com vencimento em dezembro de 2015 e encargo financeiro de 7,3% a.a., pagos semestralmente. As notas foram garantidas pela Ultrapar e pela sua controlada Oxiteno S.A.

As notas foram liquidadas pela LPG International na data do seu vencimento.

Financiamentos externos

1) A controlada IPP possui financiamentos externos no montante de US$ 440 milhões. A IPP contratou instrumentos de proteção à taxa de juros flutuante em dólar e à variação cambial, trocando os encargos dos financiamentos externos para, na média, 102,1% do CDI (vide Nota Explicativa nº 30). A IPP designou os instrumentos de proteção como hedge de valor justo, desta forma, tanto os financiamentos quanto os instrumentos de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado. Os financiamentos externos são garantidos pela Ultrapar.

Os financiamentos externos têm seus vencimentos de principal distribuídos conforme abaixo:

Vencimento	US$ (milhões)	Custo em % do CDI
mar/17	70,0	99,5
set/17	150,0	103,7
jul/18	60,0	103,0
set/18	80,0	101,5
nov/18 (*)	80,0	101,4
Total / custo médio	440,0	102,1

(*) A controlada IPP renegociou financiamento externo, com vencimento em novembro de 2015, no valor principal de US$ 80 milhões, alterando seu vencimento para novembro de 2018.

2) A controlada Oxiteno Overseas possui financiamento externo no montante de US$ 60 milhões, com vencimento em janeiro de 2017 e encargo financeiro de LIBOR + 1,0% a.a., pago semestralmente. A Ultrapar, através da controlada Cia. Ultragaz, contratou instrumentos de proteção à taxa de juros flutuante em dólar e à variação cambial, trocando os encargos do financiamento externo para 94,0% do CDI (vide

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Nota Explicativa nº 30). O financiamento externo é garantido pela Ultrapar e pela controlada Oxiteno S.A.

3) A controlada LPG International contratou financiamento externo no montante de US$ 30 milhões, com vencimento em dezembro de 2018 e encargo financeiro de LIBOR + 1,85% a.a., pago trimestralmente. O financiamento externo é garantido pela Ultrapar e pela controlada IPP.

4) A controlada Global Petroleum Products Trading Corporation contratou financiamento externo no montante de US$ 12 milhões, com vencimento em dezembro de 2018 e encargo financeiro de LIBOR + 1,85% a.a., pago trimestralmente. O financiamento externo é garantido pela Ultrapar e pela controlada IPP.

Durante a vigência destes contratos, a Ultrapar deverá manter os seguintes índices financeiros, apurados com base nas suas demonstrações financeiras consolidadas auditadas:

- Manutenção de índice financeiro, determinado pela razão entre dívida líquida e lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA consolidados, menor ou igual a 3,5.
- Manutenção de índice financeiro, determinado pela razão entre LAJIDA consolidado e despesas financeiras líquidas consolidadas, maior ou igual a 1,5.

A Ultrapar mantém os níveis de covenants requeridos por estes empréstimos. As restrições impostas à Ultrapar e suas controladas são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade destas de conduzirem seus negócios até o momento.

BNDES

A Ultrapar e suas controladas possuem financiamentos junto ao BNDES para alguns de seus investimentos realizados e para capital de giro.

Durante a vigência destes contratos, a Ultrapar deverá manter os seguintes níveis de capitalização e de liquidez corrente, apurados em balanço anual consolidado auditado:

- nível de capitalização: patrimônio líquido / ativo total igual ou superior a 0,3; e
- nível de liquidez corrente: ativo circulante / passivo circulante igual ou superior a 1,3.

A Ultrapar mantém os níveis de covenants requeridos por estes empréstimos. As restrições impostas à Ultrapar e suas controladas são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade destas de conduzirem seus negócios até o momento.

Instituições Financeiras

As controladas Oxiteno México S.A. de C.V, Oxiteno USA LLC e Oxiteno Uruguay possuem empréstimos para financiamento de investimentos e de capital de giro.

Banco do Brasil

A controlada IPP possui empréstimos pós-fixados junto ao Banco do Brasil destinados ao financiamento para comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos de origem agropecuária (etanol).

A controlada IPP renegociou empréstimo junto ao Banco do Brasil, com vencimento em fevereiro de 2015, no valor principal total de R$ 333 milhões, alterando seus vencimentos para julho de 2017 e janeiro de 2018 com taxa pós-fixada de 106% do CDI.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

A controlada IPP renegociou empréstimo junto ao Banco do Brasil, com vencimento em maio de 2015, no valor principal total de R$ 200 milhões, alterando seus vencimentos para novembro de 2017 e abril de 2018 com taxa pós-fixada de 107% do CDI.

Os empréstimos têm vencimentos distribuídos conforme abaixo (inclui juros até 31 de dezembro de 2015):

Vencimento	
fev/16	226.016
mai/16	133.428
jan/17	1.146.711
jul/17	177.453
nov/17	101.565
jan/18	177.453
abr/18	101.566
mai/19	1.051.560
Total	3.115.752

Debêntures

1) Em março de 2012, a Ultrapar efetuou sua quarta emissão de debêntures, em série única de 800 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, cujas principais características são:

Valor nominal unitário: R$ 1.000.000,00
Vencimento final: 16 de março de 2015
Pagamento do valor nominal: Parcela única no vencimento final
Remuneração: 108,3% do CDI
Pagamento da remuneração: Anualmente
Repactuação: Não haverá repactuação
As debêntures foram liquidadas pela Ultrapar na data do seu vencimento.

2) Em dezembro de 2012, a controlada IPP efetuou sua primeira emissão pública de debêntures em série única de 60.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, nominativas e escriturais, cujas principais características são:

Valor nominal unitário: R$ 10.000,00
Vencimento final: 16 de novembro de 2017
Pagamento do valor nominal: Parcela única no vencimento final
Remuneração: 107,9% do CDI
Pagamento da remuneração: Semestralmente
Repactuação: Não haverá repactuação

3) Em janeiro de 2014, a controlada IPP efetuou sua segunda emissão pública de debêntures em série única de 80.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, nominativas e escriturais, cujas principais características são:

Valor nominal unitário: R$ 10.000,00
Vencimento final: 20 de dezembro de 2018
Pagamento do valor nominal: Parcela única no vencimento final

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Remuneração: 107,9% do CDI
Pagamento da remuneração: Semestralmente
Repactuação: Não haverá repactuação

4) Em março de 2015, a Ultrapar efetuou sua quinta emissão de debêntures, em série única de 80.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, cujas principais características são:

Valor nominal unitário: R$ 10.000,00
Vencimento final: 16 de março de 2018
Pagamento do valor nominal: Parcela única no vencimento final
Remuneração: 108,25% do CDI
Pagamento da remuneração: Semestralmente
Repactuação: Não haverá repactuação
Os recursos obtidos com essa emissão foram destinados à gestão de liquidez da emissora, de forma a reforçar o seu caixa e alongar o perfil da dívida, proporcionando maior flexibilidade financeira.

Nota de crédito à exportação

A controlada Oxiteno Nordeste possui contratos de nota de crédito à exportação nos montantes de R$ 17,5 milhões e R$ 10,0 milhões, com vencimentos em março e agosto de 2016, respectivamente e encargos financeiros pré-fixados de 8% a.a., pagos trimestralmente. Em maio de 2015, a controlada Oxiteno Nordeste contratou nota de crédito a exportação de R$ 156,8 milhões com vencimento em maio de 2018 e encargos financeiros pós-fixados de 101,5% do CDI, pagos trimestralmente.

Para os contratos pré-fixados, a controlada Oxiteno Nordeste contratou instrumentos de proteção de taxa de juros, convertendo os encargos pré-fixados para 88,8% do CDI (vide Nota Explicativa nº 30), designando os instrumentos de proteção como hedge de valor justo. Desta forma, tanto os empréstimos quanto os instrumentos de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Além das relações descritas nos itens 10.1.f.i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes e 10.1.g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados, a Ultrapar mantém relações de longo prazo com instituições financeiras (i) em conexão com o curso normal de suas operações, como por exemplo, a folha de pagamento de seus funcionários, crédito e cobrança, pagamentos e instrumentos de proteção cambial e de juros e (ii) em um contrato de longo prazo entre a Ipiranga e o Itaú Unibanco para a prestação de serviços financeiros e de administração de cartões de crédito com a marca Ipiranga. Em adição, em janeiro de 2016 a Redecard S.A. adquiriu 50% da ConectCar, anteriormente pertencente à OTP.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Os empréstimos e financiamentos garantidos por garantias reais totalizaram R$ 52,3 milhões em 2015. Exceto por aquelas dívidas contratadas com garantia real, não há grau de subordinação entre as dívidas da Ultrapar.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

A Ultrapar e suas controladas assumiram certos compromissos (covenants) relacionados a financiamentos contratados. As restrições impostas à Ultrapar e suas controladas são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade destas de conduzirem seus negócios até o momento.

Em decorrência da contratação de financiamentos externos, a Companhia deverá manter os seguintes índices financeiros, apurados com base nas suas demonstrações financeiras consolidadas auditadas:

- Manutenção de índice financeiro, determinado pela razão entre dívida líquida e lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização – LAJIDA (EBITDA) consolidados, menor ou igual a 3,5; e
- Manutenção de índice financeiro, determinado pela razão entre LAJIDA (EBITDA) consolidado e despesas financeiras líquidas consolidadas, maior ou igual a 1,5.

Em decorrência de contratos de financiamento do BNDES, durante a vigência destes contratos, a Ultrapar deverá manter os seguintes níveis de capitalização e de liquidez corrente, apurados em balanço anual consolidado auditado:

- nível de capitalização: patrimônio líquido / ativo total igual ou superior a 0,30; e
- nível de liquidez corrente: ativo circulante / passivo circulante igual ou superior a 1,3.

A Companhia mantém os níveis de covenants requeridos por seus financiamentos contratados.

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados

A Companhia possui financiamentos já contratados junto ao BNDES com valores ainda a liberar. Os contratos somavam R$ 172 milhões em 31 de dezembro de 2015, dos quais 13% já haviam sido utilizados.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Ultrapar – Consolidado

(em milhões de Reais)	Informações referentes a			Variação %	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2015 vs. 31/12/2014	31/12/2014 vs. 31/12/2013
ATIVO					
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	3.506,2	4.269,2	3.425,2	-18%	25%
Contas a receber de clientes	3.167,2	2.604,1	2.321,5	22%	12%
Estoques	2.495,2	1.925,0	1.592,5	30%	21%
Impostos	628,8	593,5	480,0	6%	24%
Outros	114,0	110,6	84,7	3%	31%
Total Ativo Circulante	9.911,4	9.502,4	7.903,9	4%	20%
Investimentos	103,7	70,5	58,9	47%	20%
Imobilizado e Intangível	8.732,8	8.250,1	7.029,0	6%	17%
Aplicações financeiras	467,0	130,9	118,5	257%	10%
Contas a receber de clientes	152,2	143,8	124,5	6%	16%
Imposto de renda diferido	559,0	462,6	376,1	21%	23%
Depósitos judiciais	740,8	696,8	614,9	6%	13%
Outros	299,1	223,3	152,7	34%	46%
Total Ativo Não Circulante	11.054,7	9.978,0	8.474,6	11%	18%
TOTAL ATIVO	**20.966,0**	**19.480,4**	**16.378,5**	**8%**	**19%**
PASSIVO					
Empréstimos e debêntures	1.097,9	3.442,4	1.830,0	-68%	88%
Fornecedores	1.460,5	1.279,5	968,9	14%	32%
Salários e encargos	404,3	294,6	297,7	37%	-1%
Impostos	385,7	273,2	230,2	41%	19%
Outros	485,0	402,4	437,7	21%	-8%
Total Passivo Circulante	3.833,4	5.692,1	3.764,5	-33%	51%
Empréstimos e debêntures	7.803,8	4.932,8	5.139,6	58%	-4%
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	684,7	623,3	569,7	10%	9%
Benefícios pós-emprego	112,8	108,4	99,4	4%	9%
Outros	557,3	397,2	258,4	40%	54%
Total Passivo Não Circulante	9.158,5	6.061,7	6.067,2	51%	0%
TOTAL PASSIVO	**12.991,9**	**11.753,8**	**9.831,7**	**11%**	**20%**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	3.838,7	3.838,7	3.696,8	0%	4%
Reservas	4.354,2	3.723,0	2.733,0	17%	36%
Ações em tesouraria	(490,9)	(103,0)	(114,9)	377%	-10%
Outros	243,0	239,3	205,1	2%	17%
Participação dos não controladores	29,1	28,6	26,9	2%	6%
TOTAL DO PATRIMÔMIO LÍQUIDO	**7.974,1**	**7.726,6**	**6.546,9**	**3%**	**18%**
TOTAL PASSIVO E P.L.	**20.966,0**	**19.480,4**	**16.378,5**	**8%**	**19%**

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Principais alterações nas contas patrimoniais consolidadas em 31 de dezembro de 2015 em relação a 31 de dezembro de 2014

Ativo

Ativo circulante

O ativo circulante totalizou R$ 9.911,4 milhões em 31 de dezembro de 2015, um aumento de R$ 409,0 milhões em relação a 31 de dezembro de 2014, principalmente em função de aumentos de estoque e de contas a receber de clientes.

Contas a Receber

Contas a Receber totalizaram R$ 3.167,2 milhões em 31 de dezembro de 2015, aumento de R$ 563,1 milhões em relação a 31 de dezembro de 2014, principalmente em função dos aumentos dos custos do etanol, do diesel e da gasolina ao longo do ano.

Caixa e aplicações financeiras

Caixa e aplicações financeiras totalizaram R$ 3.506,2 milhões em 31 de dezembro de 2015, queda de R$ 763,0 milhões em relação a 31 de dezembro de 2014, em função principalmente (i) da amortização de financiamentos no período e maior pagamento de juros devido ao aumento das taxas de juros durante o ano de 2015, (ii) dos investimentos orgânicos realizados ao longo de 2015, e (iii) do maior pagamento de dividendos e do programa de recompra de ações, aumentando o retorno ao acionista, parcialmente compensados pela geração de caixa das operações.

Estoques

Estoques somaram R$ 2.495,2 milhões em 31 de dezembro de 2015, aumento de R$ 570,2 milhões em relação a 31 de dezembro de 2014, principalmente em função dos aumentos dos custos do etanol, do diesel e da gasolina ao longo do ano.

Ativo não circulante

O ativo não circulante totalizou R$ 11.054,7 milhões em 31 de dezembro de 2015, acréscimo de R$ 1.076,7 milhões em relação a 31 de dezembro de 2014, principalmente em função dos aumentos em imobilizado e intangível e aplicações financeiras.

Imobilizado e intangível

Imobilizado e intangível totalizou R$ 8.732,8 milhões em 31 de dezembro de 2015, um aumento de R$ 482,7 milhões em relação a 31 de dezembro de 2014, em função dos investimentos em expansão realizados ao longo de 2015, parcialmente compensados pela depreciação e amortização do período.

Passivo

Passivo circulante

O passivo circulante em 31 de dezembro de 2015 foi de R$ 3.833,4 milhões, queda de R$ 1.858,7 milhões em relação a 31 de dezembro de 2014, principalmente em função da queda em empréstimos e debêntures, parcialmente compensados por aumentos em fornecedores.

Empréstimos e debêntures

Empréstimos e debêntures totalizaram R$ 1.097,9 milhões em 31 de dezembro de 2015, queda de R$ 2.344,5 milhões em relação a 31 de dezembro de 2014, principalmente em função da amortização de

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

empréstimos com vencimento em 2015, parcialmente compensado pela transferência de montante com vencimento em 2016 do passivo não circulante para o passivo circulante. Veja “Passivo não circulante - Empréstimos e debêntures”.

Fornecedores

Os fornecedores totalizaram R$ 1.460,5 milhões em 31 de dezembro de 2015, aumento de R$ 181,0 milhões em relação a 31 de dezembro de 2014, principalmente em função dos fornecedores da Ipiranga, devido ao aumento dos custos de etanol, diesel e gasolina ao longo de 2015.

Passivo não circulante

O passivo não circulante totalizou R$ 9.158,5 milhões em 31 de dezembro de 2015, aumento de R$ 3.096,8 milhões em relação a 31 de dezembro de 2014. O aumento do passivo não circulante é decorrente principalmente do aumento em empréstimos e debêntures.

Empréstimos e debêntures

Empréstimos e debêntures totalizaram R$ 7.803,8 milhões em 31 de dezembro de 2015, aumento de R$ 2.870,9 milhões em relação a 31 de dezembro de 2014, principalmente em função de novas captações, resultando em alongamento do perfil de amortização do endividamento da Ultrapar.

Patrimônio líquido

O patrimônio líquido da Ultrapar totalizou R$ 7.974,1 milhões em 31 de dezembro de 2015, aumento de R$ 247,5 milhões em relação a 31 de dezembro de 2014, em função do aumento na reserva de lucros, fruto do lucro gerado em 2015, parcialmente compensado pelo o aumento de ações em tesouraria, decorrente do programa de recompra de ações.

Principais alterações nas contas patrimoniais consolidadas em 31 de dezembro de 2014 em relação a 31 de dezembro de 2013

Ativo

Ativo circulante

O ativo circulante totalizou R$ 9.502,4 milhões em 31 de dezembro de 2014, um aumento de R$ 1.598,4 milhões em relação a 31 de dezembro de 2013,em função da adição da Extrafarma a partir de fevereiro de 2014 e do aumento em caixa e aplicações financeiras.

Caixa e aplicações financeiras

Caixa e aplicações financeiras totalizaram R$ 4.269,2 milhões em 31 de dezembro de 2014, aumento de R$ 844,0 milhões em relação a 31 de dezembro de 2013, em função principalmente da geração de caixa das operações e da captação de novos financiamentos no período, parcialmente compensados principalmente pelos investimentos orgânicos realizados ao longo de 2014 e maior pagamento de dividendos.

Estoques

Estoques somaram R$ 1.925,0 milhões em 31 de dezembro de 2014, aumento de R$ 332,5 milhões em relação a 31 de dezembro de 2013, principalmente em função da adição da Extrafarma a partir de fevereiro de 2014.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Ativo não circulante

O ativo não circulante totalizou R$ 9.978,0 milhões em 31 de dezembro de 2014, acréscimo de R$ 1.503,4 milhões em relação a 31 de dezembro de 2013, principalmente em função do aumento em imobilizado e intangível.

Imobilizado e intangível

Imobilizado e intangível totalizou R$ 8.250,1 milhões em 31 de dezembro de 2014, um aumento de R$ 1.221,1 milhões em relação a 31 de dezembro de 2013, em função dos investimentos em expansão realizados ao longo de 2014 e da adição da Extrafarma a partir de fevereiro de 2014, parcialmente compensados pela depreciação e amortização do período.

Passivo

Passivo circulante

O passivo circulante em 31 de dezembro de 2014 foi de R$ 5.692,1 milhões, aumento de R$ 1.927,6 milhões em relação a 31 de dezembro de 2013, em função do aumento em empréstimos e debêntures e da adição da Extrafarma a partir de fevereiro de 2014.

Empréstimos e debêntures

Empréstimos e debêntures totalizaram R$ 3.442,4 milhões em 31 de dezembro de 2014, aumento de R$ 1.612,4 milhões em relação a 31 de dezembro de 2013, principalmente em função da transferência do montante com vencimento em 2015 do passivo não circulante para o passivo circulante, parcialmente compensado pelo alongamento do prazo de determinados endividamentos da Ultrapar, mantendo o perfil de endividamento da Ultrapar. Veja “Passivo não circulante - Empréstimos e debêntures”.

Fornecedores

Os fornecedores totalizaram R$ 1.279,5 milhões em 31 de dezembro de 2014, aumento de R$ 310,6 milhões em relação a 31 de dezembro de 2013, principalmente como consequência da adição da Extrafarma a partir de fevereiro de 2014 e do aumento de R$ 124,3 milhões em fornecedores da Ipiranga, em função do crescimento de suas operações.

Passivo não circulante

O passivo não circulante totalizou R$ 6.061,7 milhões em 31 de dezembro de 2014, redução de R$ 5,5 milhões em relação a 31 de dezembro de 2013. O aumento do passivo não circulante decorrente da adição da Extrafarma a partir de fevereiro de 2014 e do aumento em tributos foi compensado pela redução em empréstimos e debêntures.

Empréstimos e debêntures

Empréstimos e debêntures totalizaram R$ 4.932,8 milhões em 31 de dezembro de 2014, redução de R$ 206,8 milhões em relação a 31 de dezembro de 2013, principalmente em função da transferência do montante com vencimento em 2015 do passivo não circulante para o passivo circulante, parcialmente compensado por novas captações, com a manutenção do perfil de endividamento da Ultrapar.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Patrimônio líquido

O patrimônio líquido da Ultrapar totalizou R$ 7.726,6 milhões em 31 de dezembro de 2014, aumento de R$ 1.179,7 milhões em relação a 31 de dezembro de 2013, em função do aumento na reserva de lucros, fruto do lucro gerado em 2014 e emissão de 12.021.100 novas ações ordinárias por conta da aquisição da Extrafarma (vide Notas Explicativas nº 22.a e 22.c).

Principais alterações nas demonstrações de resultado consolidado

Principais alterações nas demonstrações de resultado consolidado do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014

(em milhões de Reais)	Exercício findo em 31 de dezembro de	% da receita líquida de vendas e serviços	Exercício findo em 31 de dezembro de	% da receita líquida de vendas e serviços	Variação 2015-2014
	2015		2014		
Receita líquida de vendas e serviços	75.655,3	100%	67.736,3	100%	12%
Custos dos produtos vendidos e serviços prestados	(68.933,7)	91%	(62.304,6)	92%	11%
Lucro bruto	**6.721,6**	**9%**	**5.431,7**	**8%**	**24%**
Despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais	(3.837,9)	5%	(3.289,0)	5%	17%
Outros resultados operacionais, líquidos	50,6	0%	106,9	0%	-53%
Resultado na venda de bens	27,3	0%	37,0	0%	-26%
Lucro operacional	**2.961,5**	**4%**	**2.286,6**	**3%**	**30%**
Resultado financeiro	(703,3)	1%	(445,4)	1%	58%
Equivalência patrimonial	(10,9)	0%	(16,5)	0%	-34%
Imposto de renda e contribuição social	(734,3)	1%	(573,5)	1%	28%
Lucro líquido do exercício	**1.513,0**	**2%**	**1.251,2**	**2%**	**21%**
Lucro atribuível a:					
Acionistas da Ultrapar	1.503,5	2%	1.241,6	2%	21%
Acionistas não controladores de controladas	9,5	0%	9,7	0%	-1%
EBITDA	**3.953,3**	**5%**	**3.157,9**	**5%**	**25%**
Depreciações e amortizações	1.002,6	1%	887,8	1%	13%

As informações denominadas LAJIDA (EBITDA) – Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização; e LAJIR (EBIT) – Lucro Antes dos Juros e Impostos sobre a Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido estão apresentadas de acordo com a Instrução nº 527 emitida pela CVM em 04 de outubro de 2012. Segue abaixo o cálculo do EBITDA a partir do lucro líquido:

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

R$ milhões	2015	2014	(%) 2015v2014
Lucro líquido	**1.513**	**1.251**	**21%**
(+) Imposto de renda e contribuição social	743	573	
(+) Despesa (receita) financeira líquida	703	445	
(+) Depreciação e amortização	1.003	888	
EBITDA	**3.953**	**3.158**	**25%**

O EBITDA apresentado neste documento corresponde ao lucro líquido antes (i) do imposto de renda e contribuição social, (ii) da despesa financeira, líquida e (iii) da depreciação e amortização, de acordo com a ICVM 527/12. A divulgação de informações sobre o EBITDA visa apresentar uma medida utilizada pela administração para avaliação interna de resultados operacionais, além de ser uma medida direta ou indiretamente relacionada à uma parcela da participação nos lucros e resultados dos empregados. É também um indicador financeiro amplamente utilizado por analistas e investidores para mensurar nossa capacidade de gerar caixa a partir de nossas operações e nosso desempenho operacional. Adicionalmente, utilizamos o EBITDA como referência em obrigações (covenants) relacionadas a alguns de nossos contratos de financiamento, conforme comentado na Nota Explicativa nº 14 das demonstrações financeiras. Acreditamos que o EBITDA permite uma melhor compreensão não só do nosso desempenho financeiro como também da nossa capacidade de cumprir com os pagamentos de juros e principal do nosso endividamento e de obter recursos para nossos investimentos e capital de giro. Nossa definição de EBITDA pode diferir de, e consequentemente não ser comparável com, nomenclaturas similares utilizadas por outras companhias, limitando assim seu uso como medida comparativa. Em razão de não serem consideradas para o seu cálculo as receitas e despesas financeiras, o imposto de renda e contribuição social, a depreciação e a amortização, o EBITDA é um indicador de desempenho econômico geral que não é afetado por reestruturações de dívidas, flutuações nas taxas de juros, alterações de imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil ou as IFRS, tampouco deve ser considerado isoladamente ou como uma alternativa ao lucro líquido como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais como medida de liquidez. O EBITDA apresenta limitações materiais que prejudicam a sua utilização como medida de nossa lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes de nossos negócios que poderiam afetar de maneira significativa os nossos lucros, tais como despesas financeiras, imposto de renda e depreciação e amortização.

Comentários gerais sobre o volume de vendas

	2015	2014	Variação 2015-2014
Ipiranga (mil m^3)	25.725	25.614	0%
Oxiteno (mil tons)	725	780	-7%
Ultragaz (mil tons)	1.697	1.711	-1%
Ultracargo (mil m^3)	655	715	-8%
Extrafarma (nº lojas)	254	223	14%

Na Ipiranga, o volume vendido em 2015 apresentou um leve crescimento de 0,4% sobre 2014. O volume vendido de gasolina, etanol e gás natural veicular (ciclo Otto) em 2015 cresceu 2% em relação a 2014, em função do crescimento estimado de 3% da frota de veículos leves e dos investimentos realizados em novos postos e embandeiramentos, parcialmente compensado pelos efeitos do crescimento do desemprego ao longo do ano, e consequente impacto no consumo das famílias. O volume total de diesel caiu 2%, fruto do fraco desempenho da economia. Na Oxiteno, o volume vendido de especialidades apresentou queda de 8% em relação ao ano anterior, principalmente em função do efeito da retração da economia brasileira, levando a uma queda de 7% no volume total em relação a 2014. O volume vendido pela Ultragaz apresentou queda de 1% sobre 2014, principalmente em função da retração da economia sobre o segmento granel, parcialmente compensada por captura de clientes nos segmentos de pequenas e

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

médias empresas e condomínios e pelo crescimento de 1% no segmento envasado. A armazenagem média da Ultracargo caiu 8% em relação a 2014, em decorrência, sobretudo, da indisponibilidade parcial do terminal de Santos por conta do incêndio ocorrido no início de abril, parcialmente compensado por maior demanda de combustíveis em Suape e Aratu. A Extrafarma encerrou o ano com crescimento de 14% sobre 2014 no número médio de lojas, em comparação a um crescimento de 8% da Abrafarma, ganhando duas posições em relação a dezembro de 2014 no ranking da Abrafarma, finalizando o ano na 6ª posição.

Receita líquida de vendas e serviços

(em milhões de Reais)	2015	2014	Variação 2015-2014
Ipiranga	65.349,8	58.830,1	11%
Oxiteno	4.082,5	3.413,6	20%
Ultragaz	4.621,2	4.091,3	13%
Ultracargo	315,5	346,5	-9%
Extrafarma[1]	1.336,3	1.101,3	21%

[1]Referente aos meses de fevereiro a dezembro para 2014.

A Ultrapar apresentou em 2015 uma receita líquida de vendas e serviços de R$ 75.655 milhões, crescimento de 12% em relação a 2014. Na mesma comparação, a receita líquida da Ipiranga apresentou aumento de 11%, fruto principalmente dos aumentos dos custos do diesel e da gasolina nas refinarias em novembro de 2014 e setembro de 2015, além do aumento da CIDE, PIS e Cofins sobre gasolina e diesel a partir de fevereiro de 2015, com reflexos nos custos de etanol. A Oxiteno apresentou crescimento de 20% na receita líquida, principalmente em função do Real 42% mais depreciado e de seu foco estratégico em especialidades químicas, parcialmente compensados pelo menor volume de vendas e pela queda dos preços das principais matérias-primas. A receita líquida da Ultragaz foi de R$ 4.621 milhões em 2015, 13% superior a 2014, principalmente em função dos aumentos do custo do GLP nas refinarias para uso no segmento granel, realizados em dezembro de 2014, em setembro de 2015 e em dezembro de 2015, e para o segmento envasado, em setembro de 2015. A receita líquida da Ultracargo totalizou R$ 316 milhões, 9% abaixo na comparação com 2014, principalmente em função da indisponibilidade parcial do terminal de Santos, decorrente de incêndio. A receita líquida da Extrafarma cresceu 21% em função do maior número médio de lojas e do crescimento de 11% no same store sales ex-telefonia (vendas nas lojas abertas há mais de 12 meses).

Custos dos produtos vendidos e serviços prestados

(em milhões de Reais)	2015	2014	Variação 2015-2014
Ipiranga	61.236,8	55.338,9	11%
Oxiteno	2.809,8	2.624,7	7%
Ultragaz	3.884,6	3.478,5	12%
Ultracargo	151,9	141,9	7%
Extrafarma[1]	900,9	752,4	20%

[1]Referente aos meses de fevereiro a dezembro para 2014.

O custo dos produtos vendidos e serviços prestados da Ultrapar foi de R$ 68.934 milhões em 2015, aumento de 11% em relação a 2014. O custo dos produtos vendidos da Ipiranga foi 11% superior ao de 2014, em função principalmente dos aumentos promovidos pela Petrobras e do aumento da CIDE nos custos do diesel e da gasolina e do maior volume vendido. O custo dos produtos vendidos da Oxiteno apresentou aumento de 7% em relação a 2014, em função do Real 42% mais depreciado, parcialmente compensado pela redução de 22% no custo variável unitário em dólar e pela redução do volume vendido. O custo dos produtos vendidos da Ultragaz foi 12% superior ao de 2014, explicado pelo aumento do custo

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

do GLP para uso nos segmentos granel e envasado pela Petrobras e pelos efeitos da inflação sobre os gastos com pessoal. O custo dos serviços prestados pela Ultracargo apresentou aumento de 7% sobre o de 2014, em razão dos efeitos da inflação, principalmente em pessoal. O custo dos produtos vendidos na Extrafarma foram 20% maiores, decorrente de maiores vendas e do reajuste anual dos preços de medicamentos autorizado pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamento (CMED).

Lucro bruto

A Ultrapar apresentou lucro bruto de R$ 6.722 milhões em 2015, aumento de 24% em relação a 2014, em função do crescimento do lucro bruto em todas as unidades de negócio, exceto a Ultracargo, que observou queda em função do incêndio ocorrido em Santos.

Despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais

(em milhões de Reais)	2015	2014	Variação 2015-2014
Ipiranga	2.087,2	1.871,1	12%
Oxiteno	690,8	522,7	32%
Ultragaz	525,4	444,2	18%
Ultracargo	100,6	94,1	7%
Extrafarma[1]	427,5	332,5	29%

[1]Referente aos meses de fevereiro a dezembro para 2014.

As despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais da Ultrapar totalizaram R$ 3.838 milhões em 2015, 17% acima de 2014, em função dos efeitos da inflação sobre as despesas e de efeitos específicos em cada negócio. As despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais da Ipiranga apresentaram aumento de 12% em relação a 2014 decorrentes (i) da expansão da rede de distribuição, (ii) de maiores despesas com fretes, principalmente em função dos aumentos no diesel e (iii) da maior remuneração variável, em linha com a progressão de resultados. As despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais da Oxiteno aumentaram 32% sobre 2014, em função (i) de maior remuneração variável, em linha com a progressão de resultados, (ii) da desvalorização do Real sobre despesas logísticas e das unidades internacionais e (iii) dos efeitos da inflação. As despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais da Ultragaz aumentaram 18% sobre 2014, principalmente em função de maiores despesas com remuneração variável, em linha com a progressão de resultados e de maiores despesas de propaganda e marketing com a campanha de relançamento da marca Ultragaz, destacando os atributos de sua atual estratégia focada em conveniência e na disponibilização de serviços ao consumidor. As despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais da Ultracargo subiram 7%, excluindo as despesas relacionadas ao incêndio destacadas a seguir em “Outros resultados operacionais”. As despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais da Extrafarma aumentaram 29%, em função (i) do crescimento de 14% no número médio de lojas, (ii) da adição de despesas para estruturação do crescimento mais acelerado ao longo de 2014 e (iii) do início da operação do novo centro de distribuição do Ceará ao final de 2014, parcialmente compensados por menores despesas com integração.

Depreciações e amortizações

O total de custos e despesas com depreciação e amortização em 2015 foi de R$ 1.003 milhões, R$ 115 milhões ou 13% acima de 2014, em função dos investimentos realizados ao longo do período.

Resultado na venda de bens

A Ultrapar registrou em 2015 uma receita líquida na venda de bens de R$ 27 milhões, R$ 10 milhões abaixo do resultado registrado em 2014.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Lucro operacional

A Ultrapar apresentou lucro operacional de R$ 2.962 milhões em 2015, 30% acima de 2014, em função do maior lucro operacional obtido na Ipiranga, Oxiteno e Ultragaz.

Resultado financeiro

O resultado financeiro da Ultrapar apresentou uma despesa líquida de R$ 703 milhões em 2015, R$ 258 milhões acima de 2014, principalmente em função (i) do maior CDI no período, (ii) do maior endividamento líquido, em linha com o crescimento da Companhia, (iii) de efeitos cambiais no período e (iv) da incidência do PIS/COFINS sobre a receita financeira a partir de julho de 2015.

Lucro líquido do exercício

O lucro líquido consolidado da Ultrapar de 2015 atingiu R$ 1.513 milhões, 21% acima do lucro líquido apresentado em 2014, principalmente em função do crescimento do EBITDA entre os períodos, parcialmente compensado pela maior despesa financeira e por maiores despesas e custos com amortização e depreciação, em função dos investimentos realizados ao longo do período.

EBITDA (LAJIDA)

(em milhões de Reais)	2015	2014	Variação 2015-2014
Ipiranga	2.768,8	2.288,0	21%
Oxiteno	739,8	403,7	83%
Ultragaz	357,0	305,5	17%
Ultracargo	26,3	166,9	-84%
Extrafarma[1]	28,7	29,8	-4%

[1]Referente aos meses de fevereiro a dezembro em 2014.

O EBITDA consolidado da Ultrapar atingiu R$ 3.953 milhões em 2015, crescimento de 25% em relação a 2014. A Ipiranga apresentou um EBITDA de R$ 2.769 milhões em 2015, 21% acima de 2014, principalmente devido (i) à estratégia de inovação constante em serviços e conveniência no posto, gerando maior satisfação e fidelidade do cliente, (ii) ao maior volume vendido no ciclo Otto e (iii) a efeitos de importações e ganhos de estoque propiciados pelos ajustes econômicos no mercado brasileiro de derivados. A Oxiteno apresentou EBITDA de R$ 740 milhões, aumento de 83% sobre 2014, em função principalmente da desvalorização do Real frente ao dólar e de seu foco estratégico em especialidades químicas, parcialmente compensados pelo menor volume vendido. O EBITDA da Ultragaz totalizou R$ 357 milhões, 17% maior que 2014 fruto das iniciativas comerciais da companhia, principalmente na captura de pequenas e médias empresas e condomínios, além da expansão de suas revendas. A Ultracargo atingiu EBITDA de R$ 26 milhões em 2015, queda de 84% em função da menor movimentação, fruto da indisponibilidade parcial do terminal de Santos e das despesas relacionadas ao incêndio. Excluindo as operações de Santos, os demais terminais da Ultracargo apresentaram EBITDA de R$ 93 milhões, redução de 5%, principalmente em função dos efeitos da retração da economia sobre a movimentação de químicos. A Extrafarma registrou EBITDA de R$ 29 milhões, queda de 4% em relação a 2014, em função de iniciativas para crescimento mais acelerado, incluindo o início da operação do novo centro de distribuição do Ceará e o crescente ritmo de abertura de lojas, cujos benefícios se produzirão nos próximos anos, parcialmente compensadas pelo crescimento em same store sales.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Principais alterações nas demonstrações de resultado consolidado do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013

(em milhões de Reais)	Exercício findo em 31 de dezembro de	% da receita líquida de vendas e serviços	Exercício findo em 31 de dezembro de	% da receita líquida de vendas e serviços	Variação 2014-2013
	2014		2013		
Receita líquida de vendas e serviços	67.736,3	100%	60.940,2	100%	11%
Custos dos produtos vendidos e serviços prestados	(62.304,6)	92%	(56.165,4)	92%	11%
Lucro bruto	**5.431,7**	**8%**	**4.774,9**	**8%**	**14%**
Despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais	(3.289,0)	5%	(2.768,7)	5%	19%
Outros resultados operacionais, líquidos	106,9	0%	97,6	0%	10%
Resultado na venda de bens	37,0	0%	40,3	0%	-8%
Lucro operacional	**2.286,6**	**3%**	**2.144,0**	**4%**	**7%**
Resultado financeiro	(445,4)	1%	(337,6)	1%	32%
Equivalência patrimonial	(16,5)	0%	(5,0)	0%	230%
Imposto de renda e contribuição social	(573,5)	1%	(572,7)	1%	0%
Lucro líquido do exercício	**1.251,2**	**2%**	**1.228,7**	**2%**	**2%**
Lucro atribuível a:					
Acionistas da Ultrapar	1.241,6	2%	1.225,1	2%	1%
Acionistas não controladores de controladas	9,7	0%	3,6	0%	170%
EBITDA	**3.157,9**	**5%**	**2.918,0**	**5%**	**8%**
Depreciações e amortizações	887,8	1%	778,9	1%	14%

As informações denominadas LAJIDA (EBITDA) – Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização; e LAJIR (EBIT) – Lucro Antes dos Juros e Impostos sobre a Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido estão apresentadas de acordo com a Instrução nº 527 emitida pela CVM em 04 de outubro de 2012. Segue abaixo o cálculo do EBITDA a partir do lucro líquido:

R$ milhões	**2014**	**2013**	*(%) 2014v2013*
Lucro líquido	**1.251**	**1.229**	**2%**
(+) Imposto de renda e contribuição social	573	573	
(+) Despesa (receita) financeira líquida	445	338	
(+) Depreciação e amortização	888	779	
EBITDA	**3.158**	**2.918**	**8%**

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Comentários gerais sobre o volume de vendas

	2014	2013	Variação 2014-2013
Ipiranga (mil m^3)	25.614	24.758	3%
Oxiteno (mil tons)	780	776	0%
Ultragaz (mil tons)	1.711	1.696	1%
Ultracargo (mil m^3)	715	696	3%
Extrafarma (nº lojas)	223	195	14%

Na Ipiranga, o volume vendido em 2014 apresentou crescimento de 3,5% sobre 2013, totalizando 25.614 mil m³. O volume vendido de gasolina, etanol e gás natural veicular (ciclo Otto) em 2014 cresceu 8% em relação a 2013, em função do crescimento estimado de 6% da frota de veículos leves e dos investimentos realizados em novos postos e embandeiramentos. O volume total de diesel ficou estável, com um crescimento de 3% no segmento revenda, fruto de investimentos para a expansão da rede, compensado pelo fraco desempenho da economia. Na Oxiteno, o volume vendido de especialidades atingiu 673 mil toneladas em 2014, queda de 2% em relação ao ano anterior, principalmente em função do efeito da desaceleração da economia brasileira e da decisão de reduzir o nível de operações na Venezuela desde o início de 2014, em função das limitações de importação de matérias-primas naquele país. A redução em especialidades foi compensada pelo crescimento de 21% nas vendas de glicóis e o volume vendido total da Oxiteno permaneceu estável em relação a 2013. O crescimento de glicóis decorre principalmente de um menor patamar de vendas desse produto em 2013, devido a uma relevante parada programada para manutenção no polo petroquímico de Camaçari no segundo semestre de 2013. O volume vendido pela Ultragaz totalizou 1.711 mil toneladas em 2014, crescimento de 1% sobre 2013, devido ao crescimento de 2% no segmento envasado e do crescimento nos segmentos de pequenas e médias empresas e condomínios, fruto de iniciativas comerciais focadas em conveniência e serviços. A armazenagem média da Ultracargo cresceu 3% em relação a 2013, impulsionada pela maior demanda de óleo combustível para termoelétricas e de combustíveis automotivos, viabilizada pelos investimentos realizados nos últimos anos. A Extrafarma encerrou o ano com 223 lojas nas regiões Norte e Nordeste, crescimento de 14% na comparação com o final de 2013.

Receita líquida de vendas e serviços

(em milhões de Reais)	2014	2013	Variação 2014-2013
Ipiranga	58.830,1	53.384,1	10%
Oxiteno	3.413,6	3.277,8	4%
Ultragaz	4.091,3	3.982,3	3%
Ultracargo	346,5	332,1	4%
Extrafarma[1]	1.101,3	955,3	15%

[1]Referente aos meses de fevereiro a dezembro. Não incluído nos resultados consolidados da Ultrapar de 2013, demonstrado apenas como base de comparação.

A Ultrapar apresentou em 2014 uma receita líquida de vendas e serviços de R$ 67.736 milhões, crescimento de 11% em relação a 2013. Na mesma comparação, a receita líquida da Ipiranga apresentou aumento de 10%, fruto (i) do maior volume vendido, (ii) dos aumentos dos custos do diesel, da gasolina e, consequentemente, do etanol, (iii) da melhor composição de vendas, decorrente dos investimentos em expansão da rede de postos, permitindo maior participação do ciclo Otto e diesel segmento revenda e (iv) da estratégia de inovação constante em serviços e conveniência no posto, gerando maior satisfação e fidelidade do cliente. A Oxiteno apresentou crescimento de 4% na receita líquida, principalmente em função do Real 9% mais depreciado, compensado em parte pela maior participação de commodities na composição de vendas e menores preços internacionais de glicóis. A receita líquida da Ultragaz foi de R$ 4.091 milhões em 2014, 3% superior a 2013, principalmente em função do maior volume vendido no segmento envasado e de iniciativas comerciais. A receita líquida da Ultracargo totalizou R$ 346 milhões, 4% acima de 2013, principalmente em função da maior armazenagem média. A receita líquida da

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Extrafarma cresceu 15% em função do maior número médio de lojas e do crescimento de 8% no same store sales (vendas nas lojas abertas há mais de 12 meses).

Custo dos produtos vendidos e serviços prestados

(em milhões de Reais)	2014	2013	Variação 2014-2013
Ipiranga	55.338,9	50.190,2	10%
Oxiteno	2.624,7	2.479,5	6%
Ultragaz	3.478,5	3.398,2	2%
Ultracargo	141,9	133,8	6%
Extrafarma[1]	752,4	667,2	13%

[1]Referente aos meses de fevereiro a dezembro. Não incluído nos resultados consolidados da Ultrapar de 2013, demonstrado apenas como base de comparação.

O custo dos produtos vendidos e serviços prestados da Ultrapar foi de R$ 62.305 milhões em 2014, aumento de 11% em relação a 2013. O custo dos produtos vendidos da Ipiranga foi 10% superior ao de 2013, em função principalmente do maior volume vendido e dos aumentos promovidos pela Petrobras nos custos do diesel e da gasolina e, consequentemente, dos aumentos de custos do etanol. O custo dos produtos vendidos da Oxiteno apresentou aumento de 6% em relação a 2013, em função do Real 9% mais depreciado, parcialmente compensado pela redução de 4% no custo variável unitário em dólar. O custo dos produtos vendidos da Ultragaz foi 2% superior ao de 2013, em função (i) do maior volume vendido, (ii) dos efeitos da inflação sobre os custos e (iii) da maior requalificação planejada de botijões, parcialmente compensados pelas iniciativas para redução de custos implementadas ao longo do ano. O custo dos serviços prestados pela Ultracargo apresentou aumento de 6% sobre o de 2013, em razão da maior armazenagem média e dos efeitos da inflação, principalmente em pessoal. O custo dos produtos vendidos na Extrafarma foram 13% maiores, decorrente de maiores vendas e do reajuste anual dos preços de medicamentos autorizado pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamento (CMED).

Lucro bruto

A Ultrapar apresentou lucro bruto de R$ 5.432 milhões em 2014, aumento de 14% em relação a 2013, em função do crescimento do lucro bruto em todas as unidades de negócio, exceto a Oxiteno.

Despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais

(em milhões de Reais)	2014	2013	Variação 2014-2013
Ipiranga	1.871,1	1.759,5	6%
Oxiteno	522,7	486,9	7%
Ultragaz	444,2	432,4	3%
Ultracargo	94,1	94,5	0%
Extrafarma[1]	332,5	238,0	40%

[1]Referente aos meses de fevereiro a dezembro. Não incluído nos resultados consolidados da Ultrapar de 2013, demonstrado apenas como base de comparação.

As despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais da Ultrapar totalizaram R$ 3.289 milhões em 2014, 19% acima de 2013. As despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais da Ipiranga apresentaram aumento de 6% em relação a 2013 decorrente (i) do maior volume vendido, (ii) da expansão da rede de distribuição, (iii) dos efeitos da inflação sobre as despesas e (iv) dos aumentos de preço do diesel sobre o frete. As despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais da Oxiteno aumentaram 7% sobre 2013, em função (i) de maiores despesas com logística, principalmente decorrentes dos aumentos de diesel e da desvalorização do Real e (ii) dos efeitos da inflação sobre as despesas,

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

parcialmente compensados pela menor remuneração variável, em linha com a progressão de resultados. As despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais da Ultragaz aumentaram 3% sobre 2013, principalmente em função (i) dos efeitos da inflação sobre despesas com pessoal e frete e (ii) de maior remuneração variável, em linha com a progressão de resultados, parcialmente compensados pelas iniciativas de redução de despesas. As despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais da Ultracargo ficaram estáveis, com os efeitos da inflação sobre as despesas compensados por menores gastos com projetos. As despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais da Extrafarma aumentaram 40%, em função (i) do crescimento de 14% no número médio de lojas, (ii) de aumentos acima da inflação nas despesas unitárias com pessoal e (iii) de R$ 39 milhões de despesas de integração com a Ultrapar e de estruturação da Extrafarma para crescimento mais acelerado.

Depreciações e amortizações

O total de custos e despesas com depreciação e amortização em 2014 foi de R$ 888 milhões, R$ 109 milhões ou 14% acima de 2013, em função dos investimentos realizados ao longo do período.

Resultado na venda de bens

A Ultrapar registrou em 2014 uma receita líquida na venda de bens de R$ 37 milhões, R$ 3 milhões abaixo do resultado registrado em 2013.

Lucro operacional

A Ultrapar apresentou lucro operacional de R$ 2.287 milhões em 2014, 7% acima de 2013, em função do maior lucro operacional obtido em todos os negócios, exceto a Oxiteno.

Resultado financeiro

O resultado financeiro da Ultrapar apresentou uma despesa líquida de R$ 445 milhões em 2014, R$ 107 milhões acima de 2013, principalmente em função do maior CDI no período e da maior dívida líquida média.

Lucro líquido do exercício

O lucro líquido consolidado da Ultrapar de 2014 atingiu R$ 1.251 milhões, 2% acima do lucro líquido apresentado em 2013, principalmente em função do crescimento do EBITDA entre os períodos, parcialmente compensando pela maior despesa financeira e por maiores despesas e custos com amortização e depreciação, em função dos investimentos realizados ao longo do período.

EBITDA (LAJIDA)

(em milhões de Reais)	2014	2013	Variação 2014-2013
Ipiranga	2.288,0	2.029,6	13%
Oxiteno	403,7	440,6	-8%
Ultragaz	305,5	280,5	9%
Ultracargo	166,9	157,5	6%
Extrafarma[1]	29,8	53,7	-45%

[1]Referente aos meses de fevereiro a dezembro. Não incluído nos resultados consolidados da Ultrapar de 2013, demonstrado apenas como base de comparação

O EBITDA consolidado da Ultrapar atingiu R$ 3.158 milhões em 2014, crescimento de 8% em relação a 2013. A Ipiranga apresentou um EBITDA de R$ 2.288 milhões em 2014, 13% acima de 2013, principalmente devido (i) ao maior volume vendido no ciclo Otto e diesel segmento revenda, com melhor composição de vendas, (ii) à estratégia de inovação constante em serviços e conveniência no posto, gerando maior satisfação e fidelidade do cliente e (iii) às iniciativas para redução da informalidade no

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

mercado de etanol, principalmente nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte. A Oxiteno apresentou EBITDA de R$ 404 milhões, queda de 8% sobre 2013, em função (i) do menor volume vendido de especialidades, (ii) da redução nos preços internacionais de glicóis e (iii) da decisão de reduzir o nível de operações na Venezuela desde início do ano, compensados em parte pelo Real 9% mais depreciado. O EBITDA da Ultragaz totalizou R$ 306 milhões, 9% maior que 2013, principalmente em função do maior volume vendido e de iniciativas comerciais e de redução de gastos. A Ultracargo atingiu EBITDA de R$ 167 milhões em 2014, aumento de 6% em relação ao ano anterior, explicado principalmente pela maior armazenagem média. A Extrafarma registrou EBITDA de R$ 30 milhões, queda de 45% em relação a 2013, em função das despesas planejadas com integração e estruturação para crescimento mais acelerado de lojas no valor total de R$ 39 milhões, compensadas parcialmente pelo maior número médio de lojas e pelo crescimento em same store sales.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2. Comentários sobre

a. Resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Mais de 90% da receita líquida consolidada da Ultrapar é proveniente dos negócios de distribuição de combustíveis e GLP. Portanto, os principais componentes dessa receita são oriundos da venda de diesel, gasolina e etanol, pela Ipiranga, e de GLP, pela Ultragaz. Veja "Item 10.2.c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor".

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Veja "Item 10.1.h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras – Principais alterações nas demonstrações de resultado consolidado".

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Veja "Item 10.1.h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras – Principais alterações nas demonstrações de resultado consolidado" e "Item 10.2.c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor".

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

Distribuição de gás liquefeito de petróleo (GLP)

Entre 2003 e 2007, os preços de GLP cobrados de distribuidores de GLP no Brasil permaneceram estáveis, apesar de aumentos nos preços de GLP e petróleo nos mercados internacionais, que foram parcialmente compensados pela valorização do Real frente ao dólar. Entretanto, a partir de 2008, tendo se acentuado a diferença entre os preços de GLP praticados no mercado brasileiro e internacional, a Petrobras tem aumentado o preço ex-refinaria do GLP para uso comercial e industrial esporadicamente, conforme tabela abaixo:

(% de aumento)	Jan/08	Abr/08	Jul/08	Jan/10	Dez/14	Set/15	Dez/15
GLP comercial e industrial	15%	10%	6%	6%	15%	11%	4%

Já os preços ex-refinaria de GLP para uso residencial se mantiveram inalterados de maio de 2003 a setembro de 2015, quando houve um aumento de 15% pela Petrobras. Nos últimos anos, a Petrobras teve como prática não refletir imediatamente no mercado interno as oscilações nos preços internacionais de petróleo e derivados. Não podemos garantir que essa tendência continue. Um eventual aumento abrupto nos preços de GLP cobrados dos distribuidores pode ter um impacto sobre

10.2 - Resultado operacional e financeiro

os resultados da Ultragaz, caso não seja possível manter as margens operacionais ou os volumes vendidos.

As vendas de GLP a granel são correlacionadas com o crescimento da economia. Portanto, uma aceleração ou desaceleração no crescimento do PIB brasileiro pode influenciar nosso volume de vendas, já que este segmento representa aproximadamente 30% do volume vendido pela Ultragaz. Já o GLP envasado (botijão) é um bem de primeira necessidade e, consequentemente, seu volume apresenta baixa correlação com o desempenho da economia.

Química e petroquímica

O volume de especialidades químicas no mercado brasileiro é correlacionado ao crescimento econômico. Portanto, uma aceleração ou desaceleração do PIB brasileiro pode influenciar o nosso volume de vendas, visto que as vendas de especialidades químicas no Brasil representaram 58% do volume total vendido pela Oxiteno em 2015. Em períodos de crescimento de mercado no Brasil, a Oxiteno busca (i) elevar suas vendas no mercado interno, uma vez que os custos logísticos são geralmente menores do que nas vendas direcionadas ao mercado externo, e (ii) elevar suas vendas de especialidades, produtos com maior valor agregado que commodities. Em 2015, as vendas de especialidades químicas representaram 85% do volume total vendido pela Oxiteno.

Em 2012, a Oxiteno expandiu suas operações para os Estados Unidos, através da aquisição de uma planta de especialidades químicas em Pasadena, Texas, com capacidade de produção de 32 mil toneladas por ano, e para o Uruguai, através da aquisição da American Chemical, companhia de especialidades químicas, com capacidade de 81 mil toneladas por ano. Em 2013, a Oxiteno investiu na expansão da capacidade produtiva em Coatzacoalcos, no México. Em 2015, a Oxiteno anunciou investimentos de R$ 460 milhões para 2016. Esse montante inclui US$ 65 milhões para a construção de uma nova unidade de etoxilação em sua fábrica no Texas (EUA), com expectativa de conclusão em 2017. A nova unidade terá capacidade para produção de 170 mil toneladas ao ano em seu estágio final. Variações acentuadas de câmbio podem impactar o valor dos investimentos da Oxiteno em Reais, levando a um maior desembolso.

Quase a totalidade dos preços e custos variáveis dos produtos da Oxiteno está vinculada ao dólar. Portanto, uma significativa apreciação ou depreciação do Real em relação ao dólar poderia impactar a margem de contribuição da Oxiteno no futuro. Em 2015, o Real sofreu depreciação de 47% frente ao dólar, influenciando positivamente os resultados da Oxiteno. De 31 de dezembro de 2015 até 30 de abril de 2016, o Real se apreciou 12% em relação ao dólar. Não podemos prever qual será a tendência do Real no futuro.

A principal matéria-prima da Oxiteno é o eteno, que é produzido a partir da nafta no Brasil. Em geral, os preços da nafta no Brasil flutuam com os preços do petróleo. Em 2014, a desaceleração na economia global e as decisões de produção dos países membros da OPEP tiveram influência sobre o preço internacional do petróleo, que iniciou o ano cotado a US$ 111/barril, tendo permanecido estável até o terceiro trimestre, porém encerrando 2014 a US$ 62/barril. Em 2015, o preço do petróleo fechou cotado a US$ 38/barril, queda de 39% com relação a 2014. De 31 de dezembro de 2015 até 30 de abril de 2016, o preço do petróleo aumentou 10%. Não podemos prever se os preços de petróleo e eteno manterão esta tendência. Uma variação acentuada nos preços do eteno teria impacto sobre os resultados da Oxiteno caso não seja possível manter as margens operacionais.

O aumento da demanda por produtos químicos e petroquímicos no Brasil ao longo dos últimos anos e a contínua integração dos mercados regionais e mundiais contribuíram para a inserção da indústria petroquímica brasileira no mercado internacional. Consequentemente, eventos que afetam a indústria petroquímica mundialmente podem influenciar o resultado das operações da Oxiteno. O desempenho

10.2 - Resultado operacional e financeiro

da indústria química mundial foi fortemente impactado pela crise financeira em 2009, que causou retração na demanda por produtos químicos em diversos países. Em função do crescimento do mercado brasileiro de químicos naquele ano, a Oxiteno enfrenta maior competição por parte de certos produtores estrangeiros desde 2009, incluindo de produtores de óxido de eteno e derivados com acesso a matéria-prima derivada do gás natural.

Distribuição de combustíveis

No passado recente, a venda combinada de gasolina, etanol e gás natural veicular (ciclo Otto) no Brasil tem sido correlacionada ao crescimento da frota de veículos leves. De acordo com a ANFAVEA, em 2015, a frota de veículos leves continuou crescendo, com cerca de 2,5 milhões de novos veículos licenciados no Brasil e crescimento estimado de 3% da frota em relação a 2014, chegando a uma frota estimada de 40 milhões de veículos leves. Adicionalmente, a atual penetração de veículos leves do Brasil ainda é baixa quando comparada a outros países com estágios de desenvolvimento similares ao do Brasil. De acordo com dados de 2013 divulgados pela ANFAVEA, última informação disponível, a penetração de veículos no Brasil é de aproximadamente 20% em relação à população total, enquanto na Argentina e no México é de 30%. Os dados recentes mostram um crescimento do ciclo Otto abaixo do crescimento da frota, em função do aumento do desemprego e menor renda da população. Já as vendas de diesel, que em 2015 representaram 51% do volume vendido pela Ipiranga, são historicamente correlacionadas com o desempenho da economia, em particular os setores agrícola e de bens de consumo. Em 2015, o mercado brasileiro de diesel, segundo dados da ANP, apresentou queda de 5% em relação a 2014, influenciado pelo fraco desempenho da economia e queda no consumo de diesel para uso nas termoelétricas. O aumento no consumo de combustíveis teria um efeito positivo no volume vendido e nos resultados da empresa através do crescimento da receita e maior diluição de custos fixos, porém não podemos garantir que essa tendência continue.

Nos últimos anos, a Petrobras teve como prática não refletir imediatamente no mercado interno as oscilações nos preços internacionais de petróleo e derivados. Não podemos garantir que essa tendência continue. Em outubro de 2011, o Governo Brasileiro reduziu o percentual de etanol anidro na gasolina de 25% para 20%, em função da redução da produção de etanol. Ao mesmo tempo, para evitar o aumento do preço da gasolina ao consumidor final, o governo decidiu reduzir a CIDE de R$ 230/m³ para R$ 193/m³. Em novembro de 2011, o Governo Brasileiro reduziu novamente a CIDE incidente sobre a gasolina A para R$ 91/m³ e sobre o diesel de R$ 70/m³ para R$ 47/m³. Essa redução da CIDE permitiu que a Petrobras aumentasse o preço da gasolina em 10% e do diesel em 2%, sem afetar o preço ao distribuidor. Em junho de 2012, a Petrobras deu início a aumentos esporádicos de preços do diesel e da gasolina, conforme tabela abaixo. Na mesma data, a alíquota da CIDE dos dois produtos foi reduzida a zero, neutralizando pontualmente o efeito do aumento nos preços ao consumidor. Os aumentos subsequentes tiveram impacto nos preços ao consumidor. Em janeiro de 2015, o Governo Brasileiro anunciou a volta da CIDE e a elevação do PIS e Cofins sobre os combustíveis, com impacto de R$ 220/m³ para a gasolina e de R$ 150/m³ para o diesel a partir de 1º de fevereiro de 2015.

(% de aumento)	Jun/12	Jul/12	Jan/13	Mar/13	Nov/13	Nov/14	Set/15
Diesel	3,9%	6,2%	5,4%	4,9%	8,0%	5,0%	4,0%
Gasolina	7,8%	-	6,6%	-	4,0%	3,0%	6,0%

Efeito da inflação sobre custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais da Ultrapar são, em sua maior parte, denominados em Reais e, portanto, são influenciados pelo nível geral de preços da economia brasileira. Nos anos de 2015, 2014 e 2013, a variação do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), índice utilizado para

10.2 - Resultado operacional e financeiro

determinar as metas de inflação estabelecidas pelo Governo Brasileiro, foi de 10,7%, 6,4% e 5,9%, respectivamente. De 31 de dezembro de 2015 até 30 de abril de 2016, o IPCA acumulou 3,2%.

Resultado financeiro

Os principais fatores macroeconômicos que influenciam o resultado financeiro da Ultrapar são as taxas de câmbio e de juros.

Taxa de câmbio

A maior parte das operações da Ultrapar se localiza no Brasil, e, portanto a moeda de referência para a gestão do risco de moedas é o Real. A gestão do risco de moedas é guiada pela neutralidade de exposições cambiais e considera os riscos transacional, contábil e operacional da Ultrapar e suas controladas às mudanças nas taxas de câmbio. A Ultrapar considera como suas principais exposições cambiais os ativos e passivos em moeda estrangeira e o fluxo de curto prazo das vendas líquidas em moeda estrangeira da Oxiteno. A Ultrapar e suas subsidiárias utilizam instrumentos de proteção cambial (principalmente entre o Real e o dólar norte-americano) disponíveis no mercado financeiro para proteger seus ativos, passivos, recebimentos e desembolsos em moeda estrangeira e investimentos líquidos em operações no exterior, com o objetivo de reduzir os efeitos da variação cambial em seus resultados e fluxo de caixa em Reais, dentro dos limites de exposição de sua política de gestão de recursos, instrumentos e riscos financeiros. Tais instrumentos de proteção cambial possuem montantes, prazos e índices substancialmente equivalentes aos dos ativos, passivos, recebimentos e desembolsos em moeda estrangeira aos quais se encontram vinculados. Estão demonstrados a seguir os ativos e passivos em moeda estrangeira, convertidos para Reais em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013:

Ativos e passivos em moeda estrangeira

Valores em milhões de Reais	**31/12/2015**	**31/12/2014**	**31/12/2013**
Ativos em moeda estrangeira			
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras em moeda estrangeira (exceto instrumentos de proteção)	147,8	594,9	457,2
Contas a receber de clientes no exterior, líquidas de provisão para perda	188,8	190,3	156,0
Investimentos em controladas no exterior (exceto caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, financiamentos e contas a pagar)	611,4	507,3	443,4
	948,0	1.292,5	1.056,6
Passivos em moeda estrangeira			
Financiamentos em moeda estrangeira	(2.630,3)	(1.867,2)	(1.294,9)
Contas a pagar decorrentes de importações, líquidas de adiantamentos a fornecedores estrangeiros	(64,4)	(70,6)	(45,3)
	(2.694,7)	(1.937,8)	(1.340,2)
Saldo (bruto) da ponta em moeda estrangeira de instrumentos de proteção cambial	2.667,2	783,3	427,1
Posição líquida ativa – Total	920,5	138,0	143,5

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Análise de sensibilidade dos ativos e passivos em moeda estrangeira

A tabela abaixo demonstra o efeito da variação cambial nos diferentes cenários, com base na posição de R$ 920,5 milhões ativa em moeda estrangeira:

em milhões de Reais	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
		10%	**25%**	**50%**
(1) Efeito no resultado	Depreciação do Real	(7,7)	(19,4)	(38,7)
(2) Efeito no patrimônio líquido		99,8	249,5	499,0
(1) + (2)	**Efeito**	**92,1**	**230,1**	**460,3**
(3) Efeito no resultado	Apreciação do Real	7,7	19,4	38,7
(4) Efeito no patrimônio líquido		(99,8)	(249,5)	(499,0)
(3) + (4)	**Efeito**	**(92,1)**	**(230,1)**	**(460,3)**

O ganho (perda) reconhecido diretamente no patrimônio líquido na conta de ajustes acumulados de conversão decorre das variações cambiais sobre o patrimônio líquido das controladas sediadas no exterior (vide Nota Explicativa nº 2.r e 22.f – ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira).

Taxa de juros

A Ultrapar adota políticas conservadoras de captação e aplicação de recursos financeiros e de minimização do custo de capital. As aplicações financeiras da Ultrapar são mantidas principalmente em operações vinculadas ao CDI, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 4. As captações são principalmente oriundas de financiamentos do Banco do Brasil, debêntures, BNDES e outros órgãos de fomento e captações em moeda estrangeira, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 14. A Ultrapar não gerencia ativamente os riscos associados a alterações no patamar das taxas de juros, procurando manter seus ativos e passivos financeiros de juros em taxas flutuantes. Em 31 de dezembro de 2015, a Ultrapar possuía instrumentos financeiros derivativos de taxa de juros vinculados a empréstimos nacionais, trocando os juros de certas dívidas pré-fixadas para taxa flutuante (CDI).

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Estão demonstrados a seguir os ativos e passivos financeiros, expostos a taxas de juros pós-fixadas em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013:

em milhões de Reais	Nota Explicativa	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
CDI				
Equivalentes de caixa	4	2.498	2.691	2.051
Aplicações financeiras	4	802	903	747
Saldo (bruto) da ponta ativa dos instrumentos de proteção cambial - CDI	30	31	114	112
Financiamentos e debêntures	14	(5.521)	(5.158)	(3.862)
Saldo (bruto) da ponta passiva dos instrumentos de proteção cambial - CDI	30	(2.225)	(750)	(453)
Saldo (bruto) da ponta passiva dos instrumentos de taxas de juros pré-fixada para CDI	30	(28)	(486)	(855)
Posição líquida passiva em CDI		**(4.444)**	**(2.686)**	**(2.258)**
TJLP				
Empréstimos e financiamentos - TJLP	14	(421)	(541)	(641)
Posição líquida passiva em TJLP		**(421)**	**(541)**	**(641)**
LIBOR				
Saldo (bruto) da ponta ativa dos instrumentos de proteção cambial - LIBOR	30	1.364	762	330
Empréstimos e financiamentos - LIBOR	14	(1.587)	(814)	(374)
Posição líquida passiva em LIBOR		**(223)**	**(53)**	**(45)**
TIIE				
Empréstimos e financiamentos – TIIE	14	(27)	(32)	(31)
Posição líquida passiva em TIIE		**(27)**	**(32)**	**(31)**
SELIC				
Empréstimos e financiamentos – SELIC	14	(31)	-	-
Posição líquida passiva em SELIC		**(31)**	-	-
Posição líquida passiva total		**(5.145)**	**(3.311)**	**(2.975)**

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Análise de sensibilidade dos riscos de juros flutuantes

A tabela abaixo demonstra a despesa e a receita incremental que teria sido reconhecida no resultado financeiro em 2015, devido aos efeitos da variação das taxas de juros flutuantes nos diferentes cenários:

em milhões de Reais	**Risco**	**Cenário I**	**Cenário II**	**Cenário III**
		10%	25%	50%
Exposição a juros flutuantes				
Efeito nos juros dos equivalentes de caixa e das aplicações financeiras	Elevação CDI	33,6	84,0	168,1
Efeito no resultado das pontas ativas em CDI dos instrumentos de proteção cambial	Elevação CDI	2,1	5,2	10,4
Efeito nos juros da dívida	Elevação CDI	(71,1)	(177,7)	(355,4)
Efeito no resultado das pontas passivas em CDI dos instrumentos de proteção a dívidas	Elevação CDI	(20,1)	(50,1)	(100,1)
Despesa incremental		**(55,5)**	**(138,6)**	**(277,0)**
Efeito nos juros da dívida	Elevação TJLP	(3,0)	(7,4)	(14,8)
Despesa incremental		**(3,0)**	**(7,4)**	**(14,8)**
Efeito no resultado das pontas ativas em LIBOR dos instrumentos de proteção cambial	Elevação LIBOR	0,3	0,7	1,5
Efeito nos juros da dívida	Elevação LIBOR	(0,4)	(0,9)	(1,9)
Despesa incremental		**(0,1)**	**(0,2)**	**(0,4)**
Efeito nos juros da dívida em TIIE	Elevação TIIE	(0,1)	(0,3)	(0,7)
Despesa incremental		**(0,1)**	**(0,3)**	**(0,7)**
Efeito nos juros da dívida em SELIC	Elevação SELIC	(0,2)	(0,4)	(0,8)
Despesa incremental		**(0,2)**	**(0,4)**	**(0,8)**

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

10.3 - Comentários sobre os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional no exercício social de 2015.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária relevante no exercício social de 2015 que tenham causado ou que se espera que venham a causar efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

c. Eventos ou operações não usuais

Não aplicável.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

10.4 - Comentários sobre

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

Todas as informações financeiras contidas nesse Item 10 são apresentadas no mesmo padrão contábil IFRS.

2015:

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis no exercício social de 2015.

2014:

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis no exercício social de 2014.

2013:

Os seguintes pronunciamentos entraram em vigor em 1º de janeiro de 2013 e alteraram as demonstrações financeiras anteriormente divulgadas pela Ultrapar em 31 de dezembro de 2012 e de 2011:

(1) adoção do IFRS 11 (CPC 19 (R2)) – "Negócios em conjunto": os investimentos em negócios em conjunto (joint-ventures) nas empresas Refinaria de Petróleo Riograndense S.A., Maxfácil Participações S.A., União Vopak Armazéns Gerais Ltda. e ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. deixaram de ser consolidados proporcionalmente à participação da Companhia e passaram a ser contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.

(2) alteração ao IAS 19 Revisado (CPC 33(R2)) – "Benefícios a empregados": os ganhos e perdas atuariais deixaram de ser reconhecidos no resultado e passaram a ser reconhecidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes. Os custos dos serviços passados na data da transição foram reconhecidos no patrimônio líquido em lucros acumulados. A partir da adoção inicial do IAS 19 Revisado, os custos dos serviços passados serão reconhecidos no resultado quando apurados. Os ganhos e perdas atuariais referentes a benefícios pós-emprego, apurados em avaliação conduzida por atuário independente, são reconhecidos no patrimônio líquido na conta ajustes de avaliação patrimonial. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido não serão reclassificados subsequentemente para o resultado.

As informações financeiras contidas nesse documento referentes ao balanço patrimonial de 31/12/2013 e da demonstração de resultado e fluxo de caixa de 2013 derivam das demonstrações financeiras consolidadas arquivadas na CVM em 19 de fevereiro de 2014.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não aplicável para os exercícios sociais de 2015 e 2014.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve.

10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 - Indicação e comentários sobre políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor

A apresentação de nossa situação financeira e operacional requer de nossa administração o julgamento quanto aos efeitos decorrentes das incertezas inerentes ao valor de nossos bens e obrigações, que podem impactar os seus valores reportados, bem como nossas receitas e despesas. As demonstrações financeiras incluem, entre outras, estimativas referentes, principalmente, (i) à determinação do valor justo de instrumentos financeiros (Notas Explicativas nº 4, 14 e 30), (ii) determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa (Notas Explicativas nº 5 e 30), (iii) determinação da provisão para perda em estoques (Nota Explicativa nº 6), (iv) a determinação dos valores de imposto de renda diferido (Nota Explicativa nº 9), (v) à vida útil do ativo imobilizado (Nota Explicativa nº 12), (vi) à vida útil do ativo intangível e valor de recuperação do ágio por expectativa de rentabilidade futura (Nota Explicativa nº 13), (vii) à provisão para retirada de tanques (Nota Explicativa nº 19), (viii) a provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (Nota Explicativa nº 20), (ix) a estimativas para elaboração de laudo atuarial (Nota Explicativa nº 18), (x) determinação do valor justo do bônus de subscrição – indenização (Notas Explicativas nº 3.a e 30) e (xi) determinação da taxa de câmbio utilizada para tradução das demonstrações financeiras da Oxiteno Andina (Nota Explicativa nº 2.r).

O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir dessas estimativas. Os resultados auferidos podem diferir daqueles estimados sob diferentes variáveis, premissas e condições, embora nossa administração acredite que suas estimativas sejam razoáveis. Os parágrafos a seguir são uma revisão das estimativas contábeis que nossa administração considera mais importantes para o entendimento de nossa condição financeira, resultado das operações e do fluxo de caixa. Uma política ou estimativa contábil é considerada crítica se ela atende aos seguintes critérios:

- A estimativa contábil requer da administração premissas sobre assuntos que eram muito incertos na época em que tais estimativas foram realizadas; e
- Estimativas diferentes que a administração possa ter utilizado para a estimativa contábil no atual período, ou mudanças na estimativa contábil que poderão vir a ocorrer de período a período, e que teriam impacto material em nossa condição financeira, resultado das operações ou fluxo de caixa.

Identificamos as seguintes políticas contábeis como críticas:

Provisão para devedores duvidosos

Mantemos provisão para devedores duvidosos em razão de perdas decorrentes da incapacidade de nossos clientes de realizarem pagamentos. A provisão para devedores duvidosos é registrada em um valor considerado suficiente para cobrir quaisquer perdas prováveis na realização de nossas contas a receber e está incluída nas despesas com vendas. Nenhum ajuste é realizado na receita líquida de vendas e serviços. Para estabelecer a provisão para devedores duvidosos, nossa administração avalia constantemente o montante e as características das contas a receber. À medida que ocorrem atrasos significativos e que as possibilidades de recuperação dos respectivos montantes se tornam remotas, é realizada provisão correspondente. Nós não constituímos provisão caso os créditos em atraso estejam garantidos e apresentem razoáveis perspectivas de recebimento. Constituiremos provisões em exercícios futuros caso as condições financeiras de nossos clientes deteriorem-se, resultando em sua incapacidade de realizar pagamentos. Contudo, como não conseguimos prever com certeza a estabilidade financeira de nossos clientes, não podemos assegurar que nossas provisões permanecerão adequadas. As perdas de crédito efetivas poderão ser maiores que as provisões registradas, o que pode ter um impacto significativo em nossas despesas com vendas (vide Notas Explicativas nº 5 e 30).

10.5 - Políticas contábeis críticas

Provisões para perdas de estoque

Reconhecemos provisões para perdas de estoque, caso o valor realizável líquido seja inferior ao valor do custo. A obsolescência de materiais mantidos para uso na produção também é revisada periodicamente e inclui produtos, materiais ou bens que (i) não atendem à especificação da Ultrapar e suas controladas, (ii) tenham expirado a data de validade; ou (iii) possuam baixa rotatividade. Esta classificação é feita pela administração com o apoio da equipe industrial. Para maiores detalhes das provisões para perdas de estoque da Ultrapar, vide Nota Explicativa nº 6.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Reconhecemos créditos e débitos fiscais diferidos sem vencimento, oriundos de prejuízos fiscais e bases negativas, adições temporárias, reavaliação de ativo imobilizado e principalmente dos efeitos do regime tributário de transição. Periodicamente revisamos nossos ativos fiscais diferidos por meio de recuperabilidade e avaliação, conforme requerido, baseando-se no histórico de lucro tributável, lucro tributável futuro projetado e tempo estimado para reversão de diferenças temporárias existentes. Caso nós, ou uma de nossas subsidiárias, operemos com prejuízo, ou sejamos incapazes de gerar lucros tributáveis futuros, ou se houver alguma mudança significativa nas alíquotas de imposto efetivas ou do período em que tais diferenças se tornem tributáveis ou dedutíveis, nós estudaremos a necessidade de estabelecer uma provisão para perda de todos, ou de uma parcela significativa, de nossos ativos fiscais diferidos, resultando no aumento de nossa alíquota de tributo efetiva e assim reduzindo nosso lucro líquido. É necessário um alto grau de julgamento de nossa administração para determinar o valor da provisão. A principal incerteza está relacionada à futura tributação de nossas subsidiárias que geraram tal ativo. Uma mudança em nossas projeções de rentabilidade poderia incorrer na necessidade de realizarmos uma provisão para tributos diferidos, resultando em um impacto negativo em nossos resultados futuros (vide Nota Explicativa nº 9.a).

Provisões para riscos tributários cíveis e trabalhistas

Somos parte de disputas nas esferas judicial e administrativa incorridas no curso normal de nossos negócios. Acreditamos que o registro de tais provisões em nossas demonstrações financeiras é adequado. Temos por prática provisionar os valores referentes a ações judiciais cuja probabilidade de que uma obrigação exista seja considerada mais provável que não, na opinião de nossos administradores, baseados em informações disponíveis à Ultrapar, incluindo o parecer de nossos assessores jurídicos externos e internos. Os resultados futuros das operações podem ser afetados por mudanças em nossas premissas, pela eficácia de nossas estratégias de negociação dessas ações, por acontecimentos futuros relativos a essas ações ou por mudanças na forma de abordá-las, tal como mudança na estratégia de negociação dessas ações (vide Nota Explicativa nº 20 itens a, b, c, d).

Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição ou construção, incluindo encargos financeiros incorridos sobre imobilizações em andamento, bem como custos com manutenções relevantes de bens decorrentes de paradas de fábrica programadas e custos estimados para retirada por desativação ou restauração (vide Nota Explicativa nº 19). As depreciações são calculadas pelo método linear, pelos prazos mencionados na Nota Explicativa nº 12, que levam em consideração a vida útil dos bens, que é revisada anualmente. As benfeitorias em imóveis de terceiros são depreciadas pelo menor prazo entre a vigência do contrato ou a vida útil dos bens.

Intangível

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros pela Ultrapar e suas controladas, seguindo os critérios abaixo (vide Nota Explicativa nº 13):

- Ágios por expectativa de rentabilidade futura são demonstrados líquidos de amortização acumulada até 31 de dezembro de 2008, quando cessou sua amortização. Os ágios gerados a partir de 1 de janeiro de 2009 são demonstrados como ativo intangível pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar ao vendedor e o valor justo dos ativos identificados e passivos assumidos da entidade adquirida, e são testados anualmente para verificar a existência de

10.5 - Políticas contábeis críticas

eventuais reduções de valores recuperáveis. Os ágios por expectativa de rentabilidade futura são alocados às respectivas unidades geradoras de caixa ("UGC") para fins de teste de recuperabilidade.

- Os desembolsos de bonificação previstos nos contratos da Ipiranga com postos revendedores e grandes consumidores são registrados como fundo de comércio no momento de sua ocorrência e são amortizados linearmente conforme o prazo do contrato.
- Outros ativos intangíveis adquiridos de terceiros, tais como software, tecnologia e direitos, são mensurados pelo valor pago na aquisição e são amortizados linearmente pelos prazos mencionados na Nota Explicativa nº 13, que levam em consideração sua vida útil, que é revisada anualmente.

A Ultrapar e suas controladas não têm contabilizados ativos intangíveis que tenham sido gerados internamente. Com exceção dos ágios por expectativa de rentabilidade futura da marca "am/pm", e da marca "Extrafarma" adquirida em 2014 (vide Nota Explicativa nº 3.a) a Ultrapar e suas controladas não possuem contabilizados outros ativos intangíveis com vida útil indefinida.

Redução ao valor recuperável de ativos

A Ultrapar revisa, no mínimo anualmente, a existência de indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a Ultrapar estima o valor recuperável do ativo. Os ativos que não podem ser avaliados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que geram entrada de caixa de uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos (UGC). O valor recuperável desses ativos ou UGCs corresponde ao maior valor entre o seu valor justo líquido de despesas diretas de venda e o seu valor em uso.

O valor justo líquido de despesas diretas de venda é determinado pelo preço que seria recebido pela venda de um ativo em uma transação não forçada entre participantes do mercado, deduzidas das despesas com a remoção do ativo, gastos diretos incrementais para deixar o ativo em condição de venda, despesas legais e tributos.

Para avaliar o valor em uso a Ultrapar considera projeções de fluxos de caixa futuros, tendências e perspectivas, assim como os efeitos de obsolescência, demanda, concorrência e outros fatores econômicos. Tais fluxos são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC avaliados. Nos casos em que o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados são menores que o seu valor contábil, a perda por irrecuperabilidade é reconhecida pelo montante em que o valor contábil excede o valor justo desses ativos. Perdas por redução ao valor recuperável de ativos são reconhecidas no resultado. Na existência de ágio por expectativa de rentabilidade futura alocado na UGC à qual os ativos pertencem, as perdas reconhecidas referentes às UGCs são primeiramente alocadas na redução do correspondente ágio por expectativa de rentabilidade futura. Se o ágio por expectativa de rentabilidade futura não for suficiente para absorver tais perdas, o excedente será alocado aos demais ativos de forma pró-rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio por expectativa de rentabilidade futura não pode ser revertida. Para outros ativos, as perdas de valor recuperável podem ser revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Ultrapar realiza os testes de recuperabilidade dos saldos de ágios por expectativa de rentabilidade futura, conforme demonstrados na tabela da Nota Explicativa nº 13. O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento dos fluxos de caixa futuros são baseadas no plano de negócios da Ultrapar, bem como em dados comparáveis de mercado e representam a melhor estimativa da administração acerca das condições econômicas que existirão durante a vida econômica das diferentes UGCs às quais os ágios estão relacionados.

10.5 - Políticas contábeis críticas

A avaliação do valor em uso é efetuada por um período de 5 anos, e a partir de então considera-se a perpetuidade das premissas, tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado.

Para 31 de dezembro de 2015 as taxas de desconto e de crescimento real utilizadas para extrapolar as projeções variaram de 10,3% a 17,1% (exceto a taxa de desconto da Oxiteno Andina de 43,5%) e 0% a 1% a.a., respectivamente, dependendo da UGC analisada.

O teste de recuperação dos saldos de ágios da Ultrapar não resultou na necessidade de reconhecimento de perda nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013.

Provisão para retirada de tanques

Corresponde à obrigação de retirar os tanques subterrâneos de combustíveis da Ipiranga localizados nos postos de sua marca após determinado prazo de utilização. O custo estimado da obrigação de retirada desses ativos é registrado como um passivo no momento em que os tanques são instalados. O custo estimado de retirada é acrescido ao valor do bem e depreciado durante a respectiva vida útil desses tanques. Os montantes reconhecidos como passivo são atualizados monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA até que o tanque relacionado seja retirado (vide Nota Explicativa n° 19). Um aumento no custo estimado de retirada dos tanques pode impactar negativamente os resultados futuros. O custo de retirada estimado é revisado anualmente ou quando ocorre mudança significativa no seu valor.

Valor justo dos instrumentos financeiros

Nossos instrumentos financeiros são classificados de acordo com as seguintes categorias:

- Mensurado ao valor justo por meio do resultado: ativos financeiros mantidos para negociação, ou seja, adquiridos ou originados principalmente com a finalidade de venda ou de recompra no curto prazo, e derivativos. Os saldos são demonstrados ao valor justo e tanto os rendimentos auferidos e as variações cambiais como as variações de valor justo são contabilizados no resultado.
- Mantidos até o vencimento: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, com vencimentos definidos e para os quais a entidade tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. Os rendimentos auferidos e as variações cambiais são contabilizados no resultado e os saldos são demonstrados pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.
- Disponíveis para venda: ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou que não foram classificados em outras categorias no reconhecimento inicial. Os saldos são demonstrados ao valor justo e os rendimentos auferidos e as variações cambiais são contabilizados no resultado. As diferenças entre o valor justo e o custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos e as variações cambiais são reconhecidas em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes de avaliação patrimonial”. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado caso ocorra sua liquidação antecipada.
- Empréstimos e recebíveis: ativos financeiros não derivativos com pagamentos ou recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em mercados ativos, exceto: (i) aqueles que a entidade tem intenção de vender imediatamente ou no curto prazo, e os que a entidade classifica como mensurados ao valor justo por meio do resultado; (ii) os classificados como disponíveis para venda; ou (iii) aqueles cujo detentor pode não recuperar substancialmente seu investimento inicial por outra razão que não a deterioração do crédito. Os rendimentos auferidos e as variações cambiais são reconhecidos no resultado e os saldos são demonstrados pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. Empréstimos e recebíveis incluem caixa e bancos, contas a receber de clientes, dividendos a receber e demais contas a receber.

10.5 - Políticas contábeis críticas

A Ultrapar e suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos para fins de proteção, aplicando os conceitos descritos a seguir:

- Contabilidade de proteção (hedge accounting) - hedge de valor justo: instrumento financeiro derivativo utilizado para a proteção da exposição às mudanças no valor justo de um item, atribuível a um risco em particular e que possa afetar o resultado da entidade. No momento da designação inicial do hedge de valor justo, o relacionamento entre o instrumento de proteção e o item objeto de hedge é documentado, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos, a estratégia na condução da transação e os métodos que serão utilizados para avaliar sua efetividade. Uma vez que o hedge de valor justo tenha sido qualificado como efetivo, também o item objeto de hedge é mensurado a valor justo. Os ganhos e perdas do instrumento de proteção e dos itens objeto de hedge são reconhecidos no resultado. A contabilidade de proteção deve ser descontinuada quando o hedge se tornar inefetivo.

- Contabilidade de proteção (hedge accounting) - hedge de fluxo de caixa: instrumento financeiro derivativo utilizado para mitigar a exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco associado a um ativo ou passivo ou transação altamente provável que possa afetar o resultado. A parcela do ganho ou perda resultante do instrumento de hedge que for determinada como hedge eficaz referente aos efeitos de variação cambial é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes de avaliação patrimonial”, enquanto a parcela ineficaz é reconhecida no resultado. O ganho ou a perda resultante do instrumento de hedge relacionado com a parte eficaz do hedge que foi reconhecido diretamente em outros resultados abrangentes acumulados deve ser reclassificado para o resultado no período em que o item objeto de hedge é reconhecido no resultado, na mesma rubrica da demonstração do resultado em que o item objeto de hedge é reconhecido. A contabilidade de proteção deve ser descontinuada quando (i) a Ultrapar cancela a relação de hedge; (ii) o instrumento de hedge vence; e (iii) o instrumento de hedge não se qualifica mais como contabilidade de proteção. Quando a contabilidade de proteção é descontinuada, os ganhos e perdas reconhecidos em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no período em que o item objeto de hedge é reconhecido no resultado. Caso a transação prevista como item objeto de hedge seja cancelada ou não se espera que ela ocorra, os ganhos e perdas acumulados em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido devem ser reconhecidos imediatamente no resultado.

- Contabilidade de proteção (hedge accounting) - hedge de investimentos líquidos em entidades no exterior: instrumento financeiro derivativo utilizado para a proteção da exposição dos investimentos líquidos em controladas no exterior em decorrência da conversão da demonstração financeira em moeda funcional local para a moeda funcional da Ultrapar. A parcela do ganho ou perda resultante do instrumento de hedge que for determinada como hedge eficaz referente aos efeitos de variação cambial é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes acumulados de conversão”, enquanto a parcela ineficaz e o custo da operação são reconhecidos no resultado. O ganho ou a perda resultante do instrumento de hedge relacionado com a parte eficaz do hedge que foi reconhecida diretamente em outros resultados abrangentes acumulados deve ser reconhecido no resultado quando da alienação da operação no exterior.

Consideramos diversas variáveis de forma a estimar os preços justos, tais como taxas de juros e de desconto, câmbio e fluxos de caixa futuros. Nossas fontes de informação mais importantes em relação a essas variáveis são projeções de mercado de juros e câmbio futuro, fornecidas pela BM&FBOVESPA e pela BBA – British Bankers Association. Nós acreditamos que a BM&FBOVESPA e a BBA – British Bankers Association sejam as fontes de informação mais adequadas e confiáveis para nossos cálculos. Contudo, dada a volatilidade inerente aos mercados financeiros, as estimativas em relação às variáveis utilizadas para o cálculo do valor justo dos instrumentos financeiros estão sujeitas a variações constantes. Consequentemente, nosso julgamento relacionado ao comportamento destas variáveis, à seleção das fontes de informação e ao período de cálculo, entre outras coisas, impacta diretamente o valor justo dos instrumentos financeiros e o montante de lucro ou perda contabilizado no demonstrativo de resultado. Informações adicionais referentes ao valor justo dos instrumentos financeiros estão disponíveis nas Notas Explicativas 4, 14 e 30.

10.5 - Políticas contábeis críticas

Benefícios pós-emprego

A Ultrapar e suas subsidiárias oferecem a seus funcionários um plano de contribuição definida, gerenciado pela Ultraprev – Associação de Previdência Complementar. Nos termos do plano, a contribuição básica de cada empregado participante é calculada por meio da multiplicação de um percentual, até o limite de 11%, o qual é anualmente definido pelo participante, com base no seu salário. As companhias patrocinadoras contribuem, em nome do participante, com um valor idêntico ao da contribuição básica deste. À medida que os participantes se aposentam, eles optam entre receber: (i) uma quantia mensal, que varia entre 0,5% e 1,0% sobre o fundo acumulado em seu nome na Ultraprev; ou (ii) um valor fixo mensal que esgotará o fundo acumulado em nome do participante em um prazo que varia entre 5 e 25 anos. Assim sendo, a Companhia e suas subsidiárias não assumem responsabilidade por garantir valores e prazos de recebimento de aposentadoria.

A Ultrapar e suas subsidiárias reconhecem provisão para benefício pós-emprego, principalmente relacionada a gratificação por tempo de serviço, indenização do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, plano de assistência médica e odontológica e seguro de vida para aposentados elegíveis. Os valores relacionados a esses benefícios foram apurados em avaliação conduzida por atuário independente, e estão reconhecidos nas demonstrações financeiras de acordo com a Deliberação CVM 695/2012.

As principais premissas atuariais utilizadas são:

Hipóteses econômicas

	31/12/2015
	% a.a.
Taxa de desconto a valor presente da obrigação atuarial	12,71
Taxa média de crescimento salarial projetada	8,98
Taxa de inflação (longo prazo)	5,0
Taxa de crescimento dos serviços médicos	9,20

Hipóteses demográficas

- Tábua de Mortalidade para benefício de seguro de vida – CSO-80
- Tábua de Mortalidade para outros benefícios – AT 2000 Basic desagravada em 10%
- Tábua de Mortalidade de Inválidos – RRB 1983
- Tábua de Entrada em Invalidez – RRB 1944 modificada

Determinação do valor justo do bônus de subscrição – indenização

Os bônus são valorizados conforme o preço das ações da Ultrapar (UGPA3) na data-base das demonstrações financeiras, ajustado pelo *dividend yield*, uma vez que seu exercício é possível somente a partir de 2020, não tendo até então direito a dividendos. A quantidade de ações dos bônus de subscrição - indenização também é ajustada conforme a variação dos montantes de provisões e passivos contingentes para riscos tributários, cíveis e trabalhistas relativos ao período anterior a 31 de janeiro de 2014. Para maiores informações sobre a aquisição da Extrafarma vide Nota Explicativa nº 3.a).

10.5 - Políticas contábeis críticas

Taxa de câmbio utilizada para a tradução das demonstrações financeiras da Oxiteno Andina

Em função da conjuntura econômica e política da Venezuela, a administração da Sociedade reavaliou a taxa de câmbio utilizada na conversão das demonstrações financeiras da Oxiteno Andina e a alterou, em 31 de dezembro de 2015, da taxa SICAD - Sistema Complementario de Administración de Divisas para a SIMADI - Sistema Marginal de Divisas, visto que, entre outros fatores, essa é a taxa de câmbio que atualmente mais se aproxima da melhor expressão da economia da Venezuela. Para maiores informações vide Nota Explicativa nº 2.r).

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

10.6. - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Ultrapar

a. Ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

i. Arrendamentos mercantis operacionais

Veja "Item 10.6.b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras".

ii. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não aplicável.

iii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Veja "Item 10.6.b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras".

iv. Contratos de construção não terminada

Não aplicável.

v. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não aplicável.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Na tabela a seguir estão demonstradas nossas principais obrigações contratuais não evidenciadas no balanço patrimonial em 31/12/2015:

Obrigações Contratuais (*off balance sheet*) **(Valores em milhões de Reais)**	**Total**	**Vencimento de pagamentos**			
		até 1 ano	**entre 1 e 3 anos**	**entre 3 e 5 anos**	**após 5 anos**
Recursos estimados para financiamento de plano de pensão e outros benefícios inerentes ao período de aposentadoria (1)	696,4	22,4	48,2	53,2	572,6
Obrigações de compra – matéria-prima (2)	2.098,3	330,8	661,7	661,7	444,1
Obrigações de compra – utilidades (3)	62,5	20,3	45,8	-3,5	0,0
Obrigações de movimentação mínima – carga (4)	69,4	8,6	16,4	16,4	28,1
Arrendamento mercantil operacional (5)	282,7	65,8	98,2	51,9	67,0
	3.209,4	**447,9**	**870,2**	**779,5**	**1.111,8**

(1) A estimativa de pagamento foi calculada baseada numa premissa de inflação de 5,0%.

(2) A Oxiteno Nordeste possui contrato de fornecimento com a Braskem que estabelece limite mínimo de consumo trimestral de eteno e regula condições de fornecimento de eteno até 2021. No caso de descumprimento do compromisso mínimo de compra, a controlada obriga-se a pagar multa de 40% do preço corrente do eteno, na extensão da quantidade não cumprida. A cláusula de compromisso mínimo de compra foi renegociada com validade a partir de 2013, e prevê um consumo anual mínimo de 190 mil toneladas e máximo de 205 mil toneladas. A Oxiteno S.A. possui contrato de

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

fornecimento de eteno com a Braskem, com vencimento em 2023, que prevê e regula as condições do fornecimento de eteno à Oxiteno tendo como base o mercado internacional deste produto. A quantidade mínima de compra é de 22.050 toneladas de eteno semestrais. Em caso de descumprimento, a controlada obriga-se a pagar multa de 30% do preço corrente do eteno, na extensão da quantidade não cumprida. A controlada tem cumprido os limites mínimos de compra do contrato. A estimativa de pagamento foi calculada baseada no preço de aquisição de eteno ao final de 2015. (Veja Nota Explicativa nº 31.a).

(3) A obrigação de compra refere-se a contratos de longo prazo sob os quais a Oxiteno é obrigada a comprar uma quantidade mínima de energia anualmente.

(4) O Tequimar possui contratos com a Companhia de Docas do Estado da Bahia e com o Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros, relacionados com suas instalações portuárias em Aratu e Suape, respectivamente. Esses contratos estabelecem uma movimentação mínima de carga de (i) 100.000 de toneladas por ano até 2016, e 900.000 toneladas por ano de 2017 a 2022, em Aratu; e (ii) 250.000 toneladas por ano, até 2027, e 400.000 toneladas por ano, em 2028 e 2029, em Suape. Se a movimentação anual for menor que o mínimo exigido, a controlada deverá pagar a diferença entre a movimentação real e a mínima estabelecida nos contratos, com base nas tarifas portuárias em vigor na data definida para pagamento. Em 31 de dezembro de 2015, essas tarifas por tonelada eram de R$ 6,99 e R$ 2,90 por tonelada para Aratu e Suape, respectivamente. (Veja Nota Explicativa nº 31.a).

(5) A IPP, Extrafarma e Cia. Ultragaz mantêm contratos de arrendamento mercantil operacional, relacionados aos imóveis dos postos de serviços, farmácias e pontos de venda, respectivamente. A Cia. Ultragaz, Bahiana, Utingás Armazenadora S.A., Tequimar, Serma e Oxiteno S.A. mantêm contratos de arrendamento mercantil operacional, relacionados ao uso de equipamentos de informática. As controladas Cia. Ultragaz e Bahiana possuem contratos de arrendamento mercantil operacional, relacionados aos veículos utilizados nas suas frotas.

Em adição, algumas controladas emitiram garantias para instituições financeiras relacionadas às quantias devidas a essas instituições por alguns de seus clientes (financiamento de vendor). Caso alguma controlada venha a ser instada a realizar pagamento relativo a essas garantias, a controlada poderá recuperar o montante pago diretamente de seus clientes através de cobrança comercial. Até 31 de dezembro de 2015, a Ultrapar e suas controladas não sofreram perdas relacionadas a essas garantias. (Veja Nota Explicativa nº 14.k).

Operações de Vendor	
	2015
Prazo	Até 213 dias
Valor máximo em potencial envolvendo as garantias	R$ 27,1 milhões

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

10.7. - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Ultrapar

As obrigações contratuais citadas no "Item 10.6.b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras" teriam os seguintes efeitos estimados sobre as receitas, custos, despesas, lucro operacional e despesas financeiras da Companhia, ao longo do período todo de vigência dos contratos:

(R$ milhões)	Recursos estimados para financiamento de plano de pensão e outros benefícios inerentes ao período de aposentadoria	Obrigações de compra - matéria-prima	Obrigações de compra - utilidades	Obrigações de movimentação mínima – carga	Arrendamento mercantil operacional
Receita líquida de vendas e serviços	-	-	-	-	-
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(83,8)	(2.098,3)	(62,5)	(69,4)	-
Lucro bruto	(83,8)	(2.098,3)	(62,5)	(69,4)	-
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas e comerciais	(159,9)	-	-	-	(213,9)
Gerais e administrativas	(452,7)	-	-	-	(11,6)
Resultado na venda de bens	-	-	-	-	-
Outros resultados operacionais, líquidos	-	-	-	-	(57,2)
Lucro operacional	**(696,4)**	**(2.098,3)**	**(62,5)**	**(69,4)**	**(282,7)**
Receitas financeiras	-	-	-	-	-
Despesas financeiras	-	-	-	-	-

b. Natureza e o propósito da operação

Veja "Item 10.6.b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras".

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Ultrapar em decorrência da operação

Veja "Item 10.6.b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras".

10.8 - Plano de Negócios

10.8. - Comentários sobre os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos

a. Investimentos

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

A Ultrapar deu sequência, em 2015, a uma estratégia de investimentos voltada à continuidade de crescimento de escala e competitividade, servindo cada vez melhor um número crescente de clientes. Os investimentos, líquidos de desinvestimentos, totalizaram R$ 1.352 milhões em investimentos orgânicos.

Na Ipiranga, foram investidos R$ 872 milhões, sendo (i) R$ 374 milhões na expansão de sua rede de postos (através do embandeiramento de postos bandeira branca, abertura de novos postos e novos clientes) e de franquias am/pm e Jet Oil, com foco nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte, (ii) R$ 115 milhões na ampliação da sua infraestrutura logística para atender a demanda crescente, através da construção e ampliação de bases de operação, (iii) R$ 86 milhões em modernização, principalmente em bases logísticas, e (iv) R$ 297 milhões na manutenção de suas atividades, principalmente em renovação de contratos de sua rede de distribuição e reforma de postos. Do total dos investimentos realizados pela Ipiranga, R$ 854 milhões se referem à imobilizações e adições ao intangível, e R$ 18 milhões são referentes às liberações de financiamentos a clientes, líquidos de repagamentos. Na Oxiteno, o total de investimentos em 2015 foi de R$ 131 milhões, principalmente na manutenção de suas unidades produtivas e finalização da expansão da capacidade produtiva em Coatzacoalcos, no México. Para a Ultragaz foram investidos R$ 220 milhões, direcionados principalmente para novos clientes do segmento granel, aquisição de vasilhames e manutenção das bases de engarrafamento. A Ultracargo investiu R$ 24 milhões em 2015, direcionados principalmente à modernização e manutenção dos seus terminais. A Extrafarma investiu R$ 81 milhões, destinados principalmente à abertura de novas lojas, manutenção de lojas existentes e projetos de TI voltados à gestão de varejo.

O plano de investimentos aprovado pelo Conselho de Administração da Ultrapar para 2016, excluindo aquisições, totaliza R$ 1.809 milhões, demonstrando a continuidade de boas oportunidades para crescimento por escala e ganhos de produtividade, assim como a modernização das operações existentes. Do total, R$ 887 milhões serão investidos pela Ipiranga: (i) R$ 354 milhões para manter o ritmo de expansão da sua rede de distribuição (através do embandeiramento de postos bandeira branca e abertura de novos postos) e de franquias am/pm e Jet Oil, com foco nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte, e em novos centros de distribuição para atender às lojas de conveniência, (ii) R$ 112 milhões na ampliação da sua infraestrutura logística para suportar seu crescimento, através principalmente da construção e ampliação de bases de operação, e (iii) R$ 421 milhões na manutenção e modernização de suas atividades, principalmente em renovação de contratos de sua rede de distribuição, reforma de postos, e sistemas de informação para apoiar suas operações. A Oxiteno planeja investir R$ 460 milhões: esse montante inclui US$ 65 milhões para a construção de nova unidade de etoxilação em seu site no Texas (EUA), conforme anunciado em novembro de 2015, com prazo de conclusão estimado até o final de 2017. A nova unidade terá capacidade para produção de 170 mil toneladas ao ano em seu estágio final. O valor remanescente do investimento será direcionado à modernização e manutenção de suas unidades visando maior produtividade, e a sistemas de informação. A Ultragaz planeja investir R$ 208 milhões principalmente (i) na captura de novos clientes nos segmentos envasado e granel, (ii) na reposição e aquisição de vasilhames, (iii) na ampliação e manutenção de bases de engarrafamento, e (iv) em tecnologia, com foco em sistemas para apoiar suas operações. A Extrafarma prevê investimentos de R$ 124 milhões, principalmente na abertura de novas lojas e na manutenção de suas atividades. Por fim, na Ultracargo estão previstos R$ 118 milhões em investimentos, principalmente (i) na modernização dos sistemas de segurança dos terminais, (ii) na expansão do terminal de Itaqui, que deverá entrar em operação em 2017, e (iii) na adequação e manutenção da infraestrutura dos terminais existentes.

10.8 - Plano de Negócios

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

Para maiores detalhes sobre as fontes de financiamento dos investimentos veja "Item 10.1.d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas" e "Item 10.1.e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez".

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

b. Aquisições divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há aquisições divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.

c. Novos produtos e serviços

A Oxiteno desenvolve uma extensa atividade de pesquisa e desenvolvimento principalmente relacionada à aplicação de especialidades químicas e à melhoria do processo de produção. Em 31 de dezembro de 2015, 133 empregados da Oxiteno estavam dedicados a pesquisa, desenvolvimento e atividades de engenharia. Os gastos da Oxiteno com pesquisa e desenvolvimento foram de R$ 41 milhões, R$ 36 milhões e R$ 28 milhões em 2015, 2014 e 2013, respectivamente. Em 2004, a Oxiteno criou o "Conselho de Ciência e Tecnologia", com participação de seis dos maiores especialistas mundiais em tensoativos. Com a experiência prévia na indústria de tensoativos ou no ambiente acadêmico, com atuação nos EUA, Europa e América Latina, estes especialistas acompanham as tendências e oportunidades nesta área de negócios. O conselho, atualmente composto por cinco especialistas, desde 2004 se reúne em São Paulo no mês de setembro, quando analisa criticamente o portfólio de projetos de pesquisa e desenvolvimento da empresa, bem como a metodologia de gestão utilizada. Valiosas recomendações permitem aumentar a eficácia do trabalho de pesquisa e desenvolvimento da Oxiteno, bem como ampliar o alcance de suas alianças com instituições do exterior.

Os investimentos da Oxiteno em pesquisa e desenvolvimento resultaram na introdução de 70 novos produtos nos últimos três anos. A Oxiteno continuará a investir em pesquisa e desenvolvimento, com o objetivo de desenvolver novas aplicações que satisfaçam as necessidades de seus clientes.

A Ipiranga constantemente desenvolve iniciativas específicas para cada segmento de atuação, como a oferta de serviços de abastecimento e assistência técnica em instalações de grandes consumidores. No segmento de postos urbanos, a ampla oferta de produtos e serviços não combustíveis e a busca contínua da excelência na prestação de serviços têm contribuído de forma significativa para o aumento e fidelização dos consumidores que buscam os postos de sua rede. Em adição, a oferta de conveniência e serviços nos postos busca proporcionar uma maior satisfação dos clientes e, com isso, maior valor percebido. Além de abastecer o veículo, o consumidor pode também fazer compras nas lojas de conveniência am/pm, que já contam com padarias em mais de 500 estabelecimentos, no Ipirangashop.com e ainda usufruir de outros serviços instalados em diversos postos da rede. Em mais uma ação pioneira no mercado de combustíveis, a Ipiranga lançou em 2009 o Programa Km de Vantagens, programa de fidelização por meio de recompensas e benefícios a clientes e revendedores que se fortaleceu como uma importante plataforma para o relacionamento com os clientes e para as demais iniciativas da Ipiranga e já conta com aproximadamente 21 milhões de CPFs, o que representou um crescimento de 15% em relação ao número de participantes em 2014. A Ipiranga conta também com o Posto Ecoeficiente, uma das iniciativas de diferenciação que espelham a

10.8 - Plano de Negócios

filosofia de inovação da Ultrapar. Agregam, em um mesmo projeto, soluções inovadoras com serviços e tecnologias sustentáveis, em harmonia com a rentabilidade do posto para o revendedor. O projeto do Posto Ecoeficiente envolve soluções na construção e operação dos postos que resultam em melhor aproveitamento de recursos, como água e energia elétrica, e redução de desperdícios e resíduos. Os Postos Ecoeficientes atingiram, em 2015, a marca de 1.159 unidades espalhadas pelo território nacional, além de mais 226 unidades em implantação. Em 2012, dentre as iniciativas da Ipiranga destacaram-se o fortalecimento do Posto Virtual e a criação da ConectCar. A ConectCar começou a operar em 2013 e, em 2015, atingiu quase 600 mil clientes com aceitação em praticamente todas as rodovias pedagiadas do país. O chip de identificação eletrônica de veículos permite a abertura automática de cancelas de pedágios e estacionamentos com menores custos para os usuários das rodovias, por meio do sistema pré-pago e isento de mensalidades. Permite, ainda, sua utilização na compra de combustíveis. O cliente pode adquirir seu chip nos postos Ipiranga, podendo inclusive utilizar pontos do programa de fidelidade Km de Vantagens. Em 2015, a ConectCar anunciou a entrada de novo parceiro estratégico, a Redecard S.A., que adquiriu 50% da participação da Odebrecht Transport. Esta parceria proporciona à ConectCar a oportunidade de ampliar os seus serviços para novos mercados, continuando com o seu propósito de entregar ao usuário mobilidade, comodidade, flexibilidade e sobretudo benefícios diferenciados. Em 2013, a Ipiranga lançou o Ipiranga Frotas, um serviço de controle remoto de frota, que permite às empresas um maior controle e monitoramento da sua frota de veículos. Outra iniciativa pioneira em 2013 foi o aplicativo Posto Ipiranga na Web, o primeiro do gênero lançado no Brasil. O aplicativo permite que, com o uso de smartphones, o consumidor possa realizar a compra de créditos de combustíveis, assim como ocorre com o acesso ao site Posto Ipiranga na Web. Em 2015, as lojas de conveniência am/pm adicionaram 20 produtos de marca própria nos itens vendidos. Em 2014, a novidade foi o *Beer Cave*, uma nova experiência de compra de bebidas para clientes na rede de lojas am/pm. Trata-se de uma câmara fria com uma grande variedade de rótulos de cervejas nacionais e importadas. A “caverna de cerveja”, tradução literal de *Beer Cave*, faz parte de uma ação marketing da cervejaria parceira Heineken. Cerca de 230 lojas am/pm em todo o Brasil contaram com a novidade em 2015. Em 2014, foi criada a am/pm Suprimentos, a fim de concentrar a logística e distribuição para as lojas de conveniências am/pm, criando valor agregado para a operação e melhorando a qualidade e a diversidade dos produtos ofertados.

10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9. - Comentários sobre outros fatores relevantes que influenciaram o desempenho operacional

Em 2 de abril de 2015, uma parte das instalações de armazenamento operadas pela Ultracargo em Santos, no Estado de São Paulo, sofreu um incêndio de nove dias que se espalhou em seis tanques de etanol e gasolina. Os seis tanques representavam 4% da capacidade total da Ultracargo no Brasil em 31 de dezembro de 2014. Não houve vítimas e a causa do acidente e seus impactos ainda estão sendo investigados, incluindo a extensão das perdas operacionais, danos aos ativos, potenciais danos ambientais (vide Nota Explicativa nº 20.b.2.2) e outros passivos e danos à sua reputação. A Sociedade mantém apólices de seguro para cobrir determinados riscos que suas controladas estão expostas (vide Nota Explicativa nº 32.b).

Em 9 de abril de 2015, a Prefeitura Municipal de Santos suspendeu as atividades da Ultracargo naquela cidade. As operações da Ultracargo em Santos compreendem duas áreas separadas. Em 27 de abril de 2015, foi publicada no Diário Oficial de Santos, autorização dada pela Prefeitura Municipal de Santos para a Ultracargo retomar as atividades na área não afetada pelo acidente. As operações ainda suspensas correspondem a 185 mil m³ de capacidade, ou 22,5% da capacidade total da Ultracargo no Brasil.

A Ultracargo iniciou a execução do plano de descomissionamento, que consiste na retirada dos equipamentos e estruturas da parte do terminal atingido pelo incêndio. Este processo permitirá a finalização dos trabalhos dos peritos do Instituto de Criminalística e da investigação que visa apurar as causas do incidente.

A Ultracargo possui, em seus contratos de prestação de serviços, cláusula de obrigação de contratação de coberturas de seguros, que vincula o pagamento de eventual indenização pela seguradora, de acordo com os prazos de análises e tramitação dos procedimentos das seguradoras. No trimestre findo em 31 de março de 2016, a Ultracargo firmou compromisso com determinados clientes para adiantamento das indenizações securitárias e provisionou o montante de R$ 143 milhões no passivo e reconheceu o ativo de indenização, no mesmo montante, a receber das seguradoras. Em março de 2016, a Ultracargo concedeu adiantamento a cliente no montante de R$ 30 milhões, restando o saldo de R$ 113 milhões no passivo.

O saldo de R$ 167 milhões de ativo de indenização, inclui R$ 24 milhões de estoques perdidos da Ipiranga. Os valores possuem cobertura de seguro, foram enviados para regulação e aguardam a finalização da perícia pelo Instituto de Criminalística para conclusão do processo de regulação e pagamento das indenizações pelas seguradoras aos clientes, não sendo esperados impactos materiais no resultado da Ultracargo.

A Ultracargo também possui ações judiciais e pleitos extrajudiciais de terceiros, reclamando perdas e danos. Os valores reclamados, até o momento, serão objeto de seguro e encontram-se em análise por parte das seguradoras. Os montantes dos passivos contingentes referentes às ações judiciais e pleitos extrajudiciais são de R$ 94 milhões e R$ 33 milhões, respectivamente.

Por fim, a Ultracargo pleiteou adiantamentos de despesas de salvamento/contenção e de lucros cessantes, em regulação junto às seguradoras, nos montantes de R$ 51 milhões e R$ 40 milhões, respectivamente, sendo que o montante de R$ 30 milhões foi recebido no primeiro trimestre de 2016, relativo a certas despesas de salvamento/contenção, e reconhecido no resultado da Ultracargo. O saldo de ativos contingentes será reconhecido quando recebido ou homologado pela seguradora.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

11.1. Projeções divulgadas e premissas

a. **Objeto da projeção**

b. **Período projetado e prazo de validade da projeção**

c. **Premissas da projeção, com indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle**

d. **Valores dos indicadores que são objetos da previsão**

A Ultrapar não divulga projeções

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

11.2 - Na hipótese de o emissor ter divulgado, durante os 3 últimos exercícios sociais, projeções sobre a evolução de seus indicadores

a. **Informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário**

b. **Quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções**

c. **Quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas**

A Ultrapar não divulga projeções.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

12.1. - Estrutura administrativa da Ultrapar, conforme estabelecido no seu Estatuto Social e regimento interno

a. Atribuições de cada órgão e comitê

Somos administrados por nosso Conselho de Administração e por nossa diretoria.

Conselho de Administração

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração será composto de cinco a nove membros, sendo um Presidente e um Vice-Presidente, ambos eleitos pelos demais membros do órgão. Ainda em conformidade com o nosso Estatuto Social, pelo menos 30% dos membros do nosso Conselho de Administração serão membros independentes, de acordo com os critérios de independência estabelecidos pelo regulamento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, sendo que, atualmente, o Conselho de Administração em exercício possui seis membros independentes. Três membros atuais do Conselho de Administração são acionistas da Ultra S.A., sendo que dois deles integraram a diretoria da Ultrapar até dezembro de 2006 e um deles até dezembro de 2012.

Compete ao Conselho de Administração: (a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e das sociedades sob seu controle; (b) eleger e destituir os diretores da Companhia, designando entre eles o Diretor-Presidente e o diretor de relações com investidores, e fixar-lhes as atribuições; (c) fiscalizar a gestão dos diretores; examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Ultrapar; solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração pela Companhia ou pelas sociedades sob seu controle; (d) manifestar-se sobre o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, submetendo-as à aprovação da assembleia geral; (e) fixar a remuneração dos membros do Conselho de Administração, do Diretor-Presidente e, por recomendação deste, dos demais membros da diretoria; (f) definir os critérios gerais de remuneração e política de benefícios dos administradores e funcionários de escalão superior da Companhia e, sempre que julgar necessário, das sociedades sob seu controle, considerada a proposta do Comitê de Remuneração; (g) outorgar opções de compra de ações; (h) convocar as assembleias gerais; (i) apresentar à assembleia geral chapa para eleição dos membros do Conselho de Administração; (j) propor à assembleia geral a destinação do saldo do lucro líquido ajustado do exercício; (k) aprovar o levantamento das demonstrações financeiras em períodos inferiores ao exercício social, a distribuição de dividendos com base em tais demonstrações financeiras ou intermediárias, bem como o pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação aplicável; (l) deliberar sobre a emissão de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, dentro do limite do capital autorizado da Companhia; (m) submeter à assembleia geral propostas versando sobre fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações ou dissolução da Companhia, bem como acerca da reforma de nosso Estatuto Social; (n) autorizar a aquisição de ações da Companhia, para permanência em tesouraria, cancelamento ou posterior alienação, observadas as disposições legais aplicáveis; (o) aprovar a emissão, para subscrição pública, de notas promissórias comerciais pela Companhia; (p) aprovar a prática dos seguintes atos, pela Companhia ou por suas controladas, sempre que o valor da operação exceder 3% do patrimônio líquido da Companhia (i) aquisição, alienação ou oneração de bens; (ii) outorga de garantias; (iii) endividamento ou renúncia a direitos; (iv) investimento ou projeto de investimento; e (v) aquisição ou alienação de participação societária, direta ou indireta, inclusive através de consórcio ou sociedade em conta de participação; (q) aprovar a celebração de acordos de acionistas pela Companhia ou por suas controladas; (r) escolher e destituir os auditores independentes, considerada a manifestação do Comitê de Auditoria; (s) definir a lista tríplice de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas para a elaboração do laudo de avaliação das ações da Companhia em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

saída do Novo Mercado (t) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até quinze dias da publicação do edital de oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo, (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto de acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras estabelecidas pela CVM; e (u) deliberar sobre outras matérias não reguladas no Estatuto Social da Companhia, resolvendo os casos omissos.

Diretoria

A diretoria é composta por no mínimo quatro e no máximo oito membros eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato de dois anos. De acordo com o Estatuto Social da Ultrapar, caberá ao Conselho de Administração designar entre os diretores eleitos aqueles que exercerão as funções de Diretor-Presidente e de diretor de relações com investidores. Os demais diretores não terão designação específica. O mandato dos diretores teve início em 6 de maio de 2015, com exceção do diretor de relações com investidores, cujo mandato teve início em 20 de julho de 2015. Todos os atuais membros da diretoria executiva permanecerão no cargo até a reunião do Conselho de Administração que irá apontar a diretoria executiva em 2017 e poderão ser reeleitos. Cabe à diretoria executiva a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia e a gestão dos negócios sociais, observadas as atribuições e diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração.

Comitê de Auditoria

Em junho de 2011, o Estatuto Social da Companhia foi revisado para, dentre outras deliberações, estabelecer a obrigatoriedade de Comitê de Auditoria, como órgão auxiliar ao Conselho de Administração.

O Comitê de Auditoria será eleito pelo Conselho de Administração para mandato de um ano, sendo admitida a recondução para sucessivos mandatos. O Comitê de Auditoria será formado por três membros, todos independentes, dos quais, no mínimo dois serão membros externos e deverão possuir conhecimento ou experiência em auditoria, controles, contabilidade, tributação, ou das normas aplicáveis às companhias abertas, no que se refere à adequada elaboração de suas demonstrações financeiras. Os membros externos não deverão integrar o Conselho de Administração da Companhia ou de suas controladas.

Os membros do Comitê de Auditoria apenas poderão ser substituídos em caso de (i) morte ou renúncia; (ii) ausência injustificada a três reuniões consecutivas ou a seis reuniões por ano; ou (iii) decisão fundamentada do Conselho de Administração.

O Comitê de Auditoria será responsável por (i) propor ao Conselho de Administração a indicação dos auditores independentes bem como sua a substituição; (ii) analisar o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, efetuando as recomendações que entender necessárias ao Conselho de Administração; (iii) analisar as informações trimestrais e as demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela Companhia; (iv) avaliar a efetividade e a suficiência da estrutura de controles internos e dos processos de auditoria interna e independente da Companhia e de suas controladas, inclusive tendo em vista as disposições constantes do Sarbanes-Oxley Act, apresentando as recomendações de aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

que entender necessárias; (v) opinar, a pedido do Conselho de Administração, sobre as propostas dos órgãos de administração, a serem submetidas à assembleia geral, relativas à modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão; e (vi) opinar sobre as matérias que lhe sejam submetidas pelo Conselho de Administração, bem como sobre aquelas que considerar relevantes.

O Comitê de Auditoria não funcionará nos exercícios sociais em que o conselho fiscal tiver sido instalado, assumindo o conselho fiscal todas as competências atribuídas ao Comitê de Auditoria.

Conselho Fiscal

Nosso conselho fiscal funcionará em caráter não permanente, sendo instalado pela assembleia geral, nas hipóteses legais. O conselho fiscal, quando em funcionamento, será composto por três membros, e igual número de suplentes, com as atribuições, competência e remuneração previstos em lei, com mandato de um ano. De acordo com nosso estatuto, o conselho fiscal deve reunir-se pelo menos trimestralmente. Desde a sua instalação, o conselho fiscal se reúne regularmente, tendo se reunido quatorze vezes entre abril de 2015 e maio de 2016.

Caso o conselho fiscal venha a ser instalado nos termos da Lei das S.A., o conselho fiscal deverá exercer todas as competências que são atribuídas ao Comitê de Auditoria pelo Estatuto Social da Companhia.

O nosso conselho fiscal encontra-se devidamente instalado pela assembleia geral ordinária da Companhia realizada em 13 de abril de 2016, sendo certo que os membros eleitos em tal assembleia permanecerão em seus cargos até o final de seus mandatos, em 2017.

Comitê de Pessoas e Organização (Comitê de Remuneração)

A obrigatoriedade de Comitê de Remuneração para assessoramento ao Conselho de Administração foi outra alteração em nosso Estatuto Social aprovada pela assembleia em 28 de junho de 2011.

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, o Comitê de Remuneração deve ser formado por 3 (três) membros do Conselho de Administração, dos quais 2 (dois) deverão ser conselheiros independentes.

Compete ao Comitê de Remuneração (i) propor ao Conselho de Administração, conforme proposta recebida do Diretor-Presidente, e revisar periodicamente, os parâmetros e diretrizes e a consequente política de remuneração e demais benefícios a serem atribuídos aos administradores e funcionários de escalão superior da Companhia e de suas controladas, aos membros dos comitês e demais órgãos de assessoramento do Conselho de Administração; (ii) propor ao Conselho de Administração, conforme proposta recebida do Diretor-Presidente, a remuneração global dos administradores da Companhia, a ser submetida à assembleia geral de acionistas; (iii) diligenciar para que a Companhia se prepare adequadamente e com a necessária antecedência para a sucessão de seus executivos, particularmente do Diretor-Presidente e dos principais executivos; e (iv) diligenciar e acompanhar as ações tomadas para garantir a adoção, pela Companhia, de um modelo de competências e liderança, atração, retenção e motivação, alinhado com seus planos estratégicos.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Em cumprimento ao Oficio CVM/SEP nº02/2015, que estabelece que a Companhia divulgue também nesse item 12.1 os comitês ou estruturas assemelhadas que participem da política de gerenciamento de riscos da Companhia mencionados no item 5.2.b vi.

Comitê de Riscos e Aplicações Financeiras

A Ultrapar informa que cabe ao Comitê de Riscos e Aplicações Financeiras a supervisão e o monitoramento do cumprimento dos princípios, diretrizes e parâmetros. Os membros do Comitê são nomeados pelo Diretor-Presidente, sendo atualmente composto pela Diretoria Estatutária da Companhia (exceto pelo Diretor-Presidente), pelo Diretor de Tesouraria e pelo Diretor de Controladoria.

O Comitê se reúne regularmente e tem como atribuições, entre outras, a discussão e o acompanhamento das estratégias financeiras, das exposições existentes e das operações relevantes que envolvam aplicação, captação de recursos ou mitigação de riscos. O Comitê monitora periodicamente os parâmetros de risco estabelecidos pela Política através de um mapa de acompanhamento.

Adicionalmente, as alterações da Política ou revisões dos seus parâmetros são sujeitas à aprovação do Conselho de Administração da Ultrapar, sendo o contínuo aprimoramento da Política de responsabilidade conjunta do Conselho de Administração, do Comitê e da área financeira.

Comitê de Conduta

O Comitê de Conduta é composto por quatro membros, sendo um integrante independente (Presidente do Comitê), pelo Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, Diretor de Controladoria e pelo Diretor de Auditoria e *Compliance*, eleitos pelo Conselho de Administração. Este Comitê trabalha em ambiente de total isenção e independência, e está disponível a todos os colaboradores.

O Comitê foi responsável, em 2014, pela reformulação do Código de Ética da Ultrapar, reorganizado em princípios éticos, e pelo lançamento da Política Anticorrupção e de Relacionamento com Agentes Públicos, que reflete a lei 12.846/13 (Lei Anticorrupção). Como reforço destas novas diretrizes, também foi implantado um Canal de Orientações sobre o assunto, consolidado no chamado Canal Aberto Ultra, em funcionamento desde 2004.

O Comitê de Conduta se reúne periodicamente, e suas atribuições são:

- Gerir o Código de Ética e suas diretrizes.
- Monitorar a abrangência e observância ao Código de Ética.
- Agir nos casos de dúvidas e violações.

Diretoria de Auditoria e Compliance

Com o objetivo de aprimorar as práticas de governança em conduta e controles, zelando proativamente pela manutenção de um ambiente ético e pela integridade das nossas transações, a área responsável pela Auditoria Interna passou ao status de Diretoria de Auditoria e Compliance em dezembro de 2015. Apoiada pelo Comitê de Conduta, a referida diretoria se reporta diretamente à

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

presidência, além de também possuir reporte ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal/Comitê de Auditoria, atua também no Comitê de Conduta.

A diretoria também mantém as funções de auditoria interna para atendimento à Lei Sarbanes-Oxley (ver "Item 5.3 – Controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis") e auditoria operacional, auxiliando os negócios na manutenção dos altos níveis de controles, apoiando também em crises e na gestão integrada de riscos da Companhia.

Em janeiro de 2016, também foi aprovada pelo Conselho de Administração, a criação da área de Gestão de Riscos, subordinada à Diretoria de Auditoria e Compliance. A área tem como objetivo analisar e corrigir eventuais deficiências nos processos e evoluir para uma visão integrada de riscos na Companhia, facilitando a gestão de crises.

b. Data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês

Os comitês de auditoria e de remuneração foram criados pelo Estatuto Social aprovado em assembleia geral extraordinária de 28 de junho de 2011, com vigência a partir de 17 de agosto de 2011.

O Comitê de Auditoria não funcionará nos exercícios sociais em que o conselho fiscal tiver sido instalado, assumindo o conselho fiscal todas as competências atribuídas ao Comitê de Auditoria. O nosso conselho fiscal encontra-se devidamente instalado pela assembleia geral ordinária da Companhia realizada em 13 de abril de 2016, sendo certo que os membros eleitos em tal assembleia permanecerão em seus cargos até o final de seus mandatos, em 2017. Após o final deste mandato, caso o conselho fiscal não venha a ser instalado nos termos da Lei das S.A., o comitê de auditoria será instalado.

O Comitê de Remuneração foi devidamente instalado pelo Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 9 de novembro de 2011. Os atuais membros do Conselho de Administração que compõem o Comitê de Remuneração foram indicados pelo Conselho de Administração em 6 de maio de 2015, e exercerão tal papel até o término do mandato de conselheiro para o qual foram eleitos.

c. Mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê e de seus membros, identificando o método utilizado

Os diretores da Ultrapar são avaliados anualmente como parte do processo de verificação do cumprimento das metas individuais estabelecidas para a remuneração variável do executivo. Adicionalmente, os diretores participam de um processo periódico de avaliação de competências para orientar os planos de desenvolvimento do executivo. O conselho fiscal da Ultrapar realiza autoavaliação anual. Veja "Item 13.1.c. Principais indicadores de desempenho para a determinação de cada elemento da remuneração" e "Item 13.1.d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho".

A Companhia não prevê mecanismos formais de avaliação de desempenho dos membros do Conselho de Administração e dos demais Comitês.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

d. Em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

Atribuições da diretoria executiva da Ultrapar:

Compete ao Diretor-Presidente (i) dirigir, orientar e coordenar as atividades da Companhia; (ii) convocar e presidir as reuniões da diretoria; e (iii) representar a Companhia em juízo, ativa ou passivamente. Cabe ainda, ao Diretor-Presidente, além do seu voto nas reuniões de diretoria, o voto de desempate, se necessário.

Aos diretores sem designação específica compete a gestão e operação de cada um dos negócios da Ultrapar.

Compete ao diretor designado pelo Conselho de Administração para exercer a função de diretor de relações com investidores a prestação de informações aos investidores, à CVM e à bolsa de valores ou mercados de balcão onde forem negociados os valores mobiliários da Companhia, bem como manter atualizado o registro da Companhia em conformidade com a regulamentação aplicável da CVM e atender às demais exigências dessa regulamentação, além de exercer as atribuições que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração. Atualmente, a gestão financeira e contábil da Ultrapar, que é realizada de forma centralizada pela área financeira, é exercida cumulativamente pelo diretor de relações com investidores. A área financeira da Ultrapar é composta pela tesouraria, auditoria interna corporativa, planejamento, fusões e aquisições, jurídico corporativo, contabilidade, relações com investidores, informática corporativa e recursos humanos.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

12.2. - Descrição das regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

a. Prazos de convocação

A convocação se dá mediante a publicação do edital de convocação com antecedência mínima de 15 dias da data da assembleia. O Estatuto Social da Ultrapar não adota prazos de convocação além daqueles previstos na legislação. Na prática, a Ultrapar convoca suas assembleias com antecedência de 30 dias desde 2012.

b. Competências

Sem prejuízo do disposto na Lei das S.A., nos termos do Estatuto Social da Companhia, compete ao presidente do Conselho de Administração convocar a assembleia geral.

c. Endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

No endereço eletrônico www.ultra.com.br e na sede da Companhia, na Avenida Brigadeiro Luís Antônio, 1.343, 8º andar, Bela Vista, São Paulo – SP.

d. Identificação e administração de conflitos de interesses

A Ultrapar possui regras, políticas e práticas de administração de conflitos de interesses. A Ultrapar adota, desde 2004, um código de ética para, entre outros objetivos, formalizar e institucionalizar uma referência para a conduta profissional dos empregados e administradores da Companhia, incluindo a administração ética de conflitos de interesse reais ou aparentes, tornando-se um padrão para o relacionamento interno e externo da Companhia com os seus públicos de interesse. Em setembro de 2014, a Companhia aprovou um novo Código de Ética cujo objetivo é: (i) reduzir a subjetividade de interpretações pessoais dos princípios éticos; (ii) ser uma referência formal e institucional para a conduta profissional dos funcionários, incluindo o tratamento ético de conflitos de interesses reais ou aparentes, tornando-se um padrão para o relacionamento interno e externo da Ultrapar com seus stakeholders, a saber: acionistas, clientes, funcionários, parceiros, fornecedores, prestadores de serviços, sindicatos, concorrentes, sociedade, governo e as comunidades em que atua; e (iii) assegurar que as preocupações diárias com eficiência, competitividade e lucratividade incluam o comportamento ético.

e. Solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

Os acionistas poderão ser representados na assembleia por procurador.

Os acionistas pessoas jurídicas poderão ser representados na assembleia por meio de seus representantes legais ou através de mandatários devidamente constituídos, de acordo com atos constitutivos da Companhia e com as regras do Código Civil, sendo necessária a apresentação do respectivo instrumento de mandato.

A solicitação de procurações para o exercício do direito de voto não prevê exigências adicionais àquelas previstas na legislação.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

f. Formalidades necessárias para aceitação de procurações outorgadas por acionistas, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização, consularização e tradução juramentada e se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

As formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas estão descritas abaixo:

a) Até 48 horas antes da assembleia geral: (i) todos os acionistas deverão enviar à Companhia declaração da instituição prestadora dos serviços de ações escriturais ou da instituição custodiante, com a quantidade de ações de que constavam como titulares até, no máximo, três dias antes da assembleia geral; e (ii) os acionistas representados por procuradores deverão enviar à Companhia a respectiva procuração;

b) Os acionistas constituídos sob a forma de fundos de investimento deverão enviar à Companhia, no mesmo prazo referido no item (a) acima: (i) comprovação da qualidade de administrador do fundo conferida à pessoa física ou jurídica que o represente na assembleia geral, ou que tenha outorgado os poderes ao procurador; (ii) ato societário do administrador pessoa jurídica que confira poderes ao representante que compareça à assembleia geral ou a quem tenha outorgado a procuração; e (iii) caso o representante ou procurador seja pessoa jurídica, os mesmos documentos referidos na alínea (ii) deste item, a ele relativos;

c) Os documentos referidos nos itens anteriores poderão ser apresentados por cópia, sendo certo que os originais dos documentos referidos no item (a), dispensado o reconhecimento de firma, deverão ser exibidos à Companhia até a instalação da assembleia geral;

d) A Companhia adotará, na fiscalização da regularidade documental da representação do acionista, o princípio da boa-fé, presumindo verdadeiras as declarações verossímeis que lhe forem feitas. Será vedada a participação na assembleia de acionistas que não tenham apresentado a respectiva procuração outorgada a seus representantes, ou a declaração do custodiante, quando as ações constem como de titularidade de instituição custodiante;

e) Verificando-se que acionistas que tenham comparecido à assembleia geral (i) não estavam corretamente representados; ou (ii) não eram titulares da quantidade de ações declarada, a Companhia deverá notificá-los, dando ciência de que, independentemente de realização de nova assembleia geral, a Companhia desconsiderará os votos de tais acionistas, que responderão pelas perdas e danos que seus atos tiverem causado.

A Ultrapar não admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico, exceto nos casos de procurações enviadas antecipadamente por meio eletrônico com posterior apresentação física no momento da assembleia.

g. Formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à Companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização e consularização

Nos termos da Instrução CVM nº 561/15, conforme alterada pela Instrução CVM nº 570/15, a Companhia optou por não adotar o procedimento de voto a distância no exercício social de 2016. A

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

partir de 2017, a Ultrapar passará a adotar o boletim de voto a distância e irá observar as melhores práticas de mercado no que diz respeito a regulamentação.

h. Disponibilização de sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância

Nos termos da Instrução CVM nº 561/15, conforme alterada pela Instrução CVM nº 570/15, a Companhia optou por não adotar o procedimento de voto a distância no exercício social de 2016. A partir de 2017, a Ultrapar adotará o boletim de voto a distância e irá observar as melhores práticas de mercado no que diz respeito a regulamentação.

i. Instruções para que o acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância

Nos termos da Instrução CVM nº 561/15, conforme alterada pela Instrução CVM nº 570/15, a Companhia optou por não adotar o procedimento de voto a distância no exercício social de 2016. A partir de 2017, a Ultrapar passará a adotar o boletim de voto a distância e irá observar as melhores práticas de mercado no que diz respeito a regulamentação.

j. Disponibilização de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Ultrapar não mantém fóruns destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias.

k. Outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício de voto a distância

Nos termos da Instrução CVM nº 561/15, conforme alterada pela Instrução CVM nº 570/15, a Companhia optou por não adotar o procedimento de voto a distância no exercício social de 2016. A partir de 2017, a Ultrapar passará a adotar o boletim de voto a distância e irá observar as melhores práticas de mercado no que diz respeito a regulamentação.

12.3 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

12.3. - Descrição das regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

a. Número de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente uma vez a cada três meses e, extraordinariamente, sempre que convocado por seu presidente ou por dois de seus membros. Na prática, as reuniões do Conselho de Administração ocorrem geralmente a cada 45-60 dias ou sempre que convocadas por seu presidente ou por dois de seus membros. As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas com três dias de antecedência. Em caso de urgência, o presidente do Conselho de Administração poderá convocar reunião com prazo menor de antecedência, sendo certo que neste caso a reunião somente se instalará com a presença de, no mínimo, dois terços dos membros eleitos. Independente das formalidades de convocação será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os membros do Conselho de Administração. Em 2015, ocorreram onze reuniões. Para instalação da reunião do Conselho de Administração, é necessária a presença da maioria dos conselheiros, um dos quais deverá ser o presidente ou o vice-presidente do Conselho de Administração.

b. Se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Os acordos de acionistas atualmente em vigor não trazem disposições que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do Conselho de Administração.

c. Regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Além das regras previstas em lei, a Ultrapar adota desde 2004 um código de ética para, entre outros objetivos, formalizar e institucionalizar uma referência para a conduta profissional dos empregados e administradores da Companhia, incluindo a administração ética de conflitos de interesse reais ou aparentes, tornando-se um padrão para o relacionamento interno e externo da Companhia com os seus públicos de interesse. Em setembro de 2014, a Companhia aprovou um novo Código de Ética, conforme já descrito no "Item 12.2.d - Identificação e administração de conflitos de interesses”.

12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

12.4. - Se existir, descrever a cláusula compromissória inserida no estatuto para a resolução dos conflitos entre acionistas e entre estes e o emissor por meio de arbitragem

Na assembleia geral extraordinária realizada em 28 de junho de 2011, foram aprovadas, dentre outras matérias, a adesão da Companhia às regras do Novo Mercado e a alteração do Estatuto Social da Companhia, que dentre outras alterações passou a incluir a cláusula compromissória. Através da cláusula compromissória, a Companhia, seus acionistas, seus administradores e os membros do conselho fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou originada, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das S.A., no Estatuto Social da Companhia, das normas editadas pela CVM, bem como das demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além das constantes do regulamento do Novo Mercado, do regulamento de arbitragem, do regulamento de sanções e do contrato de participação do Novo Mercado.

Os comitês de assessoramento ao Conselho de Administração também se sujeitam ao disposto na cláusula compromissória.

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
João Benjamin Parolin	09/08/1958	Pertence apenas à Diretoria	06/05/2015	Até a reunião do Conselho de Administração que irá eleger a diretoria executiva em 2017.	7
029.320.368-74	Engenheiro	19 - Outros Diretores	06/05/2015	Não	0.00%
Diretoria de subsidiárias / Comitê de Riscos Financeiros		Superintendente			
Leocadio de Almeida Antunes Filho	06/03/1951	Pertence apenas à Diretoria	06/05/2015	Até a reunião do Conselho de Administração que irá eleger a diretoria executiva em 2017.	6
206.129.230-53	Economista	19 - Outros Diretores	06/05/2015	Não	0.00%
Diretoria de subsidiárias / Comitê de Riscos Financeiros		Superintendente			
Ricardo Isaac Catran	09/03/1955	Pertence apenas à Diretoria	06/05/2015	Até a reunião do Conselho de Administração que irá eleger a diretoria executiva em 2017.	4
597.657.207-34	Engenheiro	19 - Outros Diretores	06/05/2015	Não	0.00%
Diretoria de subsidiárias / Comitê de Riscos Financeiros		Superintendente			
Thilo Mannhardt	27/08/1954	Pertence apenas à Diretoria	06/05/2015	Até a reunião do Conselho de Administração que irá eleger a diretoria executiva em 2017.	2
050.114.298-30	Engenheiro	10 - Diretor Presidente / Superintendente	06/05/2015	Não	0.00%
Diretoria de subsidiárias					
André Pires de Oliveira Dias	20/04/1967	Pertence apenas à Diretoria	30/06/2015	Até a reunião do Conselho de Administração que irá eleger a diretoria executiva em 2017.	0
094.244.028-56	Administrador	12 - Diretor de Relações com Investidores	20/07/2015	Não	0.00%
Diretor Financeiro/Diretoria de Subsidiárias/Comitê de Riscos Financeiros/Comitê de Conduta					

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
Pedro Jorge Filho	16/04/1954	Pertence apenas à Diretoria	06/05/2015	Até a reunião do Conselho de Administração que irá eleger a diretoria executiva em 2017.	9
822.913.308-53	Engenheiro	19 - Outros Diretores	06/05/2015	Não	0.00%
Diretoria de subsidiárias / Comitê de Riscos Financeiros		Superintendente			
André Covre	24/07/1970	Pertence apenas à Diretoria	06/05/2015	Até a reunião do Conselho de Administração que irá eleger a diretoria executiva em 2017.	7
130.335.108-09	Administrador	19 - Outros Diretores	06/05/2015	Não	0.00%
Diretoria de subsidiárias / Comitê de Riscos Financeiros		Superintendente			
Pedro Wongtschowski	24/04/1946	Pertence apenas ao Conselho de Administração	15/04/2015	Até a AGO de 2017	2
385.585.058-53	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	15/04/2015	Não	100.00%
Membro do Comitê de Remuneração					
Paulo Guilherme Aguiar Cunha	01/03/1940	Pertence apenas ao Conselho de Administração	15/04/2015	Até a AGO de 2017	33
008.255.498-68	Engenheiro	20 - Presidente do Conselho de Administração	15/04/2015	Não	81.82%
-					
Lucio de Castro Andrade Filho	01/04/1945	Pertence apenas ao Conselho de Administração	15/04/2015	Até a AGO de 2017	17
061.094.708-72	Engenheiro	21 - Vice Presidente Cons. de Administração	15/04/2015	Não	100.00%
-					
Jorge Marques de Toledo Camargo	28/04/1954	Pertence apenas ao Conselho de Administração	15/04/2015	Até AGO de 2017	0
114.400.151-04	Geólogo	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	15/04/2015	Não	90.91%
José Maurício Pereira Coelho	04/08/1966	Pertence apenas ao Conselho de Administração	15/04/2015	Até AGO de 2017	0
853.535.907-91	Contador	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	15/04/2015	Não	90.91%
-					
Alexandre Gonçalves Silva	06/03/1945	Pertence apenas ao Conselho de Administração	15/04/2015	Até AGO de 2017	0
022.153.817-87	Engenheiro Mecânico	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	15/04/2015	Não	100.00%

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
Membro do Comitê de Remuneração					
Carlos Tadeu da Costa Fraga	14/07/1957	Pertence apenas ao Conselho de Administração	15/04/2015	Até AGO de 2017	0
465.343.697-53	Engenheiro Civil	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	15/04/2015	Não	90.91%
-					
Olavo Egydio Monteiro de Carvalho	24/02/1942	Pertence apenas ao Conselho de Administração	15/04/2015	Até AGO de 2017	11
007.260.107-82	Engenheiro	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	15/04/2015	Não	81.82%
-					
Nildemar Secches	24/08/1948	Pertence apenas ao Conselho de Administração	15/04/2015	Até AGO de 2017	12
589.461.528-34	Engenheiro	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	15/04/2015	Não	100.00%
Membro do Comitê de Remuneração					
Nilson Martiniano Moreira	26/07/1968	Conselho Fiscal	13/04/2016	Até a AGO de 2017	0
583.491.386-53	Bancário e economiário	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	13/04/2016	Não	100.00%
-					
Flavio César Maia Luz	27/07/1951	Conselho Fiscal	13/04/2016	Até a AGO de 2017	11
636.622.138-34	Engenheiro	40 - Pres. C.F.Eleito p/Controlador	13/04/2016	Não	100.00%
-					
Mario Probst	30/05/1953	Conselho Fiscal	13/04/2016	Até a AGO de 2017	11
029.415.318-74	Administrador e contador	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	13/04/2016	Não	100.00%
-					
Márcio Augustus Ribeiro	27/12/1954	Conselho Fiscal	13/04/2016	Até a AGO de 2017	9
006.211.088-80	Engenheiro	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	13/04/2016	Não	0.00%
-					
Pedro Ozires Predeus	04/05/1944	Conselho Fiscal	13/04/2016	Até a AGO de 2017	11
005.474.508-00	Contador	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	13/04/2016	Não	0.00%
-					
Paulo Cesar Pascotini	20/07/1959	Conselho Fiscal	13/04/2016	Até a AGO de 2017	2

12.5/6 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
246.904.300-04	Bancário e economiário	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	13/04/2016	Não	0.00%

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

João Benjamin Parolin - 029.320.368-74

Ultrapar Participações S.A. - Diretor (2007-atual) - Sociedade de participação com atuação nos segmentos de distribuição de combustíveis, químico e de armazenagem para granéis líquidos
Oxiteno S.A. Indústria e Comércio - Diretor Superintendente (atual) - Indústria química (parte do grupo econômico da Companhia)
Oxiteno Nordeste S.A. Indústria e Comérico - Membro do Conselho de Administração (até 2013); Diretor Superintendente (atual) - Indústria química (parte do grupo econômico da Companhia)
Cia. Ultragaz S.A. - Membro do Conselho de Administração (atual) - Distribuição de GLP (parte do grupo econômico da Companhia)
Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar - Membro do Conselho de Administração (atual) - Armazenagem para granéis líquidos (parte do grupo econômico da Companhia)
Oleoquímica Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. - Diretor Superintendente (atual) - Indústria química (parte do grupo econômico da Companhia)
Imaven Imóveis Ltda. - Diretor (atual) - Sociedade detentora de bens imóveis (parte do grupo econômico da Companhia)
Ultraprev - Membro do Conselho Deliberativo - Associação de previdência complementar
Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A. - Membro do Conselho de Administração (2014-atual) - Distribuição e varejo farmacêutico (parte do grupo econômico da Companhia)
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. - Membro do Conselho de Administração (2014-atual) - Distribuição de combustíveis (parte do grupo econômico da Companhia)

Os administradores e membros do conselho fiscal informaram à Companhia que não houve condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que os tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais.

De acordo com os termos do Regulamento da Listagem do Novo Mercado BM&F Bovespa e do artigo 18 do Estatuto Social da Companhia o Sr. João Benjamin Parolin não é considerado um membro independente da Diretoria Executiva

Leocadio de Almeida Antunes Filho - 206.129.230-53

Ultrapar Participações S.A. - Diretor (2008-atual) - Sociedade de participação com atuação em varejo e distribuição especializada, especialidades químicas e armazenagem para granéis líquidos
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. - Diretor Superintendente (atual) - Distribuição de combustíveis (parte do grupo econômico da Companhia)
Ipiranga Logística Ltda. - Diretor (atual) - Distribuição de combustíveis (parte do grupo econômico da Companhia)
Isa-Sul Administração e Participações Ltda. - Diretor Superintendente (até 2015) - Distribuição de combustíveis e atividades correlatas (parte do grupo econômico da Companhia)
Centro de Conveniências Millenium Ltda. - Diretor (atual) - Distribuição de combustíveis e atividades correlatas (parte do grupo econômico da Companhia)
Tropical Transportes Ipiranga Ltda. - Diretor (atual) - Distribuição de combustíveis (parte do grupo econômico da Companhia)
ICORBAN - Correspondente Bancário Ltda. - Diretor (atual) - Distribuição de combustíveis e atividades correlatas (parte do grupo econômico da Companhia)
Ipiranga Imobiliária Ltda. - Diretor (atual) - Distribuição de combustíveis e atividades correlatas (parte do grupo econômico da Companhia)
AM/PM Comestíveis Ltda. - Diretor Superintendente (atual) - Distribuição de combustíveis e atividades correlatas (parte do grupo econômico da Companhia)
Cia. Ultragaz S.A. - Membro do Conselho de Administração (atual) - Distribuição de GLP (parte do grupo econômico da Companhia)
Terminal Químico de Aratu S.A. – Tequimar - Membro do Conselho de Administração (atual) - Armazenagem para granéis líquidos (parte do grupo econômico da Companhia)
Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e de Lubrificantes - Membro do Conselho Consultivo (atual) - Entidade de classe
Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis – IBP - Membro do Conselho de Administração (atual) - Organização privada sem fins lucrativos que tem como foco a promoção do desenvolvimento do setor
NACS - USA (The Association for Convenience & Petroleum Retailing) - Membro do Conselho de Administração - Organização internacional que tem como foco a promoção do desenvolvimento do setor
Maxfácil Participações S.A. – Membro do Conselho de Administração (até 2013) - Parte do grupo econômico da Companhia
Maxfácil Promotora de Vendas S.A. – Membro do Conselho de Administração (até 2013) - Parte do grupo econômico da Companhia
Oxiteno Nordeste S.A. Indústria e Comércio - Membro do Conselho de Administração (2013-atual) - Indústria química (parte do grupo econômico da Companhia)
Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A. - Membro do Conselho de Administração (2014-atual) - Distribuição e varejo farmacêutico (parte do grupo econômico da Companhia)ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. (atual) - Membro do Conselho de Administração

Os administradores e membros do conselho fiscal informaram à Companhia que não houve condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que os tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais.

De acordo com os termos do Regulamento da Listagem do Novo Mercado BM&F Bovespa e do artigo 18 do Estatuto Social da Companhia o Sr. Leocadio de Almeida Antunes Filho não é considerado um membro independente da Diretoria Executiva

Ricardo Isaac Catran - 597.657.207-34

Ultrapar Participações S.A. - Diretor (atual) - Sociedade de participação com atuação em varejo e distribuição especializada, especialidades químicas e armazenagem para granéis líquidos

Ultraprev - Membro do Conselho Deliberativo - Associação de previdência complementar
Oxiteno Nordeste S.A. Indústria e Comércio - Membro do Conselho de Administração (atual) - Indústria química (parte do grupo econômico da Companhia)
Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar - Diretor Superintendente (atual) - Armazenagem para granéis líquidos (parte do grupo econômico da Companhia)
Terminal Marítimo do Maranhão S.A.- Temmar - Diretor Superintendente (até 2013) - Armazenagem para granéis líquidos (parte do grupo econômico da Companhia)

Cia. Ultragaz S.A. - Membro do Conselho de Administração (atual) - Distribuição de GLP (parte do grupo econômico da Companhia)
Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A. - Membro do Conselho de Administração (2014-atual) - Distribuição e varejo farmacêutico (parte do grupo econômico da Companhia)

Os administradores e membros do conselho fiscal informaram à Companhia que não houve condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que os tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais.

De acordo com os termos do Regulamento da Listagem do Novo Mercado BM&F Bovespa e do artigo 18 do Estatuto Social da Companhia o Sr. Ricardo Isaac Catran não é considerado um membro independente da Diretoria Executiva

---

Thilo Mannhardt - 050.114.298-30

Ultrapar Participações S.A. - Diretor Presidente (2013-atual); Membro do Conselho de Administração (2011-2012) - Sociedade de participação com atuação em varejo e distribuição especializada, especialidades químicas e armazenagem para granéis líquidos
Cia. Ultragaz S.A. - Presidente do Conselho de Administração (2013-atual) - Distribuição de GLP (parte do grupo econômico da Companhia)
Ultracargo Operações Logísticas e Participações Ltda. - Diretor Presidente (2013-atual) - Sociedade de participação (parte do grupo econômico da Companhia)
Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar - Presidente do Conselho de Administração (2013-atual) - Armazenagem para granéis líquidos (parte do grupo econômico da Companhia)
Melamina Ultra S.A. - Indústria Química - Presidente do Conselho de Administração (até 2013); Diretor Superintendente (até 2013) - Indústria química (parte do grupo econômico da Companhia)
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. - Presidente do Conselho de Administração (2013-atual) - Distribuição de combustíveis (parte do grupo econômico da Companhia)
Imaven Imóveis Ltda. - Diretor Superintendente (2013-atual) - Sociedade detentora de bens imóveis do segmento de negócio da Ipiranga (parte do grupo econômico da Companhia)
McKinsey & Comp., Inc. - Sócio senior / Diretor da empresa (1985-2012) - Consultoria
Oxiteno Nordeste S.A. Indústria e Comércio - Presidente do Conselho de Administração (2013-atual) - Indústria química (parte do grupo econômico da Companhia)
Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A. (2014-atual) - Presidente do Conselho de Administração - Distribuição e varejo farmacêutico (parte do grupo econômico da Companhia)

Os administradores e membros do conselho fiscal informaram à Companhia que não houve condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que os tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais.

De acordo com os termos do Regulamento da Listagem do Novo Mercado BM&F Bovespa e do artigo 18 do Estatuto Social da Companhia o Sr. Thilo Mannhardt não é considerado um membro independente da Diretoria Executiva

---

André Pires de Oliveira Dias - 094.244.028-56

Ultrapar Participações S.A. - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores (atual) - Sociedade de participação com atuação em varejo e distribuição especializada, especialidades químicas e armazenagem para granéis líquidos
Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A.- Membro do Conselho de Administração (atual) - Varejo Farmacêutico (parte do grupo econômico da Companhia)
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. - Membro do Conselho de Administração (atual) - Distribuição de combustíveis (parte do grupo econômico da Companhia)
Imaven Imóveis Ltda. - Diretor (2015-atual) - Sociedade detentora de bens imóveis (parte do grupo econômico da Companhia)
Ultracargo Operações Logísticas e Participações Ltda. - Diretor (atual) - Sociedade de participação (parte do grupo econômico da Companhia)Oxiteno Nordeste S.A. Indústria e Comérico - Membro do Conselho de Administração (atual)- Indústria química (parte do grupo econômico da Companhia)
Cia. Ultragaz S.A. - Membro do Conselho de Administração (atual) - Distribuição de GLP (parte do grupo econômico da Companhia)
Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar - Membro do Conselho de Administração (atual) - Armazenagem para granéis líquidos (parte do grupo econômico da Companhia)
Gerdau S.A. - Diretor de Relações com Investidores (2013-2015) - Companhia aberta com atividades em siderurgia
Seiva S.A. Florestas e Indústrias - Diretor de Relações com Investidores (2012-2015) - Companhia aberta que atua no ramo de serviços de plantio, cultivo e proteção de florestas
Gerdau Aços Longos América do Norte - Diretor de planejamento e análise financeira, contabilidade, tesouraria, gestão de riscos, gestão de despesas e serviços compartilhados (2010-2013) - Companhia com atividades em siderurgia.ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. (atual) - Membro do Conselho de Administração

Os administradores e membros do conselho fiscal informaram à Companhia que não houve condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que os tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais.

De acordo com os termos do Regulamento da Listagem do Novo Mercado BM&F Bovespa e do artigo 18 do Estatuto Social da Companhia o Sr. André Pires de Oliveira Dias não é considerado um membro independente da Diretoria Executiva

---

Pedro Jorge Filho - 822.913.308-53

Ultrapar Participações S.A. - Diretor (2005-atual) - Sociedade de participação com atuação em varejo e distribuição especializada, especialidades químicas e armazenagem para granéis líquidos
Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Gás Liquefeito de Petróleo - Diretor (atual) - Entidade de classe
AIGLP – Associación Iberoamericana de Gás Licuado de Petróleo - Diretor (atual) - Entidade de classe
World LP Gas Association (Paris - França) - Vice-Presidente (atual) - Organização sem fins lucrativos que promove o uso do GLP
Bahiana Distribuidora de Gás Ltda. - Diretor Superintendente (atual) - Distribuição de GLP (parte do grupo econômico da Companhia)
Utingás Armazenadora de Gás S.A. - Diretor Superintendente (atual) - Prestadora de serviços de armazenagem (parte do grupo econômico da Companhia)
Cia.Ultragaz S.A. - Diretor Superintendente; Membro do Conselho de Administração (até 2013) - Distribuição de GLP (parte do grupo econômico da Companhia)
Imaven Imóveis Ltda. - Diretor (atual) - Sociedade detentora de bens imóveis (parte do grupo econômico da Companhia)
Plenogás Distribuidora de Gás S.A. - Diretor (atual) - Parte relacionada do grupo econômico da Companhia
Metalúrgica Plus S.A. - Diretor (atual) - Parte relacionada do grupo econômico da Companhia
Terminal Químico de Aratu S.A. – Tequimar - Membro do Conselho de Administração (atual) - Armazenagem para granéis líquidos (parte do grupo econômico da Companhia)
Oxiteno Nordeste S.A. Indústria e Comércio - Membro do Conselho de Administração (atual) - Indústria química (parte do grupo econômico da Companhia)
Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis – IBP - Membro do Conselho de Administração (2010-atual) - Organização privada sem fins lucrativos que tem como foco a promoção do desenvolvimento do setor
Projeto GLP – Qualidade Compartilhada - Presidente (2010-atual) - Entidade que congrega as principais empresas da Indústria do GLP
Ultraprev - Membro do Conselho Deliberativo - Associação de previdência complementar
Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A. - Membro do Conselho de Administração (2014-atual) - Distribuição e varejo farmacêutico (parte do grupo econômico da Companhia)
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. - Membro do Conselho de Administração (2014-atual) - Distribuição de combustíveis (parte do grupo econômico da Companhia)

Os administradores e membros do conselho fiscal informaram à Companhia que não houve condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que os tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais.

De acordo com os termos do Regulamento da Listagem do Novo Mercado BM&F Bovespa e do artigo 18 do Estatuto Social da Companhia o Sr. Pedro Jorge Filho não é considerado um membro independente da Diretoria Executiva

André Covre - 130.335.108-09

Ultrapar Participações S.A. - Diretor (atual) - Sociedade de participação com atuação em varejo e distribuição especializada, especialidades químicas e armazenagem para granéis líquidos
Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A.- Diretor Superintendente (atual) - Varejo Farmacêutico (parte do grupo econômico da Companhia)
Ultrapar Participações S.A. - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores (2007-2015) - Sociedade de participação com atuação em varejo e distribuição especializada, especialidades químicas e armazenagem para granéis líquidos
Cia. Ultragaz S.A. - Membro do Conselho de Administração (atual) - Distribuição de GLP (parte do grupo econômico da Companhia)
Ultracargo Operações Logísticas e Participações Ltda. - Diretor (2007-2015) - Sociedade de participação (parte do grupo econômico da Companhia)
Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar - Membro do Conselho de Administração (atual) - Armazenagem para granéis líquidos (parte do grupo econômico da Companhia)
Oxiteno Nordeste S.A. Indústria e Comércio - Membro do Conselho de Administração (atual) Indústria química (parte do grupo econômico da Companhia)
Melamina Ultra S.A. – Indústria Química - Membro do Conselho de Administração (até 2013) - Indústria química (parte do grupo econômico da Companhia)
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. - Membro do Conselho de Administração (atual) - Distribuição de combustíveis (parte do grupo econômico da Companhia)
Imaven Imóveis Ltda. - Diretor (2008-2015) - Sociedade detentora de bens imóveis (parte do grupo econômico da Companhia)
Latin American Corporate Governance Roundtable's Companies Circle - Vice-Presidente (2010-2012) - Grupo patrocinado pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico – OECD, International Finance Corporation – IFC e Global Corporate Governance Forum – GCGF, cujo objetivo é desenvolver a governança corporativa na América Latina
Ultraprev - Membro do Conselho Deliberativo - Associação de previdência complementar

Os administradores e membros do conselho fiscal informaram à Companhia que não houve condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que os tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais.

De acordo com os termos do Regulamento da Listagem do Novo Mercado BM&F Bovespa e do artigo 18 do Estatuto Social da Companhia o Sr. André Covre não é considerado um membro independente da Diretoria Executiva

---

Pedro Wongtschowski - 385.585.058-53

Ultrapar Participações S.A. - Membro do Conselho de Administração (2013–atual); Diretor Presidente (2007-2012); Membro do Comitê de Remuneração (2015-atual) - Sociedade de participação com atuação em varejo e distribuição especializada, especialidades químicas e armazenagem para granéis líquidos
Ultra S.A. Participações - Diretor (atual); Membro do Conselho de Administração - Sociedade de participação detentora de 22% do capital total da Ultrapar
Cia. Ultragaz S.A. - Membro do Conselho de Administração (1995-2012) - Distribuição de GLP (parte do grupo econômico da Companhia)
Ultracargo Operações Logísticas e Part. Ltda - Diretor Presidente (2007-2012) - Sociedade de participação (parte do grupo econômico da Companhia)
Terminal Químico de Aratu S.A. – Tequimar - Membro do Conselho de Administração (2000-2012) - Armazenagem para granéis líquidos (parte do grupo econômico da Companhia)
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. - Presidente do Conselho de Administração (2009-2012) - Distribuição de combustíveis (parte do grupo econômico da Companhia)
Embraer - Membro do Conselho de Administração (2015 – atual) - Empresa aeroespacial com atuação em projeto, desenvolvimento, fabricação, venda e suporte pós-venda de aeronavesAPLA – Associação Química e Petroquímica Latino Americana - Presidente (2010-2012); Membro do Conselho Consultivo (2012/atual) - Entidade de classe da indústria química e petroquímica
ABIQUIM – Associação Brasileira da Indústria Química - Membro do Conselho Consultivo (atual) - Entidade de classe da indústria química

CNPEM – Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais - Presidente do Conselho de Administração (atual) - Associação de desenvolvimento científico e tecnológico - Laboratórios Nacionais
FIESP – Membro do Conselho Superior de Inovação e Competitividade e Conselho Superior de Economia da FIESP, Sindicato Patronal
CIRJ – Centro Industrial do Rio de Janeiro - Membro do Conselho Diretor (atual) - Organização privada de representação empresarial

CNI-Confederação Nacional das Indústrias - Membro do Comitê Gestor da Mobilização Empresarial pela Inovação –MEI (atual) - Organização que defende os interesses da indústria brasileira rumo ao desenvolvimento do setor produtivo e do próprio país
EMBRAPII - Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial – Presidente do Conselho de Administração. Tem por finalidade promover e incentivar a realização de projetos empresariais de pesquisa, desenvolvimento e inovação voltados para setores industriais por meio de cooperação com instituições de pesquisa tecnológica, mediante celebração de contrato de gestão firmado com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, na qualidade de órgão supervisor, e com o Ministério da Educação.
CONCITE – Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo - Membro do Conselho (atual).ANPEI – Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras - Presidente do Conselho Superior (atual). CTC – Centro de Tecnologia Canavieira - Membro do Conselho de Administração (2014 – atual). Companhia Nitro Química Brasileira - Membro do Conselho de Administração (2013 – atual). Arteris S.A. - Membro do Conselho de Administração (2013 – atual).Cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Anjos do Brasil – Membro do Conselho ConsultivoAssociação Fundo Patrimonial Amigos da Poli – Vice-Presidente do Conselho Deliberativo. Os administradores e membros do conselho fiscal informaram à Companhia que não houve condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que os tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais.

De acordo com os termos do Regulamento da Listagem do Novo Mercado BM&F Bovespa e do artigo 18 do Estatuto Social da Companhia o Sr. Pedro Wongtschowski não pode ser considerado um membro independente do Conselho de Administração

---

Paulo Guilherme Aguiar Cunha - 008.255.498-68

Ultrapar Participações S.A. - Presidente do Conselho de Administração (1998-atual) - Sociedade de participação com atuação em varejo e distribuição especializada, especialidades químicas e armazenagem para granéis líquidos
Ultra S.A. Participações - Presidente do Conselho de Administração (1999-atual); Diretor Presidente (1984-atual) - Sociedade de participação que detém 22% da Ultrapar
FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo- Membro do Conselho Superior Estratégico (2008-2014) - Entidade de representação das indústrias do Estado de São Paulo
Monteiro Aranha S.A. - Membro do Conselho de Administração (1997-atual) - Sociedade de participações, detentora de participação superior a 5% das ações ordinárias de emissão da Ultrapar
Insper – São Paulo - Membro do Conselho Consultivo (1999-atual) – Educação
IPT– Instituto de Pesquisas Tecnológicas - Presidente do Conselho Orientador (2007-2012) - Instituto de pesquisas voltadas à área de tecnologia
PUC – RJ - Membro do Conselho de Desenvolvimento (2004-atual) – Educação
IEDI – Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial - Fundador e Membro do Conselho de Administração (1990-atual) - Instituto privado de estudos sobre a indústria e desenvolvimento nacional

Os administradores e membros do conselho fiscal informaram à Companhia que não houve condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que os tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais

De acordo com os termos do Regulamento da Listagem do Novo Mercado BM&F Bovespa e do artigo 18 do Estatuto Social da Companhia o Sr. Paulo Guilherme Aguiar Cunha não pode ser considerado um membro independente do Conselho de Administração

---

Lucio de Castro Andrade Filho - 061.094.708-72

Ultrapar Participações S.A. - Vice-Presidente do Conselho de Administração (1998-atual); Membro do Comitê de Remuneração (2011-atual) - Sociedade de participação com atuação nos segmentos de distribuição de combustíveis, químico e de armazenagem para granéis líquidos.
Ultra S.A. Participações - Diretor (1982-atual); Membro do Conselho de Administração (1982-atual) - Sociedade de participação que detém 22% da Ultrapar.

Cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Associação Arte Despertar – Membro do Conselho Consultivo

Os administradores e membros do conselho fiscal informaram à Companhia que não houve condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que os tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais.

De acordo com os termos do Regulamento da Listagem do Novo Mercado BM&F Bovespa e do artigo 18 do Estatuto Social da Companhia o Sr. Lucio de Castro Andrade Filho não pode ser considerado um membro independente do Conselho de Administração

---

Jorge Marques de Toledo Camargo - 114.400.151-04

Ultrapar Participações S.A. - Membro do Conselho de Administração (2015-atual).Prumo Logística S.A. - Membro do Conselho de Administração e do Comitê de Estratégia (2014 – atual) - Empresa do setor de infraestrutura e logística
Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP) - Presidente (2015 – atual); Membro do Conselho de Administração e Diretoria (2010 – 2015) - Organização para a promoção da indústria do petróleo
Nexans Brasil S.A. - Membro do Conselho Consultivo Estratégico (2014 – atual) - Empresa fabricante de materiais elétricos
McKinsey & Comp, Inc. Brasil - Consultor Sênior (2012 – atual) - Consultoria
Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A. - Membro do Conselho de Administração e do Comitê de Riscos e Compliance (2011 – atual) - Empresa de serviços especializados de engenharia no Brasil
Karoon Petróleo e Gás S.A. - Consultor do Conselho de Administração (2011 – atual) - Empresa de exploração e produção de petróleo e gás, concentrada na América do Sul
Statoil do Brasil Ltda. - Consultor Sênior (2010 – atual) - Empresa de exploração e produção de petróleo e gás
Energy Ventures - Membro do Conselho Consultivo e Sócio Operador (2010 – atual) - Fundo de venture capital dedicado a investimentos em novas tecnologias para a indústria do petróleo
Deepflex do Brasil Ltda. - Membro do Conselho de Administração (2010 – 2013) - Empresa produtora de tubos flexíveis não metálicos para aplicação em projetos de produção offshore

Os administradores e membros do conselho fiscal informaram à Companhia que não houve condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que os tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais.

De acordo com os termos do Regulamento da Listagem do Novo Mercado BM&F Bovespa e do artigo 18 do Estatuto Social da Companhia o Sr. Jorge Marques de Toledo Camargo é considerado um membro independente do Conselho de Administração

---

José Maurício Pereira Coelho - 853.535.907-91

Ultrapar Participações S.A. - Membro do Conselho de Administração (2015-atual).Banco do Brasil S.A. - Vice Presidente de Gestão Financeira e Relação com Investidores (2015 – atual) - Instituição Financeira
Banco do Brasil S.A. - Diretor de Finanças (2012 – 2015) - Instituição Financeira
Banco do Brasil S.A.- Diretor na Diretoria de Mercado de Capitais (2009 – 2012) - Instituição Financeira
BB Securities LLC, em Nova Iorque - Membro do Conselho de Administração (2009 – atual) - Instituição Financeira
BB Securities Limited, em Londres - Membro do Conselho de Administração (2009 – atual) - Instituição Financeira
Banco do Brasil Aktiengesellschaft (BB AG), na Áustria - Membro do Conselho de Administração (2011 – atual) - Instituição Financeira
BB Securities Asia Pte. Ltda., em Cingapura - Membro do Conselho de Administração (2011 – atual) - Instituição Financeira
Cielo S.A. - Membro do Conselho de Administração (2012 – atual) - Empresa com atuação no setor de cartões de pagamento na América Latina.
Cosern – Companhia de Energia do Rio Grande do Norte (Grupo Neoenergia) - Membro do Conselho de Administração (2013 – atual) - Concessionária de serviço público do Rio Grande do Norte

Os administradores e membros do conselho fiscal informaram à Companhia que não houve condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que os tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais.

De acordo com os termos do Regulamento da Listagem do Novo Mercado BM&F Bovespa e do artigo 18 do Estatuto Social da Companhia o Sr. José Maurício Pereira Coelho é considerado um membro independente do Conselho de Administração

---

Alexandre Gonçalves Silva - 022.153.817-87

Ultrapar Participações S.A. - Membro do Conselho de Administração (2015-atual), Membro do Comitê de Remuneração (2015-atual).Embraer S.A. - Presidente do Conselho de Administração (2012 – atual); Membro do Conselho de Administração (2011 – 2012) - Companhia aberta fabricante de aeronaves
Fibria Celulose S.A. - Membro do Conselho de Administração (2009 – atual) - Empresa produtora de celulose de eucalipto
Tecsis – Tecnologia e Sistemas Avançados S.A. - Membro do Conselho de Administração (2013 – atual) - Empresa fabricante de pás geradoras de energia eólica
Companhia Nitro Química Brasileira - Membro do Conselho de Administração (2012 – atual) - Empresa produtora de nitrocelulose
American Chamber of Commerce for Brazil (AMCHAM) - Conselheiro (2003 – atual) - Associação Comercial
Cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Fundação Maria Cecília Souto – Membro do Conselho de Curadores

Os administradores e membros do conselho fiscal informaram à Companhia que não houve condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que os tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais.

De acordo com os termos do Regulamento da Listagem do Novo Mercado BM&F Bovespa e do artigo 18 do Estatuto Social da Companhia o Sr. Alexandre Gonçalves Silva é considerado um membro independente do Conselho de Administração

---

Carlos Tadeu da Costa Fraga - 465.343.697-53

Ultrapar Participações S.A. - Membro do Conselho de Administração (2015-atual).Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras - Gerente Executivo de Exploração e Produção do Pré-Sal (2012 – fevereiro de 2015); Gerente Executivo do Centro de Pesquisas da Petrobras (CENPES) (2003 – 2012) - Sociedade de economia mista com atuação em exploração e produção de petróleo e gás; refino; oferta de gás natural; distribuição; petroquímica e fertilizantes; geração de energia elétrica; produção de biocombustíveis; e transporte e comercialização
Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo - Membro do Conselho de Orientação (2008 – 2012) - Instituto vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de São Paulo. Atua em quatro grandes áreas: inovação, pesquisa e desenvolvimento; serviços tecnológicos; desenvolvimento e apoio metereológico; e informação e educação em tecnologia
Universidade Federal do Rio de Janeiro - Membro do Conselho Diretor do Parque Tecnológico (2006 – 2012) - Instituição federal de ensino superior no Estado do Rio de Janeiro

Os administradores e membros do conselho fiscal informaram à Companhia que não houve condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que os tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais.

De acordo com os termos do Regulamento da Listagem do Novo Mercado BM&F Bovespa e do artigo 18 do Estatuto Social da Companhia o Sr. Carlos Tadeu da Costa Fraga é considerado um membro independente do Conselho de Administração

---

Olavo Egydio Monteiro de Carvalho - 007.260.107-82

Ultrapar Participações S.A.- Membro do Conselho de Administração (2002-atual) - Empresa com atuação nos segmentos de distribuição de combustíveis, químico, de logística para granéis líquidos e de varejo farmacêutico
Monteiro Aranha S.A. - Presidente do Conselho de Administração (1996- atual) - Sociedade de participações, detentora de participação superior a 5% das ações ordinárias de emissão da Ultrapar
Geociclo Biotecnologia S.A. - Sócio (2001 - atual) - Soluções ambientais para o tratamento de resíduos orgânicos e minerais, produzindo fertilizantes orgânicos e organominerais
Klabin S.A. - Membro do Conselho de Administração (1979-atual) - Produção, exportação e reciclagem de papel
Agência Rio-Negócios - Presidente do Conselho de Administração (2010-atual) - Agência de promoção e investimentos criada para promover o potencial econômico e comercial da cidade, consolidando o Rio como um importante polo mundial de negócios

Cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Conselho Municipal de Desenvolvimento (COMUDES) – Membro do Conselho

Os administradores e membros do conselho fiscal informaram à Companhia que não houve condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que os tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais.

De acordo com os termos do Regulamento da Listagem do Novo Mercado BM&F Bovespa e do artigo 18 do Estatuto Social da Companhia o Sr. Olavo Egydio Monteiro de Carvalho é considerado um membro independente do Conselho de Administração

---

Nildemar Secches - 589.461.528-34

Ultrapar Participações S.A. - Membro do Conselho de Administração (2002-atual); Membro do Comitê de Remuneração (2011 – atual) - Sociedade de participação com atuação em varejo e distribuição especializada, especialidades químicas e armazenagem para granéis líquidos
Itaú Unibanco Holding S.A. - membro do Conselho de Administração (2012 - atual) - Instituição Financeira
Brasil Foods S.A. - Presidente do Conselho de Administração (2007- 2013), Diretor Presidente (1995-2008) - Empresas com atuação no segmento de alimentação
Weg S.A. - Membro do Conselho de Administração (1997- atual, tendo ocupado o cargo de Presidente do Conselho de Administração de outubro de 2004 a abril de 2008) - Fabricação e comercialização de motores elétricos, transformadores, geradores e tintas
Suzano Papel e Celulose S.A. - Membro do Conselho de Administração (2008- atual) - Indústria de celulose e papel
Grupo Iochpe-Maxion - Membro do Conselho de Administração (2004-atual) - Holding industrial

Os administradores e membros do conselho fiscal informaram à Companhia que não houve condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que os tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais.

De acordo com os termos do Regulamento da Listagem do Novo Mercado BM&F Bovespa e do artigo 18 do Estatuto Social da Companhia o Sr. Nildemar Secches é considerado um membro independente do Conselho de Administração

---

Nilson Martiniano Moreira - 583.491.386-53

Ultrapar Participações S.A. - Membro do Conselho Fiscal (2016-atual).Banco do Brasil S.A. - Diretor (2009-atual): Instituição Financeira.BB Tecnologia e Serviços - Membro do Conselho de Administração (2014-2015): Empresa que integra o conglomerado do Banco do Brasil, especializada em tecnologia bancária.CIP - Conselheiro Suplente (2015-atual): Câmara Interbancária de Pagamentos

Os administradores e membros do conselho fiscal informaram à Companhia que não houve condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que os tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais.

De acordo com os termos do Regulamento da Listagem do Novo Mercado BM&F Bovespa e do artigo 18 do Estatuto Social da Companhia o Sr. Nilson Martiniano Moreira é considerado um membro independente do Conselho Fiscal

---

Flavio César Maia Luz - 636.622.138-34

Ultrapar Participações S.A. - Presidente do Conselho Fiscal (2005-atual) - Sociedade de participação com atuação em varejo e distribuição especializada, especialidades químicas e armazenagem para granéis líquidos
.Itaúsa S.A. - Membro do Conselho Fiscal (2014 – atual) - Holding com atuação no setor financeiro e industrial (químico, eletrônico, painéis de madeira, louças e metais sanitários).CTEEP S.A. - Membro do Conselho Fiscal (2012-atual) - Empresa que atua no segmento de energia.Ser Educacional S.A. - Membro do Conselho de Administração (2010-atual) - Conglomerado de instituições de ensino superior no Nordeste e Norte do país

Senior Solutions S.A. - Membro do Conselho de Administração (2012-atual) - Empresa que desenvolve sistemas voltados para atender necessidades das instituições financeiras

Doing Business Consultoria Empresarial Ltda. - Sócio-Diretor (2010-atual) - Boutique de negócios e finanças corporativas

Cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Projeto Quixote – Membro Suplente do Conselho Fiscal

Os administradores e membros do conselho fiscal informaram à Companhia que não houve condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que os tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais.

De acordo com os termos do Regulamento da Listagem do Novo Mercado BM&F Bovespa e do artigo 18 do Estatuto Social da Companhia o Sr. Flavio César Maia Luz é considerado um membro independente do Conselho Fiscal

---

Mario Probst - 029.415.318-74

Ultrapar Participações S.A. - Membro do Conselho Fiscal (2005-atual) - Sociedade de participação com atuação em varejo e distribuição especializada, especialidades químicas e armazenagem para granéis líquidos.Mahle Metal Leve S.A. - Membro do Conselho Fiscal (2015 - atual) - Companhia aberta com atividades no ramo da indústria automotiva
Odontoprev S.A. - Membro do Conselho Fiscal (2007 - 2014- Companhia aberta com atividades no ramo de planos odontológicos

Companhia Brasileira de Distribuição - Membro do Conselho Fiscal (2009 - 2014) - Companhia aberta com atividades no segmento varejista
Via Varejo S.A. - Membro do Conselho Fiscal (2010–2012) - Companhia aberta com atividades no segmento varejista

Cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Hospital Alemão Oswaldo Cruz. - Membro do Conselho Deliberativo. Aldeias Infantis SOS – Brasil - Membro do Conselho Diretor

Os administradores e membros do conselho fiscal informaram à Companhia que não houve condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que os tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais.

De acordo com os termos do Regulamento da Listagem do Novo Mercado BM&F Bovespa e do artigo 18 do Estatuto Social da Companhia o Sr. Mario Probst é considerado um membro independente do Conselho Fiscal

---

Márcio Augustus Ribeiro - 006.211.088-80

Ultrapar Participações S.A. - Membro suplente do Conselho Fiscal (2007-atual) - Sociedade de participação com atuação em varejo e distribuição especializada, especialidades químicas e armazenagem para granéis líquidos

Os administradores e membros do conselho fiscal informaram à Companhia que não houve condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que os tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais.

De acordo com os termos do Regulamento da Listagem do Novo Mercado BM&F Bovespa e do artigo 18 do Estatuto Social da Companhia o Sr. Márcio Augustus Ribeiro é considerado um membro independente do Conselho Fiscal

---

Pedro Ozires Predeus - 005.474.508-00

Ultrapar Participações S.A. - Membro suplente do Conselho Fiscal (2005-atual) - Sociedade de participação com atuação em varejo e distribuição especializada, especialidades químicas e armazenagem para granéis líquidos
Alma Clinica de Doenças Nervosas S/S Ltda.- Diretor administrativo financeiro (2013-atual)- Clínica médica familiar

Grupo Iochpe-Maxion - Membro do Comitê de Auditoria (2005-2013) - Empresa que atua na fabricação de rodas e chassis
PriceWaterhouseCoopers - Sócio aposentado - Auditoria

Cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor: Organização religiosa e de assistência social - Membro do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal (2004-2012)

Os administradores e membros do conselho fiscal informaram à Companhia que não houve condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que os tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais.

De acordo com os termos do Regulamento da Listagem do Novo Mercado BM&F Bovespa e do artigo 18 do Estatuto Social da Companhia o Sr. Pedro Oziers Predeus é considerado um membro independente do Conselho Fiscal

Paulo Cesar Pascotini - 246.904.300-04

Ultrapar Participações S.A. - Membro suplente do Conselho Fiscal (2014-atual) - Sociedade de participação com atuação em varejo e distribuição especializada, especialidades químicas e armazenagem para granéis líquidosBanco do Brasil S.A. - Gerente Executivo (2009-2012) - Instituição Financeira

Os administradores e membros do conselho fiscal informaram à Companhia que não houve condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que os tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais.

De acordo com os termos do Regulamento da Listagem do Novo Mercado BM&F Bovespa e do artigo 18 do Estatuto Social da Companhia o Sr. Paulo Cesar Pascotini é considerado um membro independente do Conselho Fiscal

12.7/8 - Composição dos comitês

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo mandato	Percentual de participação nas reuniões
CPF	**Descrição outros comitês**	**Descrição outros cargos ocupados**	**Data de nascimento**	**Data posse**	**Número de Mandatos Consecutivos**	
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Denis Celso Marques Cuenca	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador	31/07/2013	Indeterminado	0.00%
114.064.938-80	Comitê de Conduta		18/06/1968	31/07/2013	0	
Diretor não estatutário de Auditoria e Compliance						
Marcello De Simone	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro Civil	10/12/2008	Indeterminado	100.00%
795.413.307-97	Comitê de Riscos Financeiros		03/05/1961	10/12/2008	0	
Diretor de subsidiárias						
Marcelo Fernandez Trindade	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Advogado	31/07/2013	Indeterminado	0.00%
776.785.247-49	Comitê de Conduta		29/09/1964	31/07/2013	0	
-						
Roberto Kutschat Neto	Outros Comitês	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador	10/12/2008	Indeterminado	66.67%
083.256.468-02	Comitê de Riscos Financeiros/Comitê de Conduta		16/09/1962	10/12/2008	0	
Diretor de subsidiárias						

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência

Denis Celso Marques Cuenca - 114.064.938-80

Ultrapar Participações S.A. – Gerente executivo de Auditoria e Compliance (2008-2015) - Diretor de Compliance e Auditoria (2015-atual)
IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – Secretário do Conselho de Administração (atual)

Os administradores e membro do conselho fiscal informam à Companhia que não houve condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que os tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais.

De acordo com os termos do Regulamento da Listagem do Novo Mercado BM&F Bovespa e do artigo 18 do Estatuto Social da Companhia, o Sr. Denis Celso Marques Cuenca não é considerado um membro independente do Comitê de Conduta.

Marcello De Simone - 795.413.307-97

Ultrapar Participações S.A. (1999-atual) - Diretor de Tesouraria, Comunicação e RI
Refinaria de Petroleo Riograndense S.A. (atual) - Membro do Conselho de Administração
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. (atual) - Membro do Conselho de Administração
Membro do
Latin American Corporate Governance Roundtable's Companies Circle (atual)

Os administradores e membro do conselho fiscal informam à Companhia que não houve condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que os tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais.

De acordo com os termos do Regulamento da Listagem do Novo Mercado BM&F Bovespa e do artigo 18 do Estatuto Social da Companhia, o Sr. Marcello De Simone não é considerado um membro independente do Comitê de Riscos Financeiros.

Marcelo Fernandez Trindade - 776.785.247-49

Trindade Sociedade de Advogados (1986-atual) - Sócio
Departamento de Direito da PUC-Rio (1993-atual) - Professor de Direito Civil
BM&FBOVESPA S.A. (2008-2014) - Membro independente do Conselho de Administração
Redecard S.A (2011-2015) - Membro independente do Conselho de Administração

Os administradores e membro do conselho fiscal informam à Companhia que não houve condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que os tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais.

De acordo com os termos do Regulamento da Listagem do Novo Mercado BM&F Bovespa e do artigo 18 do Estatuto Social da Companhia, o Sr. Marcelo Fernandez Trindade é considerado um membro independente do Comitê de Conduta.

Roberto Kutschat Neto - 083.256.468-02

Ultrapar Participações S.A. (1995 - atual) - Diretor de Controladoria. M&A e Investimentos

Os administradores e membro do conselho fiscal informam à Companhia que não houve condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou qualquer outra condenação judicial ou administrativa que os tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividades profissionais e/ou comerciais.

De acordo com os termos do Regulamento da Listagem do Novo Mercado BM&F Bovespa e do artigo 18 do Estatuto Social da Companhia, o Sr. Roberto Kutschat Neto não é considerado um membro independente do Comitê de Conduta e do Comitê de Riscos Financeiros.

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há relação conjugal, união estável ou parentesco até segundo grau entre:
a) administradores da Companhia;
b) (i) administradores da Companhia e (ii) administradores de controladas diretas ou indiretas da Companhia;
c) (i) administradores da Companhia ou de suas controladas diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos da Companhia e;
d) (i) administradores da Companhia e (ii) administradores das sociedades controladas diretas e indiretas da Companhia.

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2015

Administrador do Emissor

Pedro Wongtschowski	385.585.058-53	Controle	Controlador Direto
Membro do conselho de administração			

Pessoa Relacionada

Ultra S.A. Participações	54.041.439/0001-91		
Diretor Membro do conselho de administraçãoAcionista			

Observação

O Sr. Pedro Wongtschowski é acionista, membro do conselho de administração e diretor da Ultra S.A., sociedade que detém 22% do capital total da Ultrapar, que por sua vez não possui mais acionista controlador nos termos do artigo 116 da Lei das S.A.. Porém, para fins de atendimento ao regulamento do Novo Mercado, em 16 de agosto de 2011, a Ultra S.A. assinou contrato de participação no Novo Mercado da BM&FBOVESPA na qualidade de acionista que exercia o poder de controle da Ultrapar, conforme definição do regulamento do Novo Mercado. O Sr. Pedro Wongtschowski foi membro da diretoria da Ultrapar e de algumas de suas subsidiárias até dezembro de 2012. Veja “Item 12.5 - Informações dos administradores e membros do conselho fiscal" para maiores informações.

Administrador do Emissor

Paulo Guilherme Aguiar Cunha	008.255.498-68	Controle	Controlador Direto
Membro do conselho de administração			

Pessoa Relacionada

Ultra S.A. Participações	54.041.439/0001-91		
Diretor Membro do conselho de administração Acionista			

Observação

O Sr. Paulo Guilherme Aguiar Cunha é acionista, membro do conselho de administração e diretor da Ultra S.A., sociedade que detém 22% do capital total da Ultrapar, que por sua vez não possui mais acionista controlador nos termos do artigo 116 da Lei das S.A.. Porém, para fins de atendimento ao regulamento do Novo Mercado, em 16 de agosto de 2011, a Ultra S.A. assinou contrato de participação no Novo Mercado da BM&FBOVESPA na qualidade de acionista que exercia o poder de controle da Ultrapar, conforme definição do regulamento do Novo Mercado.

Administrador do Emissor

Lucio de Castro Andrade Filho	061.094.708-72	Controle	Controlador Direto

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Membro do conselho de administração			
Pessoa Relacionada			
Ultra S.A. Participações	54.041.439/0001-91		
Diretor Membro do conselho de administração Acionista			
Observação			
O Sr. Lucio de Castro Andrade Filho é acionista, membro do conselho de administração e diretor da Ultra S.A., sociedade que detém 22% do capital total da Ultrapar, que por sua vez não possui mais acionista controlador nos termos do artigo 116 da Lei das S.A.. Porém, para fins de atendimento ao regulamento do Novo Mercado, em 16 de agosto de 2011, a Ultra S.A. assinou contrato de participação no Novo Mercado da BM&FBOVESPA na qualidade de acionista que exercia o poder de controle da Ultrapar, conforme definição do regulamento do Novo Mercado.			

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

12.11. Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções

Desde março de 2013, são mantidas apólices de responsabilidade civil para diretores e administradores (D&O) para indenizar os membros do Conselho de Administração, diretores executivos da Ultrapar e membros do conselho fiscal no valor total de US$ 50 milhões. Tal apólice cobre responsabilidades resultantes de atos danosos, incluindo qualquer ato ou omissão cometida por uma pessoa atuando na qualidade de membro do Conselho de Administração, diretor executivo da Ultrapar e membro do conselho fiscal ou qualquer reclamação contra tais conselheiros, diretores executivos da Ultrapar e membros do conselho fiscal apenas em razão de sua função, salvo se o ato, omissão ou a reclamação for consequência de negligência ou dolo.

12.12 - Práticas de Governança Corporativa

12.12. – Informar se o emissor segue algum código de boas práticas de governança corporativa, indicando, em caso afirmativo, o código seguido e as práticas diferenciadas de governança corporativa adotadas em razão do mesmo

A Ultrapar utilizou como referência para definição de suas práticas de governança corporativa dispositivos das diretrizes europeias, bem como referências do código do IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa). Em adição, a Companhia é listada no Novo Mercado da BM&FBOVESPA.

12.13 - Outras informações relevantes

12.13. - Outras informações que o emissor julgue relevantes

Os membros da diretoria estatutária da Ultrapar ocupam cargos de administração em algumas das subsidiárias da Companhia. Veja "Item 12.5.m.i. Informação dos administradores e membros do conselho fiscal" para maiores informações.

De acordo com a definição de Conselheiro Independente constante no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, seis dos membros atuais do Conselho de Administração são independentes. Apenas o Sr. Paulo Guilherme Aguiar Cunha, o Sr. Lucio de Castro Andrade Filho e o Sr. Pedro Wongtschowski não são considerados conselheiros independentes de acordo com tal critério.
Os membros da diretoria da Ultrapar ocupam cargos de administração em algumas das subsidiárias da Companhia. Veja "Item 12.5.m.i. Informação dos administradores e membros do conselho fiscal" para maiores informações.

Seguem abaixo informações referentes às assembleias ocorridas nos três últimos exercícios sociais:

Data	Matérias	Quorum de instalação
AGOE – 13/04/2016	• Aprovação das demonstrações financeiras • Destinação do lucro líquido • Fixação dos honorários da administração • Eleição dos membros do conselho fiscal e fixação de suas remunerações • Re-ratificação da remuneração global anual paga aos administradores da Companhia em 2012, 2013 e 2014 em atendimento ao Ofício nº 0114/CVM/SEP/GEA-2	68%¹
AGO – 15/04/2015	• Aprovação das demonstrações financeiras • Destinação do lucro líquido • Eleição dos membros do conselho de administração e fixação de suas remunerações • Fixação dos honorários da administração • Eleição dos membros do conselho fiscal e fixação de suas remunerações	66%¹
AGO – 16/04/2014	• Aprovação das demonstrações financeiras • Destinação do lucro líquido • Fixação dos honorários da administração • Eleição dos membros do conselho fiscal e fixação de suas remunerações	67%¹
AGE – 31/01/2014	• Aprovação do Protocolo e Justificação de Incorporação de Ações de Emissão da Extrafarma pela Ultrapar, com a consequente Incorporação de Ações Extrafarma; • Ratificação da nomeação e da contratação da empresa especializada responsável pela elaboração do laudo de avaliação econômica; • Aprovação do laudo de avaliação; • Aumento do capital social da Companhia decorrente da Incorporação de Ações Extrafarma e a emissão de novas ações ordinárias; • Alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia; • Emissão de bônus de subscrição; • Autorização aos administradores da Companhia para que adotem todas as providências necessárias visando a formalizar a Incorporação de Ações Extrafarma.	74%¹

12.13 - Outras informações relevantes

AGO – 10/04/2013	• Aprovação das demonstrações financeiras • Destinação do lucro líquido • Fixação dos honorários da administração • Eleição dos membros do conselho de administração e fixação de suas remunerações • Eleição dos membros do conselho fiscal e fixação de suas remunerações	74%[1]
AGE – 12/07/2012	• Aprovação da aquisição da Temmar	71%[1]
AGOE – 11/04/2012	• Aprovação das demonstrações financeiras • Destinação do lucro líquido • Fixação dos honorários da administração • Eleição dos membros do conselho fiscal e fixação de suas remunerações • Ratificação da aquisição da Repsol Gás Brasil	71%[1]

(1) Percentual do capital total

Para efeito de preenchimento dos itens 12.5 e 12.6 através do sistema Empresas.net, dentre as opções existentes de classificação dos membros do conselho fiscal (i) “Eleito p/Controlador”, (ii) “Eleito p/Minor.Ordinaristas” ou (iii) “Eleito p/preferencialista”, optamos por classificar os membros efetivos e suplentes do conselho fiscal como membros “Eleito p/Controlador”. Porém, esclarecemos que os membros do conselho fiscal foram eleitos em assembleia geral ordinária realizada em 13 de abril de 2016 pela maioria dos acionistas presentes, que representavam 68% do capital social da Ultrapar, já que a Companhia não possui acionista controlador.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

13 - Remuneração dos administradores

13.1. Política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e não estatutária e do Conselho Fiscal

a. Objetivos da política ou prática de remuneração

Os objetivos da política e das práticas de remuneração da Ultrapar são (i) alinhamento de interesses entre executivos e acionistas, com uma filosofia de compartilhamento de riscos e retornos; (ii) convergência das metas individuais à estratégia da Companhia; e (iii) reconhecimento da contribuição e retenção dos profissionais, com base em referências de mercado.
Seguindo estes princípios, a Ultrapar adota um plano de remuneração diferenciado e competitivo, incluindo a utilização de métricas de criação de valor para estabelecer metas de remuneração variável, benefícios diferenciados aos executivos e um programa de outorga de ações.

b. Composição da remuneração

i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração

- Remuneração fixa: montante mensal, com objetivo de acompanhar os padrões de mercado, composto exclusivamente de honorários e contribuições para a seguridade social, com o objetivo de remunerar a responsabilidade e complexidade inerentes ao cargo de conselheiro. O Presidente e o Vice-Presidente recebem valores superiores aos demais membros em função dos cargos exercidos.

- Honorários por participação em comitês especializados: montante mensal, equivalente a 1/3 dos honorários de Conselheiro, independentemente do cargo exercido no Conselho de Administração. Caso o Conselheiro seja nomeado para mais de um comitê especializado, o montante mensal é equivalente a 50% dos honorários de Conselheiro.

- Remuneração variável: não é praticada.

Conselho Fiscal

- Remuneração fixa: montante mensal aprovado em assembleia geral, composto exclusivamente de honorários e contribuições para a seguridade social, com o objetivo de remunerar a responsabilidade e complexidade inerentes ao cargo de conselheiro fiscal. A remuneração de cada conselheiro fiscal deve ser correspondente a, pelo menos, 10% do salário/pró-labore médio atribuído à Diretoria Estatutária. O presidente recebe valor superior aos demais conselheiros fiscais em função do cargo exercido.

- Remuneração variável: não é praticada.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

Diretoria

- Remuneração fixa (salário/pró-labore e benefícios diretos e indiretos): montante mensal pago com o objetivo de remunerar a responsabilidade e complexidade inerentes ao cargo, a contribuição individual e a experiência de cada profissional. A remuneração fixa da Diretoria inclui salários, contribuições para a seguridade social, gratificação de férias, décimo-terceiro salário, plano de saúde (médico), seguro de vida em grupo e check-up médico, entre outros. Os benefícios diretos e indiretos têm como objetivo acompanhar práticas de mercado e reconhecer a contribuição individual.

- Remuneração variável de curto prazo: montante anual pago com o objetivo de alinhar os interesses dos executivos aos da Companhia. Este montante é atrelado (i) ao desempenho dos negócios, medido através da métrica de criação de valor econômico EVA®, e (ii) ao atingimento de metas individuais anuais estabelecidas com base no planejamento estratégico e focadas em projetos de expansão e excelência operacional, desenvolvimento de pessoas e posicionamento de mercado, entre outros.

- Remuneração variável de longo prazo: esta parcela de remuneração tem como objetivo o alinhamento de interesses de longo prazo entre executivos e acionistas e a retenção dos executivos. O programa vigente de 2006 a 2011 teve pagamento em 2012, após a verificação do cumprimento das metas estabelecidas. Esta remuneração foi resultado do preço das ações ao final de 2011, que superou o objetivo de mais que dobrar o valor da ação da Companhia entre 2006 e 2011, gerando retornos significativos aos acionistas da Ultrapar. O programa atualmente vigente, estabelecido em fevereiro de 2014, prevê que o Diretor-Presidente poderá receber remuneração variável adicional em função do desempenho das ações da Companhia entre 2013 e 2017.

- Plano de outorga de ações: o objetivo do plano de outorga de ações é o alinhamento de interesses de longo prazo entre executivos e acionistas e a retenção dos executivos. A Ultrapar adota, desde 2003, um plano de outorga de ações em que o executivo recebe o usufruto, por cinco a dez anos, de ações mantidas em tesouraria, período após o qual ocorre a efetiva transferência da propriedade das ações, condicionada à não interrupção do vínculo entre o executivo e a Companhia ou suas controladas. A participação no plano de outorga de ações é função do desempenho do executivo, das expectativas de contribuição futura e da retenção a longo prazo visando a materialização de projetos e resultados futuros.

- Benefício pós-emprego: visando o incentivo à poupança de longo prazo, a Ultrapar oferece desde 2001 um plano de contribuição definida, gerenciado pela Ultraprev – Associação de Previdência Complementar. Nos termos deste plano, a contribuição básica de cada executivo é calculada por meio da aplicação de um percentual de seu salário. A Ultrapar contribui, em nome do executivo, com um valor idêntico ao da contribuição básica deste, limitado a 11% do seu salário de referência. Em adição, além das contribuições ao sistema FGTS, a Ultrapar instituiu em 2010 uma política de aposentadoria planejada com os objetivos de preparar o executivo para o desligamento e estruturar planos de sucessão na organização. O valor do benefício pós-emprego resultante desta política consiste principalmente em uma remuneração adicional por ocasião de desligamento por iniciativa da empresa. O Diretor-Presidente não é elegível a esta política de aposentadoria.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

ii. Proporção de cada parcela na remuneração total

A tabela abaixo apresenta a proporção de cada parcela em relação à remuneração total dos administradores em 2015, segregadas conforme o descrito no Item 13.2.

	% em relação a remuneração total do valor pago a título de					
Órgão	**Remuneração Fixa**	**Remuneração Variável**	**Benefício pós-emprego**	**Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo**	**Remuneração baseada em ações**	**Total**
Conselho de Administração	100%	0%	0%	0%	0%	100%
Conselho Fiscal	100%	0%	0%	0%	0%	100%
Diretoria Estatutária	35%	44%	7%	0%	14%	100%

A tabela abaixo apresenta a proporção de cada parcela em relação à remuneração total dos administradores em 2014, segregadas conforme o descrito no Item 13.2.

	% em relação a remuneração total do valor pago a título de					
Órgão	**Remuneração Fixa**	**Remuneração Variável**	**Benefício pós-emprego**	**Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo**	**Remuneração baseada em ações**	**Total**
Conselho de Administração	100%	0%	0%	0%	0%	100%
Conselho Fiscal	100%	0%	0%	0%	0%	100%
Diretoria Estatutária	39%	36%	10%	0%	15%	100%

A tabela abaixo apresenta a proporção de cada parcela em relação à remuneração total dos administradores em 2013, segregadas conforme o descrito no Item 13.2.

	% em relação a remuneração total do valor pago a título de					
Órgão	**Remuneração Fixa**	**Remuneração Variável**	**Benefício pós-emprego**	**Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo**	**Remuneração baseada em ações**	**Total**
Conselho de Administração	100%	0%	0%	0%	0%	100%
Conselho Fiscal	100%	0%	0%	0%	0%	100%
Diretoria Estatutária	40%	39%	9%	0%	12%	100%

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Conselho de Administração

- Remuneração fixa: anualmente revista com base em avaliações de mercado.

Conselho Fiscal

- Remuneração fixa: anualmente revista com base na remuneração da Diretoria Estatutária e avaliações de mercado. Veja "Item 13.1.b.i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles".

Diretoria

A remuneração fixa e variável de curto prazo da Diretoria é estabelecida com referência ao mercado relevante, levando em consideração metodologia de atribuição do valor do cargo de acordo com fatores como conhecimento requerido, solução de problemas e impacto no resultado. A soma das parcelas fixa e variável de curto prazo tem como objetivo de competitividade o terceiro quartil do mercado caso as metas da remuneração variável sejam 100% atingidas.

- Remuneração fixa: anualmente revista levando em consideração as práticas de mercado, identificadas em pesquisas salariais, assim como a evolução da experiência e responsabilidade do profissional. Os benefícios são referenciados a valores de mercado.

- Remuneração variável de curto prazo: fundamentada no conceito de participação nos resultados, esta parcela é calculada levando em consideração o desempenho econômico da Companhia e o desempenho individual, resultando em um múltiplo salarial. O desempenho econômico é medido em relação à metas de crescimento de valor econômico adicionado (EVA®) estabelecidas para períodos de três a quatro anos e apuradas anualmente. O desempenho individual é avaliado pela aderência às metas anuais definidas conforme o planejamento estratégico.

- Remuneração variável de longo prazo: remuneração variável em função do desempenho das ações da Companhia, calculado pela evolução do valor da ação ao final de 2012 em relação ao final de 2017. Tal remuneração será paga em três parcelas, nos meses de janeiro de 2018, 2019 e 2020, caso o valor da ação da Ultrapar, ao final de 2017, seja superior a um nível mínimo pré-estabelecido, refletindo o objetivo de mais que dobrar o valor da ação da Companhia em cinco anos.

- Plano de outorga de ações: o montante de ações a serem outorgadas aos executivos é anualmente definido pelo Conselho de Administração e o valor atribuído a essa outorga corresponde ao valor da ação da Companhia no momento da concessão. O efeito reconhecido no resultado corresponde ao valor total das ações outorgadas apropriado pelo período do usufruto.

- Benefício pós-emprego: refletem o tempo de empresa, a idade do executivo e a remuneração fixa.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

iv. Razões que justificam a composição da remuneração

A estratégia de remuneração da Companhia combina elementos de curto e longo prazo seguindo os princípios de alinhamento de interesses e manutenção de uma remuneração competitiva, visando reter nossos executivos e remunerá-los adequadamente conforme as responsabilidades atribuídas e o valor criado para a Companhia e seus acionistas.

v. Existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para este fato

Todos os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Estatutária da Companhia são remunerados.

c. Principais indicadores de desempenho para a determinação de cada elemento da remuneração

- Remuneração fixa: responsabilidade e complexidade do cargo, experiência do profissional e práticas do mercado.

- Remuneração variável de curto prazo: metas de crescimento de EVA® estabelecidas para cada negócio e para a Ultrapar e o cumprimento de metas individuais.

- Remuneração variável de longo prazo: evolução do valor das ações da Ultrapar.

- Plano de outorga de ações: evolução de desempenho e cumprimento de metas individuais ao longo do tempo e expectativa de contribuição futura às metas da Companhia.

- Benefício pós-emprego: não é atrelado a indicadores de desempenho.

d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

- Remuneração fixa: a partir de avaliações periódicas de desempenho.

- Remuneração variável de curto prazo: evolui proporcionalmente à progressão dos resultados da Companhia, no conceito de geração de valor econômico adicionado (EVA®), desde que seja atingido um patamar mínimo pré-estabelecido.

- Remuneração variável de longo prazo: os valores do programa vigente entre 2012 e 2017 (veja “Itens 13.1.b.i. e 13.1.b.iii.”) serão função do cumprimento de meta mínima estabelecida de valorização das ações da Companhia.

- Plano de outorga de ações: o potencial benefício associado ao plano de outorga de ações será auferido na medida em que o executivo permaneça na Companhia ou em suas controladas no longo prazo, comprometendo-se com a geração sustentada de valor.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

e. Relação entre a política ou prática de remuneração e os interesses da Companhia

A política e as práticas de remuneração da Ultrapar visam o alinhamento de curto e longo prazo com os interesses dos acionistas. A remuneração variável de curto e longo prazo, parcela expressiva da remuneração total, está atrelada a metas de crescimento do valor econômico gerado, que é o interesse principal dos acionistas. A remuneração variável também direciona o foco dos profissionais para a aderência ao plano estratégico de crescimento aprovado pelo Conselho de Administração, sendo que a remuneração de curto prazo está atrelada a metas anuais de crescimento da geração de valor e a de longo prazo está atrelada diretamente à evolução do valor de mercado da Companhia. O plano de outorga de ações torna os executivos acionistas da empresa, sendo um forte elemento de alinhamento de interesses de longo prazo.

f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Toda a remuneração dos membros da Diretoria Estatutária da Companhia é suportada por suas subsidiárias ou controladas em função das atividades que exercem como administradores das mesmas. Para a discriminação dos valores suportados por cada subsidiária ou controlada e a natureza de tais pagamentos, veja “Item 13.15. Valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal ou da Diretoria Estatutária”.

g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de eventos societários.

Com relação à remuneração variável de longo prazo, caso ocorra a consolidação do controle antes do final de 2017 e se verifique o cumprimento da meta pré-estabelecida na data da consolidação, haverá a antecipação do seu pagamento.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2016 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	7,00	3,00	19,00
Nº de membros remunerados	9,00	7,00	3,00	19,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	4.428.000,00	10.748.400,00	581.600,00	15.758.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	3.420.800,00	0,00	3.420.800,00
Participações em comitês	360.000,00	0,00	0,00	360.000,00
Outros	957.600,00	4.048.200,00	116.300,00	5.122.100,00
Descrição de outras remunerações fixas	Inclui (i) encargos sociais que são ônus do empregador (INSS), conforme especificado no Ofício Circular/CVM/SEP/nº2/2016.	Inclui encargos sociais que são ônus do empregador (INSS), conforme especificado no Ofício Circular/CVM/SEP/nº2/2016.	Inclui encargos sociais que são ônus do empregador (INSS), conforme especificado no Ofício Circular/CVM/SEP/nº2/2016.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	17.764.600,00	0,00	17.764.600,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	3.331.200,00	0,00	3.331.200,00
Descrição de outras remunerações variáveis		Remuneração variável de longo prazo. Veja “13.1.b.iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração”.		
Pós-emprego	0,00	4.242.400,00	0,00	4.242.400,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	6.514.100,00	0,00	6.514.100,00
Observação	Número de membros apurado conforme especificado no Ofício Circular/CVM/SEP/nº2/2016.	Número de membros apurado conforme especificado no Ofício Circular/CVM/SEP/nº2/2016.	Número de membros apurado conforme especificado no Ofício Circular/CVM/SEP/nº2/2016.	
Total da remuneração	5.745.600,00	50.069.700,00	697.900,00	56.513.200,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2015 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,83	7,00	3,00	18,83
Nº de membros remunerados	8,83	7,00	3,00	18,83
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.963.700,00	9.182.400,00	516.200,00	13.662.300,00
Benefícios direto e indireto	0,00	2.576.500,00	0,00	2.576.500,00
Participações em comitês	320.100,00	0,00	0,00	320.100,00
Outros	1.005.700,00	3.492.700,00	122.600,00	4.621.000,00

Descrição de outras remunerações fixas	Inclui (i) doação parcial dos honorários de um membro do Conselho de Administração para uma instituição beneficente por ele indicada e (ii) encargos sociais que são ônus do empregador (INSS), conforme especificado no Ofício Circular/CVM/SEP/nº2/2016.	Inclui encargos sociais que são ônus do empregador (INSS), conforme especificado no Ofício Circular/CVM/SEP/nº2/2016.	Inclui (i) doação parcial dos honorários de um membro do Conselho Fiscal para uma instituição beneficente por ele indicada e (ii) encargos sociais que são ônus do empregador (INSS), conforme especificado no Ofício Circular/CVM/SEP/nº2/2016.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	17.218.100,00	0,00	17.218.100,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	2.301.600,00	0,00	2.301.600,00
Descrição de outras remunerações variáveis		Remuneração variável de longo prazo. Veja “13.1.b.iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração”.		
Pós-emprego	0,00	2.936.000,00	0,00	2.936.000,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	6.125.900,00	0,00	6.125.900,00
Observação	Número de membros apurado conforme especificado no Ofício Circular/CVM/SEP/nº2/2016.	Número de membros apurado conforme especificado no Ofício Circular/CVM/SEP/nº2/2016.	Número de membros apurado conforme especificado no Ofício Circular/CVM/SEP/nº2/2016.	
Total da remuneração	5.289.500,00	43.833.200,00	638.800,00	49.761.500,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2014 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	6,92	3,00	18,92
Nº de membros remunerados	9,00	6,92	3,00	18,92
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.275.700,00	8.563.600,00	492.600,00	12.331.900,00
Benefícios direto e indireto	0,00	2.300.200,00	0,00	2.300.200,00
Participações em comitês	259.600,00	0,00	0,00	259.600,00
Outros	874.600,00	3.262.500,00	98.500,00	4.235.600,00
Descrição de outras remunerações fixas	Inclui (i) doação dos honorários de um membro do Conselho de Administração para uma instituição beneficente por ele indicada e (ii) encargos sociais que são ônus do empregador (INSS), conforme especificado no Ofício Circular/CVM/SEP/nº2/2016.	Inclui encargos sociais que são ônus do empregador (INSS), conforme especificado no Ofício Circular/CVM/SEP/nº2/2016.	Inclui encargos sociais que são ônus do empregador (INSS), conforme especificado no Ofício Circular/CVM/SEP/nº2/2016.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	11.651.000,00	0,00	11.651.000,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	1.683.700,00	0,00	1.683.700,00

Descrição de outras remunerações variáveis		Remuneração variável de longo prazo. Veja “13.1.b.iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração”.		
Pós-emprego	0,00	3.659.900,00	0,00	3.659.900,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	5.461.800,00	0,00	5.461.800,00
Observação	Número de membros apurado conforme especificado no Ofício Circular/CVM/SEP/nº2/2016.	Número de membros apurado conforme especificado no Ofício Circular/CVM/SEP/nº2/2016.	Número de membros apurado conforme especificado no Ofício Circular/CVM/SEP/nº2/2016.	
Total da remuneração	4.409.800,00	36.582.700,00	591.200,00	41.583.700,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2013 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	6,00	3,00	18,00
Nº de membros remunerados	9,00	6,00	3,00	18,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.019.700,00	7.295.500,00	457.900,00	10.773.100,00
Benefícios direto e indireto	0,00	2.043.400,00	0,00	2.043.400,00
Participações em comitês	211.900,00	0,00	0,00	211.900,00
Outros	824.000,00	2.808.300,00	91.600,00	3.723.900,00
Descrição de outras remunerações fixas	Inclui (i) doação dos honorários de um membro do Conselho de Administração para uma instituição beneficente por ele indicada e (ii) encargos sociais que são ônus do empregador (INSS), conforme especificado no Ofício Circular/CVM/SEP/nº2/2016.	Inclui encargos sociais que são ônus do empregador (INSS), conforme especificado no Ofício Circular/CVM/SEP/nº2/2016.	Inclui encargos sociais que são ônus do empregador (INSS), conforme especificado no Ofício Circular/CVM/SEP/nº2/2016.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	11.838.200,00	0,00	11.838.200,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis		Remuneração variável de longo prazo. Veja “13.1.b.iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração”.		
Pós-emprego	0,00	2.599.600,00	0,00	2.599.600,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	3.641.800,00	0,00	3.641.800,00

Observação	Número de membros apurado conforme especificado no Ofício Circular/CVM/SEP/nº2/2016.	Número de membros apurado conforme especificado no Ofício Circular/CVM/SEP/nº2/2016.	Número de membros apurado conforme especificado no Ofício Circular/CVM/SEP/nº2/2016.	
Total da remuneração	4.055.600,00	30.226.800,00	549.500,00	34.831.900,00

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

13.3. Remuneração variável dos exercícios sociais de 2013, 2014, 2015 e prevista para o exercício social de 2016 do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Estatutária

	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária
(em milhares de Reais, exceto número de membros)			
Número total de membros 2013	**9,00**	**3,00**	**6,00**
Número de membros remunerados 2013	**0,00**	**0,00**	**6,00**
Número total de membros 2014	**9,00**	**3,00**	**6,92**
Número de membros remunerados 2014	**0,00**	**0,00**	**6,92**
Número total de membros 2015	**8,83**	**3,00**	**7,00**
Número de membros remunerados 2015	**0,00**	**0,00**	**7,00**
Número total de membros 2016	**9,00**	**3,00**	**7,00**
Número de membros remunerados 2016	**0,00**	**0,00**	**7,00**
Em relação ao bônus:			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado	N/A	N/A	N/A
Em relação à participação no resultado:			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	Zero
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	Obs[1]
Valor previsto no plano de remuneração de 2013, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	N/A	N/A	11.169,6
Valor efetivamente reconhecido no resultado de 2013	N/A	N/A	11.838,2
Valor previsto no plano de remuneração de 2014, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	N/A	N/A	13.752,7
Valor efetivamente reconhecido no resultado de 2014	N/A	N/A	11.651,0
Valor previsto no plano de remuneração para 2015, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	N/A	N/A	14.908,8
Valor efetivamente reconhecido no resultado de 2015	N/A	N/A	17.218,1
Valor previsto no plano de remuneração para 2016, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	N/A	N/A	17.764,6
Valor a ser reconhecido no resultado de 2016	N/A	N/A	17.764,6

[1] Em relação à parcela ligada ao desempenho individual, tipicamente a avaliação ocorre no intervalo de 50% a 150% do atingimento das metas. Em relação à parcela ligada ao desempenho econômico, a avaliação acompanha diretamente o valor criado no ano, conforme medido pelo EVA®, não havendo, portanto, valor máximo previsto ou aprovado no plano de remuneração. Caso as metas estabelecidas para o ano de 2016 sejam atingidas, estimamos o valor de R$ 17.764,6 mil como participação nos resultados.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

13.4. - Descrição do plano de ações da Diretoria Estatutária

a. Termos e condições gerais

A Ultrapar adota, desde 2003, um plano de outorga de ações em que o executivo detém o usufruto, por cinco a dez anos, de ações mantidas em tesouraria, período após o qual ocorre a efetiva transferência da propriedade das ações, condicionada à não-interrupção do vínculo entre o executivo e a Companhia ou suas controladas. O volume de ações e os executivos beneficiados são determinados pelo Conselho de Administração, não havendo obrigatoriedade de outorga anual. O número total de ações a serem utilizadas no plano estará sujeito à existência de tais ações em tesouraria. O Conselho de Administração da Ultrapar não possui plano de outorga de ações.
A Ultrapar não possui plano ativo de outorga de opções de ações.

b. Principais objetivos do plano

Veja “Item 13.1.e. Relação entre a política ou prática de remuneração e os interesses da Companhia”.

c. Forma como o plano contribui para esses objetivos

Veja “Item 13.1.e. Relação entre a política ou prática de remuneração e os interesses da Companhia”.

d. Como o plano se insere na política de remuneração da Companhia

Veja “Item 13.1.e. Relação entre a política ou prática de remuneração e os interesses da Companhia”.

e. Como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia

Veja “Item 13.1.e. Relação entre a política ou prática de remuneração e os interesses da Companhia”.

f. Número máximo de ações abrangidas

O número total das ações a serem utilizadas no plano de outorga de ações está sujeito à existência de tais ações em tesouraria. Em 31 de dezembro de 2015, existiam 13.321.356 ações mantidas em tesouraria. Para informações sobre as ações já outorgadas aos diretores estatutários da Companhia, veja “Item 13.5. Plano de ações – informações sobre as ações outorgadas à Diretoria Estatutária”.

g. Número máximo de opções a serem outorgadas

Não aplicável.

h. Condições de aquisição de ações

As ações são outorgadas aos executivos em quantidades previamente definidas pelo Conselho de Administração. Estas ações permanecerão em tesouraria por prazo que poderá variar de 5 a 10 anos, período durante o qual o executivo detém apenas o usufruto sobre as ações. A obtenção da nua

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

propriedade das ações depende do transcurso do prazo mencionado e da manutenção do vínculo do executivo com a Companhia ou suas controladas durante tal período.

i. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Não aplicável.

j. Critérios para fixação do prazo de exercício

Não aplicável.

k. Forma de liquidação

Não aplicável.

l. Restrições à transferência das ações

As ações outorgadas aos executivos permanecem na tesouraria da Companhia por prazo que poderá variar de 5 a 10 anos, durante o qual o administrador detém o usufruto sobre as ações, mas não sua propriedade. As ações poderão ser livremente alienadas apenas depois de transcorrido o prazo mencionado e, portanto, obtida a nua propriedade das ações. Veja “Item 13.5. Plano de ações – informações sobre as ações outorgadas à Diretoria Estatutária”.

m. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Não aplicável.

n. Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de ações

A efetiva obtenção da nua propriedade das ações está condicionada à não-interrupção do vínculo entre o executivo e a Companhia ou suas controladas pelo período determinado em contrato.

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatuária

13.5. - Plano de ações – informações sobre as ações outorgadas à Diretoria Estatutária

A Ultrapar adota, desde 2003, um plano de outorga de ações para a Diretoria Estatutária e não estatutária em que o executivo detém o usufruto, por cinco a dez anos, de ações mantidas em tesouraria, período após o qual ocorre a efetiva obtenção da propriedade das ações, condicionada à não-interrupção do vínculo entre o executivo e a Companhia ou suas controladas. O Conselho de Administração da Ultrapar não possui um plano de outorga de ações. Adicionalmente, Ultrapar não possui um plano ativo de outorga de opções de ações. O quadro a seguir apresenta um resumo das informações sobre as ações outorgadas aos diretores estatutários até 31 de dezembro de 2015:

Órgão	**Diretoria Estatutária**											
Número total de membros	6											
Número de membros remunerados	1	2	1	2	3	4	1	3	2	1	1	1
Data de outorga[1]	18/dez/03	04/out/04	14/dez/05	09/nov/06	12/dez/07	08/out/08	16/dez/09	10/nov/10	07/nov/12	03/fev/14	05/mar/14	10/dez/14
Quantidade de ações outorgadas[2]	239.200	94.300	20.000	133.600	100.000	496.000	40.000	140.000	70.000	150.000	38.400	100.000
Prazo para transferência da propriedade das ações outorgadas	nov/13	set/14	nov/15	out/16	1/3 em nov-2012 1/3 em nov-2013 1/3 em nov-2014	1/3 em set-2013 1/3 em set-2014 1/3 em set-2015	1/3 em nov-2014 1/3 em nov-2015 1/3 em nov-2016	1/3 em out-2015 1/3 em out-2016 1/3 em out-2017	1/3 em out-2017 1/3 em out-2018 1/3 em out-2019	1/3 em jan-2018 1/3 em jan-2019 1/3 em jan-2020	1/3 em mar-2019 1/3 em mar-2020 1/3 em mar-2021	1/3 em dez-2019 1/3 em dez-2020 1/3 em dez-2021
Preço atribuído nas outorgas das ações (R$/ação)	7,58	10,2	8,21	11,62	16,17	9,99	20,75	26,78	42,9	50,64		

[1] Inclui ações outorgadas entre 2004 e 2008 a determinados executivos que nas datas das respectivas outorgas ainda não eram diretores estatutários

[2] O número de ações e o preço atribuído nas outorgas foram ajustados retroativamente para refletir o desdobramento de ações na proporção de 1:4 aprovado em assembleia geral extraordinária de 10 de fevereiro de 2011.

Admitindo-se que o valor concedido siga a média das ações outorgadas nos últimos anos, estimamos a quantidade adicional de 200 mil ações a serem outorgadas em 2016 para membros da Diretoria Estatutária.

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatuária

13.6. - Opções de ações em aberto

A Ultrapar não possui opções de ações em aberto.

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatuária

13.7. - Opções de ações exercidas e ações entregues relativas ao plano de ações da Diretoria Estatutária

Em 2013, houve transferência da nua propriedade de 437.856 ações para membros da Diretoria Estatutária, referentes a ações cujo usufruto havia sido outorgado em 2003, 2007 e 2008. Em 2014, (i) foi outorgado o usufruto de 288.400 ações para membros da Diretoria Estatutária; e (ii) houve transferência da nua propriedade de 306.300 ações para membros da Diretoria Estatutária, referente a ações cujo usufruto havia sido outorgado em 2004, 2007, 2008 e 2009. Em 2015, houve transferência da nua propriedade de 245.332 ações para membros da Diretoria Estatutária, referentes a ações cujo usufruto havia sido outorgado em 2005, 2008, 2009 e 2010. Adicionalmente, a Ultrapar não possui opções de ações em aberto.

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

13.8. - Informações necessárias para compreensão dos itens 13.5 a 13.7

O preço atribuído às ações outorgadas corresponde ao valor da ação da Companhia no momento da concessão, ajustado retroativamente para refletir o desdobramento de ações na proporção de 1:4 aprovado em assembleia geral extraordinária de 10 de fevereiro de 2011. A Ultrapar não possui um plano ativo de outorga de opções de ações.

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

13.9. - Quantidade de ações direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal ou da Diretoria Estatutária

A tabela abaixo apresenta a quantidade de ações direta ou indiretamente detidas pelos membros atuais do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal ou da Diretoria Estatutária no dia 31/12/2015.

	Total	%
	(em unidades)	
Conselho de Administração	**23.835.839**	**4%**
Participação direta	185.984	0%
Participação indireta	23.649.855	4%
Via Ultra S.A.[1]	23.649.855	4%
Conselho fiscal	**-**	**0%**
Participação direta	-	0%
Participação indireta	-	0%
Diretoria Executiva	**1.621.151**	**0%**
Participação direta	1.621.151	0%
Participação indireta	-	0%
Total	**25.456.990**	**5%**
Ações representativas do capital social	**556.405.096**	**100%**

[1] Ações de emissão da Ultrapar detidas indiretamente através de participação do executivo no capital da Ultra S.A.

Em 31 de janeiro de 2014, foi aprovada, através das Assembleias Gerais Extraordinárias da Ultrapar e da Extrafarma, a incorporação pela Ultrapar da totalidade das ações de emissão da Extrafarma. Como consequência, foram emitidas 12.021.100 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal da Companhia, aumentando o número de ações representativas do capital social para 556.405.096 ações. Das novas ações emitidas, 1.717.300 ações foram entregues ao Sr. Paulo Correa Lazera, eleito para o cargo de Diretor da Ultrapar na mesma data. O Sr. Paulo Correa Lazera deixou a administração da Ultrapar em julho de 2015, e suas ações não constam, portanto, da tabela acima.

Alterações na composição acionária da Ultrapar ocorridas após 31/12/2015 não estão contempladas na tabela acima.

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

13.10. - Planos de previdência dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número total de membros	8,83	7,00
Número de membros remunerados	8,83	7,00
Nome do Plano	N/A	ULTRAPREV – Associação de Previdência Complementar Plano de Contribuição Definida
Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar [1]	N/A	4
Condições para se aposentar antecipadamente	N/A	- 55 anos de idade -Mínimo de 5 anos de tempo de vínculo empregatício com a patrocinadora - Mínimo de 5 anos de vínculo ao plano - Rescisão do vínculo empregatício com a patrocinadora
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores [2] (R$ mil)	N/A	9.542,3
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores (R$ mil)	N/A	1.028,1
Possibilidade e condições de resgate antecipado	N/A	O plano prevê opção de resgate quando do término do vínculo empregatício e não preenchida as condições para requerer o benefício da aposentadoria

[1] Preenchem as condições de idade, de vínculo empregatício e de participação ao plano. É necessário que ocorra o término do vínculo empregatício para requerer aposentadoria.
[2] Valor total das contribuições de patrocinadora, desde a adesão ao plano, acrescido da rentabilidade.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
Nº de membros	7,00	6,92	6,00	8,83	9,00	9,00	3,00	3,00	3,00
Nº de membros remunerados	7,00	6,92	6,00	8,83	9,00	9,00	3,00	3,00	3,00
Valor da maior remuneração(Reais)	13.069.000,00	10.756.500,00	6.588.900,00	1.493.100,00	1.376.200,00	1.279.300,00	224.900,00	206.500,00	192.100,00
Valor da menor remuneração(Reais)	3.710.100,00	3.551.700,00	3.390.300,00	399.500,00	311.500,00	289.200,00	208.500,00	192.300,00	178.700,00
Valor médio da remuneração(Reais)	6.261.900,00	5.286.500,00	5.037.800,00	599.000,00	490.000,00	450.600,00	212.900,00	197.100,00	183.200,00

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2015	Os dados referentes à Diretoria Estatutária em 2015 incluem os valores relativos ao plano de remuneração variável de longo prazo relativo ao período de cinco anos entre 2013 e 2017, estabelecido para o Diretor Presidente. Os valores das menores remunerações da Diretoria Estatutária em 2015 foram apurados excluindo-se os membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses.
31/12/2014	Os dados referentes à Diretoria Estatutária em 2014 incluem os valores relativos ao plano de remuneração variável de longo prazo relativo ao período de cinco anos entre 2013 e 2017, estabelecido para o Diretor Presidente. Os valores das menores remunerações da Diretoria Estatutária em 2014 foram apurados excluindo-se os membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses.

Conselho de Administração	
31/12/2015	Os valores das menores remunerações do Conselho de Administração em 2015 foram apurados excluindo-se os membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses.

Conselho Fiscal	
31/12/2015	Os valores das menores remunerações do Conselho Fiscal em 2015 foram apurados excluindo-se os membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses.

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

13.12. - Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Em adição às contribuições ao sistema FGTS, a Ultrapar instituiu em 2010 uma política de aposentadoria planejada com os objetivos de preparar o executivo para o desligamento e estruturar planos de sucessão na organização. O valor do benefício pós-emprego resultante desta política consiste principalmente em uma remuneração adicional por ocasião de desligamento por iniciativa da empresa, equivalente a 0,5 salário mensal por cada ano de vínculo com a empresa, até o limite de 9 salários mensais. O Diretor-Presidente não é elegível a esta política.

13.13 - Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

13.13. - Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal ou da Diretoria Estatutária que sejam partes relacionadas aos controladores

Antes da Conversão, a Ultra S.A. detinha 66% do capital votante da Companhia. Na data da Conversão, a Ultra S.A. passou a deter 24% do capital votante e total da Ultrapar, que por sua vez não possui mais um acionista controlador nos termos do artigo 116 da Lei das Sociedades Anônimas. Porém, para fins de atendimento ao regulamento do Novo Mercado, em 16 de agosto de 2011 a Ultra S.A. assinou contrato de participação no Novo Mercado da BM&FBOVESPA na qualidade de acionista que exercia o poder de controle da Ultrapar, conforme definição do regulamento do Novo Mercado. Em 31 de janeiro de 2015, a Ultra S.A. detinha 22% das ações da Ultrapar.

Os percentuais da remuneração de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária que são partes relacionadas à Ultra S.A. Participações sobre a remuneração total desses órgãos corresponderam a 63% e 0%, respectivamente, em 2013 e 2014 e 53% e 0%, respectivamente, em 2015.

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

13.14. - Valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal ou da Diretoria Estatutária, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam

Os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Estatutária não receberam remuneração além daquelas relacionadas às funções que ocupam na Companhia ou suas controladas.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

13.15. - Valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal ou da Diretoria Estatutária em 2013, 2014 e 2015

Toda a remuneração dos membros da Diretoria Estatutária da Companhia é suportada por suas subsidiárias ou controladas em função das atividades que exercem como administradores das mesmas. A totalidade da remuneração do Conselho de Administração e Conselho Fiscal é suportada diretamente pela própria Companhia.

Diretoria Estatutária - 2013									
(em milhares de Reais)	**Companhia Ultragaz S.A.**	**Bahiana Distribuidora de Gás Ltda**	**Utingás Armazenadora S.A.**	**Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.**	**Empresa Carioca de Produtos Químicos S.A.**	**Oxiteno S.A. Indústria e Comércio**	**Oxiteno Nordeste S.A. Indústria e Comércio**	**Terminal Químico de Aratu S/A Tequimar**	**Total**
Remuneração fixa anual	**3.269,3**	**1.230,0**	**123,4**	**2.577,1**	**867,2**	**2.629,5**	**139,6**	**1.311,1**	**12.147,3**
Salário / pró-labore	1938,5	716,3	70,2	1.572,5	516,6	1.617,7	83,9	779,9	7.295,5
Benefícios diretos e indiretos	1.330,8	513,7	53,2	1.004,7	350,6	1.011,9	55,7	531,3	4.851,8
Remuneração variável	**3.186,3**	**1.148,9**	**-**	**2.962,1**	**776,7**	**2.686,3**	**126,2**	**951,6**	**11.838,2**
Participação nos resultados	3.186,3	1.148,9	-	2.962,1	776,7	2.686,3	126,2	951,6	11.838,2
Outros	-		-	-	-	-	-	-	-
Benefício pós-emprego	**940,7**	**75,2**	**7,3**	**722,8**	**53,2**	**386,0**	**8,6**	**405,9**	**2.599,6**
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações	**1.690,2**	**-**	**-**	**633,4**	**-**	**596,9**	**-**	**721,3**	**3.641,8**
Valor total da remuneração	**9.086,4**	**2.454,1**	**130,7**	**6.895,3**	**1.697,1**	**6.298,8**	**274,4**	**3.390,0**	**30.226,8**

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Diretoria Estatutária – 2014										
(em milhares de Reais)	**Companhia Ultragaz S.A.**	**Bahiana Distribuidora de Gás Ltda**	**Utingás Armazenadora S.A.**	**Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.**	**Empresa Carioca de Produtos Químicos S.A.**	**Oxiteno S.A. Indústria e Comércio**	**Oxiteno Nordeste S.A. Indústria e Comércio**	**Terminal Químico de Aratu S/A Tequimar**	**Imifarma Prod. Farm. Cosméticos S/A**	**Total**
Remuneração fixa anual	**3.339,4**	**1.291,9**	**124,6**	**3.156,7**	**932,6**	**2.655,9**	**149,8**	**1.448,3**	**1.027,2**	**14.126,3**
Salário / pró-labore	1.982,8	781,9	70,2	1.954,3	556,5	1.631,0	90,4	856,4	640,0	8.563,6
Benefícios diretos e indiretos	1.356,6	510,0	54,4	1.202,3	376,1	1.024,8	59,4	591,9	387,2	5.562,7
Remuneração variável	**3.736,0**	**1.033,6**	**-**	**2.971,9**	**620,4**	**2.988,0**	**100,8**	**1.030,6**	**853,3**	**13.334,7**
Participação nos resultados	2.894,2	1.033,6	-	2.971,9	620,4	2.146,2	100,8	1.030,6	853,3	11.651,0
Outros	841,8		-	-	-	841,8	-	-	-	1.683,7
Benefício pós-emprego	**1.518,9**	**78,5**	**7,3**	**604,6**	**57,1**	**796,5**	**9,3**	**447,3**	**140,4**	**3.659,9**
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações	**2.471,50**	**-**	**-**	**369,2**	**-**	**1.970,2**	**-**	**650,8**	**-**	**5461,8**
Valor total da remuneração	**11.065,8**	**2.404,1**	**131,9**	**7.102,4**	**1.610,2**	**8.410,6**	**259,8**	**3.577,1**	**2.020,9**	**36.582,7**

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Diretoria Estatutária – 2015

(em milhares de Reais)	Companhia Ultragaz S.A.	Bahiana Distribuidora de Gás Ltda	Utingás Armazenadora S.A.	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Empresa Carioca de Produtos Químicos S.A.	Oxiteno S.A. Indústria e Comércio	Oxiteno Nordeste S.A. Indústria e Comércio	Terminal Químico de Aratu S/A Tequimar	Imifarma Prod. Farm. Cosméticos S/A	Total
Remuneração fixa anual	**3.913,3**	**1.713,4**	**123,9**	**3.634,6**	**980,9**	**2.909,3**	**160,3**	**1.620,4**	**195,5**	**15.251,6**
Salário / pró-labore	2.270,1	1.050,6	70,2	2.252,0	595,3	1.771,2	96,7	954,2	122,0	9.182,4
Benefícios diretos e indiretos	1.643,2	662,9	53,6	1.382,6	385,7	1.138,1	63,6	666,2	73,4	6.069,2
Remuneração variável	**5.487,8**	**1.975,3**	**-**	**4.190,1**	**1.400,1**	**4.926,7**	**227,4**	**889,3**	**423,1**	**19.519,7**
Participação nos resultados	4.336,9	1.975,3	-	4.190,1	1.400,1	3.775,9	227,4	889,3	423,1	17.218,1
Outros	1.150,8		-	-	-	1.150,8	-	-	-	2.301,6
Benefício pós-emprego	**1.087,6**	**104,6**	**7,3**	**676,4**	**61,3**	**560,6**	**10,0**	**339,2**	**88,9**	**2.936,0**
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Remuneração baseada em ações	**3.408,2**	**-**	**-**	**147,7**	**-**	**1.994,7**	**-**	**575,4**	**-**	**6.125,9**
Valor total da remuneração	**13.896,9**	**3.793,3**	**131,1**	**8.648,8**	**2.442,4**	**10.391,4**	**397,6**	**3.424,3**	**707,5**	**43.833,2**

13.16 - Outras informações relevantes

13.16. - Outras informações que o emissor julgue relevantes

Não aplicável.

14.1 - Descrição dos recursos humanos

14.1. - Descrição dos recursos humanos da Ultrapar, de acordo com:

a. Número de empregados

A Ultrapar é uma companhia *holding* e possui em seu quadro somente os diretores estatutários eleitos por seu Conselho de Administração. Indicamos abaixo o quadro total de empregados das divisões de negócios e do centro corporativo, que abrange outras empresas ligadas ao emissor.

Por atividade	2015	2014	2013
Administrativo	5.304	4.503	3.945
Operacional	9.300	9.475	5.290
Total	**14.604**	**13.978**	**9.235**

Localização geográfica	2015	2014	2013
Brasil	**13.987**	**13.336**	**8.516**
Norte	**2.761**	**2.575**	**121**
Ultragaz	9	11	10
Ipiranga	128	122	111
Oxiteno	-	-	-
Extrafarma	2.624	2.442	-
Ultracargo	-	-	-
Nordeste	**4.222**	**3.852**	**1.539**
Ultragaz	772	752	739
Ipiranga	191	184	174
Oxiteno	377	380	369
Extrafarma	2.608	2.257	-
Ultracargo	274	279	257
Centro-Oeste	**256**	**238**	**241**
Ultragaz	145	140	143
Ipiranga	111	98	98
Oxiteno	-	-	-
Extrafarma	-	-	-
Ultracargo	-	-	-
Sul	**1.086**	**1.040**	**1.016**
Ultragaz	483	475	467
Ipiranga	523	485	471
Oxiteno	49	45	46
Extrafarma	-	-	-
Ultracargo	31	35	32
Sudeste	**5.662**	**5.631**	**5.599**
Ultragaz	2.194	2.258	2.345
Ipiranga	1.911	1.880	1.828
Oxiteno	763	742	695
Extrafarma	37	12	-
Ultracargo	298	299	315
Centro corporativo	459	440	416
México	**356**	**357**	**352**
Uruguai	**131**	**139**	**177**

14.1 - Descrição dos recursos humanos

Venezuela	**52**	**76**	**113**
Estados Unidos	**61**	**53**	**61**
Argentina	**5**	**6**	**6**
Colômbia	**4**	**3**	**1**
Bélgica	**4**	**4**	**5**
China	**4**	**4**	**4**
Total	**14.604**	**13.978**	**9.235**

b. Número de terceirizados

A Ultrapar controladora não possui contratos de terceirização de empregados.

c. Índice de rotatividade

Os índices de rotatividade abaixo abrangem os funcionários próprios das divisões de negócios da Ultrapar e do centro corporativo.

	Rotatividade
2015	20%
2014	21%
2013	14%

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

14.2. - Alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item

A Companhia entende que não houve alterações relevantes nos números divulgados no item 14 deste Formulário de Referência.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

14.3. - Políticas de remuneração dos empregados da Ultrapar

a. Política de salários e remuneração variável

A política e práticas de remuneração adotadas têm como objetivos:

- Atrair e reter profissionais;
- Reconhecer o desempenho individual e coletivo; e
- Adotar posição competitiva com relação ao mercado.

A remuneração dos profissionais é composta por parcela fixa e variável, sendo a primeira definida pelo salário base e benefícios e a segunda pelo programa de participação nos lucros ou resultados, nos termos da lei.

A evolução do salário base ocorre pelo atendimento aos requisitos legais, ajuste em função de acordo coletivo, indicadores de crescimento do mercado e, principalmente, por meritocracia, que visa reconhecer a evolução das competências e habilidades de cada profissional.

Programa de participação nos lucros ou resultados

Com base em acordos realizados entre suas divisões de negócios e os respectivos sindicatos de categoria, o programa de participação nos lucros ou resultados, fundamentado na lei nº 10.101/00 e do artigo 7º, inciso XI, da Constituição Federal, foi implantado há mais de 10 anos na Ultragaz, Ipiranga e Oxiteno e em 2001 na Ultracargo. Estes acordos são renovados anualmente.

O programa estabelece metas para atingimento de resultados econômicos e metas para desenvolvimento de projetos, cujo objetivo principal é estimular a melhoria dos processos e o desenvolvimento do trabalho em equipe. O atingimento das metas garante o pagamento de parcela variável da remuneração correspondente a um múltiplo de salário, o qual é pago no ano seguinte ao estabelecimento das metas. Os profissionais em cargos de liderança também são elegíveis ao programa, com base em múltiplos superiores às estabelecidas aos demais profissionais.

O atingimento das metas econômicas e de melhoria dos processos é condição essencial para a ocorrência do pagamento, exceto na Ultragaz, que prevê o pagamento de múltiplo salarial de acordo com a evolução das negociações entre sindicato patronal e de funcionários, e para Extrafarma, que não tem programa de participação nos lucros ou resultados. Em adição, os contratos assinados entre suas divisões de negócios e os respectivos sindicatos estabelecem ainda critérios de elegibilidade e proporcionalidade, entre outros.

b. Política de benefícios

Todos os profissionais são elegíveis a um plano de benefícios estabelecido pelo acordo coletivo da categoria profissional ou por liberalidade da empresa, acompanhando as tendências do mercado. O plano de benefícios é disponibilizado ao funcionário a partir da sua admissão.

Todos os nossos profissionais são elegíveis aos seguintes benefícios: assistência médica, alimentação, vale transporte, previdência privada e seguro de vida em grupo.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

c. Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando:

i. **Grupos de beneficiários**

São elegíveis os membros da diretoria das divisões de negócios da Ultrapar.

ii. **Condições para exercício**

Os termos do plano de ações da diretoria executiva são os mesmos que os da Diretoria Estatutária. Veja “Item 13.4. Descrição do plano de ações da Diretoria Estatutária”.

iii. **Preços de exercício**

O preço atribuído às ações outorgadas corresponde ao valor da ação da Ultrapar no momento da concessão. A Ultrapar não possui um plano ativo de outorga de opções de ações.

iv. **Prazos de exercício**

Os prazos do plano de ações da diretoria executiva são os mesmos que os da Diretoria Estatutária. A Ultrapar não possui um plano ativo de outorga de opções de ações. Veja “Item 13.4. Descrição do plano de ações da Diretoria Estatutária”.

v. **Quantidade de ações comprometidas pelo plano**

Em 31 de dezembro de 2015, as ações comprometidas pelo plano, dadas em usufruto aos diretores (excluindo a Diretoria Estatutária de 31 de dezembro de 2015), totalizavam 1.128.596 ações.

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

14.4. - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos, indicando se houve paralisações e greves nos 3 últimos exercícios sociais

Em 31 de dezembro de 2015, os empregados das empresas da Ultrapar estavam cobertos por acordos coletivos firmados com os sindicatos que representam os diferentes setores de atuação: a Ultragaz na categoria de comércio de minérios e derivados de petróleo, a Ipiranga na categoria de distribuição de combustíveis, a Oxiteno na categoria de químicos, a Ultracargo na categoria de armazenagem e a Extrafarma na categoria de comércio varejista e atacadista de produtos farmacêuticos. Todos os acordos, firmados entre as empresas e os diversos sindicatos das categorias, contemplam cláusulas de caráter social, financeiro, relações sindicais e trabalhistas.

Nenhuma das controladas da Ultrapar registrou greves nos últimos 3 exercícios sociais. Não houve paralisações no mesmo período para Ultragaz e Ultracargo. Com relação aos demais negócios, a tabela abaixo contempla os eventos ocorridos.

Ipiranga	**Oxiteno**	**Extrafarma**
Paralisações 2013: Paralisação por 14 dias em Passo Fundo/RS 2014: Duas paralisações (3 e 4 horas) em São Caetano do Sul/SP; três paralisações (20 minutos, 3 e 6 horas) em Canoas/RS; paralisação (4 horas) em Betim/MG 2015: Paralisação de um dia em Vitória (ES); paralisação de 2 dias em Betim/MG; paralisação de 10 dias em Itabuna/BA; três paralisações (4 e 6 horas e 1 dia) em Maceió/AL; paralisação (20 min) em Canoas/RS; paralisação (3 horas) em São Caetano do Sul/SP	Paralisações 2013: Paralisação parcial por 18 horas – Devido a demissão de um sindicalizado (Uruguai) 2014: Assembleia de 1 hora devido a alteração de horário de trabalho (Camaçari/BA) 2015: Assembleia de 2 horas devido a acidente do trabalho (Mauá/SP) e Assembleias informativas devido a encerramento da planta de sais de cromo (duração de 2 horas cada) com total paralisado de 36 horas (Uruguai)	Paralisações 2013: Paralisação anterior a aquisição de 2 dias de farmacêuticos no PA

14.5 - Outras informações relevantes

14.5. – Outras informações que o emissor julgue relevantes

Não existem outras informações que a Ultrapar julgue relevantes sobre este item.

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
Ultra S.A. Participações					
54.041.439/0001-91		Sim	Não	31/01/2014	
Não					
119.760.601	21,523994%	0	0,000000%	119.760.601	21,523994%
Parth Do Brasil Participações Ltda					
20.992.266/0001-75	Brasileira	Não	Não	31/01/2014	
Não					
42.833.956	7,698340%	0	0,000000%	42.833.956	7,698340%
Aberdeen Asset Management PLC					
		Não	Não	13/07/2011	
Sim	Não aplicável por se tratar de diversos fundos geridos pela Aberdeen Asset Management PLC		Juridica		
65.205.340	11,719041%	0	0,000000%	65.205.340	11,719041%
OUTROS					
315.283.843	56,664442%	0	0,000000%	315.283.843	56,664442%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração: 31/12/2015					
13.321.356	2,394183%	0	0,000000%	13.321.356	2,394183%
TOTAL					
556.405.096	100,000000%	0	0,000000%	556.405.096	100,000000%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Ultra S.A. Participações				**54.041.439/0001-91**	
Ana Maria Levy Villela Igel					
513.400.208-82	Brasileira	Sim	Não		
Não					
9.764.689	16,905252	12.395.100	51,769448	22.159.789	27,121983
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
Christy Participações Ltda.					
33.363.896/0001-22	Brasileira	Sim	Não	05/06/2013	
Não					
4.049.199	7,010231	4.990.444	20,843118	9.039.643	11,063871
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
Fábio Igel					
187.996.078-83	Brasileira	Sim	Não		
Não					
7.518.770	13,016974	1.768.275	7,385388	9.287.045	11,366673
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Ultra S.A. Participações				**54.041.439/0001-91**	
Joyce Igel de Castro Andrade					
074.266.918-10	Brasileira	Sim	Não		
Não					
5.916.246	10,242582	1.262.989	5,275007	7.179.235	8,786866
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
Lucio de Castro Andrade Filho					
061.094.708-72	Brasileira	Sim	Não		
Não					
3.775.470	6,536334	0	0,000000	3.775.470	4,620903
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Márcia Igel Joppert					
694.695.398-34	Brasileira	Sim	Não		
Não					
6.201.602	10,736609	2.062.988	8,616288	8.264.590	10,115262
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
6.247.003	10,815210	1.463.090	6,110751	7.710.093	9,436598

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Ultra S.A. Participações				**54.041.439/0001-91**	
Paulo Guilherme Aguiar Cunha					
008.255.498-68	Brasileira	Sim	Não		
Não					
10.654.109	18,445072	0	0,000000	10.654.109	13,039861
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
Rogério Igel					
061.076.308-30	Brasileira	Sim	Não		
Não					
3.634.187	6,291736	0	0,000000	3.634.187	4,447983
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL					
57.761.275	100,000000	23.942.886	100,000000	81.704.161	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Christy Participações Ltda.				**33.363.896/0001-22**	

Cristiana Coutinho Beltrão					
008.947.467-82	Brasileira	Não	Não		
Não					
1.906	21,698543	0	0,000000	1.906	21,698543
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			

Hélio Marcos Coutinho Beltrão					
008.786.367-73	Brasileira	Não	Não		
Não					
1.906	21,698543	0	0,000000	1.906	21,698543
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			

Maria Coutinho Beltrão					
024.219.127-41	Brasileira	Não	Não		
Não					
1.906	21,698543	0	0,000000	1.906	21,698543
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Christy Participações Ltda.				**33.363.896/0001-22**	
Maria da Conceição Coutinho Beltrão					
029.962.007-72	Brasileira	Não	Não		
Não					
3.066	34,904371	0	0,000000	3.066	34,904371
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
8.784	100,000000	0	0,000000	8.784	100,000000

15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	13/04/2016
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	10.504
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	147
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	1.646

Ações em Circulação

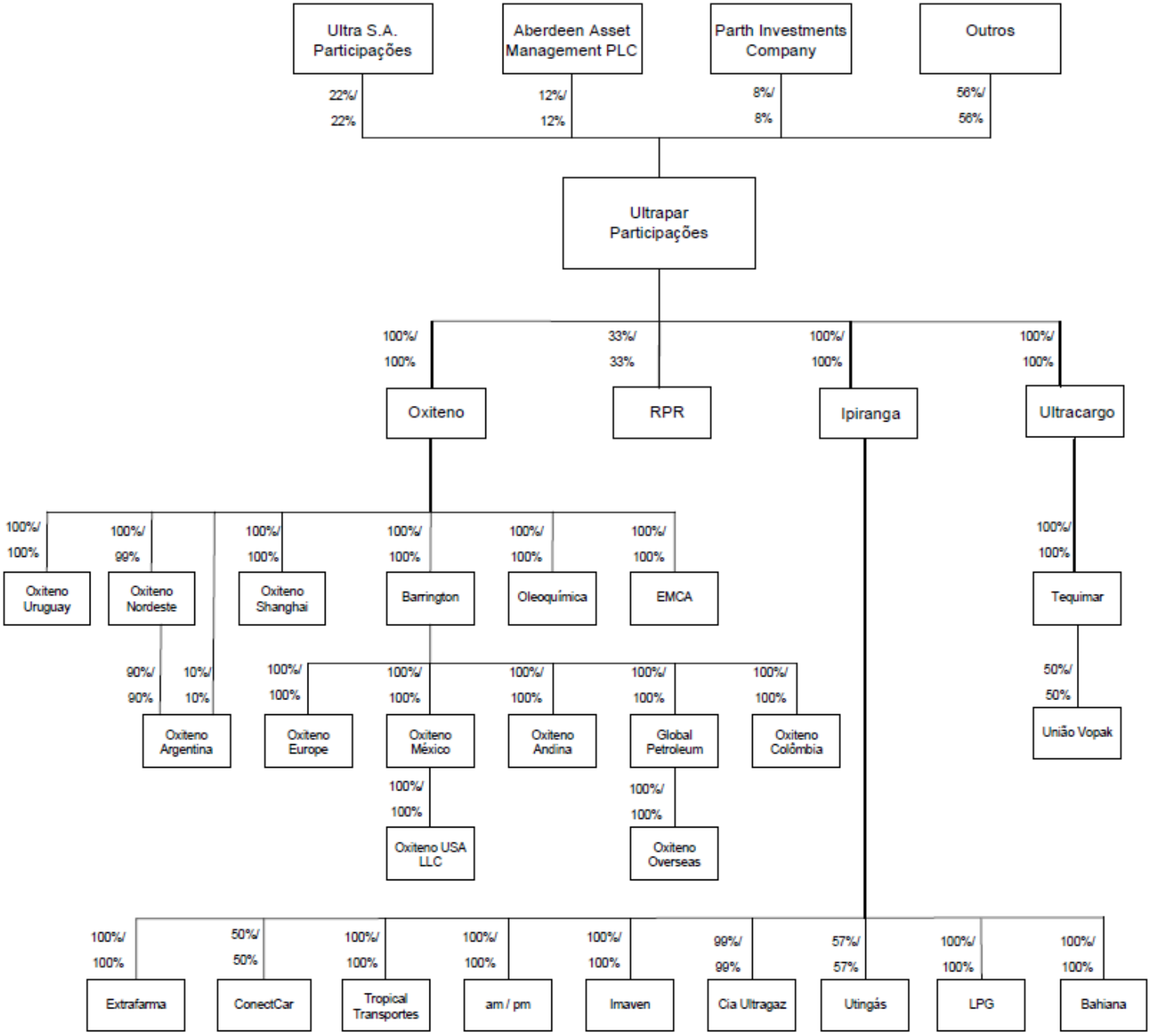
Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	540.148.009	97,078192%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000000%
Preferencial Classe A	0	0,000000%
Total	540.148.009	97,078192%

15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico

15.4. - Inserir organograma dos acionistas do emissor e do grupo econômico em que se insere, indicando:

a) **Todos os controladores diretos e indiretos e, caso o emissor deseje, os acionistas com participação igual ou superior a 5% de uma classe ou espécie de ações**
b) **Principais controladas e coligadas do emissor**
c) **Participações do emissor em sociedades do grupo**
d) **Participações de sociedades do grupo no emissor**
e) **Principais sociedades sob controle comum**



15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

15.5. - Com relação a qualquer acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte, regulando o exercício do direito de voto ou a transferência de ações de emissão do emissor, indicar:

a. Partes

Acordo de Acionistas de Ultra S.A. Participações ("Acordo de Acionistas"):

Ana Maria Levy Villela Igel
Fabio Igel
Márcia Igel Joppert
Rogério Igel
Joyce Igel de Castro Andrade
Lucio de Castro Andrade Filho
Paulo Guilherme Aguiar Cunha
Pedro Wongtschowski
Christy Participações Ltda.
Bruno Igel
Ana Elisa Alves Corrêa Igel
Ana Paula de Queiroz Cunha
Pedro Augusto de Queiroz Cunha
Guilherme de Queiroz Cunha
Eduardo Queiroz Cunha
Roberto de Castro Andrade
Betina de Castro Andrade Gasparian
Roberta Joppert Ferraz
Sandra Joppert Bevilaqua

Interveniente Anuente:
Ultra S.A. Participações

b. Data de celebração

24 de fevereiro de 2014.

c. Prazo de vigência

5 anos, a contar de 24 de fevereiro de 2014.

d. Descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle

O Acordo de Acionistas outorga aos seus signatários ("Acordantes"), em conjunto, o poder de controle em Ultra S.A., visando a manutenção de um bloco de acionistas representativo, definido e estável, capaz de atuar de maneira uniforme nas questões que envolvem seus interesses como acionistas de Ultra S.A., bem como na qualidade de acionistas indiretos da Ultrapar.

O Acordo de Acionistas prevê que antes de cada assembleia geral da Ultrapar que tenha por objeto a discussão das matérias abaixo relacionadas, será realizada assembleia geral dos acionistas de Ultra S.A. para determinar o voto a ser exercido pelo representante de Ultra S.A. na assembleia geral da Ultrapar:

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

a) alteração do estatuto da Ultrapar;

b) criação pela Ultrapar de novas classes de ações, ou aumento das existentes, ou de outros direitos, títulos e valores mobiliários conversíveis ou não em ações, salvo se já previstos ou autorizados pelo estatuto;

c) alteração dos direitos das classes de ações existentes de emissão da Ultrapar;

d) fusão, incorporação ou cisão envolvendo a Ultrapar;

e) aquisição ou alienação de ativos pela Ultrapar, inclusive por meio de associação por terceiros que sejam objeto de deliberação de assembleia geral da Ultrapar; e

f) indicação dos representantes da Ultra S.A. que comporão a chapa para concorrer ao Conselho de Administração da Ultrapar.

Os Acordantes, nas reuniões prévias às assembleias gerais de Ultrapar, estabelecerão o sentido do voto sobre todas as matérias objeto do respectivo conclave, devendo o Conselho de Administração de Ultra S.A. determinar o voto a ser exercido pelo representante de Ultra S.A. nas assembleias gerais de Ultrapar. Tal representante, presente nas assembleias gerais de Ultrapar que deliberarem sobre estas matérias, votará no sentido deliberado na respectiva assembleia geral dos acionistas da Ultra S.A., conforme aprovado por acionistas titulares de no mínimo 66% das ações ordinárias de emissão da Ultra S.A., excluídas as ações em tesouraria.

e. Descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores ou membros de comitês estatutários

O Acordo de Acionistas prevê a realização de assembleia geral dos acionistas de Ultra S.A. para determinar a indicação dos representantes da Ultra S.A. que comporão a chapa para concorrer ao Conselho de Administração da Ultrapar. As deliberações tomadas nesta assembleia deverão ser aprovadas por acionistas titulares de no mínimo 66% das ações ordinárias de emissão da Ultra S.A., excluídas as ações em tesouraria.

Não há previsão de cláusulas para indicação de membros de comitês estatutários.

f. Descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las

Mecanismo de liquidez - Permuta de Ações:

Os Acordantes têm o direito de requerer à diretoria de Ultra S.A. a permuta total ou parcial de sua participação acionária na Ultra S.A., seja representada por ações ordinárias ou preferenciais, em ações ordinárias de emissão de Ultrapar, de forma a manter, diretamente no capital social desta, a mesma participação indiretamente detida em Ultrapar através de Ultra S.A., na data do requerimento de permuta apresentado à diretoria.

Caso a diretoria de Ultra S.A. constate a inexistência de lucros ou reservas ou qualquer outro impedimento legal para a realização da permuta, deverá comunicar o presidente do Conselho de Administração de Ultra S.A., a quem caberá convocar uma reunião do Conselho de Administração de

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Ultra S.A. para deliberar uma solução que viabilize tal operação. Uma vez tomada a deliberação que viabilize a permuta, esta deverá ser imediatamente implementada pela diretoria de Ultra S.A..

g. Descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do Conselho de Administração

O Acordo de Acionistas não traz cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do Conselho de Administração.

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

15.6. - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores da Ultrapar

Antes da Conversão, a Ultra S.A. detinha 66% do capital votante da Companhia. Em 31 de dezembro de 2014, a Ultra S.A. detinha 22% do capital total da Ultrapar, que por sua vez não possui mais um acionista controlador nos termos do artigo 116 da Lei das S.A. Porém, para fins de atendimento ao regulamento do Novo Mercado, em 16 de agosto de 2011 a Ultra S.A. assinou contrato de participação no Novo Mercado da BM&FBOVESPA na qualidade de acionista que exercia o poder de controle da Ultrapar, conforme definição do regulamento do Novo Mercado.

Em razão da aprovação da incorporação da totalidade das ações de emissão da Extrafarma pela Ultrapar em Assembleia Geral Extraordinária da Ultrapar ocorrida em 31 de janeiro de 2014, o Sr. Paulo Correa Lazera, que exerceu cargo de Diretor da Ultrapar até 20/07/2015, recebeu (i) 1.717.300 ações ordinárias da Ultrapar; (ii) um bônus de subscrição que lhe garante o direito de subscrever até 114.487 ações ordinárias da Ultrapar; e (iii) um bônus de subscrição que lhe garante o direito de subscrever até 457.946 ações ordinárias da Ultrapar. O exercício dos referidos bônus de subscrição dar-se-á nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação de Ações de Emissão da Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A. pela Ultrapar Participações S.A., firmado pelas administrações das companhias em 17 de dezembro de 2013. Para maiores informações sobre os bônus de subscrição, veja “Item 6.5 - Principais eventos societários” e “Item 18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos”.

15.7 - Principais operações societárias

15.7. - Descrever as principais operações societárias ocorridas no grupo que tenham tido efeito relevante para Ultrapar, tais como incorporações, fusões, cisões, incorporações de ações, alienações e aquisições de controle societário, aquisições e alienações de ativos importantes, indicando, quando envolver a da Ultrapar ou qualquer de suas controladas ou coligadas

Em relação à Ultrapar:

(i) Incorporação de ações de emissão da Extrafarma

a. Evento

Em 30 de setembro de 2013, a Ultrapar assinou acordo de associação com a Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A. uma das dez maiores redes de drogarias do Brasil, que opera utilizando a marca Extrafarma. O fechamento da operação ocorreu em 31 de janeiro de 2014, com a aprovação da Transação da Extrafarma.

A associação com a Extrafarma marcou o ingresso da Ultrapar no significativo e crescente mercado de varejo farmacêutico brasileiro, tornando-se o terceiro negócio de distribuição e varejo especializado da Companhia, com características de crescimento, resiliência e diferenciação em serviços e conveniência para os consumidores.

b. Principais condições do negócio

Como consequência da realização da Transação da Extrafarma, foram emitidas 12.021.100 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal da Ultrapar, sendo R$ 141,9 milhões como aumento de capital social e R$ 498,8 milhões como aumento de reserva de capital, totalizando um aumento no patrimônio líquido de R$ 640,7 milhões. Em adição, foram emitidos bônus de subscrição que, se exercidos, poderiam acarretar uma emissão de até 4.007.031 ações no futuro, sendo 801.409 ações referentes ao bônus de subscrição - capital de giro e 3.205.622 ações referentes ao bônus de subscrição – indenização. Em 30 de junho de 2014, em avaliação do ajuste de capital de giro e do endividamento, foi apurado que o bônus de subscrição - capital de giro não será exercido em favor dos acionistas anteriores da Extrafarma. Dessa forma, a Companhia reverteu integralmente a provisão para a emissão das 801.409 ações referentes ao bônus de subscrição - capital de giro, que, na data do fechamento, totalizava R$ 42,1 milhões. A quantidade de ações do bônus de subscrição - indenização poderá ser exercida a partir de 2020 e é ajustada conforme as variações dos montantes de provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e passivos contingentes relativos ao período anterior a 31 de janeiro de 2014. O valor da associação totalizou R$ 719,9 milhões.

c. Sociedades envolvidas

Ultrapar Participações S.A. e Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A.

d. Efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor

Em função da Transação da Extrafarma, foram emitidas 12.021.100 novas ações ordinárias da Ultrapar, nominativas, escriturais e sem valor nominal, perfazendo um capital social de R$ 3.838.686.104,00, dividido em 556.405.096 ações. O aumento de capital decorrente da Transação da Extrafarma resultou na diluição imediata dos acionistas da Ultrapar em 2,2%, excluídas as ações em tesouraria em 31 de janeiro de 2014. Adicionalmente ao aumento de

15.7 - Principais operações societárias

capital, foram emitidos bônus de subscrição em favor dos antigos acionistas da Extrafarma que, se exercidos, poderiam acarretar uma emissão de até 4.007.031 ações no futuro, sendo 801.409 ações referentes ao bônus de subscrição - capital de giro e 3.205.622 ações referentes ao bônus de subscrição – indenização. Em 30 de junho de 2014, em avaliação do ajuste de capital de giro e do endividamento, foi apurado que o bônus de subscrição - capital de giro não será exercido em favor dos acionistas anteriores da Extrafarma. Dessa forma, a Companhia reverteu integralmente a provisão para a emissão das 801.409 ações referentes ao bônus de subscrição - capital de giro, que na data do fechamento totalizava R$ 42,1 milhões. A quantidade de ações do bônus de subscrição - indenização poderá ser exercida a partir de 2020 e é ajustada conforme as variações dos montantes de provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e passivos contingentes relativos ao período anterior a 31 de janeiro de 2014.

e. Quadro societário antes e depois da operação

Após a aprovação da Transação da Extrafarma, a Ultrapar passou a deter a totalidade das ações de emissão da Extrafarma, que tornou-se subsidiária integral da Companhia.

f. Mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas

Às ações emitidas em decorrência da incorporação de ações, bem como aquelas que serão emitidas em razão do exercício do bônus de subscrição - indenização, foram atribuídos os mesmos direitos das ações já existentes de Ultrapar, que não sofreram nenhuma alteração de seus direitos em decorrência da aprovação da transação.

Ainda, a relação de substituição aprovada pelas assembleias de Ultrapar e de Extrafarma (i) foi livremente negociada, acordada e pactuada entre as Companhias, partes independentes; (ii) reflete as respectivas análises das companhias e a natureza de suas atividades inseridas em um conjunto de premissas econômicas, operacionais e financeiras; e (iii) foi estabelecida com base (a) no preço médio das ações ordinárias da Ultrapar nos 10 últimos pregões da BM&FBOVESPA S.A. imediatamente anteriores à assinatura do Acordo de Associação, e (b) no preço por ação da Extrafarma oferecido pela Ultrapar, sendo considerada justa e equitativa pelos órgãos da administração das Companhias.

15.8 - Outras informações relevantes

15.8. - Outras informações que o emissor julgue relevantes

Esclarecemos que a quantidade de ações detidas pela acionista Ana Maria Levy Villela Igel na Ultra S.A. Participações, informada no item 15.1/15.2, inclui 7.194.553 ações ordinárias e 3.186.410 ações preferenciais de propriedade de outros acionistas, gravadas em usufruto a seu favor.

A participação detida pelo acionista Aberdeen Asset Management PLC indicada no item 15.2 é detida por diferentes fundos de investimentos do mesmo gestor.

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

16.1. - Descrição de regras, políticas e práticas da Ultrapar quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, indicando, quando houver uma política formal adotada pelo emissor, os locais em que ela pode ser consultada

De acordo com as regras, políticas e práticas da Ultrapar, as operações comerciais de compra e venda realizadas com partes relacionadas devem ser efetuadas com base em preços e condições usuais de mercado, considerando fornecedores e clientes com igual capacidade operacional. Estas operações referem-se, substancialmente, à aquisição de matéria-prima, insumos e serviços de armazenagem.

Os mútuos contratados entre partes relacionadas possuem prazos indeterminados e não contém cláusulas de remuneração. Para os anos de 2015, 2014 e 2013 não foram praticados encargos financeiros sobre os contratos de mútuo. Os contratos de mútuos são realizados em função de necessidades ou sobras temporárias de caixa da Ultrapar, de controladas e coligadas.

Na avaliação da administração da Ultrapar, as operações comerciais com partes relacionadas não apresentam risco de liquidação, razão pela qual não apresentam provisão para eventual liquidação duvidosa, nem são objeto de prestação de garantias.

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Plenogás Distribuidora de Gás S.A.	09/06/1997	0,00	R$ 826.072,23 (posição em 31/12/2014)	Não aplicável	Indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Coligada indireta						
Objeto contrato	Mútuo passivo (2014)						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação	Empresa com operações paralisadas, gestão dos recursos pelas controladoras.						
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Cia Ultragaz S.A.	10/12/2014	14.685.600,00	R$ 14.685.600,00 (posição em 31/12/2014)	Não aplicável	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Compra e venda de ações para usufruto (2014)						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Oxiteno S.A. Indústria e Comércio	10/12/2014	2.532.000,00	R$ 2.532.000,00 (posição em 31/12/2014)	Não aplicável	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Compra e venda de ações para usufruto (2014)						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	31/03/2009	119.805.502,68	R$ 776.578.180,48 (posição em 31/12/2014)	Não aplicável	31/03/2016	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Debêntures (2014)						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Oxicap Indústria de Gases Ltda.		12.353.417,76	R$ 1.506.118,69 (posição em 31/12/2015)	Não aplicável	Não aplicável	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Coligada indireta						
Objeto contrato	Transações Compras (2015)						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Especificar							
Oxicap Indústria de Gases Ltda.		6.048,00	0,00	Não aplicável	Não aplicável	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Coligada indireta						
Objeto contrato	Transações Vendas (2015)						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação	Aquisição de matéria-prima e insumo.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Metalurgica Plus S/A - Metalplus	01/10/2014	0,00	R$ 500.000,00 (posição em 31/12/2015)	Não Aplicável	Indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Coligada indireta						
Objeto contrato	Mútuo passivo (2015)						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	Não Aplicável						
Natureza e razão para a operação	Empresa com operações paralisadas, gestão dos recursos pelas controladoras.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Oxicap Indústria de Gases Ltda.	29/11/2007	0,00	R$ 10.368.744,52 (posição em 31/12/2014)	Não aplicável	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Coligada indireta						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital (2014)						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.		59.162.144,24	-	Não aplicável	Não aplicável	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada em conjunto						
Objeto contrato	Transações Compras (2014)						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	05/10/1998	0,00	R$ 3.044.738,22 (posição em 31/12/2015)	Não aplicável	Ideterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Coligada indireta						
Objeto contrato	Mútuo passivo (2015)						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação	Empresa com operações paralisadas, gestão dos recursos pelas controladoras.						
Posição contratual do emissor	Devedor						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Especificar							
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.		615.014.461,35	R$ 23.784.292,27 (posição em 31/12/2015)	Não aplicável	Não aplicável	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada em conjunto						
Objeto contrato	Transações Compras (2015)						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
APLOC - Associação dos Prop.e Loc dos Ed Ern. Marg. Igel	01/01/1999	0,00	R$ 489.714,64 (posição em 31/12/2015)	Não aplicável	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa ligada						
Objeto contrato	Mútuo ativo (2015)						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Plenogás Distribuidora de Gás S.A.	09/06/1997	0,00	R$ 826.072,23 (posição em 31/12/2015)	Não aplicável	Indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Coligada indireta						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Mútuo passivo (2015)						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação	Empresa com operações paralisadas, gestão dos recursos pelas controladoras.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A.	10/12/2014	5.000,00	R$ 5.000,00 (posição em 31/12/2015)	Não Aplicável	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Nota de débito (2015)						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	Não Aplicável						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	31/03/2009	146.184.696,91	R$ 782.404.796,12 (posição em 31/12/2015)	Não aplicável	31/03/2016	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Debêntures (2015)						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Plenogás Distribuidora de Gás S.A.	09/06/1997	0,00	R$ 826.072,23 (posição em 31/12/2013)	Não aplicável	Indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Coligada indireta						
Objeto contrato	Mútuo passivo (2013)						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação	Empresa com operações paralisadas, gestão dos recursos pelas controladoras.						
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	31/03/2009	89.540.770,22	R$ 772.194.175,69 (posição em 31/12/2013)	Não aplicável	31/03/2016	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Debêntures (2013)						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Oxicap Indústria de Gases Ltda.		6.048,00	0	Não aplicável	Não aplicável	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Coligada indireta						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Transações Vendas (2013)						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Oxicap Indústria de Gases Ltda.	29/11/2007	0,00	R$ 10.368.744,52 (posição em 31/12/2013)	Não aplicável	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Coligada indireta						
Objeto contrato	Adiantamento para futuro aumento de capital (2013)						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Oxicap Indústria de Gases Ltda.		12.371.472,70	R$ 1.068.938,35 (posição em 31/12/2013)	Não aplicável	Não aplicável	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Coligada indireta						
Objeto contrato	Transações compras (2013)						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Posição contratual do emissor							
Especificar							
APLOC - Associação dos Prop. e Loc dos Ed. Em. Marg. Igel	01/01/1999	0,00	R$ 489.714,64 (posição em 31/12/2013)	Não aplicável	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa ligada						
Objeto contrato	Mútuo ativo (2013)						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	05/10/1998	0,00	R$ 3.044.738,22 (posição em 31/12/2013)	Não aplicável	Indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Coligada indireta						
Objeto contrato	Mútuo passivo (2013)						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação	Empresa com operações paralisadas, gestão dos recursos pelas controladoras.						
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Metalurgica Plus S/A - Metalplus	01/10/2014	0,00	R$ 500.000,00 (posição em 31/12/2014)		Indeterminado	SIM	0,000000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Coligada indireta						
Objeto contrato	Mútuo passivo (2014)						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	Não Aplicável						
Natureza e razão para a operação	Empresa com operações paralisadas, gestão dos recursos pelas controladoras.						
Posição contratual do emissor							
Especificar							
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.		18.887.381,00	R$ 10.499.058,14 (posição em 31/12/2014)		Não Aplicável	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada em conjunto						
Objeto contrato	Transações Vendas (2014)						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	Não Aplicável						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.		0,00	R$ 1.494.000,00 (posição em 31/12/2014)		Não Aplicável	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada em conjunto						
Objeto contrato	Operações comerciais - Saldos a pagar (2014)						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	Não Aplicável						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Aquisição de matéria-prima e insumo.						
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	10/12/2014	7.089.600,00	R$ 7.089.600,00 (posição em 31/12/2014)		Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Compra e venda de ações para usufruto (2014)						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	Não Aplicável						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	10/12/2014	7.089.600,00	R$ 7.089.600,00 (posição em 31/12/2014)		Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Compra e venda de ações para usufruto (2014)						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	Não Aplicável						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A.	10/12/2014	3.544.800,00	R$ 3.544.800,00 (posição em 31/12/2014)		Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Compra e venda de ações para usufruto (2014)						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	Não Aplicável						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar	10/12/2014	2.025.600,00	R$ 2.025.600,00 (posição em 31/12/2014)		Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Compra e venda de ações para usufruto (2014)						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	Não Aplicável						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.		30.607.044,15	R$ 1.051.350,80 (posição em 31/12/2013)	Não aplicável	Não aplicável	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada em conjunto						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Transações Compras (2013)						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação	Aquisição de matéria-prima e insumo						
Posição contratual do emissor							
Especificar							
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.		10.160.602,02	R$ 7.952.000,00 (posição em 31/12/2013)	Não aplicável	Não aplicável	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada em conjunto						
Objeto contrato	Transações Vendas (2013)						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação	Aquisição de matéria-prima e insumo						
Posição contratual do emissor							
Especificar							
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.		0,00	R$ 1.210.000,00 (posição em 31/12/2013)	Não aplicável	Não aplicável	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada em conjunto						
Objeto contrato	Transações Compras (2013)						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação	Aquisição de matéria-prima e insumo						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Posição contratual do emissor							
Especificar							
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.		18.205.100,71	R$ 12.553.393,03 (posição em 31/12/2015)	Não aplicável	Não aplicável	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada em conjunto						
Objeto contrato	Transações Vendas (2015)						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.		0,00	R$ 6.562.349,57 (posição em 31/12/2015)	Não aplicável	Não aplicável	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada em conjunto						
Objeto contrato	Operações comerciais - Saldos a pagar (2015)						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação	Aquisição de matéria-prima e insumo.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Oxicap Indústria de Gases Ltda.		12.724.703,45	R$ 1.060.790,12 (posição em 31/12/2014)	Não aplicável	Não aplicável	NÃO	0,000000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Coligada indireta						
Objeto contrato	Transações Compras (2014)						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Oxicap Indústria de Gases Ltda.		6.048,00	0,00	Não aplicável	Não aplicável	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Coligada indireta						
Objeto contrato	Transações Vendas (2014)						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação	Aquisição de matéria-prima e insumo						
Posição contratual do emissor							
Especificar							
APLOC - Associação dos Prop.e Loc dos Ed Ern. Marg. Igel	01/01/1999	0,00	R$ 489.714,64 (posição em 31/12/2014)	Não aplicável	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa ligada						
Objeto contrato	Mútuo ativo (2014)						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Posição contratual do emissor							
Especificar							
Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	05/10/1998	0,00	R$ 3.044.738,22 (posição em 31/12/2014)	Não aplicável	Indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Coligada indireta						
Objeto contrato	Mútuo passivo (2014)						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação	Empresa com operações paralisadas, gestão dos recursos pelas controladoras.						
Posição contratual do emissor							
Especificar							

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

16.3. - Em relação a cada uma das transações ou conjunto de transações mencionados no item 16.2 acima ocorridas no último exercício social: (a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses; e (b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

A Ultrapar adota, desde 2004, um código de ética para, entre outros objetivos, formalizar e institucionalizar uma referência para a conduta profissional dos empregados e administradores da Companhia, incluindo a administração ética de conflitos de interesse reais ou aparentes, tornando-se um padrão para o relacionamento interno e externo da Companhia com os seus públicos de interesse.

Em 17 de setembro de 2014, a Companhia aprovou um novo Código de Ética cujo objetivo é: (i) reduzir a subjetividade de interpretações pessoais dos princípios éticos; (ii) ser uma referência formal e institucional para a conduta profissional dos funcionários, incluindo o tratamento ético de conflitos de interesses reais ou aparentes, tornando-se um padrão para o relacionamento interno e externo da Ultrapar com seus stakeholders, a saber: acionistas, clientes, funcionários, parceiros, fornecedores, prestadores de serviços, sindicatos, concorrentes, sociedade, governo e as comunidades em que atua; e (iii) assegurar que as preocupações diárias com eficiência, competitividade e lucratividade incluam o comportamento ético.

Além disso, em 2014, a Ultrapar aprovou a Política de Anticorrupção e de Relacionamento com Funcionários Públicos, aplicável aos acionistas, funcionários da Companhia, terceiros e parceiros de negócios que representam ou agem em nome da Companhia. Esta política consolida as orientações para a prevenção da corrupção a ser adotada no relacionamento com funcionários públicos a fim de proteger a integridade e transparência de nossos negócios.

Adicionalmente, as transações com partes relacionadas estão em perfeita conformidade com os padrões de mercado e alinhadas ao mais alto nível de governança corporativa.

As transações comerciais demonstradas no item 16.2 foram realizadas com partes independentes da Ultrapar, que são classificadas como partes relacionadas, em sua maioria, por possuírem participação em empresa comum. As operações comerciais de compra e venda referem-se, substancialmente, à aquisição de matéria-prima, insumos e serviços de armazenagem, efetuadas com base em preços e condições usuais de mercado, considerando fornecedores e clientes com igual capacidade operacional.

Em cumprimento à recém-publicada Lei 12.846/13 - Lei Anticorrupção, conforme estabelecido no Código de Ética da Ultrapar e acompanhado e verificado pelo Comitê de Conduta da Ultrapar, a Companhia adota conduta irrepreensível com relação a qualquer forma de corrupção na sua relação com fornecedores, clientes, agentes públicos ou qualquer outro público de interesse. O Comitê de Conduta é formado atualmente pelos Srs. Marcelo Fernandez Trindade (advogado), André Pires de Oliveira Dias (diretor financeiro e de relações com investidores da Ultrapar), Roberto Kutschat (diretor de controladoria da Ultrapar) e Denis Celso Marques Cuenca (diretor de Auditoria e *Compliance* da Ultrapar).

Além disto, a Ultrapar e seus administradores adotam um conjunto de procedimentos, processos e sistemas que formam o ambiente de controle destinado a assegurar o cumprimento das leis aplicáveis ao combate à corrupção.

16.4 - Outras informações relevantes

16.4. – Outras informações que o emissor julgue relevantes

Não existem outras informações que a Ultrapar julgue relevantes sobre este item.

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	**Capital Emitido**				
31/01/2014	3.838.686.104,00	Todo capital foi integralizado	556.405.096	0	556.405.096
Tipo de capital	**Capital Subscrito**				
31/01/2014	3.838.686.104,00	Todo capital foi integralizado	556.405.096	0	556.405.096
Tipo de capital	**Capital Integralizado**				
31/01/2014	3.838.686.104,00	Todo capital foi integralizado	556.405.096	0	556.405.096
Tipo de capital	**Capital Autorizado**				
31/01/2014	0,00		800.000.000	0	800.000.000

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
31/01/2014	AGE	31/01/2014	141.913.146,68	Subscrição particular	12.021.100	0	12.021.100	3,83900000	56,17	R$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão	O preço de emissão foi calculado considerando-se o preço médio das ações ordinárias da Ultrapar nos últimos 10 pregões da BM&FBOVESPA imediatamente anteriores à divulgação do Fato Relevante de 30 de setembro de 2013, correspondente a R$ 56,16583 por ação da Ultrapar. Nos termos da Assembleia Geral Extraordinária, ocorrida no dia 31/01/2014, do valor total de R$ 675.175.059,01, R$ 141.913.146,68 resultaram no aumento do capital social da Companhia e R$ 533.261.912,33 resultaram no aumento de reserva de capital.
Forma de integralização	Entrega da totalidade das ações de emissão da Extrafarma pela Companhia em decorrência da Incorporação de Ações Extrafarma aprovada na Assembleia Geral Extraordinária de 31/01/2014, na forma do Artigo 252 da Lei das S.A.

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos anos de 2015, 2014 e 2013 não houve desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações.

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos anos de 2015, 2014 e 2013 não houve redução do capital social.

17.5 - Outras informações relevantes

17.5. - Outras informações que o emissor julgue relevantes

Não foram identificadas outras informações que a Ultrapar julgue relevantes.

18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	**Ordinária**
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	Nos termos do artigo 55 do estatuto social da Ultrapar, 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido ajustado do exercício social deverá ser destinado ao pagamento de dividendo obrigatório aos titulares de ações ordinárias.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	As ações ordinárias têm direito ao reembolso de capital na liquidação da Ultrapar, porém sem qualquer preferência.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Sim
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	As hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor do resgate são aquelas descritas na Lei das S.A..
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	As alterações dos direitos assegurados aos titulares de ações ordinárias deverão observar os preceitos contidos na Lei das S.A. e no Regulamento do Novo Mercado.
Outras características relevantes	Não há.

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

18.2. - Descrição das regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Não existe, em nosso Estatuto Social, qualquer artigo ou regra que limite o direito de voto de acionistas significativos.

Nosso Estatuto Social prevê, no entanto, a obrigação de realização de oferta pública (i) de alienação de controle; (ii) de aquisição de participação relevante da Companhia; e (iii) de cancelamento de registro e de saída do Novo Mercado.

Oferta pública de alienação de controle

A previsão estatutária determina que a alienação de controle da Companhia, direta ou indiretamente, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações pertencentes aos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente, em nosso Estatuto Social e no regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário ao do acionista controlador alienante. O adquirente do controle ficará obrigado a subscrever o termo de anuência dos controladores, conforme disposto no regulamento do Novo Mercado, e deverá ainda, após a liquidação financeira da oferta pública de alienação de controle da Companhia, tomar as medidas cabíveis para que, nos seis meses subsequentes, as ações em circulação da Ultrapar representem, no mínimo, 25% do total das ações de emissão da Companhia. A obrigatoriedade de oferta pública de alienação de controle se aplicará também em caso de cessão onerosa de direito de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venham a resultar na alienação de controle da Companhia.

Oferta pública de aquisição de participação Relevante

A obrigação de realizar oferta pública de aquisição de participação relevante aplicar-se-á sempre que qualquer pessoa, acionista ou não, que, por conta própria ou em conjunto com outra pessoa, venha a adquirir ou se tornar titular, por meio de uma única operação ou por operações sucessivas, de ações de emissão da Companhia representativas de 20% ou mais do seu capital social, excluídas, para fins do cálculo deste limite, as ações em tesouraria detidas pela Companhia. O acionista adquirente da participação relevante estará obrigado a efetivar uma oferta pública de aquisição das ações pertencentes aos demais acionistas pelo maior valor por ação pago por ele nos seis meses anteriores, devidamente atualizado pela taxa Selic.

Caso o adquirente da participação relevante, cumulativa e tempestivamente, (a) comunique à Companhia, em quarenta e oito horas contadas do momento em que se tornar titular da participação relevante, sua intenção de alienar a quantidade de ações representativas do capital social da Companhia que exceda o limite de 20%, em até trinta) dias úteis a contar desta comunicação; e (b) aliene em bolsa de valores a quantidade de ações representativas do capital social da Companhia que exceda a participação relevante dentro de tal prazo, poderá não formular a oferta pública de aquisição relevante.

A oferta pública de aquisição de participação relevante não será obrigatória nas hipóteses de (i) algum acionista, acionistas unidos por acordo de voto registrado na Companhia, ou acionistas entre os quais haja relação de controle ou que estejam sob controle comum, sejam titulares de mais da

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

metade do capital social no momento da aquisição da participação relevante; ou (ii) se o acionista adquirente estiver obrigado a realizar a oferta pública de aquisição de controle da Companhia.

Oferta pública de cancelamento de registro e saída do Novo Mercado

Adicionalmente, nosso Estatuto Social prevê que, caso os acionistas reunidos em assembleia geral aprovem: (i) o cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia; ou (ii) a saída da Companhia do Novo Mercado, para que suas ações passem a ter registro fora do Novo Mercado, ou em decorrência de reorganização societária na qual as ações da sociedade resultante não sejam admitidas à negociação no Novo Mercado no prazo de cento e vinte dias contados da data da assembleia geral que aprovar a referida operação; os acionistas ou grupo de acionistas que detiverem o poder de controle da Companhia, nos termos do regulamento do Novo Mercado e de nosso Estatuto Social, deverão efetivar oferta pública de aquisição das ações pertencentes aos demais acionistas, no mínimo, pelo seu respectivo valor econômico, elaborados por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão da Companhia, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis. Na hipótese de não haver acionista controlador, quando da aprovação destas matérias pela assembleia geral, referida assembleia deverá definir os responsáveis pela realização da oferta pública.

Caberá também à assembleia a escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do valor econômico da Companhia, baseada em lista tríplice apresentada pelo Conselho de Administração, conforme estabelecido em nosso Estatuto Social, devendo os custos de elaboração do laudo de avaliação ser assumidos integralmente pelo ofertante.

A saída da Companhia do Novo Mercado em razão de descumprimento de obrigações constantes do regulamento do Novo Mercado está condicionada à efetivação de oferta pública de aquisição de ações, no mínimo, pelo valor econômico das ações, a ser apurado em laudo de avaliação elaborado nos termos referidos acima, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

O acionista controlador, ou, quando não existente, os acionistas que votaram a favor da deliberação que implicar em referido descumprimento, deverão efetivar a oferta pública de aquisição de ações em razão da saída do Novo Mercado. Caso a saída do Novo Mercado se dê por ato ou fato dos administradores da Companhia, os administradores deverão convocar uma assembleia geral para tomar as decisões necessárias a sanar o descumprimento das obrigações constantes no regulamento do Novo Mercado ou, se for o caso, deliberar pela saída da Companhia do Novo Mercado, definindo também os responsáveis pela realização da oferta pública de aquisição de ações exigida.

É facultada a formulação de uma única oferta pública de aquisição, visando a mais de uma finalidade prevista em nosso Estatuto Social, no regulamento do Novo Mercado, na Lei das S.A. ou na regulamentação emitida pela CVM, desde que seja possível compatibilizar os procedimentos de todas as modalidades de oferta pública, não haja prejuízo para os destinatários da oferta e seja obtida a autorização da CVM quando exigida pela legislação aplicável.

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

18.3. - Descrição das exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

Não existem exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no Estatuto Social.

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados

Exercício social **31/12/2015**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2015	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	5.833.857.489	64,83	49,00	R$ por Unidade	56,78
30/06/2015	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	6.303.019.138	73,85	65,70	R$ por Unidade	68,72
30/09/2015	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	6.204.890.378	70,89	59,71	R$ por Unidade	65,26
31/12/2015	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	6.513.085.799	69,89	60,45	R$ por Unidade	66,29

Exercício social **31/12/2014**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2014	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	4.040.939.659	54,91	50,05	R$ por Unidade	52,82
30/06/2014	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	3.840.655.828	58,40	52,60	R$ por Unidade	55,00
30/09/2014	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	4.304.810.668	57,75	51,10	R$ por Unidade	54,18
31/12/2014	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	4.706.443.341	56,00	48,30	R$ por Unidade	51,32

Exercício social **31/12/2013**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	Valor média cotação (Reais)
31/03/2013	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	2.965.012.142	52,69	45,28	R$ por Unidade	48,92
30/06/2013	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	3.198.306.261	55,80	49,23	R$ por Unidade	52,71
30/09/2013	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	3.436.128.456	57,70	51,36	R$ por Unidade	53,92
31/12/2013	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	3.264.522.778	60,20	54,98	R$ por Unidade	57,29

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	**Debêntures**
Identificação do valor mobiliário	5ª emissão de debêntures
Data de emissão	16/03/2015
Data de vencimento	16/03/2018
Quantidade (Unidades)	80.000
Valor nominal global (Reais)	800.000.000,00
Saldo devedor em aberto	833.113.606,29
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As debêntures foram objeto de distribuição com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476/09. Desta forma, os debenturistas subscritores das debêntures não poderão negociá-las no mercado secundário, ou junto a terceiros, pelo prazo de 90 dias contados da data da subscrição ou aquisição.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Ultrapar poderá, a partir do 12º mês contado da data de emissão, isto é, de 16 de março de 2016, mediante prévia comunicação à totalidade dos debenturistas, com cópia para o agente fiduciário, ou publicação de anúncio a esse respeito nos jornais, em no mínimo 2 dias de antecedência, resgatar antecipadamente, total ou parcialmente, as debêntures em circulação, pelo saldo do valor nominal unitário não amortizado de cada debênture objeto do resgate na data do resgate antecipado, acrescido (a) de prêmio de resgate equivalente a 0,30% (trinta centésimos por cento) flat sobre o saldo do valor nominal unitário não amortizado de cada debênture objeto do resgate; e (b) da remuneração, sendo que esta última será calculada pro rata temporis desde a data de emissão ou a última data de pagamento da remuneração, o que ocorrer por último, até a data do efetivo resgate.
Características dos valores mobiliários de dívida	As debêntures são simples, da forma nominativa, escritural, não conversíveis em ações de emissão da Ultrapar. i.Vencimento, inclusive as condições de vencimento antecipado: 16/03/18. São considerados hipóteses de vencimento antecipado das debêntures, quaisquer dos seguintes eventos:•Não pagamento do principal e/ou da remuneração devida às debêntures nas respectivas datas de vencimento; •Pedido de recuperação judicial ou extrajudicial pela Ultrapar a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido obtida a homologação judicial ou o deferimento do processamento ou a sua concessão; •Liquidação, dissolução ou decretação de falência da Ultrapar e controladas; •Apresentação de pedido de autofalência da Ultrapar; e •Ocorrência de qualquer alteração do poder de controle da Ultrapar, conforme definido na escritura. ii.Juros: 108,25% do CDI. iii.Garantia e, se real, descrição do bem objeto: As debêntures não possuem garantias nem preferência. iv.Na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado: As debêntures são quirografárias. v.Eventuais restrições impostas a Ultrapar em relação: - à distribuição de dividendos: Não há - à alienação de determinados ativos: Não há - à contratação de novas dívidas: Não há - à emissão de novos valores mobiliários: Não há - à realização de operações societárias envolvendo emissor, seus controladores ou controladas: Não há vi.Agente fiduciário e principais termos do contrato: Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários. Para outras informações, veja " Item 18.5.j. Outras características relevantes".

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não há.
Outras características relevantes	Os termos e condições que regulam as relações entre a Ultrapar, o agente fiduciário e os debenturistas estão descritos na escritura de debêntures. Dentre as previsões relacionadas ao agente fiduciário, podemos citar como principais, as seguintes: 1) Caberá ao agente fiduciário a seguinte remuneração: parcelas anuais de R$1.800,00; 2) É facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das debêntures, proceder à substituição do agente fiduciário e à indicação de seu substituto, em assembleia geral de debenturistas especialmente convocada para esse fim. A substituição fica sujeita à comunicação prévia à Ultrapar e à manifestação da CVM acerca do atendimento aos requisitos previstos no art. 8º da ICVM nº 28/83 e eventuais normas posteriores. 3) Constituem os principais deveres e atribuições do agente fiduciário: (a) proteger os direitos e interesses dos debenturistas; (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão; (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções; (d) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das debêntures; (e) convocar, quando necessário, a assembleia geral de debenturistas e nelas comparecer; (f) elaborar relatório destinado aos debenturistas, nos termos do artigo 68, §1º, alínea "b", da Lei das S.A.; (g) disponibilizar exemplar do relatório de que trata a alínea "f" acima aos debenturistas, no prazo máximo de 4 meses, a contar do encerramento do exercício social; (h) coordenar o sorteio das debêntures a serem resgatadas parcialmente, se for o caso; (i) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes na escritura; e (j) notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 10 dias, de qualquer inadimplemento, pela Ultrapar, de obrigações assumidas na escritura. Para verificar todos os deveres e atribuições do agente fiduciário, ver item 9.4 da escritura disponibilizada em 12/03/15 via sistema de informações periódicas e eventuais (IPE) da CVM. Os recursos obtidos com a 5ª emissão de debêntures foram utilizados para alongar o perfil da dívida, de modo a atender à gestão ordinária da Ultrapar.

Valor mobiliário	**Bônus de Subscrição**
Identificação do valor mobiliário	Bônus de Subscrição
Data de emissão	31/01/2014
Data de vencimento	07/02/2020
Quantidade (Unidades)	7
Valor nominal global (Reais)	0,00
Saldo devedor em aberto	112.232.697,77
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	Os bônus de subscrição não poderão ser negociados ou transferidos por seus titulares ou de qualquer forma estar sujeitos a ônus ou à promessa de negociação, transferência ou ônus, exceto no âmbito de um planejamento sucessório de seus titulares.
Conversibilidade	Sim

18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Condição da conversibilidade e efeitos sobre o capital-social	Os bônus de subscrição estão sujeitos a eventual ajuste em razão da verificação de Perda(s) passível(is) de indenização pelos acionistas da Extrafarma à Ultrapar, resultantes de: a. falsidades, omissões, erros, incorreções, inexatidões ou violação das representações e garantias prestadas pela Extrafarma e pelos acionistas da Extrafarma à Ultrapar; b. fatos, atos e/ou omissões da Extrafarma ou dos acionistas da Extrafarma anteriores à 31.01.2014; ou c. descumprimento das obrigações assumidas pelos acionistas da Extrafarma e/ou pela Extrafarma no Acordo de Associação. Entender-se-á por “Perdas” todas e quaisquer pretensões e/ou responsabilidades, perdas, penas, danos, multas, sentenças, autuações, prejuízos, ônus (inclusive qualquer penhora, arresto ou qualquer tipo de apreensão), custos e despesas (inclusive honorários advocatícios) após o trânsito em julgado de sentença judicial ou arbitral, bem como decisão administrativa ou judicial não contestada ou uma notificação de Perda enviada por uma parte à outra e não contestada. Poderão ser exercidos, parcial ou integralmente, (i) no prazo de 5 dias úteis após 31.01.2020 (“Data de Confirmação”), na proporção das ações remanescentes após os ajustes por eventuais Perdas indenizáveis pelos acionistas da Extrafarma à Ultrapar que tenham se materializado até tal data; e (ii) após a Data de Confirmação, sempre que ocorrer a extinção de toda e qualquer potencial Perda que, antes da Data de Confirmação, tenha sido identificada pela Ultrapar e Extrafarma e pelos antigos acionistas da Extrafarma em razão de autuação ou pelo início de processo administrativo ou judicial ou notificação extrajudicial, mas que não tenha efetivamente se materializado até tal data. Caso os 7 Bônus de Subscrição sejam integralmente subscritos e convertidos em ações, a diluição potencial resultante da emissão (calculada pela quantidade máxima de ações a serem potencialmente emitidas sobre a quantidade total de ações em 31.01.2014, excluídas as ações em tesouraria) é de 0,7%.
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários de dívida	Não aplicável.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Os termos e condições dos bônus de subscrição não poderão ser alterados sem a prévia aprovação da Assembleia Geral da Companhia, nos termos da legislação aplicável, bem como o consentimento prévio e por escrito da Companhia e da totalidade dos titulares dos bônus de subscrição.
Outras características relevantes	Para fins do preenchimento do campo "Data de Vencimento" deste item, consideramos como data de vencimento dos bônus de subscrição o prazo de 5 dias úteis após a Data de Confirmação. Ressalta-se, no entanto, que os bônus de subscrição poderão ser exercidos em 07.02.2020 e após a Data de Confirmação, sempre que ocorrer a extinção de toda e qualquer potencial Perda que, antes da Data de Confirmação, tenha sido identificada pela Ultrapar e Extrafarma e pelos antigos acionistas da Extrafarma em razão de autuação ou pelo início de processo administrativo ou judicial ou notificação extrajudicial, mas que não tenha efetivamente se materializado até tal data.

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

18.6. - Mercados brasileiros nos quais valores mobiliários da Ultrapar são admitidos à negociação

Ações – Bolsa – BM&FBOVESPA, Novo Mercado, segmento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa

Debêntures – Balcão organizado – Segmento: tradicional

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

18.7. - Informações relativas a cada classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

a. País

Estados Unidos

b. Mercado

Bolsa de valores

c. Entidade administradora do mercado no qual os valores mobiliários são admitidos à negociação

NYSE

d. Data de admissão à negociação

6 de outubro de 1999.

e. Se houver, indicar o segmento de negociação

Não há.

f. Data de início de listagem no segmento de negociação

6 de outubro de 1999.

g. Percentual do volume de negociações no exterior em relação ao volume total de negociações de cada classe e espécie no último exercício

Em 2015, as negociações no exterior corresponderam a 27% do volume financeiro total de negociações de nossas ações.

h. Proporção de certificados de depósito no exterior em relação a cada classe e espécie de ações

Cada ADR representa uma ação ordinária de nossa emissão.

i. Banco depositário

Bank of New York Mellon.

j. Instituição custodiante

Itaú Corretora de Valores S.A.

18.8 - Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, não foram emitidos títulos no exterior pela Ultrapar.

18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

18.9. - Descrição das ofertas públicas de distribuição efetuadas pela Ultrapar ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários da Ultrapar

Exercício Social encerrado em 31/12/2015:

Em 16 de março de 2015, a Ultrapar efetuou sua 5ª emissão de debêntures, em série única, de 80 mil debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, totalizando R$ 800 milhões. O prazo das debêntures é de três anos, com vencimento em 16 de março de 2018 e amortização do valor principal na data de vencimento. As debêntures são remuneradas à taxa de 108,25% do CDI e o pagamento da remuneração é realizado semestralmente, contadas a partir da data da emissão.

Exercício Social encerrado em 31/12/2014:

Em 2014 não houve ofertas públicas de distribuição efetuadas pela Ultrapar ou por terceiros.

Exercício Social encerrado em 31/12/2013:

Em 2013 não houve ofertas públicas de distribuição efetuadas pela Ultrapar ou por terceiros.

18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

18.10. – Caso a Ultrapar tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, indicar:

a. Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Exercício Social encerrado em 31/12/2015:
Os recursos obtidos pela Ultrapar com a 5ª emissão de debêntures foram integralmente utilizados para alongamento do perfil da dívida da Companhia, de modo a atender a sua gestão ordinária.

Exercício Social encerrado em 31/12/2014:
Não aplicável.

Exercício Social encerrado em 31/12/2013:
Não aplicável.

b. Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Exercício Social encerrado em 31/12/2015:
Não houve desvios relevantes entre aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas pela Ultrapar.

Exercício Social encerrado em 31/12/2014:
Não aplicável.

Exercício Social encerrado em 31/12/2013:
Não aplicável.

c. Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Exercício Social encerrado em 31/12/2015:
Não aplicável.

Exercício Social encerrado em 31/12/2014:
Não aplicável.

Exercício Social encerrado em 31/12/2013:
Não aplicável.

18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

18.11. - Ofertas públicas de aquisição feitas pela Ultrapar relativas a ações de emissão de terceiro

Não foram realizadas ofertas públicas de aquisição feitas pela Ultrapar relativas a ações de emissão de terceiro nos três últimos anos.

18.12 - Outras infomações relevantes

18.12. - Outras informações que o emissor julgue relevantes

Não existem outras informações que a Ultrapar julgue relevantes sobre este item.

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Data delib.	Período recomp.	Reservas e lucros disp. (Reais)	Espécie	Classe	Qtde. prevista (Unidades)	% rel. circ.	Qtde. adquirida aprovadas (Unidades)	PMP	Fator de cotação	% adquirido
Outras caracter.										
10/12/2014	12/12/2014 à 11/12/2015	2.772.526.728,51	Ordinária		6.500.000	1,200000	6.143.200	63,07	R$ por Unidade	94,510769
O limite de ações a ser adquirido pela Companhia nos termos do Programa de Recompra de Ações é de até 6.500.000 ações ordinárias, que representam 1,2% do total de ações em circulação da Ultrapar. As ações da Companhia adquiridas no âmbito do Programa de Recompra de Ações serão mantidas em tesouraria, podendo ser posteriormente canceladas ou alienadas (inclusive no âmbito do plano de outorga de ações da Companhia). A Companhia entende que o Programa de Recompra de Ações é uma alternativa atraente para a aplicação de seus recursos financeiros. O valor referente as "Reservas/ lucros para recompra" corresponde às reservas de retenção de lucros e estatutária para investimentos em 31/12/2014.										

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

Exercício social 31/12/2015

Ações

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Ordinária			

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	7.148.156	
Quantidade adquirida	6.173.200	63,07
Quantidade alienada	0	0,00
Quantidade cancelada	0	
Quantidade final	13.321.356	
Relação valores mobiliários em circulação	2,390000%	

Exercício social 31/12/2014

Ações

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Ordinária			

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	7.971.556	
Quantidade adquirida	0	0,00
Quantidade alienada	823.400	14,41
Quantidade cancelada	0	
Quantidade final	7.148.156	
Relação valores mobiliários em circulação	1,280000%	

Exercício social 31/12/2013

Ações

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Ordinária			

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	7.971.556	
Quantidade adquirida	0	0,00
Quantidade alienada	0	0,00

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

Quantidade cancelada	0
Quantidade final	7.971.556
Relação valores mobiliários em circulação	1,460000%

19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria

19.3. - Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

No “Item 19.2. Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria” foi informada a quantidade de ações mantidas em tesouraria em 31 de dezembro de 2015 e a quantidade informada como “Alienação” refere-se a ações concedidas de acordo com o Plano de Outorga de Ações da Companhia.

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Data aprovação	**31/07/2002**
Cargo e/ou função	Acionistas Controladores, se houver, administradores, todas as pessoas que ocupem cargo de gerência no Ultra ou suas coligadas, outras pessoas indicadas pelo Comitê, a seu exclusivo critério, que tenham ou possam vir a ter informações relacionadas ao Ultra.

Principais características e locais de consulta

A Política de Negociação tem por objetivos:
(a) evitar e coibir a utilização indevida de Informações Privilegiadas e Informações Sensíveis de propriedade do Ultra; e
(b) enunciar as regras e diretrizes a serem adotadas na negociação de Valores Mobiliários pelas Pessoas Sujeitas às Políticas, inclusive no que se refere a períodos de vedação à negociação ou a condições a serem observadas para que negociações de Valores Mobiliários sejam admitidas naqueles períodos.
As Pessoas Sujeitas às Políticas não podem se valer de Informações Privilegiadas com a finalidade de obter, direta ou indiretamente, para si ou para terceiros, quaisquer vantagens pecuniárias, inclusive por meio da negociação de Valores Mobiliários.
É vedada a realização de transações de curto prazo com os Valores Mobiliários (short swing) por parte das Pessoas Sujeitas às Políticas, que não poderão alienar Valores Mobiliários que tenham adquirido nos últimos (6) seis meses.
A negociação pela Companhia de ações de sua própria emissão terá sua eficácia condicionada à prévia aprovação pela assembleia geral quando:
(a) sendo realizada fora de mercados organizados de valores mobiliários, (i) envolver, ainda que por meio de diversas operações isoladas, mais de 5% (cinco por cento) de espécie ou classe de ações em circulação em menos de 18 (dezoito) meses; (ii) o preço for mais de 10% (dez por cento) superior, no caso de aquisição, ou mais de 10% (dez por cento) inferior, no caso de alienação, às cotações de mercado médias ponderadas dos últimos pregões; ou (iii) a contraparte for parte relacionada à Companhia; ou
(b) tiver por objetivo alterar ou preservar a composição do controle acionário ou da estrutura administrativa da Companhia.

A Política de Negociação de Valores Mobiliários pode ser consultada na CVM (www.cvm.gov.br) e no site da Ultrapar (www.ultra.com.br)

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização	As Pessoas Sujeitas às Políticas e a própria Companhia não poderão negociar com Valores Mobiliários, independentemente de determinação do Diretor de Relações com Investidores ou do Comitê: (a) sempre que estiver pendente de divulgação qualquer Fato Relevante de que tenham conhecimento; (b) no período de 15 (quinze) dias que anteceder à divulgação dos formulários ITR e DFP; (c) sempre que estiverem em curso períodos de vedação à negociação decorrentes da realização de ofertas públicas de distribuição (d) a partir do momento em que tiverem acesso à informação relativa à intenção de realizar incorporação, cisão total ou parcial, transformação ou fusão envolvendo a Companhia; e (e) enquanto estiver em curso programa de aquisição ou alienação de ações pela própria Companhia. A Política de Negociação de Valores Mobiliários da Ultrapar não prevê procedimentos para fiscalizar a negociação em tais períodos.

20.2 - Outras informações relevantes

20.2. - Outras informações que o emissor julgue relevantes

Não existem outras informações que a Ultrapar julgue relevantes sobre este item.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

21.1. - Descrever normas, regimentos ou procedimentos internos adotados pela Ultrapar para assegurar que as informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva

A Ultrapar possui, desde 2002, política de divulgação de informações aprovada pelo seu Conselho de Administração, que estabelece procedimentos internos para assegurar a divulgação precisa e tempestiva de informações relevantes da Companhia.

Em 02 de setembro de 2015, o Conselho de Administração aprovou a nova redação da Política de Divulgação de Fatos Relevantes e da Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Ultrapar (“Políticas”). Com o advento das instruções da CVM nº 567/15 e nº 568/15, de 17 de setembro de 2015, as Políticas foram ajustadas em 04 de novembro de 2015 para fazer refletir na sua integridade as novas diretrizes ditadas pela CVM.

A Política de Divulgação de Fatos Relevantes tem por objetivo (a) disciplinar a divulgação ao mercado de informações que, por sua natureza e características, devam ser classificadas como fato relevante, estabelecendo as regras e diretrizes a serem observadas pelo diretor de relações com investidores e pelas demais pessoas sujeitas às tais políticas, no que se refere à divulgação de tais informações e ao sigilo sobre elas, enquanto não divulgadas; (b) estabelecer as normas gerais e de conduta que serão utilizadas pela Companhia para classificar informações como fatos relevantes, e para divulgar tais informações, conferindo, em benefício dos investidores e do mercado em geral, previsibilidade às condutas que serão adotadas pela Companhia; e (c) evitar e coibir a disseminação seletiva de informações sobre fatos relevantes e informações privilegiadas.

Em adição, a administração da Ultrapar avalia anualmente os controles internos em relação à divulgação de informações financeiras sob a supervisão do nosso Diretor-Presidente e diretor financeiro e de relações com investidores.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

21.2. - Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante adotada pela Ultrapar, indicando o canal ou canais de comunicação utilizado(s) para disseminar informações sobre atos e fatos relevantes e os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas e os locais onde a política pode ser consultada

Nos termos das Políticas, a Companhia contará com um Comitê de Divulgação e Negociação, responsável, dentre outras atribuições, por (i) assessorar o diretor de relações com investidores quanto à decisão sobre a divulgação de informações ao mercado, por quaisquer meios, entre os quais o Formulário de Referência, os formulários para arquivo junto à SEC, avisos de fatos relevantes, comunicados ao mercado, avisos aos acionistas e press-releases; (ii) aconselhar o diretor de relações com investidores na tomada de decisões a ele atribuídas pelas Políticas ou pela regulamentação vigente; (iii) deliberar sobre a não divulgação de fatos relevantes, nas hipóteses específicas de exceção à imediata divulgação das informações, com a consequente comunicação de vedação à negociação às pessoas sujeitas às Políticas; (iv) esclarecer dúvidas acerca da incidência ou da interpretação das disposições das Políticas, da lei e da regulamentação vigente, inclusive sobre a necessidade de divulgação de determinada informação; (v) deliberar sobre as medidas cabíveis em casos de descumprimento das Políticas, bem como sobre a necessidade de informar a questão ao Conselho de Administração da Companhia para adoção de medidas adicionais eventualmente cabíveis; (vi) indicar outras pessoas que tenham ou possam vir a ter acesso a informações relacionadas à Ultrapar e suas coligadas, que devam submeter-se aos termos destas políticas; (vii) autorizar, a seu exclusivo e discricionário critério, desde que convencido da conveniência para a Companhia, que pessoas sujeitas às Políticas compartilhem informações com terceiros.

Este comitê será composto até 6 (seis) membros, dentre os quais necessariamente o Diretor-Presidente e o diretor financeiro e de relações com investidores, que indicarão os demais membros.

Ainda, o diretor de relações com investidores deverá, dentre outras atribuições:

i. divulgar simultaneamente o fato relevante do qual tenha conhecimento à CVM, à SEC e às bolsas de valores, imediatamente após a ocorrência de tal fato relevante;

ii. zelar pela ampla e imediata disseminação de tal fato relevante em todos os mercados onde os valores mobiliários da Ultrapar são admitidos à negociação; e

iii. prestar todos os esclarecimentos adicionais, quando assim solicitados, pelas autoridades competentes ou por quaisquer bolsas de valores relativos a tal fato relevante.

iv. se verificada a ocorrência de oscilações atípicas na cotação, no preço ou na quantidade negociada de valores mobiliários da Companhia, ou a eles referenciados, inquirir as pessoas com potencial acesso a informações privilegiadas, com o objetivo de averiguar se estas têm conhecimento acerca de informações que devam ser divulgadas ao mercado.

Estarão sujeitos à política de divulgação de fatos relevante os acionistas controladores (se houver), os administradores, todas as pessoas que ocupem cargo de gerência na Ultrapar, suas subsidiárias e coligadas, bem como todos aqueles que o Comitê de Divulgação e Negociação, a seu exclusivo critério, entenda que tenham ou possam vir a ter informações relativas à Ultrapar. As pessoas sujeitas às Políticas deverão guardar sigilo das informações relativas a fato relevante às quais tenham acesso privilegiado em razão do cargo, posição ou relação com a Ultrapar até sua divulgação ao mercado,

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

bem como zelar para que pessoas que estejam sob sua influência também o façam, respondendo solidariamente com estes na hipótese de descumprimento das políticas.

Nenhuma das pessoas mencionadas acima poderá utilizar informação relativa a fato relevante da Ultrapar ainda não divulgada ao mercado e da qual deva manter sigilo para obter, direta ou indiretamente, para si ou para terceiros, vantagem indevida, inclusive mediante a negociação com valores mobiliários da Ultrapar.

As pessoas sujeitas às políticas deverão comunicar qualquer fato relevante de que tenham conhecimento ao diretor de relações com investidores, que promoverá sua divulgação, ressalvados os casos em que essa informação não deva ser divulgada. Os fatos relevantes deverão ser divulgados imediatamente nos sites da CVM (www.cvm.gov.br), da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (www.bmfbovespa.com.br) e da Companhia (www.ultra.com.br), onde também se encontram disponíveis as políticas mencionadas. As Políticas também estão disponíveis no site da Ultrapar (www.ultra.com.br).

Em casos excepcionais, em que a divulgação indistinta de fato relevante puder pôr em risco interesse legítimo da Ultrapar, a divulgação da informação deverá ser objeto de análise. O adiamento da divulgação de fatos relevantes será objeto de decisão (a) dos acionistas controladores, se houver, e desde que a informação esteja restrita a tais acionistas; ou (b) do Comitê de Divulgação e Negociação.

Caso ocorra oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários da Ultrapar decorrente de informação relativa a fato relevante ainda não divulgado, a divulgação deverá ser imediata.

Na hipótese de vazamento de informação relevante ainda não divulgadas, oscilação atípica na cotação ou quantidade negociada dos valores mobiliários da Ultrapar, o fato relevante deverá ser divulgado ao mercado.

Os fatos relevantes são publicados nos jornais Valor Econômico e Diário Oficial do Estado de São Paulo, além de disponibilizados nos sites da CVM, BM&FBOVESPA e da Ultrapar.

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

21.3. - Informar os administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

Caberá ao diretor de relações com investidores a responsabilidade pela execução e acompanhamento das Políticas.

21.4 - Outras informações relevantes

21.4. - Outras informações que o emissor julgue relevantes

Não existem outras informações relevantes que não tenham sido descritas nos itens acima.